

2021

RELATÓRIO
SOBRE
EMPREGO E FORMAÇÃO

Título: *Relatório sobre Emprego e Formação – 2021*

Data de edição: julho de 2022

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: geral@crl.mtsss.pt

Depósito legal: 419803/16

Execução gráfica:

Tiragem: 50 exemplares

Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– *Composição:*

Presidente: **Ana Couto de Olim** (DGERT)

Organizações Governamentais:

- ACT - **Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo); Maria José Tiago (suplente)
- DGERT – Rui Abreu (suplente)
- GEP - **Antonieta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo); Maria Teresa F. Feliciano (suplente)
- IEFP - **António Valadas da Silva** (efetivo); Catarina Campos (suplente)

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **Ana Isabel Lopes Pires** (efetivo); Fernando José Machado Gomes (suplente)
José Rodrigues Oliveira (efetivo); Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT – **Sérgio Monteiro do Monte** (UGT); Luis F. Oliveira Costa (suplente)
Carlos M. Anjos Alves (efetivo); José M. da Luz Cordeiro (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo); Pedro M. R. da Costa Pereira (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo); Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP - **Nuno M. V. Nobre Biscaya** (efetivo); Luís Henrique (suplente)
- CTP - **Nuno da Silva Bernardo** (efetivo); António A. da Cunha Abrantes (suplente)

Autores do Relatório

Equipa técnica:

Perita convidada: **Sílvia Sousa** (Universidade do Minho)

Alexandra Moreira (CRL)

Teresa Pina Amaro (CRL)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO – 2020

Composição

- **António Figueiredo** (Quaternnaire)
- **Cristina Rodrigues** (Universidade NOVA de Lisboa)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **João Cerejeira** (Universidade do Minho)
- **Mário C. Dias** (Universidade Lusíada)

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	9
NOTA PRÉVIA.....	15
INTRODUÇÃO	17
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	19
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – NO CONTEXTO EUROPEU EM PARTICULAR	19
2. ANÁLISE SINTÉTICA SOBRE A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	20
2.1. Oferta de trabalho.....	20
2.2. Emprego	21
2.3. Desemprego	23
2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade.....	24
2.5. Medidas de apoio excecionais em contexto de pandemia (Covid-19).....	25
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS	27
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES	28
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	29
PRINCIPAIS INDICADORES	33
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – NO CONTEXTO EUROPEU EM PARTICULAR	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA	47
2.0. NOTA INTRODUTÓRIA	47
2.1. OFERTA DE TRABALHO	48
2.1.1. População total	48
2.1.2. Fluxos migratórios.....	48
FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL	48
• Evolução da Emigração portuguesa.....	48
• Evolução da Imigração portuguesa.....	52
2.1.3. População por níveis de escolaridade	54
2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE	54
População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE.....	56
2.1.4. População ativa e taxas de atividade.....	58
2.1.4.1. População ativa por escalões etários.....	59
2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia	59
2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos.....	61
2.1.4.4. População ativa por regiões.....	61
2.1.5. População Inativa.....	61
2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia	63
2.1.6.1. Saída escolar precoce.....	63
2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF)	64
2.2. EMPREGO	67
2.2.1. Emprego e taxas de emprego.....	67
2.2.1.1. Emprego por escalões etários.....	68
2.2.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia	68
2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade.....	70
2.2.1.4. Emprego por regiões.....	71
2.2.1.5. População empregada por situação na profissão.....	71
2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho	72
2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato	75

2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia	75
2.2.1.9. População empregada por setores de atividade.....	76
2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais	81
2.2.2. Emprego nas administrações públicas	83
2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas	83
• Por escalões etários	84
• Por níveis de escolaridade	84
• Por tipo de vínculo	85
• Por área governativa	86
2.2.2.2. Emprego nas entidades do setor público, exceto administrações públicas (AP)	87
• Por escalões etários	88
• Por níveis de escolaridade	89
• Por setores de atividade	89
2.2.3. Trabalho temporário	90
2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários	90
• Por tipo de contrato.....	90
• Por sexo e escalão etário	91
2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das empresas de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE	92
SUBUTILIZAÇÃO do trabalho em Portugal	92
2.3. DESEMPREGO	95
2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego	95
2.3.1.1. Desemprego por escalões etários	95
2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia.....	96
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade.....	98
2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho	99
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego	100
• Por regiões.....	100
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração	101
2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego	105
MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	111
2.3.3. Situação do desemprego subsidiado	113
• Montantes médios mensais das prestações de desemprego.....	116
2.4. FLUXOS DE MÃO DE OBRA ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO E INATIVIDADE.....	118
2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas	120
2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off	122
2.4.3. Despedimentos coletivos.....	123
2.5. MEDIDAS DE APOIO EXCECIONAIS EM CONTEXTO DE PANDEMIA (COVID-19).....	125
2.5.1. Apoio à retoma progressiva, Apoio excecional à família e Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores	127
2.5.2. Apoio excecional a desempregados	128
2.5.3. Subsídio por isolamento profilático e subsídio por doença por COVID-19	129
2.5.4. Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho – Lay-off simplificado	130
2.5.5. Apoio extraordinário à redução da atividade económica e Medida de incentivo à atividade profissional.....	131
2.5.6. Incentivos à normalização da atividade empresarial	132
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS.....	135
3.0. NOTA INTRODUTÓRIA	135
3.1. ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	136
3.1.1. Por setores de atividade	136
3.1.2. Por dimensão da empresa	137
3.2. EMPREGO NAS EMPRESAS	138
3.2.1. Por setores de atividade	138

3.2.2. Por dimensão de empresas.....	141
3.2.3. Por níveis de habilitação e de qualificação.....	142
3.2.4. Por tipo de contrato.....	143
3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário.....	144
CONTRATOS DE TRABALHO REGISTADOS NA SEGURANÇA SOCIAL	146
3.3. TRABALHADORES ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS	147
3.4. ESTRUTURA EMPRESARIAL – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	150
3.4.1. Por setores de atividade	151
3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia	152
3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)	152
3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia	153
3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados	154
3.4.1.5. Indústrias transformadoras de baixa tecnologia	155
3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia	155
3.5. EMPREGO NAS EMPRESAS – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	156
3.5.1. Por setores de atividade	157
3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia	158
3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)	158
3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia	159
3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados	160
3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas indústrias de baixa tecnologia.....	160
• Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia	161
3.6. SINISTRALIDADE E ABSENTISMO LABORAL	164
3.6.1. Sinistralidade laboral.....	164
3.6.2. Baixas no âmbito de doença.....	170
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES	173
4.0. NOTA INTRODUTÓRIA	173
4.1. REMUNERAÇÕES: REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL, GANHOS MÉDIOS E MEDIANA DO GANHO	173
REMUNERAÇÕES MÉDIAS MENSAIS E MEDIANA DO GANHO - SEGURANÇA SOCIAL.....	175
• Por nível de habilitação	176
• Por setores de atividade	177
4.2. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA	179
• Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato.....	181
4.3. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO	183
4.4. GANHOS E REMUNERAÇÕES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	185
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	189
5.0. NOTA INTRODUTÓRIA	189
5.1. CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTÍNUA EXTRA-CATÁLOGO	189
5.1.1. Cursos de dupla certificação.....	190
5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).....	194
5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações	194
5.2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROMOVIDA PELO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	196
5.3. MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO	201
5.4. FORMAÇÃO CONTÍNUA NAS EMPRESAS.....	206
5.5. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO	213
CONCEITOS UTILIZADOS	217
PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA	227
COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL	231

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. PRINCIPAIS INDICADORES	33
FIGURA 2. CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES, POR COMPONENTE DA DESPESA	35
FIGURA 3. EVOLUÇÃO DO PIB, EM PORTUGAL E NA UE, A PREÇOS CONSTANTES (2012=100)	37
FIGURA 4. TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DO PIB PER CAPITA, EM PORTUGAL E NA UE	38
FIGURA 5. PIB PER CAPITA DE PORTUGAL, EM PERCENTAGEM DA MÉDIA DA UE, A PREÇOS CONSTANTES.....	38
FIGURA 6. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS NO CONSUMIDOR	39
FIGURA 7. DÉFICE E DÍVIDA PÚBLICA, EM PERCENTAGEM DO PIB, EM PORTUGAL E NA UE	40
FIGURA 8. TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO (CRITÉRIO DE MAASTRICHT).....	40
FIGURA 9. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL E PRINCIPAIS COMPONENTE, EM PORTUGAL E NA UE, A PREÇOS CONSTANTES (2012=100)	41
FIGURA 10. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA (MILHARES)	42
FIGURA 11. COMPENSAÇÃO DO TRABALHO, EM PERCENTAGEM DO PIB, A CUSTO DE FATORES,.....	42
FIGURA 12. STOCK DE CAPITAL (LÍQUIDO) POR PESSOA EMPREGADA, A PREÇOS CONSTANTES, EM PORTUGAL E NA UE.....	43
FIGURA 13. PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO, POR TRABALHADOR E POR HORA TRABALHADA (PPC: UE=100%).....	44
FIGURA 14. PRODUTIVIDADE APARENTE DO CAPITAL (PPC: UE=100%).....	44
FIGURA 15. PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (2015=100%).....	45
FIGURA 16. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DESDE O INÍCIO DO MILÉNIO	49
FIGURA 17. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR TIPOLOGIA	50
FIGURA 18. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXO	50
FIGURA 19. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR GRUPO ETÁRIO	51
FIGURA 20. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR ESCOLARIDADE	52
FIGURA 21. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRADA EM PORTUGAL	52
FIGURA 22. EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXOS.....	53
FIGURA 23. ESTRUTURA ETÁRIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM 2020.....	53
FIGURA 24. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS.....	54
FIGURA 25. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS, POR SEXO.....	55
FIGURA 26. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO.....	56
FIGURA 27. POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO	57
FIGURA 28. POPULAÇÃO (25 AOS 64 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO	58
FIGURA 29. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA E FEMININA	59
FIGURA 30. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE.....	60
FIGURA 31. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS).....	60
FIGURA 32. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO.....	62
FIGURA 33. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO.....	62
FIGURA 34. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA	63
FIGURA 35. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA, POR SEXO	64
FIGURA 36. POPULAÇÃO JOVEM NEEF (15 A 29 ANOS), POR SEXO	65
FIGURA 37. POPULAÇÃO JOVEM NEEF.....	66
FIGURA 38. POPULAÇÃO JOVEM NEEF, POR NÍVEIS DE ENSINO	66
FIGURA 39. TAXA DE EMPREGO POR SEXO	67
FIGURA 40. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÕES ETÁRIOS.....	68
FIGURA 41. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO.....	69
FIGURA 42. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS).....	69
FIGURA 43. TAXAS DE EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	70
FIGURA 44. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR REGIÕES DO CONTINENTE.....	71
FIGURA 45. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	72
FIGURA 46. PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO.....	72
FIGURA 47. EVOLUÇÃO DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL E DO SUBEMPREGO A TEMPO PARCIAL.....	73
FIGURA 48. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL (15 AOS 64 ANOS).....	74

FIGURA 49. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL POR SEXO.....	74
FIGURA 50. TCO COM CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO	75
FIGURA 51. CONTRATOS A TERMO (% NO EMPREGO TOTAL)	76
FIGURA 52. EMPREGO POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE	77
FIGURA 53. VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E NA CONSTRUÇÃO	77
FIGURA 54. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR SUBSETORES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	78
FIGURA 55. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS.....	79
FIGURA 56. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO	80
FIGURA 57. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO.....	81
FIGURA 58. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS.....	82
FIGURA 59. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	83
FIGURA 60. VARIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES.....	85
FIGURA 61. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO.....	86
FIGURA 62. VARIAÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ÁREAS GOVERNATIVAS	87
FIGURA 63. POSTOS DE TRABALHO NAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO AP, POR SUBSETOR.....	88
FIGURA 64. EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, EXCETO AP, POR CAE	89
FIGURA 65. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR TIPO DE CONTRATO ..	90
FIGURA 66. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR ESCALÕES ETÁRIOS ...	91
FIGURA 67. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	92
FIGURA 68. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR SEXO	93
FIGURA 69. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO	93
FIGURA 70. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR ESCOLARIDADE	94
FIGURA 71. VARIAÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS	95
FIGURA 72. TAXAS DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO	96
FIGURA 73. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO.....	97
FIGURA 74. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO JOVEM	97
FIGURA 75. TAXAS DE DESEMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	98
FIGURA 76. DESEMPREGO POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	99
FIGURA 77. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES	100
FIGURA 78. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)	101
FIGURA 79. TAXA DE DESEMPREGO DE MUITO LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)	102
FIGURA 80. DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO.....	102
FIGURA 81. DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	103
FIGURA 82. DESEMPREGADOS ENTRE OS 16 E OS 34 ANOS POR DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO	104
FIGURA 83. DESEMPREGADOS DE LONGA E MUITO LONGA DURAÇÃO	104
FIGURA 84. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR SEXO	105
FIGURA 85. PERCENTAGEM DO DESEMPREGO JOVEM E DO DLD NO DESEMPREGO REGISTRADO.....	106
FIGURA 86. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR REGIÕES.....	106
FIGURA 87. DESEMPREGO REGISTRADO POR SETORES DE ATIVIDADE.....	107
FIGURA 88. DESEMPREGO REGISTRADO NA INDÚSTRIA.....	108
FIGURA 89. DESEMPREGO REGISTRADO NOS SERVIÇOS.....	109
FIGURA 90. DESEMPREGO REGISTRADO (NOVO EMPREGO) POR PROFISSÕES	110
FIGURA 91. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES (%).....	110
FIGURA 92. MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS EM 2021	111
FIGURA 93. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS.....	112
FIGURA 94. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS.....	113
FIGURA 95. BENEFICIÁRIOS COM PROCESSAMENTO DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO.....	114
FIGURA 96. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS	115
FIGURA 97. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS POR TIPO DE SUBSÍDIO.....	115
FIGURA 98. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DAS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO (TCO)	116
FIGURA 99. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DOS SUBSÍDIOS POR CESSAÇÃO DE ATIVIDADE.....	117
FIGURA 100. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2021	118
FIGURA 101. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2020	119
FIGURA 102. FLUXOS DE MÃO DE OBRA	120

FIGURA 103. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2021	121
FIGURA 104. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2020	121
FIGURA 105. ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF.....	122
FIGURA 106. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF, POR TIPOLOGIA.....	123
FIGURA 107. DESPEDIMENTOS COLETIVOS COMUNICADOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2021.....	124
FIGURA 108. TRABALHADORES DESPEDIDOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2021	124
FIGURA 109. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA	124
FIGURA 110. TOTAL DE TRABALHADORES A DESPEDIR E TOTAL DE TRABALHADORES DESPEDIDOS, EM 2021	125
FIGURA 111. PESSOAS SINGULARES E ENTIDADES EMPREGADORAS COM PAGAMENTO DE MEDIDAS NO ÂMBITO COVID	126
FIGURA 112. APOIO À RETOMA PROGRESSIVA, APOIO EXCECIONAL À FAMÍLIA E APOIO EXTRAORDINÁRIO AO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES.....	127
FIGURA 113. APOIO EXCECIONAL A DESEMPREGADOS, EM 2021	129
FIGURA 114. BAIXAS POR DOENÇA COVID E POR ISOLAMENTO PROFILÁTICO.....	130
FIGURA 115. ENTIDADES EMPREGADORAS E PESSOAS SINGULARES EM LAY-OFF SIMPLIFICADO	131
FIGURA 116. APOIO EXTRAORDINÁRIO À REDUÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E MEDIDA DE INCENTIVO À ATIVIDADE PROFISSIONAL	132
FIGURA 117. INCENTIVOS À NORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL.....	133
FIGURA 118. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS.....	136
FIGURA 119. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR CAE	137
FIGURA 120. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	138
FIGURA 121. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS).....	139
FIGURA 122. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSETORES DE ATIVIDADE DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS.....	140
FIGURA 123. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	141
FIGURA 124. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS TCO POR NÍVEL DE HABILITAÇÃO.....	142
FIGURA 125. EVOLUÇÃO DOS TCO COM CONTRATOS A TERMO POR TIPO DE CONTRATO	144
FIGURA 126. EVOLUÇÃO DOS TCO ATÉ AOS 24 ANOS POR TIPO DE CONTRATO	145
FIGURA 127. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 25 E OS 34 ANOS POR TIPO DE CONTRATO	145
FIGURA 128. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 35 E OS 54 ANOS POR TIPO DE CONTRATO	145
FIGURA 129. EVOLUÇÃO DOS TCO COM 55 E MAIS ANOS POR TIPO DE CONTRATO	145
FIGURA 130. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS E DO NÚMERO DE NOVOS CONTRATOS DE TRABALHO REGISTRADOS NA SEGURANÇA SOCIAL	146
FIGURA 131. ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE EM 2020	147
FIGURA 132. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE	148
FIGURA 133. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE TCO ESTRANGEIROS NO TOTAL DOS TCO	148
FIGURA 134. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TCO POR SETOR DE ATIVIDADE.....	149
FIGURA 135. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS	150
FIGURA 136. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NOS SETORES DE ATIVIDADE MAIS SIGNIFICATIVOS.....	151
FIGURA 137. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	152
FIGURA 138. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).....	153
FIGURA 139. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	154
FIGURA 140. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	154
FIGURA 141. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	155
FIGURA 142. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA	156
FIGURA 143. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	156
FIGURA 144. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS).....	157
FIGURA 145. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA	158
FIGURA 146. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).....	159
FIGURA 147. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA	159
FIGURA 148. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	160
FIGURA 149. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS.....	161

FIGURA 150. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA.....	161
FIGURA 151. SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA OU CONHECIMENTO.....	162
FIGURA 152. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO	164
FIGURA 153. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR ATIVIDADE ECONÓMICA.....	165
FIGURA 154. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR ATIVIDADE ECONÓMICA.....	165
FIGURA 155. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2019, POR SETOR DE ATIVIDADE (POR CADA 100 MIL TRABALHADORES)	166
FIGURA 156. ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA, EM 2019	167
FIGURA 157. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA.....	168
FIGURA 158. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR SEXO	168
FIGURA 159. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR GRUPO ETÁRIO, EM 2019	169
FIGURA 160. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2019, POR GRUPO ETÁRIO	169
FIGURA 161. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO	170
FIGURA 162. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA	171
FIGURA 163. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, POR SEXO	171
FIGURA 164. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2021.....	172
FIGURA 165. NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2021, POR NÚMERO DE DIAS.....	172
FIGURA 166. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL MASCULINO E FEMININO	174
FIGURA 167. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL, DA REMUNERAÇÃO BASE E DA REMUNERAÇÃO BASE MAIS PRESTAÇÕES REGULARES.....	174
FIGURA 168. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL E DA MEDIANA DO GANHO – SEGURANÇA SOCIAL	175
FIGURA 169. GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES - 2020.....	176
FIGURA 170. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	177
FIGURA 171. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR ATIVIDADES ECONÓMICA – 2020.....	178
FIGURA 172. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS TCO (REMUNERAÇÃO BASE MENSAL MAIS PRESTAÇÕES REGULARES), EM PORCENTAGEM.....	180
FIGURA 173. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO COM CONTRATOS SEM TERMO E COM TERMO E A TERMO INCERTO.....	181
FIGURA 174. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS A TERMO CERTO E INCERTO.....	183
FIGURA 175. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO EM PORTUGAL, POR SETOR DE ATIVIDADE (BASE: 2016 = 100)	183
FIGURA 176. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE, EM 2021	184
FIGURA 177. EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE.....	185
FIGURA 178. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR SUBSETOR	186
FIGURA 179. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR CAE -2021.....	187
FIGURA 180. DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR TIPO DE CURSO.....	190
FIGURA 181. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES	191
FIGURA 182. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO	192
FIGURA 183. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS.....	193
FIGURA 184. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA ADULTOS POR ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS	193
FIGURA 185. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO	194
FIGURA 186. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS	195
FIGURA 187. TOTAL DE FORMANDOS POR TIPOLOGIA DE ENTIDADE FORMADORA.....	196
FIGURA 188. NÚMERO DE FORMANDOS ABRANGIDOS POR CURSOS DE FORMAÇÃO	197
FIGURA 189. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS MEDIDAS DE FORMAÇÃO EM 2021, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	199
FIGURA 190. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS MEDIDAS DE FORMAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO, EM 2021	200

FIGURA 191. PERCENTAGEM DE FORMANDOS APROVADOS NO FINAL DA FORMAÇÃO.....	200
FIGURA 192. NÚMERO DE ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO.....	202
FIGURA 193. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE ABRANGIDOS PELAS MEDIDAS DE	202
FIGURA 194. PERCENTAGEM DE ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO, POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES, EM 2021....	203
FIGURA 195. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE EMPREGADOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS	204
FIGURA 196. TIPOLOGIA DE COLOCAÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE CONCLUÍRAM MEDIDAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL EM 2021....	205
FIGURA 197. REGIME DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	206
FIGURA 198. EVOLUÇÃO DA % EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES	207
FIGURA 199. PERCENTAGEM DE EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES POR SETORES DE ATIVIDADE – 2019	208
FIGURA 200. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO DO MESMO GRUPO PROFISSIONAL	210
FIGURA 201. TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR INICIATIVA DA FORMAÇÃO, EM 2019	211
FIGURA 202. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPO DE HORÁRIO.....	212
FIGURA 203. OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO	213
FIGURA 204. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – SERVIÇOS	214
FIGURA 205. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – INDÚSTRIA	215
FIGURA 206. OFERTAS RECEBIDAS POR GRUPOS PROFISSIONAIS.....	216

NOTA PRÉVIA

Em 2021, continuou a assistir-se à propagação do SARS-CoV-2 a nível mundial. No âmbito do combate à pandemia, em 2020, o Governo Português implementou um conjunto de medidas excecionais, tendo em vista limitar a propagação da doença, designadamente, o dever geral de recolhimento domiciliário, a restrição de circulação, a limitação no acesso a espaços públicos e o encerramento, total ou parcial, de vários setores económicos. Em 2021, foram adotadas algumas dessas restrições, embora de forma menos intensa e com particular incidência no primeiro quadrimestre do ano¹.

Neste contexto, o presente relatório mantém a estrutura dos anteriores, iniciados em 2015, ao que se acrescentou uma análise dos diversos indicadores sobre a COVID-19 e das medidas de mitigação dos seus efeitos.

No primeiro capítulo é feito o enquadramento macroeconómico, com destaque para a análise da evolução das principais grandezas, em Portugal e na União Europeia em especial, enquanto determinantes relevantes da dinâmica do mercado de trabalho.

No segundo capítulo relata-se a evolução da oferta de trabalho, que inclui um breve resumo dos fluxos migratórios. Analisam-se também os principais indicadores do mercado de trabalho relativamente ao emprego, desemprego e fluxos emprego- desemprego-inatividade, de acordo com diferentes dimensões: sexo, grupo etário, nível de escolaridade, região, setor de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. Relata-se igualmente o emprego nas entidades do Setor Público. À semelhança do ano anterior, dedica-se um ponto específico à análise das principais medidas de carácter excepcional, adotadas em 2021, em contexto de pandemia (covid-19), para apoiar os trabalhadores e as empresas.

Nos terceiro e quarto capítulos caracteriza-se o emprego nas empresas e apresenta-se a estrutura empresarial. Para além da informação retirada dos Quadros de Pessoal, com destaque para o emprego nas empresas e para as remunerações, manteve-se a análise dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento, quer do ponto

¹ Em 2021, Portugal esteve em regime de estado de emergência entre janeiro e abril. A Resolução da Assembleia da República n.º 1-A/2021, 6 de janeiro, autoriza a renovação do estado de emergência, formalizada pelo Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, 6 de janeiro e, por sua vez, regulamentada pelo Governo, através do Decreto n.º 2-A/2021, 7 de janeiro. Esta situação foi sucessivamente renovada até 30-04-2021. A partir de 1-05-2021, passou a vigorar a situação de calamidade, decretada pela RCM n.º 45-C/2021, 29 de abril, e sucessivamente alterada e renovada até 19-08-2021, pela RCM n.º 101-A/2021, 29 de julho. Com a RCM n.º 114-A/2021, 20 de agosto, foi declarada a situação de contingência. Esta Resolução foi posteriormente revogada pela RCM n.º 135-A/2021, através da qual foi declarado o estado de alerta.

de vista da sua distribuição setorial, quer no que diz respeito à estrutura do emprego. No quarto capítulo são apresentados os ganhos e as remunerações na Administração Pública.

No quinto e último capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional. Analisa-se igualmente a formação em serviço, isto é, a formação contínua prestada pelas empresas aos trabalhadores.

As matérias incluídas neste relatório refletem as sugestões da Comissão Científica e dos membros do CRL, validadas no roteiro de suporte ao presente documento, e estão sempre sujeitas aos critérios de disponibilidade de informação. Optou-se, sempre que possível, por recorrer às fontes utilizadas nos relatórios anteriores, e deu-se continuidade ao esforço de melhoria do tratamento da informação e de ordenação das matérias, tendo em vista uma maior facilidade de leitura e interpretação das estatísticas alvo de seleção. Não se tratando de um estudo, mas antes de um relatório que procura coligir, de forma integrada, um conjunto muito alargado de dados, procurou-se, na sua elaboração, a objetividade, a neutralidade e a abrangência possíveis, utilizando a experiência obtida na produção dos relatórios anteriores.

INTRODUÇÃO

O Centro de Relações Laborais (CRL), criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, é um organismo público, de caráter tripartido, constituído por quatro representantes do Ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão. A sua presidência é assumida anualmente de forma rotativa por um dos membros de entre os vários Grupos: Empregadores, Trabalhadores e representantes dos Ministério.

As atividades do CRL são desenvolvidas de acordo com a sua lei orgânica e o seu regulamento interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Entre as diversas atividades acometidas ao CRL, encontra-se prevista a elaboração de um *Relatório sobre Emprego e Formação Profissional* que, nesta edição, colige e analisa informação estatística dos últimos anos, com especial enfoque no ano de 2021.

Em termos metodológicos este relatório mantém a matriz dos relatórios anteriores no que se refere à estrutura, às fontes de informação e aos critérios de análise, embora se tenha procurado aprofundar o âmbito de estudo de algumas matérias, sempre que isso pareceu pertinente e tendo em conta a evolução da realidade em análise.

Como os anteriores, o processo de elaboração deste Relatório incluiu:

- a coordenação científica de um professor universitário, que orientou a sua elaboração, neste caso, Sílvia Sousa, Professora Doutora da Universidade do Minho;
- o apoio de uma Comissão Científica constituída por quatro membros, pertencentes à Comunidade Académica;
- o acompanhamento pelo Plenário do CRL, que aprovou o roteiro inicial, apreciou a versão preliminar e contribuiu com diversos comentários e sugestões para a versão final, que ratificou. Esta Introdução foi também discutida e aprovada em plenário.

Conforme decisão do Plenário do CRL foram anexados ao Relatório:

- os comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entenderam;
- o parecer conjunto da Comissão Científica.

Finalmente, cumpre agradecer a todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração do Relatório e, em particular, a cooperação recebida de organismos da Administração Pública, nomeadamente, a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, o Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Instituto Nacional de Estatística e ainda o Observatório da Emigração do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

Lisboa, julho de 2022

A Presidente do CRL



(Ana Couto de Olim)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Enquadramento Macroeconómico – No Contexto Europeu em particular

1. O ano de 2021 continua a ser marcado pela pandemia, cujo impacto económico e social determinou o desempenho da economia e do mercado de trabalho, português e europeu, em 2020. 2021 vem, contudo, em algumas dimensões, contrariar o impacto recessivo da pandemia, traduzindo-se em sinais de recuperação económica.
2. O ano de 2020 interrompeu o contributo positivo da procura interna líquida para o crescimento do PIB que se observava desde 2014, com valores, na sua generalidade, superiores a 2%. Em contrapartida, em 2021, observa-se uma recuperação significativa, alcançando-se o maior contributo da procura interna observado na década em análise (2012-2021), 5,12%.
3. No que diz respeito ao contributo da procura externa líquida, a estabilidade em torno de zero, a partir de 2014, foi contrariada em 2020, com uma quebra acentuada que se traduziu no mínimo registado na década em análise, já que, em 2021, retoma-se a tendência que se vinha observando. O saldo externo de bens e serviços positivo, assegurado pelo saldo externo positivo nos serviços, é contrariado em 2020, acentuando-se a tendência negativa, em 2021. Neste último ano, embora se registre um saldo positivo e crescente nos serviços, este é contrariado por um saldo negativo nos bens, que se deteriora, em 2021.
4. Ao contrário do que acontece na UE, em Portugal, quando considerado *per capita*, o PIB apresenta uma evolução mais interessante. Esta evolução é corroborada pelas taxas de crescimento observadas em Portugal, com valores entre 2016 e 2019 superiores aos da UE. Esta evolução positiva da atividade económica em Portugal é fortemente abalada com a pandemia que se revela em quebras acentuadas, mais profundas do que as observadas na UE, interrompendo um período de convergência da economia portuguesa que se havia retomado em 2015.
5. Quanto à evolução da atividade do Estado, traduzida pela dívida e défice públicos relativizados pelo PIB, observa-se, desde 2017, um esforço de redução da dívida e de recuperação do défice. De facto, 2019 apresenta o valor mais baixo da dívida, acompanhado de um saldo positivo das contas públicas, tendência que a pandemia veio contrariar. Ainda assim, o aumento do défice em Portugal não se revelou tão acentuado como na UE, tendo a recuperação, observada, em 2021, em Portugal, sido também mais interessante comparativamente à média comunitária.

6. A forte redução do défice público e a estabilização da dívida pública, acompanhados por um crescimento do PIB, contribuíram para diminuição das taxas de juro de longo prazo suportadas pelo Estado português, convergindo para as observadas na média dos países da UE. De realçar, em 2021, uma inversão de tendência já sinalizada no espaço europeu, ao contrário do que aconteceu em Portugal, denotando a possibilidade duma resposta mais lenta da economia portuguesa às alterações de conjuntura.
7. A evolução das taxas de juro, associadas à evolução favorável do PIB (até 2019, com nova recuperação em 2021), sugere um papel importante do investimento. De facto, até 2019, a formação bruta de capital fixo, em Portugal, aumentou cerca de um terço, face aos valores observados em 2012, após uma quebra registada em 2013. Esta evolução, muito semelhante à registada no contexto europeu, é mais acentuada em Portugal, a partir de 2017. De notar que a quebra associada à pandemia, em 2020, é inferior em Portugal e a recuperação, em 2021, superior.
8. A recuperação da economia portuguesa, após a forte crise do período 2009-2013, foi interrompida no ano de 2020 com um forte impacto da pandemia na atividade económica. O ano de 2021 afigura-se como um ano de recuperação. Contudo, esta recuperação nem sempre se traduz numa convergência com a realidade europeia.
9. Por outro lado, em algumas dimensões, o impacto da pandemia ainda não se manifestou. Nestas, algum desfasamento na produção de efeitos poderá implicar que apenas em 2022, seja possível avaliar o impacto da pandemia.

2. Análise sintética sobre a evolução do mercado de trabalho

2.1. Oferta de trabalho

10. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2021, residiam, no Continente, 9.787,7 milhares de pessoas e em relação ao ano anterior verificou-se um decréscimo de 0,1%. A população feminina decresceu 0,3% e o número de homens residentes aumentou ligeiramente (0,2%). Relativamente à população de 16 e mais anos, a população decresceu (1,1%) entre 2020 e 2021, em particular no escalão dos 16 aos 24 anos.
11. Analisando a informação estatística disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO para 2019, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo (mais 41,3 mil indivíduos), dado que 25,9 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 67,2 mil imigrantes (dos quais 51,5 mil oriundos de países extra UE28 e 15,7 mil provenientes dos restantes países da União).

- 12.** Em 2021, no Continente a população inativa com 16 e mais anos totalizava cerca de 3.481,7 mil pessoas, menos 2,8% do que em 2020. Mais de metade destes inativos eram reformados (em simultâneo com a categoria dos estudantes, foram as que aumentaram relativamente a 2020). Os estudantes representavam 20%.
- 13.** A taxa de atividade da população com 16 e mais anos, em 2021, era de 59,2% e registou-se um aumento de 1,5% face a 2020. Tanto a taxa de atividade masculina como a feminina aumentaram em relação ao ano anterior. A taxa masculina, que era de 63,6%, aumentou 1,6%, a taxa feminina, que era de 55,4%, aumentou 0,4%.
- 14.** Em 2021, a taxa de atividade cresceu relativamente a todos os escalões etários, exceto no que se refere ao escalão entre os 16 aos 24 anos (menos 0,7 p.p.) e no escalão dos 24 aos 34 anos (menos 1,1 p.p.). O maior acréscimo registou-se no escalão dos 55 aos 64 anos (4,2%). Tanto no caso dos homens como no das mulheres, a taxa de atividade só aumentou a partir do escalão dos 35 aos 44 anos.
- 15.** Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico (ISCED 0-2) e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação tem diminuído progressivamente e de forma bastante mais acentuada do que na média dos países europeus e, em 2021, pelo segundo ano consecutivo, foi inferior à observada relativamente à média da UE.
- 16.** Em 2021, 9,5% da população portuguesa, entre os 16 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que registou mais 3,7 p.p. (13,2%).

2.2. Emprego

- 17.** Em 2021, de acordo com o *Inquérito ao Emprego* do INE, no Continente, estavam empregadas 4.583,3 mil pessoas, o que se traduz em um aumento de 129,1 mil empregados relativamente a 2020. Os homens empregados constituíam 50,4% do total, tendo aumentado (mais 3,4%) relativamente a 2020, sendo que o aumento do número de mulheres empregadas foi menos expressivo (mais 2,4%).
- 18.** Em 2021, no Continente, a população empregada com o ensino básico constituía 34,9% do total. O peso da população empregada com o ensino secundário e superior era aproximado. Entre 2020 e 2021 o número de pessoas empregadas com o ensino básico decresceu em 7%, a população empregada com o ensino secundário cresceu em 4% e as pessoas empregadas com o ensino superior cresceu em 14%, um aumento bastante expressivo em relação ao ano anterior.

- 19.** No Continente, em 2021, cerca de 3.868,5 mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem (TCO), representando 84,4% do total de empregados, 675,5 mil trabalhavam por conta própria, constituindo 14,7% do total e 39,3 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 64,9% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.
- 20.** Em 2021, no Continente, a população empregada a tempo completo totalizava 4.222,3 mil pessoas, representando 92,1% do total e cresceu 3% relativamente ao ano anterior (mais 124,7 mil pessoas). Os homens que trabalhavam a tempo inteiro constituíam 51,4% do total e aumentaram menos do que as mulheres relativamente a 2020.
- 21.** Entre 2020 e 2021, a população empregada a tempo parcial cresceu em 1,3% (mais 4,5 mil indivíduos), sendo que o número de mulheres nesta categoria diminuiu em 8,8 mil.
- 22.** No Continente, em 2021, dos 3.868,5 mil TCO, 83,1% (cerca de 3213,9 mil indivíduos) tinham contratos sem termo, tendo o seu número aumentado em cerca de 71,7 mil, relativamente a 2020. No que se refere aos TCO com contratos a termo, estes representavam 14,4% (557,1 mil pessoas), tendo decrescido em relação ao ano anterior em cerca de 3,1 mil pessoas.
- 23.** Em 2021, 72,2% das pessoas empregadas no Continente, ou seja, cerca de 3.308,7 mil indivíduos trabalhavam na área dos *Serviços* e 25% (1.144,5 mil) trabalhavam na *Indústria, construção, energia e água*.
- 24.** O emprego cresceu na área dos *Serviços*, entre 2020 e 2021, em cerca de 72,2 mil pessoas (mais 4%). Já na *Indústria, construção, energia e água*, registou-se um decréscimo de 25 mil pessoas (menos 0,2 %) e na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, o emprego cresceu em 2,6 mil pessoas (mais 1,4%).
- 25.** Analisando os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada, em 2021, no Continente, e à semelhança dos anos anteriores, verificou-se que continuavam a ser os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que representavam 24,4% do total de empregados, o grupo dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (17,1%) e o grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (12,3%)
- 26.** Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2021, no Continente, havia 678,1 mil postos de trabalho ocupados² nas administrações públicas, mais 12,7 mil face ao período homólogo. Cerca de 61,5% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres,

² A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos setores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

que tiveram um acréscimo de 9,5 mil relativamente ao ano anterior, enquanto os homens cresceram em apenas 3,1 mil.

- 27.** Considerando a informação estatística disponibilizada pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2021, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 12,5%.

2.3. Desemprego

- 28.** Considerando os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2021, no Continente, estavam desempregadas 320 mil pessoas, o que significou um decréscimo de 12,7 mil pessoas relativamente a 2020 (3,8%). As mulheres representavam 52% do total, tendo diminuído 2,7% entre 2020 e 2021, no que diz respeito aos homens desempregados também decresceram 4,9%.
- 29.** Entre 2020 e 2021, o desemprego diminuiu em praticamente todos os escalões, exceto no escalão dos 16 aos 24 anos que aumentou em 3,6%. O número de mulheres desempregadas também cresceu neste escalão (4,3%), assim como no escalão dos 45 aos 54 anos (1,8%). Relativamente ao número de homens desempregados também é no escalão dos 16 aos 24 anos que se registou um crescimento (3,2%) e também no escalão dos 35 aos 44 anos (mais 1,2%).
- 30.** A taxa de desemprego portuguesa tem evidenciado um crescimento progressivo ao longo da última década, tendo chegado aos 16,4%, em 2013, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série e a partir do qual se inverteu a tendência com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego que, em 2021, registou 6,9%.
- 31.** No Continente, em 2021, a população desempregada à procura de novo emprego constituía 87% do total dos desempregados (cerca de 278,3 mil pessoas). Os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 41,7 mil. Relativamente a 2020, o desemprego aumentou na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego, mas diminuiu na categoria dos desempregados à procura do novo emprego.
- 32.** No Continente, em 2021, dos 332,9 mil desempregados cerca de 129,7 mil (39% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, ou seja, eram desempregados de longa duração (DLD). Entre 2020 e 2021, o número de desempregados de longa duração decresceu em cerca de 28,2 mil pessoas e a categoria dos desempregados até 12 meses cresceu de forma bastante acentuada (mais 40,9 mil indivíduos). Em 2021, as mulheres representavam 53,5% dos DLD, tendo o seu peso aumentado em cerca de 2,7 p.p. relativamente a 2020.

- 33.** Dos cerca de 138 mil indivíduos desempregados há mais de 1 ano, no Continente, em 2021, 68 mil, ou seja 49,6% do total, estavam desempregados há mais de 2 anos (eram desempregados de muito longa duração (DMLD)). Relativamente ao ano anterior esta subcategoria de DLD diminuiu 12,6%. Em 2021, os DMLD constituíam assim 21,3% do total dos desempregados.
- 34.** Segundo a informação disponibilizada pelo IEFP, I.P., no final de dezembro de 2021, o número de inscritos nos Centros de Emprego do Continente totalizava cerca de 327,1 mil desempregados, o que representou um decréscimo de aproximadamente 48 mil indivíduos face ao período homólogo. Esta diminuição do desemprego registado fez-se sentir tanto no número de homens inscritos nos Centros de Emprego (menos 13,8%), como no número de mulheres (menos 12%).
- 35.** Em Portugal, de acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, havia em 2021, cerca de 159,1 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 590 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade

- 36.** Em 2021, a população empregada apresentou um saldo positivo de cerca de 128,6 mil pessoas, que resulta da entrada de indivíduos vindos, tanto de uma situação de inatividade como de desemprego. A população inativa, em contrapartida, evidenciou um decréscimo de cerca de 116,5 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados da inatividade para o emprego. Quanto ao número de desempregados, verificou-se igualmente uma quebra, que apesar de menor, ficou a dever-se sobretudo à saída de desempregados para o emprego.
- 37.** De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2021, no Continente, entraram nas Administrações públicas cerca de 129,5 mil trabalhadores, dos quais cerca de 70 mil, ou seja, mais de metade, constituíam novos recrutamentos³ e os restantes provinham da mobilidade e outras situações⁴. Por outro lado, 65,5 mil trabalhadores saíram das Administrações Públicas, cerca de 55,5% dos quais, ou seja, 65,5 mil, em definitivo⁵. Destes, 12,2 mil saíram por reforma/aposentação.

³ inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsetor por reclassificação.

⁴ Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

⁵ As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

- 38.** Analisando os dados estatísticos da Segurança Social disponibilizados no Boletim estatístico do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), no decurso de 2021, 700 entidades empregadoras estiveram em situação de Lay-off, o que correspondeu a um decréscimo de 9,8%, face ao ano anterior.
- 39.** Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), em 2021, foram comunicados 336 despedimentos coletivos que abrangeram um total de cerca de 3,8 mil trabalhadores⁶. Em termos homólogos, no ano de 2021, constatou-se um decréscimo de 51,9% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a menos 362 despedimentos.

2.5. Medidas de apoio excecionais em contexto de pandemia (Covid-19)

- 40.** Analisando as Estatísticas da Segurança Social disponibilizadas pelo Instituto de Informática do MTSSS, constata-se que, relativamente às medidas de apoio no âmbito da covid-19, ao longo de 2021, um total de 1.724.954 pessoas singulares e 146.385 entidades empregadoras usufruíram de apoios COVID, o que correspondeu a um montante pago de 2.158.087.568,61 €.
- 41.** Em 2021, deu-se continuidade às medidas de Apoio à retoma progressiva⁷ e de Apoio excecional à família⁸, criadas, em 2020, com o intuito de mitigar os impactos da pandemia de COVID-19, e com o objetivo de apoiar a economia, os trabalhadores e as empresas, procurando garantir a manutenção do emprego. Assim, em 2021, 312.027 pessoas singulares e 41.026 entidades empregadoras beneficiaram da medida de Apoio à retoma progressiva.
- 42.** No contexto da pandemia COVID-19, em 2021, foram extraordinariamente prorrogadas e majoradas as prestações por desemprego. Com efeito, em 2021, para além da prorrogação automática das prestações de desemprego⁹ que abrangeu 92.174 pessoas singulares, foram estabelecidas *majorações para o montante do subsídio de desemprego*, designadamente, *Majoração do limite mínimo do subsídio de desemprego*¹⁰, que abrangeu 183.543 pessoas singulares, *Majoração do subsídio social de desemprego*¹¹,

⁶ Inclui trabalhadores despedidos no âmbito de procedimentos iniciados em 2020 que só foram objeto de decisão em 2021.

⁷ Destina-se a entidades empregadoras que tenham sido afetados pela pandemia da doença COVID-19 e que se encontrem, consequentemente, em situação de crise empresarial, ou seja, com uma quebra de faturação igual ou superior a 25%. O empregador pode aceder ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade com redução temporária do período normal de trabalho de todos ou alguns dos seus trabalhadores.

⁸ Destina-se aos trabalhadores do **serviço doméstico** e aos trabalhadores que exercem atividade por **conta de outrem** e que faltem ao trabalho por motivos de assistência a filhos ou outros menores a cargo, menores de 12 anos, decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoio à primeira infância. Destina-se, igualmente, aos trabalhadores **independentes** que se encontrem enquadrados exclusivamente no regime dos trabalhadores independentes e que não possam prosseguir a sua atividade por necessidade de prestar assistência a filho ou outro dependente decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoio à primeira infância. Aplica-se também aos trabalhadores que se encontrem a exercer atividade em regime de teletrabalho que optem por interromper a sua atividade para prestar assistência à família.

⁹ Para informação detalhada, ver Art. 154º da LOE 2021.

¹⁰ Para informação detalhada, ver Art. 155º da LOE 2021.

¹¹ Para informação detalhada, ver Art. 423º da LOE 2021.

que abrangeu 25.402 pessoas singulares, e *Majoração do montante do subsídio de desemprego em 25%*¹², que abrangeu 4.212 pessoas singulares.

- 43.** No decurso de 2021, em virtude da situação pandémica originada pela COVID-19, foram atribuídas 266.347 baixas por doença COVID e 452.844 baixas por isolamento profilático¹³.
- 44.** De acordo com a informação estatística da Segurança Social, disponibilizada pelo Instituto de Informática do MTSSS, em 2021, 57.460 entidades empregadoras beneficiaram do *Lay-off simplificado*¹⁴ e 663 entidades empregadoras beneficiaram do *Lay-off* ao abrigo do Código do Trabalho. Quanto ao número de pessoas singulares, beneficiárias destas prestações, em 2021, 303.692 usufruíram de apoio ao abrigo do *Lay-off simplificado* e 33.311 do apoio ao abrigo do *Lay-off* do Código do Trabalho.
- 45.** Em 2021, de acordo com a informação disponibilizada pela Segurança Social, através do Instituto de Informática do MTSSS, 156.870 pessoas singulares beneficiaram do *Apoio extraordinário à redução da atividade económica dos trabalhadores independentes (TI) e dos membros de órgão estatutário (MOE)*¹⁵ e 11.555 beneficiaram da *Medida de incentivo à atividade profissional*¹⁶, em virtude da redução da sua atividade económica ou paragem total da atividade laboral, dado o contexto pandémico experienciado ao longo do ano.
- 46.** Segundo a informação disponibilizada pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP), no ano de 2021, 36.860 entidades empregadoras beneficiaram do *Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial*¹⁷ e 47.854 beneficiaram do *Novo Incentivo à normalização da atividade empresarial*¹⁸. De referir que o *Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial* abrangeu 274.191 pessoas singulares. Já o *Novo Incentivo à normalização da atividade empresarial*, regulamentado em 2021, abrangeu 286.652 pessoas singulares.

¹² Para informação detalhada, ver Art. 158º da LOE 2021.

¹³ Esta medida aplica-se aos trabalhadores que exercem atividade por conta de outrem, aos trabalhadores independentes, aos membros de órgãos estatutários e aos trabalhadores do serviço doméstico, que se encontrem em situação de impedimento para o trabalho por motivo de doença por COVID-19 ou por motivo de isolamento profilático.

¹⁴ O *Lay-off simplificado* destina-se a entidades empregadoras, que se encontrem sujeitas ao dever de encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. A entidade empregadora pode aceder ao apoio desde que a sua atividade se encontre total ou parcialmente sujeita ao dever de encerramento, sendo abrangidos os trabalhadores afetados por esse dever de encerramento.

¹⁵ O *apoio extraordinário à redução da atividade económica* destina-se aos trabalhadores independentes, incluindo empresários em nome individual, sujeitos à suspensão de atividades ou encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, no estado de emergência. A Redução de Atividade Económica aplica-se aos Trabalhadores Independentes cujo setor de atividade se encontra sujeito ao dever de encerramento no âmbito da pandemia COVID-19.

¹⁶ A *Medida extraordinária de incentivo à atividade profissional* reveste a forma de apoio financeiro aos trabalhadores que se encontram exclusivamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes, ou que estejam também abrangidos pelo regime de trabalhadores por conta de outrem e não auferam, neste regime, mais do que o valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

¹⁷ Visa apoiar a manutenção do emprego e reduzir o risco de desemprego dos trabalhadores de entidades empregadoras afetadas por crise empresarial em consequência da pandemia causada pela doença COVID-19, através da atribuição de um apoio ao empregador na fase de regresso dos seus trabalhadores à prestação normal de trabalho e de normalização da atividade empresarial. Destina-se aos empregadores que tenham beneficiado do apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho ou do plano extraordinário de formação.

¹⁸ Consiste na atribuição de um apoio financeiro por trabalhador que tenha sido abrangido, no primeiro trimestre de 2021, pelo *apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho* ou pelo *apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade*, a conceder pelo IEFP, IP, ao empregador na fase de regresso dos seus trabalhadores à prestação normal de trabalho e de normalização da atividade empresarial.

3. Estrutura Empresarial E Trabalhadores Nas Empresas

- 47.** Em 2020, responderam aos *Quadros de Pessoal* 277,6 mil empresas, mais cerca de 1,9 mil do que em 2019. Não obstante uma ligeira quebra em 2019, o número de empresas tem vindo a aumentar de forma regular ao longo dos últimos anos.
- 48.** Segundo os *Quadros de Pessoal*, em 2020, havia 3.087,2 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, menos cerca de 25 mil do que no ano anterior.
- 49.** Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em dezembro de 2021 estavam registados 5.753,3 mil contratos de trabalho¹⁹. Destes, 1.528,9 mil, ou seja 26,6%, eram novos contratos²⁰. Entre 2020 e 2021 o número de contratos registados na segurança social aumentou 4,6%, tal como o número de novos contratos que evidenciou uma subida de 19,2%.
- 50.** Em 2020, havia cerca de 226,3 mil estrangeiros nas empresas no Continente, dos quais 217,8 mil (96,2%) eram TCO e 8,2 mil eram empregadores, representando 3,6% do total de estrangeiros. Relativamente a 2019, os TCO aumentaram cerca de 3,4% (cerca de 7,2 mil pessoas) enquanto os empregadores aumentaram cerca de 2,3% (mais 184 pessoas).
- 51.** Em 2020, as empresas nos setores de alta e média alta tecnologia²¹ eram cerca de 25,8 mil e continuaram a representar cerca de 2% do total. Relativamente ao ano anterior, o número destas empresas cresceu 1,4%, mantendo-se, assim, a tendência que se vem verificando nos últimos cinco anos. Por outro lado, havia 255,5 mil pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia²², que representavam 6,2% do total destes trabalhadores. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores aumentou 2,4%, o que representou um acréscimo de cerca de 6 mil pessoas, relativamente ao ano anterior.
- 52.** De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2019²³ ocorreram, em Portugal, cerca de 196,2 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 104 acidentes mortais, menos 1 morte e mais 441 acidentes em relação ao ano anterior. Todavia, considerando a evolução da sinistralidade laboral nos últimos cinco anos, constata-se uma certa tendência de decréscimo do número de acidentes, em particular mortais.

¹⁹ Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

²⁰ Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

²¹ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

²² Ver nota anterior.

²³ A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2019.

53. No final de 2021, segundo a informação disponibilizada para o continente pelo Instituto da Segurança Social do MTSSS, foram terminadas cerca de 1.400²⁴ mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 15,7%. No decurso dos últimos cinco anos, a análise da evolução do número de baixas por doença evidencia uma tendência de crescimento, sobretudo a partir de 2020.

4. Ganhos e Remunerações

54. Em outubro de 2020, e de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, o ganho médio mensal, no Continente, dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.250,75 €, o que representou um aumento de 3,4% face a outubro do ano anterior. A mediana do ganho era de 926,14 €, tendo registado um aumento de 3,8% relativamente ao ano anterior.

55. O ganho médio mensal masculino era 1.349,35 €, enquanto o feminino totalizava 1.130,87 €. Ambos cresceram, relativamente a 2019, embora o feminino mais do que o masculino pelo que a diferença entre salários médios se atenuou ligeiramente, como aliás já vinha acontecendo nos últimos anos. Assim, em 2020, o salário médio mensal feminino representava 83,8% do salário masculino quando, há cinco anos, constituía 80,9%.

56. Em outubro de 2020, O valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.041,99 €, (83,3% do ganho médio mensal) e cresceu cerca de 3,7% relativamente a 2019. A remuneração base média masculina era 1.109,21 € e a feminina, 960,27 €, representando 86,6% da masculina.

57. Em 2020, a análise da estrutura remuneratória dos TCO que trabalhavam a tempo completo, no que respeita à remuneração base mensal mais prestações regulares, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores (52,7%) se concentrava no escalão remuneratório entre os “635,01 e os 999,99 €”. Surgia em seguida o escalão dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 35,2% dos trabalhadores. O escalão equivalente ao SMN, reunia cerca de 5,1% e o escalão entre os “2.500 e os 4.999,99 €”, 5,8%. Quanto ao escalão inferior ao SMN, e tendo em conta o aumento do SMN para 635 € em 2020, este abrangeu cerca de 0,2% dos trabalhadores.

58. Analisando as remunerações bases médias mensais tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos Quadros de Pessoal, constata-se que, em 2020, no Continente, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.123,2 €, para os contratados sem termo, de

²⁴ Por forma a não violar o segredo estatístico, este total não inclui os valores residuais das baixas terminadas por mulheres dos 20 aos 24 anos e por homens com menos de 20 anos.

839,3 para os contratados a termo, (ou seja, cerca de 74,7% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 867 €, para os contratados com termo incerto.

- 59.** De acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2021, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 1,9% em termos homólogos, tendo aumentado em quase todos os setores de atividade, à exceção do da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (menos 8,2%), das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (menos 6,1%), das *Atividades financeiras e de seguros* (menos 4,9%) e das *Atividades de saúde humana e apoio social* (menos 0,2%).
- 60.** De acordo com os dados da DGAEP, em 2021²⁵, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.800,9 €. Relativamente a 2020, o ganho médio cresceu cerca de 0,6%, o que correspondeu a um acréscimo de 10,2 €. Ao longo dos últimos cinco anos, o ganho médio mensal aumentou 6,2%, tendo passado de 1.695,04 €, em 2017, para 1.800,87 €, em 2021, ou seja, um acréscimo de 105,84 €.

5. Formação Profissional e medidas ativas de emprego

- 61.** Em 2021, a informação registada no Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO)²⁶ (disponibilizada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência) inclui diversas modalidades de formação, quer formação com dupla certificação, quer formação modular certificada, no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações e, ainda, outra formação profissional não inserida naquele Catálogo.
- 62.** No âmbito da formação de dupla certificação, em 2021, o SIGO registou a matrícula de 186,1 mil indivíduos em cursos de educação e formação. Destes, 148,5 mil (79,8 %) frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos²⁷ e os restantes 37,6 mil frequentavam cursos dirigidos a adultos. Entre 2020 e 2021, o número de matriculados em cursos de dupla certificação diminuiu 24,8%, depois de, no ano anterior, ter crescido 6,7%.
- 63.** Em 2021, cerca de 670 mil pessoas matricularam-se em ações de *Formação modular*, no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações, mais 27% do que em 2020. As mulheres representavam 63% do total dos matriculados. Os abrangidos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos diversos escalões etários a partir dos 15 anos, atingindo os 24% do total no escalão dos 50 ou mais anos e os 28,5% no escalão dos 35 aos 44 anos.

²⁵ Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

²⁶ O SIGO abrange a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), incluindo os Centros Qualifica.

²⁷ Os dados recebidos do SIGO para o presente relatório não incluem informação sobre os *Cursos de aprendizagem*, nem sobre os *Cursos de Especialização Tecnológica*. Esta informação é analisada no ponto 5.2.

- 64.** Ainda em 2021, encontravam-se 768 mil pessoas matriculadas em ações de formação²⁸ não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, o que se traduz num crescimento relativamente a 2020 (mais 33,8%). Por outro lado, mais de metade dos matriculados eram homens.
- 65.** Uma outra fonte de informação relevante para o conhecimento da formação dos trabalhadores consiste no *Relatório anual de formação contínua*²⁹. Os últimos dados disponíveis, no Continente, reportam a 2019³⁰, indicando que 38,6 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, ou seja, 15,2% do total de empresas que responderam ao *Relatório Único*. Estas ações de formação abrangeram cerca de 1.070,9 mil trabalhadores (36,7% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas), o que significou um acréscimo de 2 p.p. na percentagem de trabalhadores envolvidos em formação (mais 18,3 mil trabalhadores) relativamente ao ano anterior.
- 66.** Relativamente às ações de formação promovidas pelo IEFP, I.P., e de acordo com a informação tratada por esta entidade, verifica-se o envolvimento de 440,4 mil pessoas, das quais 313,9 mil foram abrangidas em ações de Formação Contínua (71%), 70,5 mil (16%) na Formação Inicial, 11 mil (2%) na formação para a inclusão e 29 mil (7%) foram abrangidas por outras medidas de formação, incluindo o *Cheque-formação* e a *Formação de Formadores*.
- 67.** No que se refere à *Formação Contínua*, em 2021, importa destacar que os abrangidos na medida *Vida Ativa* representavam mais de metade dos abrangidos por formação contínua (170,9 mil em 313,9 mil pessoas) e tiveram um crescimento de 41,4 mil pessoas comparativamente a 2020. Por outro lado, os abrangidos pela medida *Formação modular*³¹, cerca de 32% (100,1 mil pessoas), envolveram mais 18,4 mil pessoas comparativamente a 2020.
- 68.** Na atividade formativa do IEFP, em 2021, surge também um conjunto de medidas focadas no reforço das competências digitais, como por exemplo, o *Certificado de Competências Digitais* (1,3 mil pessoas), a *Cidadania digital* (33 mil pessoas), o *Programa jovem + digital* (8,2 mil pessoas) e a nova medida de *Formação a distância* que, em 2020, abrangeu apenas 2,2 mil pessoas.
- 69.** Em 2021, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP, I.P. abrangeram cerca de 108 mil pessoas, das quais 65% são mulheres. A repartição dos beneficiários pelas várias medidas é a seguinte: 43,2%, em medidas de *Inserção social – trabalho socialmente necessário*, 31% das medidas de *Inserção profissional*, 22,9% em *apoios à contratação*, 1,5% em *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* e cerca de 1,4% no *Apoio à criação de emprego e empresas*.

²⁸ Ações de formação na modalidade de educação e formação promovidas por entidades certificadas ou equiparadas a certificação pela DGERT e, ainda, por entidades não certificadas.

²⁹ O relatório anual de formação contínua que constitui o anexo C do Relatório Único reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo GEP (MTSSS) a partir de 2010.

³⁰ Últimos dados disponíveis, à data.

³¹ A partir de 2017, a medida *Formação modular* passou a incluir ativos empregados e desempregados.

- 70.** Relativamente ao ano anterior, em 2021, o número de abrangidos aumentou (mais 5,2 mil pessoas), sobretudo devido ao acréscimo dos abrangidos pelas medidas de *Inserção profissional – trabalho socialmente necessário* e de *Inserção profissional*. Em contrapartida o número de abrangidos pela medida *Apoios à Contratação* diminuiu.
- 71.** De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, I.P., as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego aumentaram em 2021, invertendo-se assim a tendência de decréscimo progressivo que se vinha verificando nos últimos anos. Assim, o número de ofertas aumentou cerca de 35%, atingindo perto de 142 mil em 2021. Por outro lado, em 2021 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou uma variação positiva de 21,6%, o que correspondeu a um aumento de cerca de 15,6 mil colocações face a 2020. Deste modo, constata-se que, em 2021, 62% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego.

Principais Indicadores

Figura 1. Principais Indicadores

Continente		2021	2021-2020	2021/2020
	Milhares			%
População total		9.787,7	-7,5	-0,08
	<i>Homens</i>	4.619,6	8,2	0,18
	<i>Mulheres</i>	5.168,1	-15,7	-0,30
População ativa		4.903,3	-5,5	-0,11
	<i>Homens</i>	2.463,1	-13,8	-0,56
	<i>Mulheres</i>	2.440,2	8,2	0,34
Taxa de Atividade (16 e mais anos) (%)		59,2	1,5 p.p.	-
	<i>Homens</i>	63,6	1,6 p.p.	-
	<i>Mulheres</i>	55,4	1,4 p.p.	-
População empregada		4.583,3	7,3	0,16
	<i>Homens</i>	2.309,7	-5,7	-0,25
	<i>Mulheres</i>	2.273,7	13,1	0,58
População empregada (16 aos 24 anos)		237,1	-6,1	-2,51
População empregada (25 aos 34 anos)		842,7	-8,3	-0,98
População empregada a tempo completo		4.222,3	124,7	3,04
População empregada a tempo parcial		361,0	4,5	1,26
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial		133,4	-8,9	-6,25
Trabalhadores por conta própria (TCP)		675,5	47,6	7,58
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)		3.868,5	56,1	1,47
TCO contratados sem termo		3.213,9	71,7	2,28
TCO contratados a termo		557,1	-3,1	-0,55
Emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		117,8	1,6	1,38
Emprego na Indústria, construção, energia e água		1.144,5	-2,7	-0,24
Emprego nos Serviços		3.308,7	139,6	4,41
Taxa de emprego (15 e mais anos) (%)		55,4	1,7 p.p.	-
	<i>Homens</i>	59,6	1,8 p.p.	-
	<i>Mulheres</i>	51,6	1,5 p.p.	-
Taxa de emprego (população 16 aos 24 anos) (%)		25,3	-0,9 p.p.	-
Taxa de emprego (população 25 aos 34 anos) (%)		80,4	-1 p.p.	-
Taxa de emprego (população 35 aos 44 anos) (%)		89,2	2,5 p.p.	-
Taxa de emprego (população 45 aos 54 anos) (%)		86,4	2,3 p.p.	-
Taxa de emprego (população 55 aos 64 anos) (%)		63,6	4,6 p.p.	-
População desempregada		320,0	-12,9	-3,88
	<i>Homens</i>	153,5	-8,0	-4,95
	<i>Mulheres</i>	166,6	-4,8	-2,80
População desempregada (16 aos 24 anos)		72,3	2,5	3,58
População desempregada (25 aos 34 anos)		83,2	-2,0	-2,35
Desemprego de longa duração (DLD)		137,5	7,8	6,01
Desemprego de muito longa duração (DMLD)		68,2	-9,8	-12,56
Taxa de desemprego (%)		6,5	-0,5 p.p.	-
	<i>Homens</i>	6,2	-0,5 p.p.	-
	<i>Mulheres</i>	6,8	-0,4 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 16 aos 24 anos) (%)		23,4	1,1 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 25 aos 34 anos) (%)		9	-0,1 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 35 aos 44 anos) (%)		4,3	-0,6 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 45 aos 54 anos) (%)		4,4	-0,3 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 55 aos 74 anos) (%)		5,3	-0,4 p.p.	-

Desemprego registado - fim do período	dez/21	Dez.2021 - Dez. 2020	Dez.2021/ Dez.2020
Desemprego registado	327,1	-48,0	-12,80
Desempregados registados à procura de novo emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13,6	-1,6	-10,76
Desempregados registados à procura de novo emprego na Indústria, construção, energia e água	57,9	-11,7	-16,77
Desempregados registados à procura de novo emprego nos Serviços	217,4	-31,9	-12,81

Estrutura empresarial	out/20	Out.2020 - Out. 2019	Out.2020/ Out.2019
Quadros de Pessoal			
Empresas	277,6	1,9	0,69
TCO nas empresas	3.087,2	-25,0	-0,80
Sistema Integrado de contas das empresas			
Empresas	1.301,0	-17,3	-1,31
Pessoas ao serviço nas empresas	4.140,1	-85,4	-2,02
Empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia	25,8	0,4	1,38
Pessoas ao serviço nos sectores de alta e média alta tecnologia	255,5	6,0	2,42

Remunerações	Outubro 2020	Out.2020/ Out.2019 Variação %
Ganho médio (€)	1.250,8	3,37
<i>Homens</i>	1.349,4	2,81
<i>Mulheres</i>	1.130,9	4,04
Remuneração base média mensal (€)	1.042,0	3,67
<i>Homens</i>	1.109,2	3,30
<i>Mulheres</i>	960,3	4,08

Formação inicial e contínua (SIGO)	Dezembro 2021	Dez.2021 - Dez. 2020	% total abrangidos 2021
Modalidade de Educação e Formação (dupla certificação)	186.199,0	-61.557,0	100,0
<i>Cursos profissionais</i>	129.615,0	-46.065,0	69,6
<i>Cursos de educação e formação de jovens</i>	15.453,0	-313,0	8,3
<i>Cursos de educação e formação de adultos</i>	37.604,0	-13.914,0	20,2
Formação modular certificada	670.129	143.159	-
Formação profissional não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações	768.417	194.421	-

Medidas ativas de emprego do IEFP (inclui Centros de Gestão Participada)	Dezembro 2021	Dez.2021 - Dez. 2020	% total abrangidos 2021
Abrangidos em medidas ativas de emprego do IEFP	548.363	94.229	100,0
Formação profissional	440.408	88.985	80,3
Cursos de Aprendizagem	20.885	-191	3,8
Educação e formação de adultos	45.108	7.189	8,2
Medida Vida Ativa	170.998	38.296	31,2
Formação modular	100.103	18.464	18,3
Apoios à inserção do mercado de trabalho	107.955	5.244	100,0
Inserção profissional	33.431	4.075	31,0
Apoios à contratação	24.743	-6.796	22,9
Apoio à criação de emprego e empresas	1.553	-29.986	1,4
Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário	46.626	20.059	43,2

Formação contínua nas empresas (GEP)*	Outubro 2019	Out.2019 - Out. 2018	Out.2019/ Out.2018
Número de trabalhadores em acções de formação contínua	1.071	18,3	1,74
Número de empresas que promoveram acções de formação	38,6	-3,6	-8,60
% empresas promoveram acções de formação no total empresas	15,2	-1,1 p.p.	-
% de trabalhadores em acções de formação contínua no total de trabalhadores ao serviço	36,7	2,0 p.p.	-

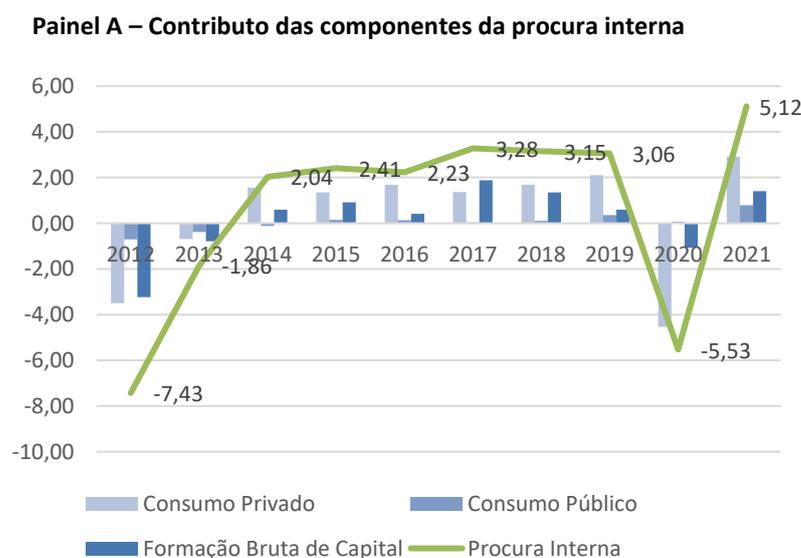
* Últimos dados disponíveis à data.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – NO CONTEXTO EUROPEU EM PARTICULAR

O ano de 2021 continua a ser fortemente marcado pela pandemia, cujo impacto económico e social determinou o desempenho da economia e do mercado de trabalho, português e europeu, em 2020. 2021 vem, contudo, em algumas dimensões, contrariar o impacto recessivo da pandemia, traduzindo-se em sinais de recuperação económica. O presente enquadramento macroeconómico, dá continuidade aos apresentados em edições anteriores do Relatório, concentrando-se na última década, i.e., no período entre 2012 e 2021.

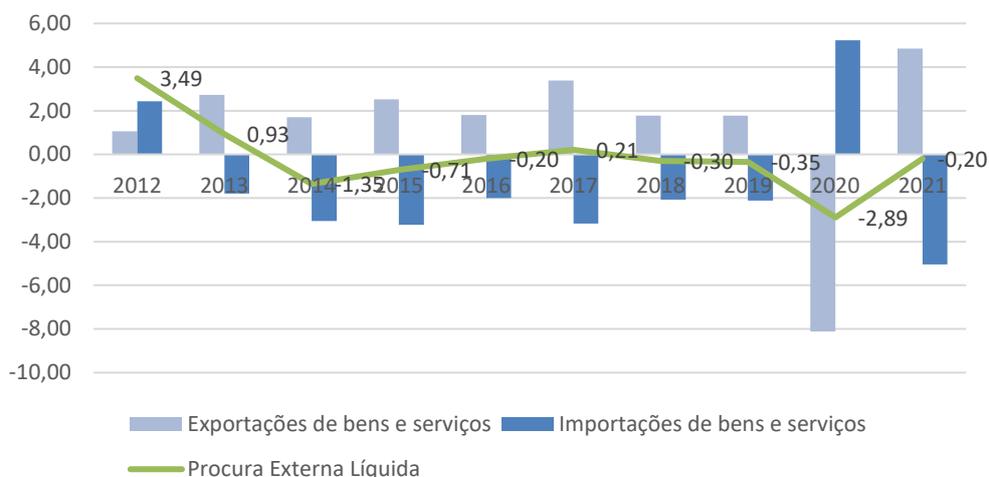
O ano de 2020 interrompeu o contributo positivo da procura interna líquida para o crescimento do PIB que se observava desde 2014, com valores, na sua generalidade, superiores a 2%. Em 2020, o contributo foi negativo, não atingindo, contudo, o mínimo observado em 2012. Em 2021, observa-se uma recuperação significativa, alcançando-se o maior contributo da procura interna observado na década em análise, 5,12% (painel a). No que diz respeito ao contributo da procura externa líquida, a estabilidade em torno de zero, a partir de 2014, foi contrariada em 2020, com uma quebra acentuada que se traduziu no mínimo registado na década em análise, já que, em 2021, retoma-se a tendência que se vinha observando (painel b). Finalmente, o saldo externo positivo, assegurado pelo saldo externo positivo nos serviços, é contrariado em 2020, acentuando-se a tendência negativa, em 2021 – embora se registre um saldo positivo e crescente, em 2021, dos serviços, este é contrariado por um saldo negativo que se deteriora, em 2021 (painel c).

Figura 2. Contributo para o crescimento do PIB a preços constantes, por componente da despesa



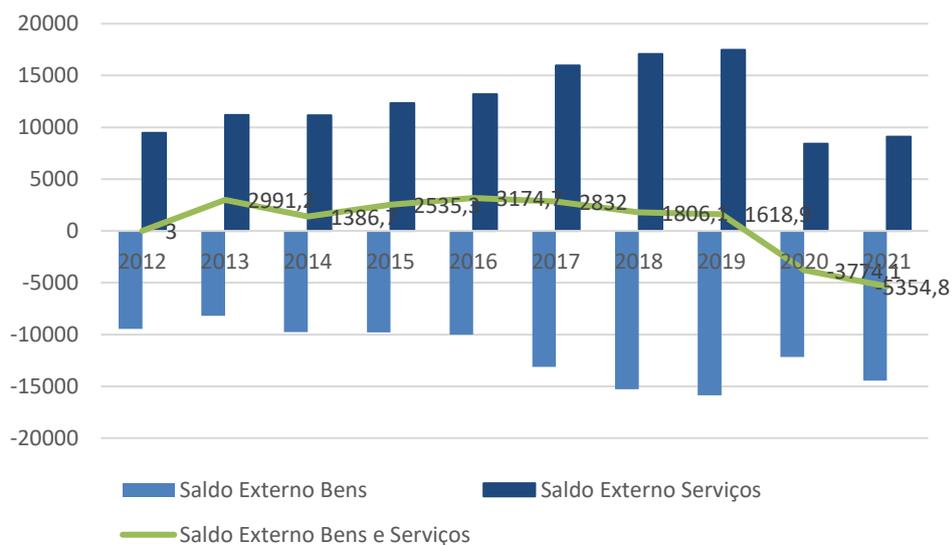
Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Painel B – Contributo das componentes da procura externa líquida



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

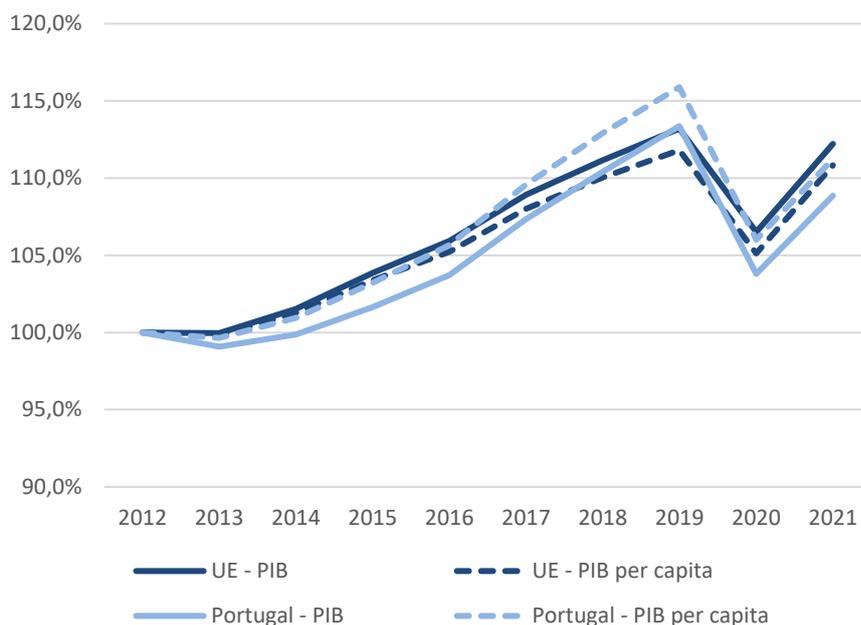
Painel C – Saldo externo de bens e serviços



Fonte: Banco de Portugal, via PORDATA

Os contributos da procura interna e externa identificados traduzem-se na evolução do PIB em Portugal, aqui analisada em comparação com a média da UE (figura 3).

Figura 3. Evolução do PIB, em Portugal e na UE, a preços constantes (2012=100)

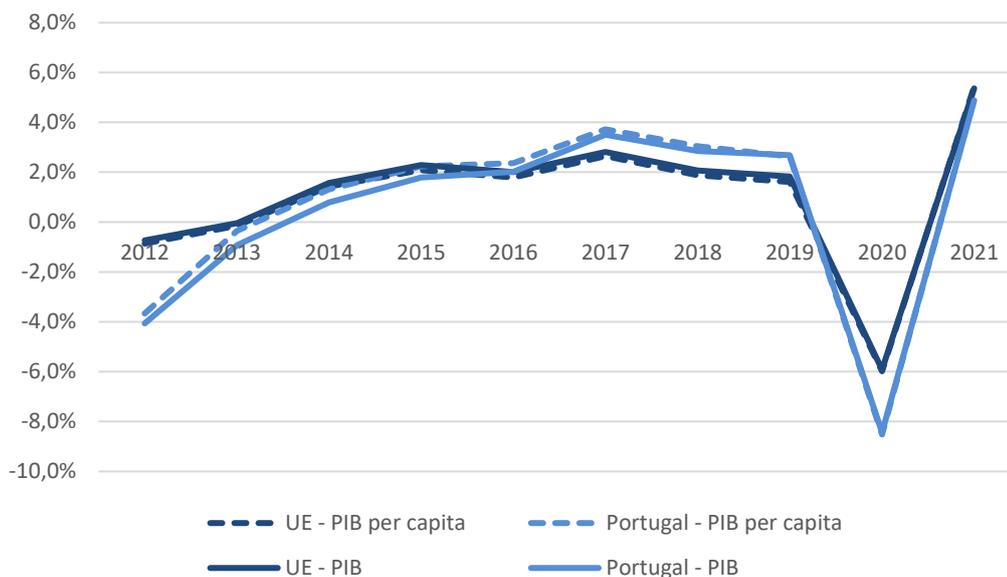


Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Ao contrário do que acontece na UE, em Portugal, quando considerado per capita, o PIB apresenta uma evolução mais interessante. A tendência crescente, acentuada a partir de 2015, apresenta o seu máximo em 2019, ano em que, claramente o PIB per capita português tem uma evolução mais interessante do que o PIB per capita europeu, conseguindo também ultrapassar o valor registado em termos globais (figura 3). Esta evolução é corroborada pelas taxas de crescimento observadas em Portugal, com valores entre 2016 e 2019 superiores aos da UE (figura 4). Esta evolução positiva da atividade económica em Portugal é fortemente abalada com a pandemia que se revela em quebras acentuadas, mais profundas do que as observadas na UE, interrompendo um período de convergência da economia portuguesa que se havia retomado em 2015 (figura 5).

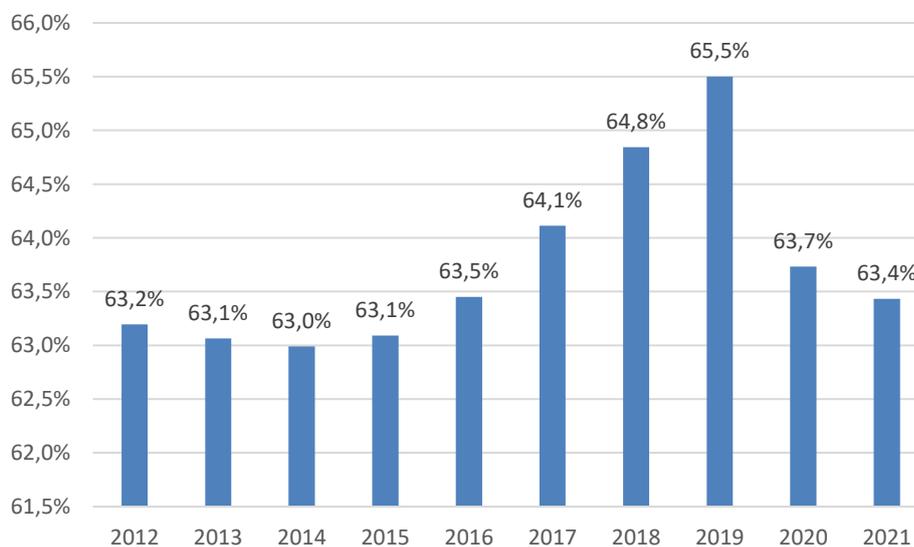
Se em 2021 a evolução do PIB e do PIB per capita, assim como as suas taxas de crescimento, denotam uma recuperação face ao ano anterior, esta ainda não é suficiente para retomar o processo de convergência, no contexto europeu.

Figura 4. Taxas de crescimento real do PIB e do PIB per capita, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

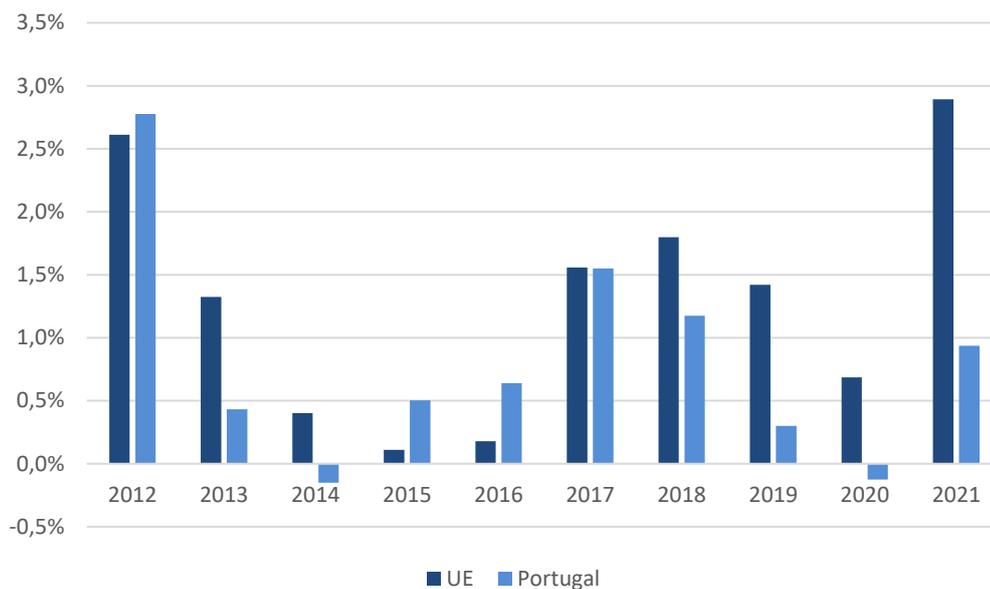
Figura 5. PIB per capita de Portugal, em percentagem da média da UE, a preços constantes



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

O contexto europeu assume particular relevância face aos compromissos assumidos por Portugal no âmbito da sua participação na União Económica e Monetária (UEM), suscitando a análise de um conjunto de indicadores macroeconómicos que os traduzem e que, naturalmente, têm impacto na atividade económica.

Figura 6. Taxa de variação anual do índice harmonizado de preços no consumidor

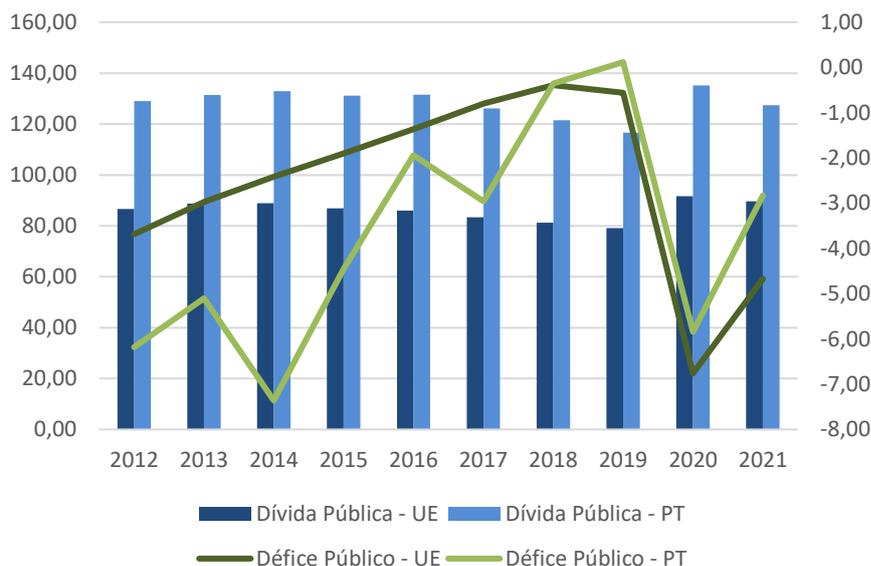


Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Desde 2013, quer em Portugal, quer no espaço europeu, a taxa de inflação situou-se abaixo dos 2%, com Portugal a registar, taxas de crescimento dos preços sistematicamente abaixo das observadas na UE, apresentando, inclusive períodos de deflação (2014 e 2020). Em 2021, Portugal, tal como a UE, regista aumentos mais acentuados dos preços, face ao ano anterior, mas, ao contrário da UE, Portugal mantém a tendência de crescimento dos preços abaixo dos 2% (figura 6).

Quanto à evolução da atividade do Estado, traduzida pela dívida e défice públicos relativizados pelo PIB, observa-se, desde 2017, um esforço de redução da dívida e de recuperação do défice. De facto, 2019 apresenta o valor mais baixo da dívida, acompanhado de um saldo positivo das contas públicas, tendência que a pandemia veio contrariar. Ainda assim, o aumento do défice em Portugal não se revelou tão acentuado como na UE, tendo a recuperação, observada, em 2021, em Portugal, sido também mais interessante comparativamente à média comunitária.

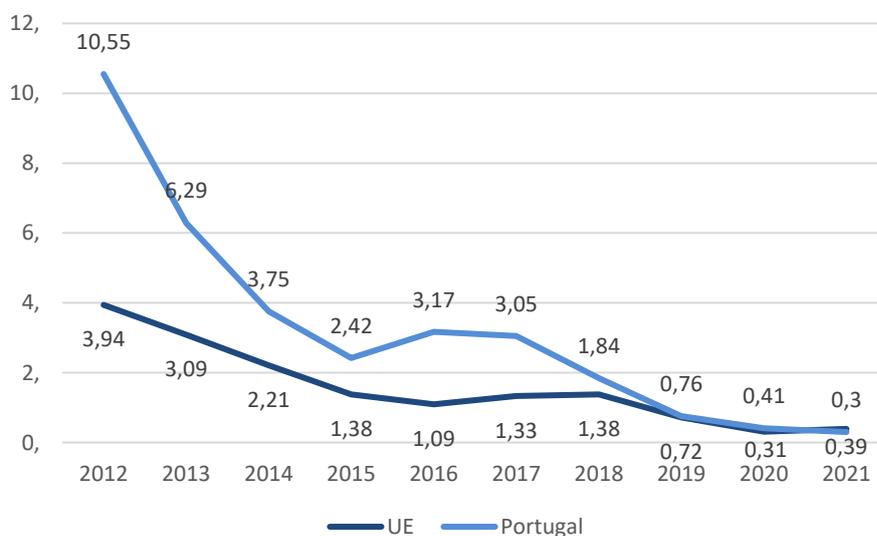
Figura 7. Défice e dívida pública, em percentagem do PIB, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

A forte redução do défice pública e a estabilização da dívida pública, acompanhados por um crescimento do PIB, contribuíram para diminuição das taxas de juro de longo prazo suportadas pelo Estado português, convergindo para as observadas na média dos países da UE. De realçar, em 2021, uma inversão de tendência já sinalizada no espaço europeu, ao contrário do que aconteceu em Portugal (figura 8), denotando a possibilidade duma resposta mais lenta da economia portuguesa às alterações de conjuntura.

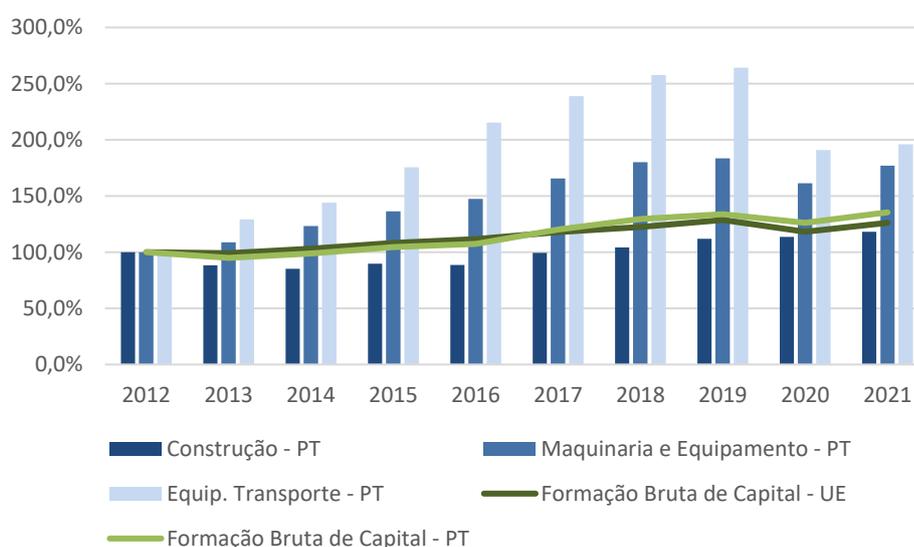
Figura 8. Taxas de juro de longo prazo (critério de Maastricht)



Fonte: Eurostat

A evolução das taxas de juro, associadas à evolução favorável do PIB (até 2019, com nova recuperação em 2021), sugere um papel importante do investimento. De facto, até 2019, a formação bruta de capital fixo, em Portugal, aumentou cerca de um terço, face aos valores observados em 2012, após uma quebra registada em 2013. Esta evolução, muito semelhante à registada no contexto europeu, é mais acentuada em Portugal, a partir de 2017. De notar que a quebra associada à pandemia, em 2020, é inferior em Portugal e a recuperação, em 2021, superior.

Figura 9. Formação bruta de capital e principais componente, em Portugal e na UE, a preços constantes (2012=100)



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

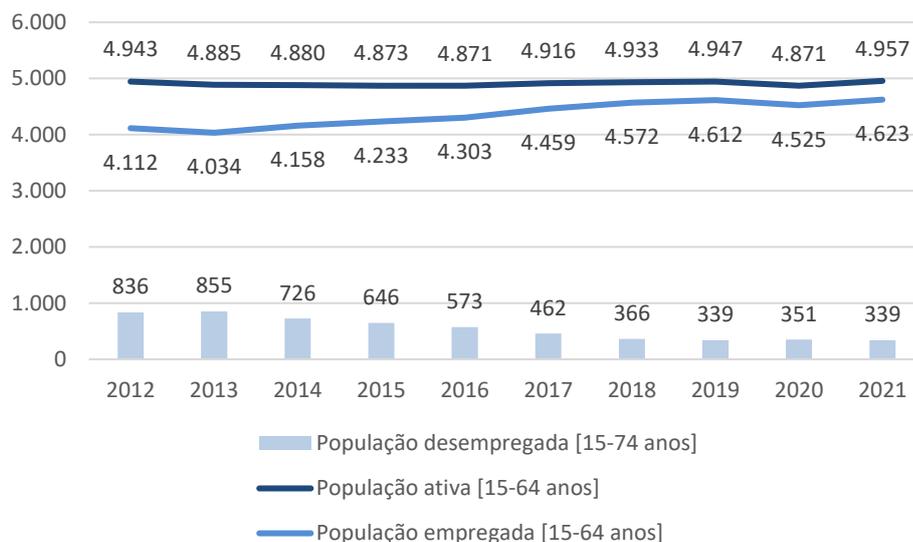
No que diz respeito aos setores selecionados, é de realçar as quebras observadas nos setores de maquinaria e equipamento e de equipamento de transporte, contrastando com a manutenção de uma tendência crescente, desde 2014, no setor da construção, ainda que com crescimentos menos significativos.

Relativamente ao mercado de trabalho, a evolução dos seus principais indicadores, refletem o contexto económico já apresentado.

O ano de 2020 foi, de facto, um ano desfavorável também para o mercado de trabalho, com maior reflexo na quebra no número de ativos e de empregados. Esta quebra no número de ativos, em conjunto com as medidas extraordinárias de resposta à situação pandémica, poderá ter contribuído para um menor aumento do número de desempregados, o qual, ainda assim, subiu (figura 10).

A retoma da atividade económica em 2021, evidenciada pela evolução e taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita, terá permitido uma melhoria destes indicadores.

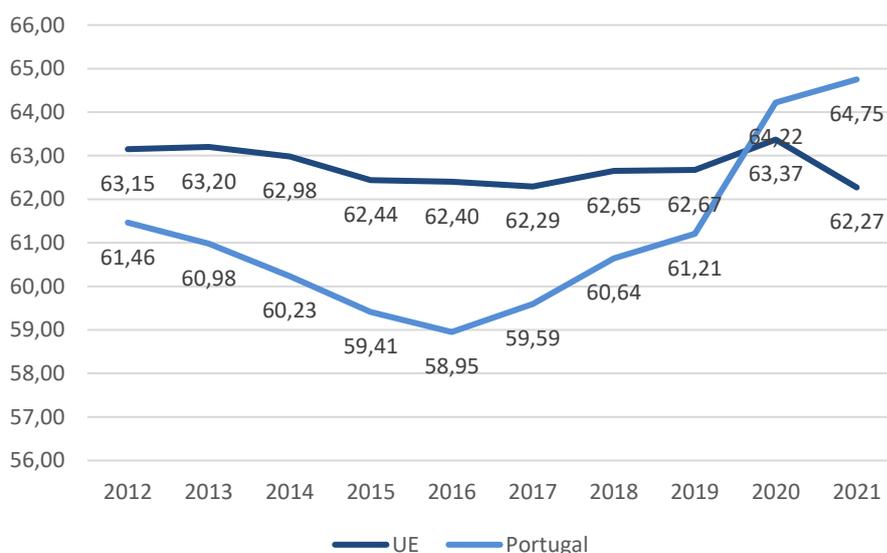
Figura 10. População ativa, empregada e desempregada (milhares)



Fonte: Eurostat

A evolução menos favorável, em 2020, em termos de população ativa, empregada e desempregada, assim como de crescimento económico, não afetou a tendência positiva da compensação do trabalho, em percentagem do PIB, em Portugal ou na UE. Apenas, em 2021, se nota uma inflexão nesta tendência, no espaço europeu, e um abrandamento, em Portugal. Esta evolução mais recente suscita a possibilidade deste indicador poder reagir com algum desfasamento à mais recente conjuntura económica.

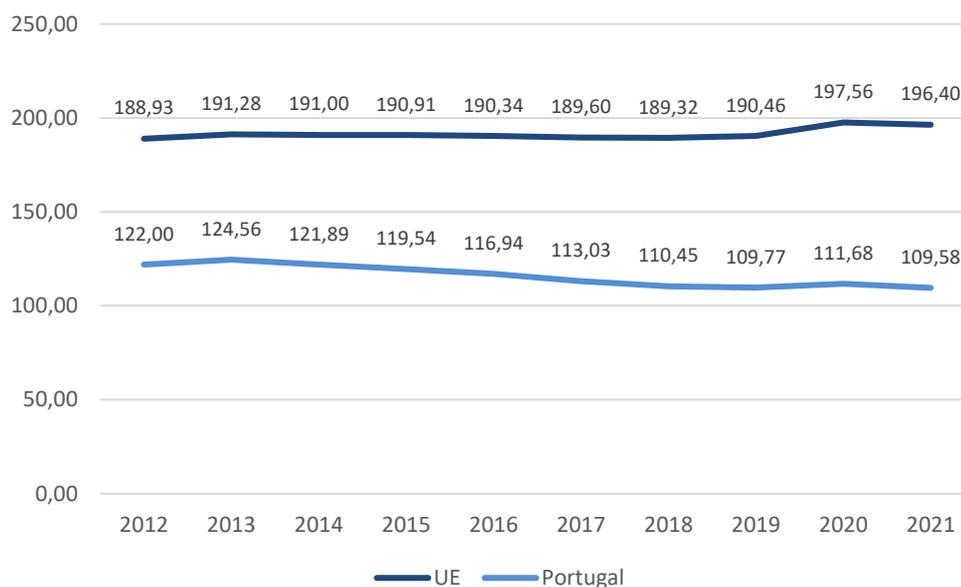
Figura 11. Compensação do trabalho, em percentagem do PIB, a custo de fatores, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Também a relação entre o stock de capital e o emprego apenas inverte a sua tendência em 2021, ao contrário o que acontece com a formação bruta de capital fixo (figura 9). Note-se, neste indicador a crescente divergência entre a realidade portuguesa e europeia, face ao início do período (figura 12).

Figura 12. Stock de capital (líquido) por pessoa empregada, a preços contantes, em Portugal e na UE

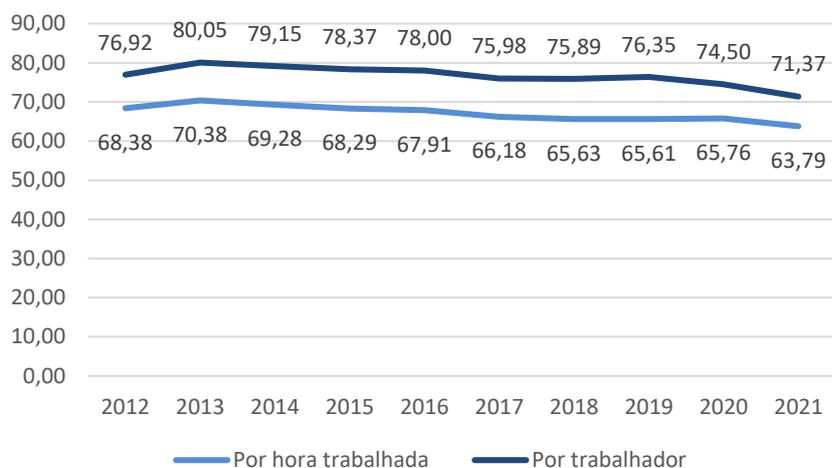


Valores em milhares de Euros.

Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Tendo presente a evolução do PIB e do emprego, torna-se pertinente analisar a produtividade. Nesse sentido consideram-se dimensões complementares da produtividade, designadamente a produtividade associada aos fatores produtivos (trabalho e capital) e em termos globais. Na medida da produtividade do trabalho, considera-se a produtividade aparente do trabalho por trabalhador e por hora trabalhada. A produtividade dos fatores em medida relativamente à média europeia.

Figura 13. Produtividade aparente do trabalho, por trabalhador e por hora trabalhada (PPC: UE=100%)

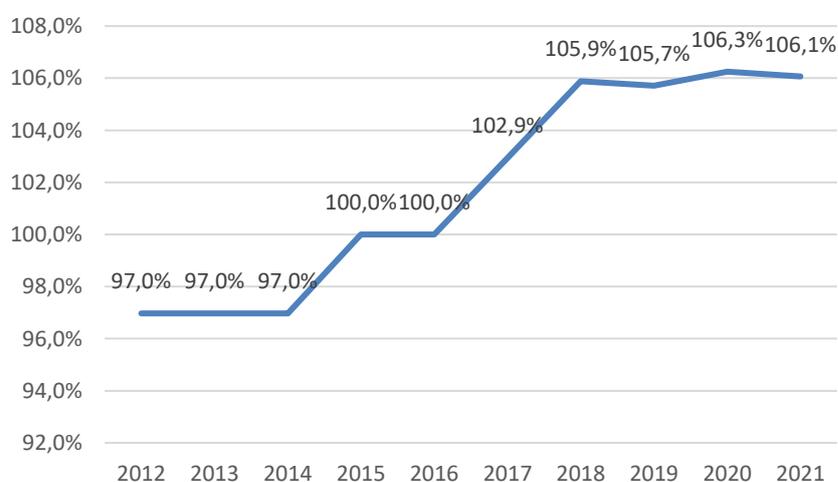


Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Desde 2013, o crescimento da produtividade, medida pelo rácio entre a produção ou valor acrescentado e o número de trabalhadores ou horas trabalhadas, tem desacelerado. Comparando Portugal com a UE, o hiato é particularmente evidente em termos de horas trabalhadas, com o ano de 2021 a apresentar os valores mais baixos da década analisada, também no que diz respeito à produtividade por trabalhador, não se antecipando, face à evolução dos demais indicadores analisados, uma inversão de tendência.

Quando à produtividade do capital, também analisada comparativamente à média da UE, esta tem vindo a crescer desde 2013, estabilizando, acima da média comunitária, a partir de 2018. A pandemia que impactou a generalidade dos indicadores macroeconómicos, em 2020, não aparenta ter-se traduzido em desafios acrescidos nesta dimensão.

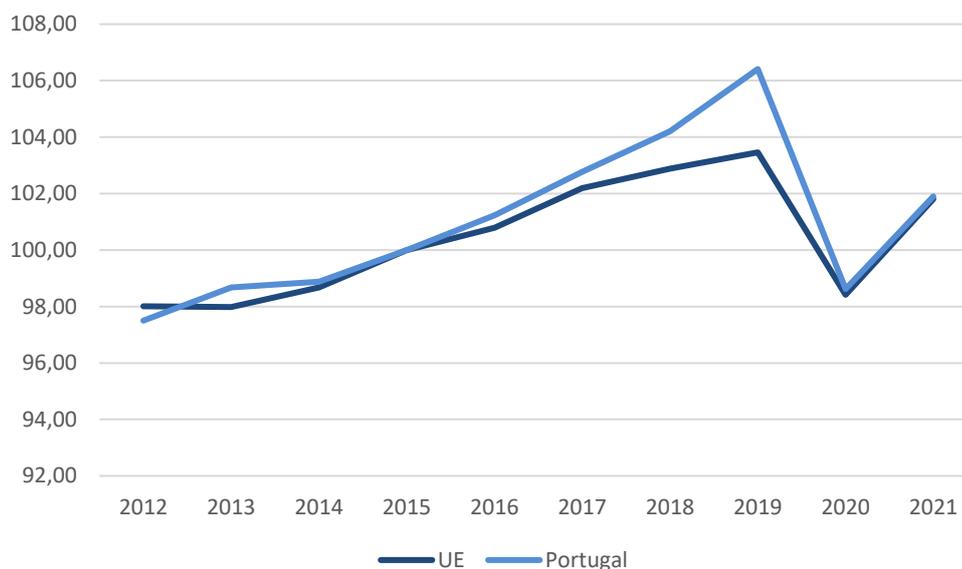
Figura 14. Produtividade aparente do capital (PPC: UE=100%)



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Finalmente, considerando a produtividade total dos fatores, que permite considerar eventuais determinantes para além da quantidade de trabalho e de capital, a evolução tem sido positiva quer em Portugal, quer na UE, com destaque para a realidade nacional.

Figura 15. Produtividade total dos fatores (2015=100%)



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Esta tendência foi, contudo, contrariada no ano da pandemia, com uma quebra mais abrupta em Portugal do que na UE. O ano de 2021 registou recuperações semelhantes em ambas geografias.

Considerações Finais

A recuperação da economia portuguesa, após a forte crise do período 2009-2013, foi interrompida no ano de 2020 com um forte impacto da pandemia na atividade económica. O ano de 2021 afigura-se como um ano de recuperação. Contudo, esta recuperação nem sempre se traduz numa convergência com a realidade europeia.

Por outro lado, em algumas dimensões, o impacto da pandemia ainda não se manifestou. Nestas, algum desfasamento na produção de efeitos poderá implicar que apenas em 2022, seja possível avaliar o impacto da pandemia.

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

2.0. Nota Introdutória

Neste capítulo descreve-se a evolução da oferta de trabalho, em 2021, considerando a evolução da população e dos fluxos migratórios e os principais indicadores do mercado de trabalho – atividade, emprego, desemprego e fluxos emprego-desemprego-inatividade – tendo em conta diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade, regiões, setores de atividade, tipo de contratos, duração do desemprego, entre outras.

As principais fontes de informação utilizadas foram os dados do *Inquérito ao Emprego* e das *Estimativas Anuais de Emigração*, publicados pelo INE, do *Observatório da Emigração* e do IEFP, I.P., no que diz respeito ao desemprego registado. Para as comparações internacionais, nomeadamente com os países da União Europeia (UE), recorreu-se a dados do Eurostat (*Labour Force Survey*).

O capítulo contém também uma análise do emprego nas administrações públicas, com dados fornecidos pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), e do trabalho temporário, com dados dos *Quadros de Pessoal* do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP).

São ainda analisados os dados relativos aos beneficiários do subsídio de desemprego e às entidades empregadoras e beneficiários com prestações de *lay-off*, tendo como fonte a informação disponibilizada pelo Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (II/MTSSS), e os dados referentes aos despedimentos coletivos, publicados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT).

2.1. Oferta de trabalho

2.1.1. População total

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2021, residiam, no Continente, 9.787,7 milhares de pessoas e em relação ao ano anterior verificou-se um decréscimo de 0,1%. A população feminina decresceu 0,3% e o número de homens residentes aumentou ligeiramente (0,2%).

Relativamente à população de 16 e mais anos, a população decresceu (1,1%) entre 2020 e 2021. Considerando os diferentes escalões etários verificou-se que o escalão dos 16 aos 24 anos registou um decréscimo de 8,8%. Já no escalão dos 25 aos 34 anos registou-se um ligeiro crescimento de 0,1%, enquanto o escalão dos 35 aos 44 teve um decréscimo 5,2%. Ao contrário do que tem vindo a suceder desde 2017, o escalão dos 65 e mais anos teve em 2021 uma diminuição de 5,2%.

2.1.2. Fluxos migratórios

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

- *Evolução da Emigração portuguesa*

Analisando a informação estatística³² disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, estima-se que, em 2020, cerca de 2,6 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 25,7%.

Paralelamente, no mesmo ano em análise, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo (mais 41,3 mil indivíduos), dado que 25,9 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 67,2 mil imigrantes (dos quais 51,5 mil oriundos de países extra UE e 15,7 mil provenientes dos restantes países da União).

³² Dados recolhidos em abril e maio de 2022. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2020.

Figura 16. Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio



* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2004 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais da emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

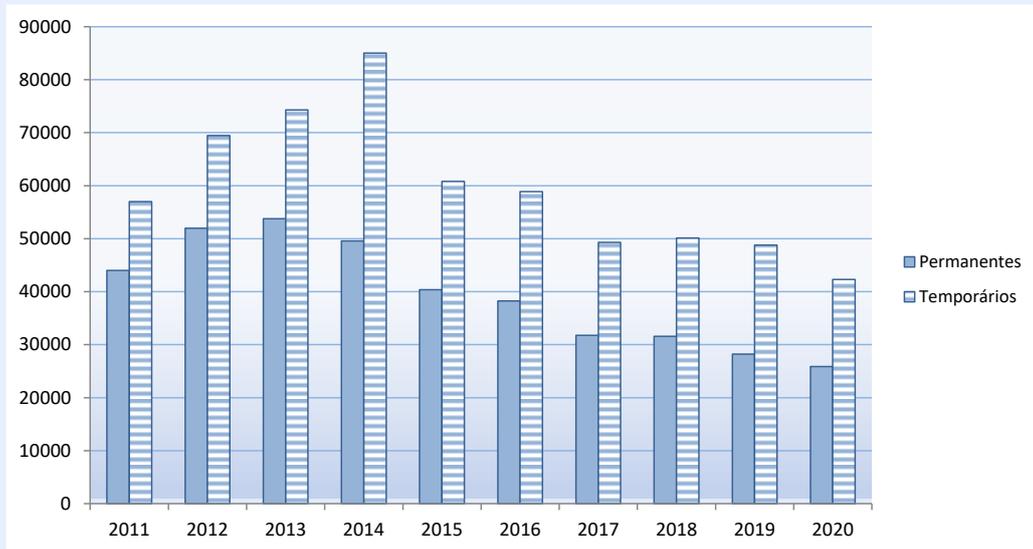
Por outro lado, considerando os valores das estimativas do INE e dos dados do Observatório da Emigração sobre as entradas de portugueses nos países de destino, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses ao longo dos últimos anos, em particular a partir do ano de 2011, não obstante, em 2015, se ter verificado uma inflexão desta tendência que se tem vindo a manter até 2020, ano em que se verificou uma descida mais expressiva em termos homólogos.

Ainda neste contexto e de acordo com os valores disponibilizados pelas *Estimativas anuais de emigração* do INE, constata-se um aumento progressivo da emigração portuguesa, quer permanente³³ quer temporária³⁴, a partir de 2010 e até 2014, anos a partir do qual se evidencia uma inflexão dessa tendência. De referir que, em 2020, a emigração portuguesa evidenciou valores inferiores aos do período homólogo, registando, na sua totalidade, um decréscimo de 11,5%. Saliente-se ainda o facto de, ao longo da série em análise, a emigração temporária apresentar sempre uma maior expressividade quando comparada com a emigração permanente.

³³ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano.

³⁴ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano.

Figura 17. Evolução da emigração portuguesa por tipologia

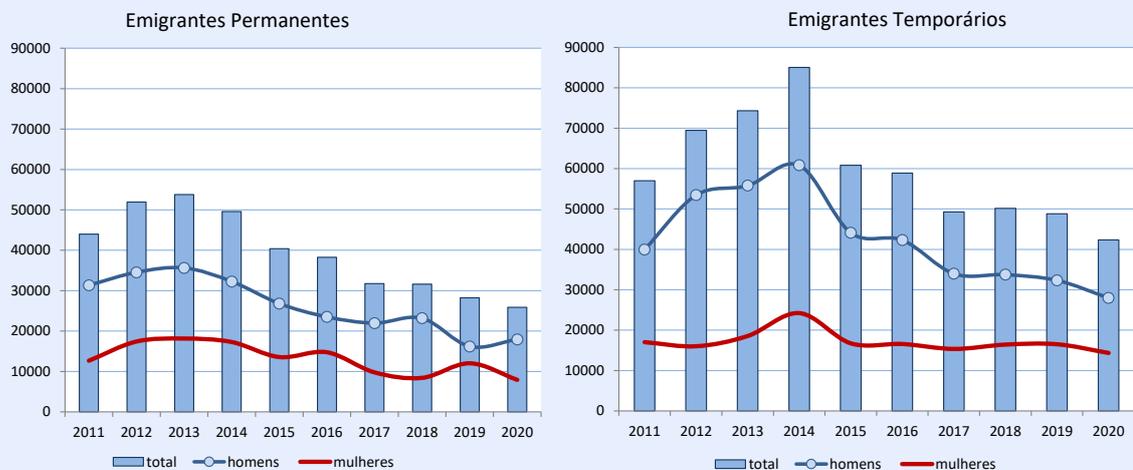


Fonte: INE, Estimativas anuais de emigração

Analisando esta informação por sexo, constata-se que, ao longo do período em análise, a emigração masculina, quer permanente quer temporária, foi sempre superior à feminina.

Com efeito, os homens têm vindo a assumir um peso mais significativo no total dos emigrantes portugueses, ultrapassando, em quase todos os anos, mais do dobro do valor das mulheres emigrantes. De referir, que esta diferença de proporções entre homens e mulheres tem sido mais acentuada na emigração temporária.

Figura 18. Evolução da emigração portuguesa por sexo

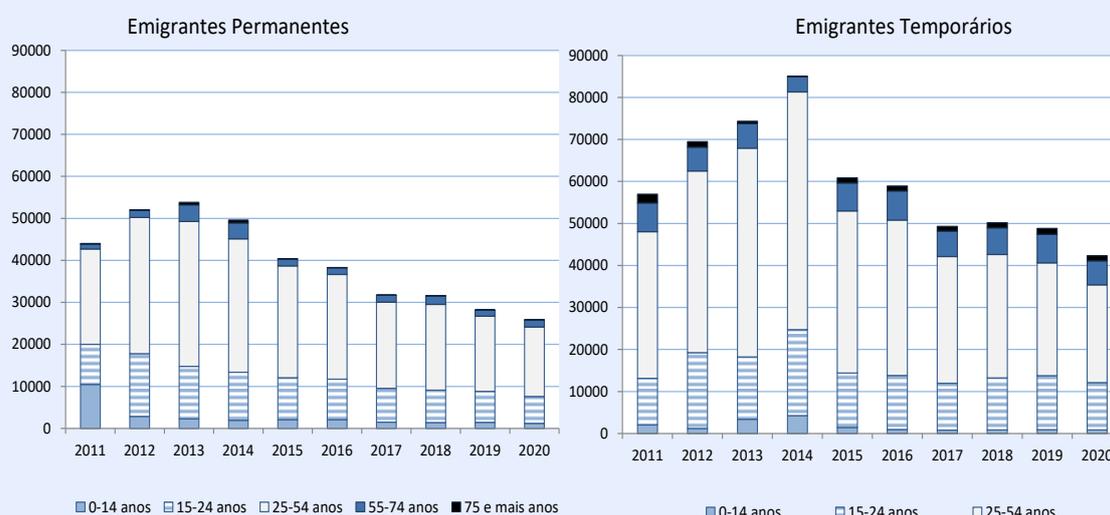


Fonte: INE, Estimativas anuais de emigração

No que diz respeito à estrutura etária, verificou-se, em 2020, uma concentração da população emigrada no grupo de idades entre os 25 e os 54 anos, cujo peso relativo na emigração, tanto de carácter permanente como temporário, ultrapassou mais de metade do total da emigração, ou seja, 63,9% da emigração permanente e 54,9% da temporária pertencem a este grupo de idades.

Também o grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentou valores relevantes, representando, ao longo dos últimos anos em análise, mais de 23% do total da emigração portuguesa. Em 2020, mais de 24% dos emigrantes, tanto temporários como permanentes, tinham entre 15 e 24 anos de idade.

Figura 19. Evolução da emigração portuguesa por grupo etário

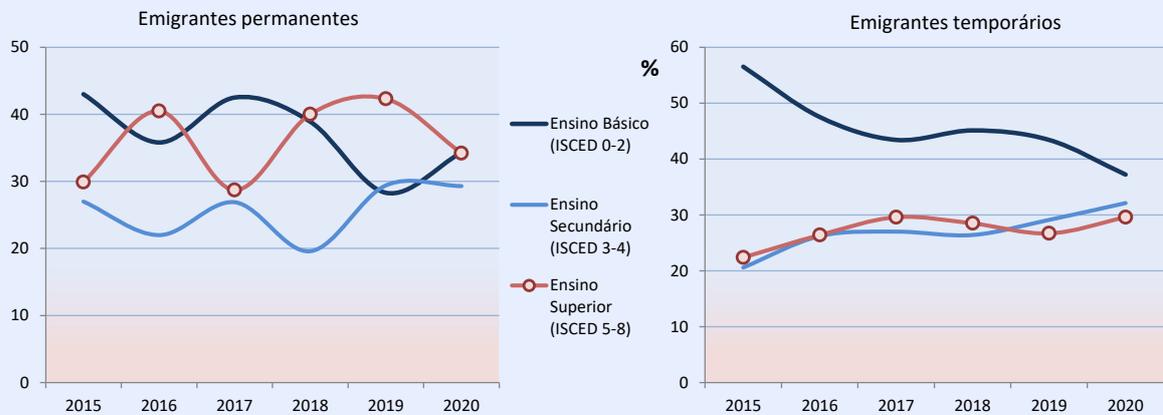


Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Por último, e ainda no que concerne à emigração portuguesa, constata-se que os emigrantes, tanto permanentes como temporários, com o ensino básico têm vindo a diminuir nos últimos anos, ao contrário dos emigrantes com o ensino secundário e superior que têm vindo a apresentar uma trajetória ascendente.

Quanto aos emigrantes com o nível de escolaridade superior, no último ano em análise verificou-se um aumento, em particular dos emigrantes temporários, uma vez que os emigrados permanentemente, após um ligeiro aumento em 2016, 2018 e 2019, viram a sua percentagem diminuir em 2020.

Figura 20. Evolução da emigração portuguesa por escolaridade

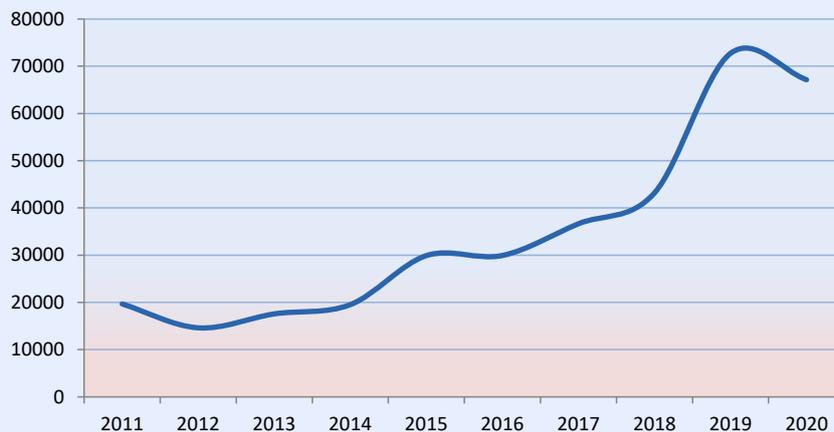


Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*

• **Evolução da Imigração portuguesa**

Considerando alguns dados das *Estimativas anuais de imigração* do INE, relativos à população proveniente de outros países que escolheu Portugal como destino de residência, numa breve caracterização, verifica-se que, a partir de 2010 houve uma quebra do valor total de imigrantes, evidenciando-se uma subida a partir de 2012. De notar que o número total de entradas de imigrantes em 2020 (67,2 mil pessoas), diminuiu 7,7% face ao período homólogo.

Figura 21. Evolução da população imigrada em Portugal

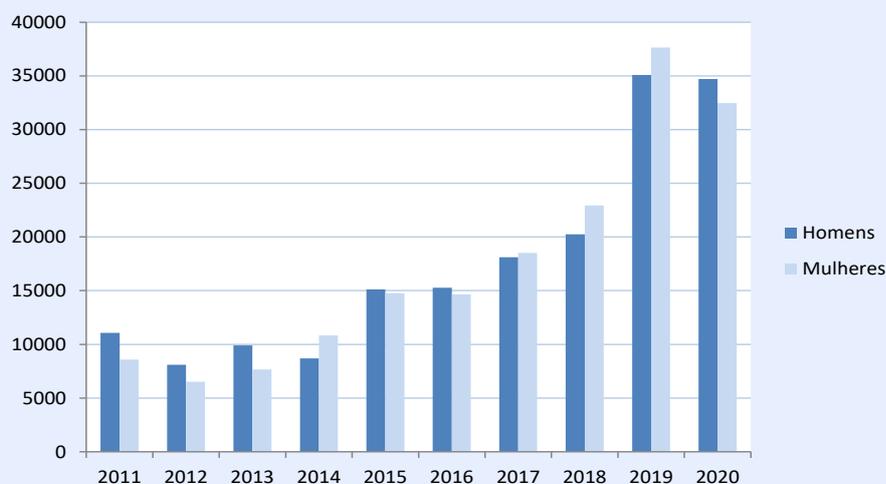


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Por outro lado, esta população estrangeira imigrada em Portugal tem-se repercutido de forma diferenciada em ambos os sexos, apesar de nos últimos anos, essa diferença ter vindo a perder expressividade, em particular no último ano em análise, que evidenciou uma diferença de apenas 3,4 p.p. entre homens e mulheres imigrados.

De salientar que, no início da série, em 2011, a proporção de imigrantes masculinos foi superior em 12,7 p.p. face à congénere feminina, situação que se inverteu em 2014 e entre 2017 e 2019, quando o valor percentual dos homens imigrados foi inferior ao valor registado para as mulheres estrangeiras a residir no nosso país. De notar que, em 2020, a proporção de mulheres imigrantes foi inferior à dos imigrantes masculinos (menos 3,4 p.p.). Refira-se ainda que, ao longo dos últimos anos tem-se vindo a verificar uma clara aproximação da proporção de imigrantes femininos e masculinos.

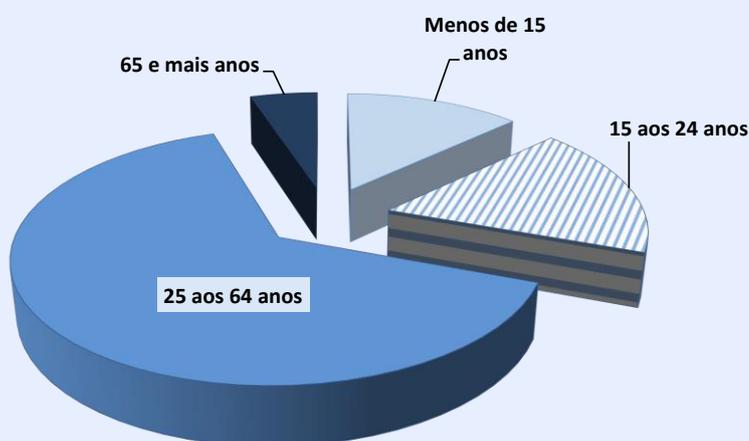
Figura 22. Evolução da imigração portuguesa por sexos



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Relativamente à distribuição etária, em 2020, a grande maioria dos imigrantes a residir em Portugal tinha entre 25 a 64 anos de idade (cerca de 64,4%), em contraste com a menor proporção observada nos grupos etários mais jovens, nomeadamente nas idades com menos de 24 anos (cerca de 30,6%).

Figura 23. Estrutura etária da imigração portuguesa em 2020



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

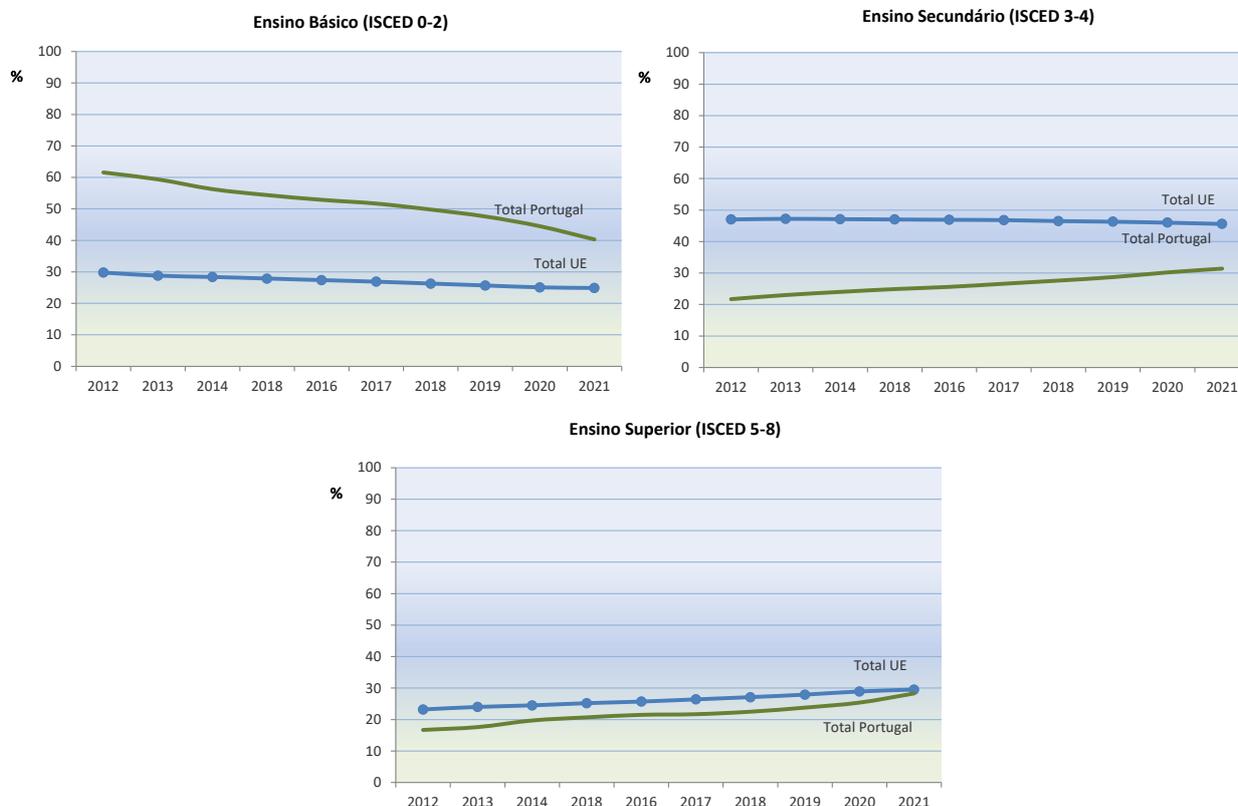
2.1.3. População por níveis de escolaridade

Em 2021, de acordo com os dados do INE, a população do Continente, de 16 e mais anos, que possuía até ao ensino básico constituía 54,5% do total, o peso da população com o ensino secundário era de 24% e o da população com o ensino superior de 21,5%. Entre 2017 e 2021, o peso da população com 16 e mais anos com o ensino básico diminuiu em 11,1%, tendo a percentagem de indivíduos com o ensino secundário e superior crescido de forma estável. A percentagem de homens e de mulheres, em 2021, com o ensino secundário é bastante aproximada, contudo as mulheres representavam 61% da população com o ensino superior.

2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE

Considerando os níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos, segundo os dados disponibilizados pelo Eurostat³⁵, constata-se que, no decurso da última década, os níveis de escolaridade mais baixos regrediram, em contraponto com os superiores. Com efeito, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias até ao 3º Ciclo do Ensino Básico (ISCED 0-2) tem vindo a apresentar uma redução expressiva ao longo dos últimos anos, tendo decrescido mais de 21 p.p. entre 2012 e 2021.

Figura 24. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

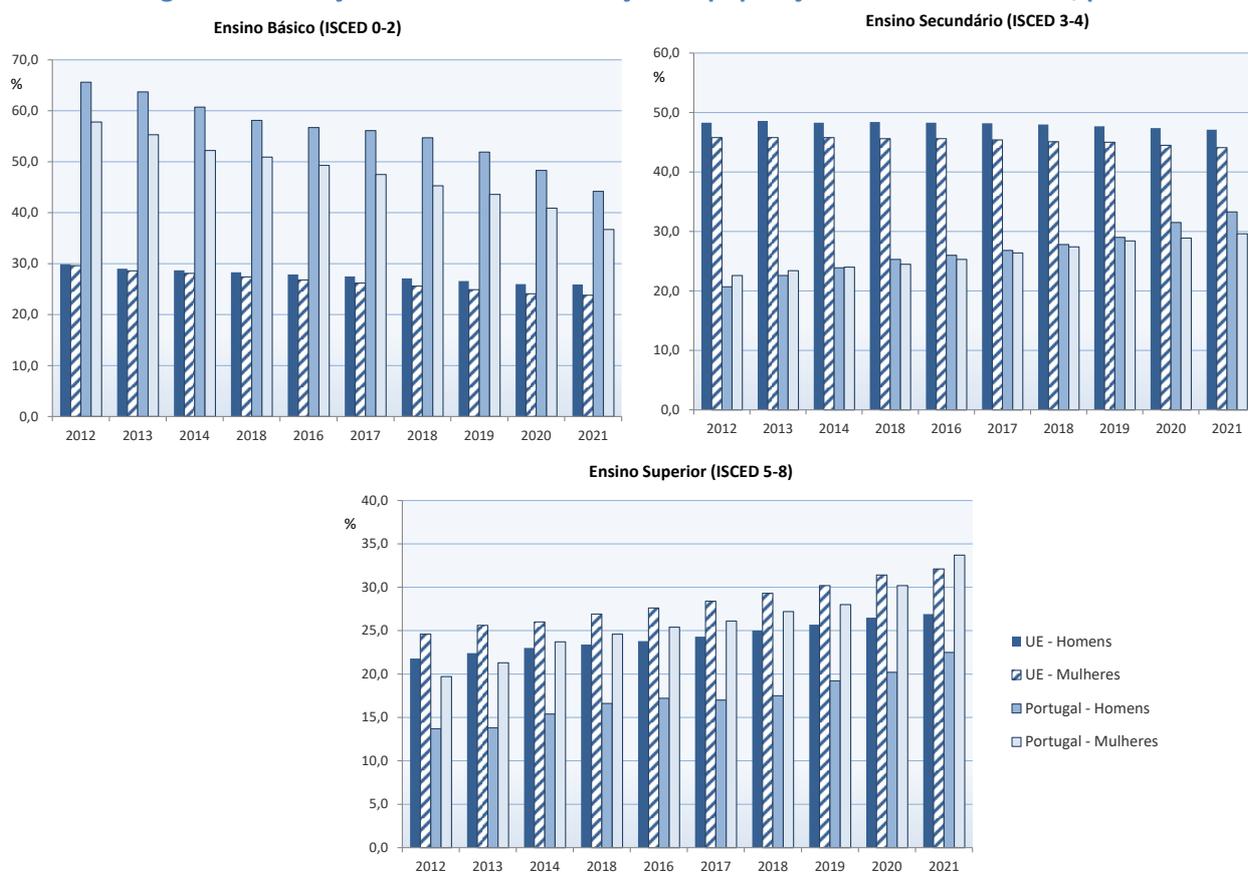
³⁵ Dados recolhidos em abril e maio de 2022.

Em situação inversa encontra-se, quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário (ISCED 3-4), quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Superior (ISCED 5-8), que apresentaram acréscimos de 9,7 p.p. e 11,6 p.p. respetivamente, entre o início do período em análise e 2021.

Por outro lado, tendo em conta a média dos países da UE, verifica-se que a população europeia dos 15 aos 64 anos de idade com escolaridade mais baixa registou um decréscimo menos expressivo (menos 4,9 p.p. em 2021 face a 2012), tal como a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário que praticamente se manteve inalterada ao longo do período em análise. Quanto à população dos 15 aos 64 anos, com o nível de Ensino Superior, assistiu-se a um aumento (mais 6,3 p.p.), não obstante inferior ao verificado em Portugal.

De salientar que, ao longo da série em análise, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias superiores ao Ensino Secundário na UE, assume sempre valores superiores aos da sua congénere portuguesa. Ao invés, a população dos 15 aos 64 anos da UE com uma escolaridade até ao 3º Ciclo do Ensino Básico continua a apresentar valores inferiores quando comparada com a população portuguesa em igual situação.

Figura 25. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

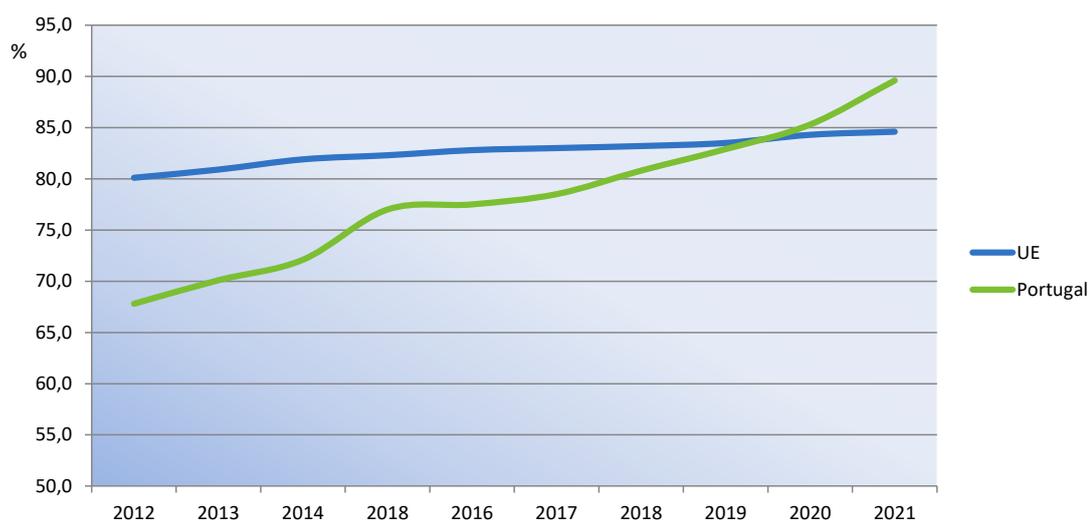
Relativamente à análise por sexo, constata-se que os homens portugueses dos 15 aos 64 anos que detêm, quer uma escolaridade ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, quer ao nível do Ensino Secundário, têm vindo a apresentar, na última década, valores superiores aos das mulheres nas mesmas condições. Quanto à população europeia, verifica-se igual tendência, em particular no último quinquénio.

Relativamente às mulheres portuguesas dos 15 aos 64 anos de idade com o Ensino Superior, estas evidenciam percentagens superiores às registadas pelos homens, sendo de destacar o facto da distância percentual entre as duas categorias ter vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. De notar que, esta tendência tem sido acompanhada pela média do conjunto dos países da UE.

População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE

Em 2021, a percentagem da população portuguesa, entre os 20 e os 24 anos com pelo menos o nível de educação secundário (ISCED 3-4) era de 89,6%, cerca de 5 p.p. acima da da média da UE. Com efeito, desde o início da série em análise, esta população tem vindo a crescer de forma progressiva em Portugal, tendo aumentado, no espaço de dez anos, cerca de 21,8 p.p. De salientar que, em Portugal, este acréscimo tem sido progressivo ao longo da última década.

Figura 26. Evolução da população (20 aos 24 anos) com pelo menos o nível de educação secundário



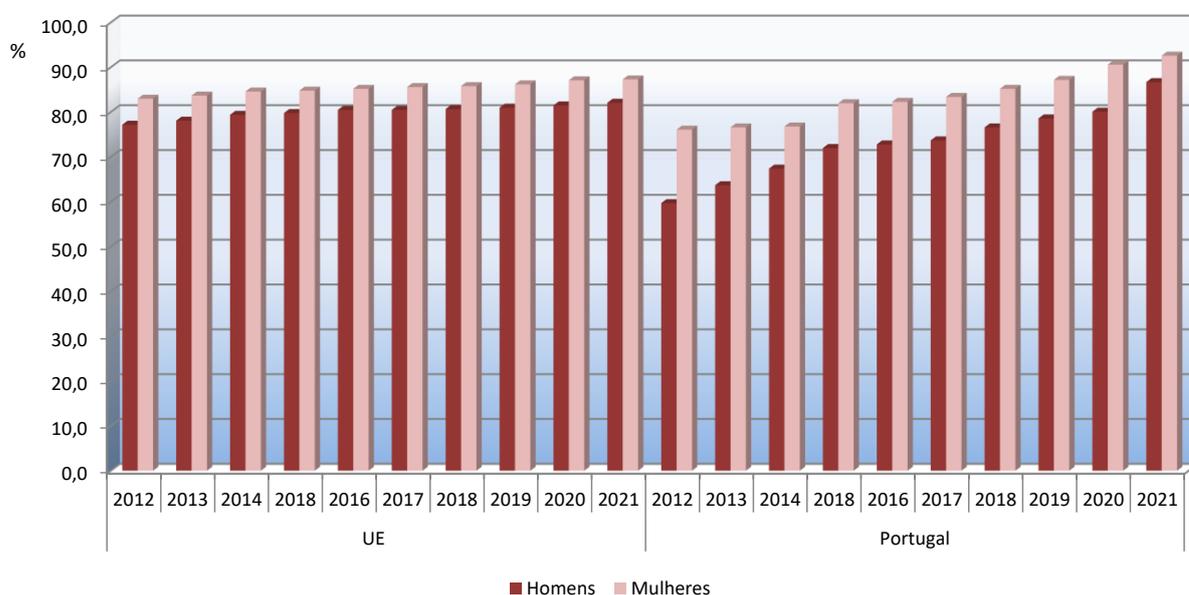
Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em Portugal, em 2021, a percentagem de mulheres jovens que atingiu pelo menos o nível secundário foi mais expressiva do que a dos homens (92,6% de mulheres para 86,7% de homens). Ao longo do período em análise, registou-se um aumento progressivo nesta proporção relativamente a ambos os sexos. Deste modo, no espaço

de uma década, a percentagem de homens jovens com pelo menos o nível secundário cresceu 27 p.p., enquanto a proporção de mulheres com este nível de ensino aumentou cerca de 16,5 p.p.

Relativamente ao ano anterior, em 2021, a percentagem de mulheres (92,6%) registou um aumento de 2 p.p., ultrapassando assim a média europeia (87,3%). Quanto à população masculina portuguesa com este nível habilitacional, o aumento de 6,6 p.p. face a 2020, levou a que, pela primeira vez, a percentagem de homens que atingiu pelo menos o nível secundário (86,7%) fosse superior à da sua congénere europeia (82,1%).

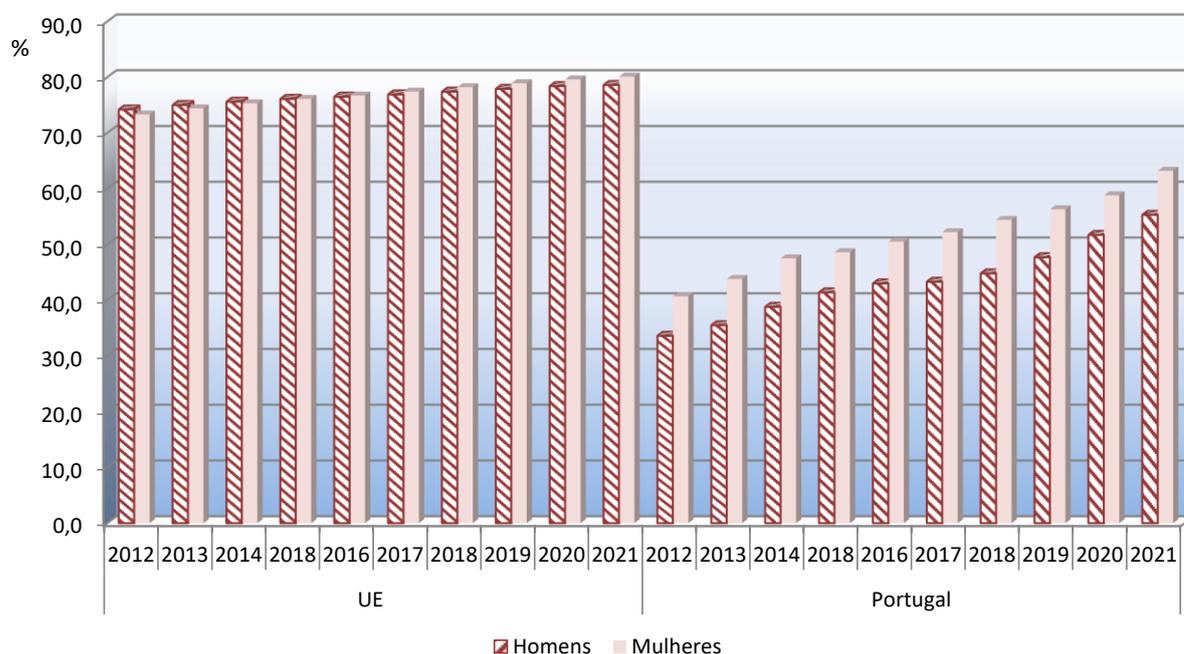
Figura 27. População (20 aos 24 anos) com pelo menos o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

No escalão etário dos 25 aos 64 anos, a proporção de pessoas, em Portugal, que possuía, pelo menos, o nível de educação secundário (ISCED 3-8) era, em 2021, de 59,5%, menos 19,8 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (79,3%). De notar que, no início do período em análise, em Portugal, essa percentagem era 36,4 p.p. inferior à percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria muito significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país.

Figura 28. População (25 aos 64 anos) com pelo menos o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

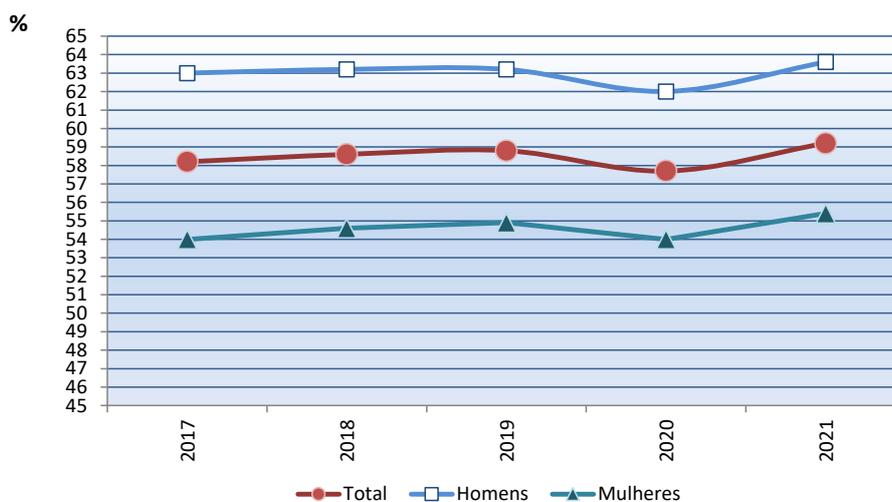
A proporção de mulheres portuguesas com pelo menos o nível de educação secundário era em 2021, tal como no início da série, superior à dos homens. Por outro lado, na média dos países da UE, neste escalão etário a percentagem de homens ultrapassava a de mulheres, não obstante esta situação se ter invertido a partir de 2016.

2.1.4. População ativa e taxas de atividade

No Continente, em 2021, a população ativa totalizava 4.903,3 mil pessoas, tendo crescido 2,4% em relação a 2020. O número de mulheres ativas cresceu 2% e o número de homens ativos aumentou 2,8%.

A taxa de atividade da população com 15 e mais anos, em 2021, era de 59,2% e registou-se um aumento de 1,5% em relação a 2020. Tanto a taxa de atividade masculina como a feminina aumentaram em relação ao anterior, a taxa masculina, que era de 63,6%, aumentou 1,6%, a taxa feminina, que era de 55,4%, aumentou 0,4%.

Figura 29. Evolução das taxas de atividade masculina e feminina



Fonte: INE, *Inquérito ao emprego*

Após 2017 a taxa de atividade feminina aumentou mais do que a masculina, tendo voltado a diminuir nos dois últimos anos. Em 2021, a diferença entre as taxas de atividade masculina e feminina é de 8,2 p.p.

2.1.4.1. População ativa por escalões etários

Em relação aos escalões etários, a população ativa aumentou nos escalões a partir dos 45 anos, tendo diminuído nos escalões entre os 16 e os 44 anos. Os maiores acréscimos verificaram-se no escalão dos 55 aos 64 anos (7,6%) e no escalão dos mais de 65 anos (19,8%).

Em 2021, a taxa de atividade cresceu relativamente a todos os escalões etários, exceto no que se refere ao escalão entre os 16 aos 24 anos (menos 0,7%) e no escalão dos 25 aos 34 anos (menos 1,1%). O maior acréscimo registou-se no escalão dos 55 aos 64 anos (4,2%). Tanto no caso dos homens como no das mulheres, a taxa de atividade só aumentou a partir do escalão dos 35 aos 44 anos.

2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia

Relativamente às taxas de atividade, Portugal tem registado valores superiores à média dos países da União desde o início da série em análise. Em Portugal, a taxa de atividade tem mantido uma certa estabilidade, apresentando valores entre os 73% e os 75,5%, ao contrário do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem registado uma subida gradual das taxas de atividade, apesar do decréscimo de 2020. De notar que, em 2021, ambas as taxas aumentaram face ao ano anterior, continuando a taxa europeia (73,6%) a registar um valor inferior ao da taxa portuguesa (75,2%).

Figura 30. Evolução da taxa de atividade



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Relativamente à taxa de atividade dos jovens, esta acompanha a tendência evidenciada pela respetiva taxa de emprego, ao longo da última década. Enquanto a taxa de atividade dos jovens na UE apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, a taxa de atividade dos jovens portugueses tem vindo a registar um decréscimo sucessivo ao longo da série, apesar de, entre 2017 e 2019, se ter mantido quase constante. Relativamente a 2021, a taxa de atividade jovem, em Portugal, continuou a apresentar uma descida, tendo-se fixado nos 29,7% para Portugal, enquanto a da UE subiu para 39,3%.

Figura 31. Evolução da taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos)



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos

No Continente, de acordo com os dados do INE em 2021, 34,9% dos ativos tinham até ao ensino básico, 30,8% tinham o ensino secundário e 34,3% o ensino superior. Os homens constituíam 58% dos ativos com o ensino básico e as mulheres cerca de 61% dos ativos com o ensino superior.

Em 2021, a taxa de atividade da população com o ensino básico era de 41,4% e diminuiu em 0,8 p.p. em relação ao ano anterior, a da população com o ensino secundário também diminuiu em 0,3 p.p. (71,3%). Já a da população com o ensino superior (83%) aumentou 1,3 p.p. A taxa de atividade feminina só cresceu relativamente à população com o ensino superior.

2.1.4.4. População ativa por regiões

Entre 2020 e 2021, a população ativa aumentou em todas as regiões, principalmente no Centro (mais 5,1%) e no Algarve (mais 2,9%). No Alentejo e Algarve o número de mulheres ativas aumentou mais do que o número de homens. O Centro foi a região que registou um aumento significativo no número de homens ativos (mais 5,8%). Entre 2017 e 2021, o Algarve foi a região onde se verificou um decréscimo da população ativa.

2.1.5. População Inativa

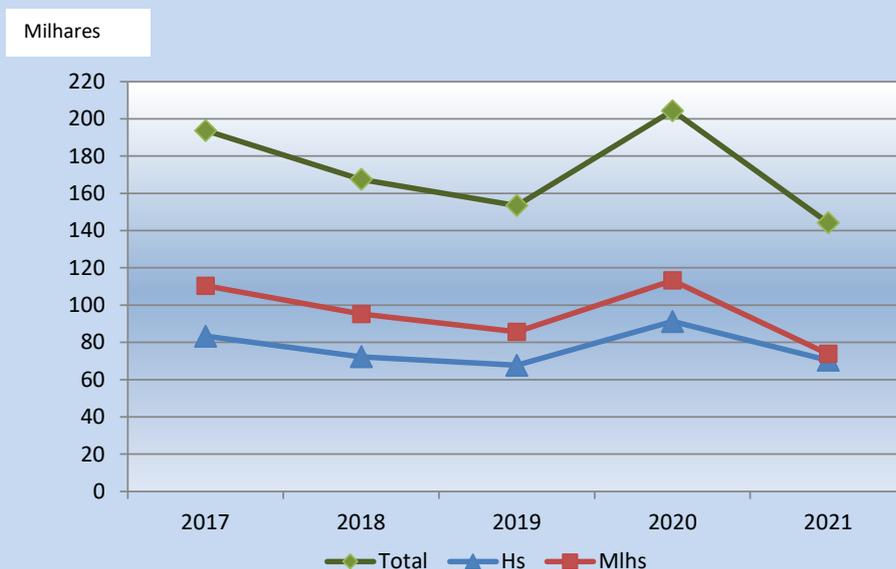
Em 2021, no Continente, a população inativa com 16 e mais anos totalizava cerca de 3.481,7 mil pessoas, menos 2,8% do que em 2020. Mais de metade destes inativos eram reformados e, em simultâneo com a categoria dos estudantes, foram os que aumentaram relativamente a 2020. Os estudantes representavam 20%. Os “outros inativos” e os “domésticos” constituíam 14,8% e 9,4%, respetivamente. A categoria dos “outros inativos” foi a que mais diminuiu, em relação a 2020 (menos 30,7%).

INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

No Continente, em 2021, os inativos “disponíveis que não procuram emprego” (aqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito, não foram contabilizados como desempregados, mas como inativos) constituíam cerca de 4,1% do total de inativos, ou seja, cerca de 144,2 mil pessoas. O seu número diminuiu 29,4% em relação a 2020.

Entre 2017 e 2018 o número destes inativos decresceu, embora em 2020 tenha aumentado expressivamente e voltou a diminuir em 2021.

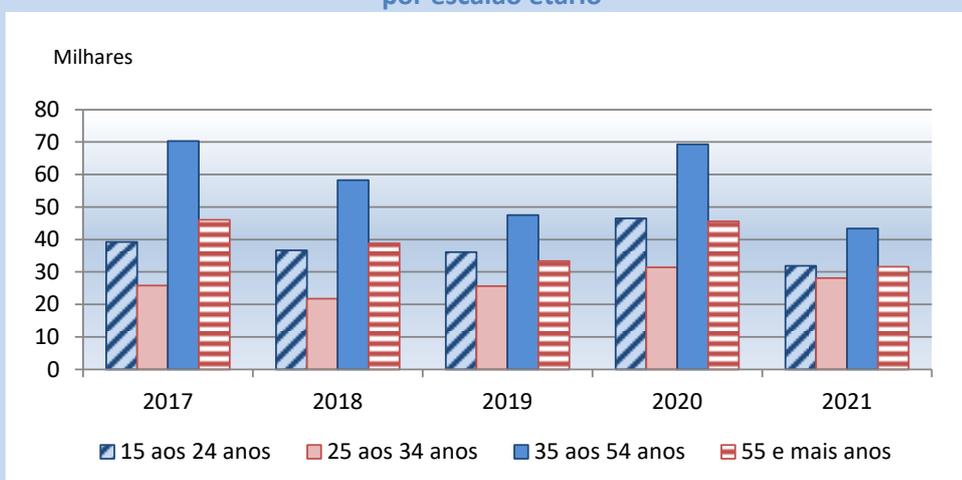
Figura 32. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Ao longo do período em análise, o número de mulheres inativas disponíveis que não procuravam emprego tem sido superior ao dos homens. Entre 2017 e 2019, tanto o número de inativos homens desta categoria assim como o número de mulheres diminuiu, no entanto, no ano seguinte, verificou-se novamente um crescimento em ambos. Em 2021, pela primeira vez, desde 2017, o número de mulheres inativas nesta categoria é bastante aproximado ao número de homens.

Figura 33. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2021, 32,1% destes inativos tinha entre 35 e 54 anos, 23,4% tinham 55 anos ou mais, 23,6% tinham entre 16 e 24 anos e 20,8% entre 25 e 34 anos. O número de inativos desta categoria diminuiu em todos os escalões etários em relação ao ano anterior.

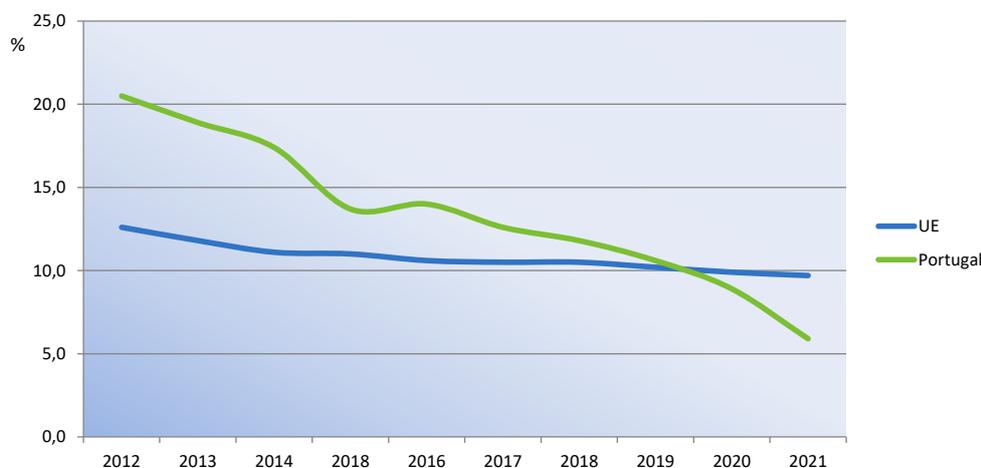
No Continente, em 2021, 46,4% dos inativos disponíveis que não procuravam emprego possuíam o ensino básico, 35,5% tinha o ensino secundário e 18,1%, o ensino superior. Relativamente ao ano anterior, o número dos inativos decresceu em todas as categorias, em particular na dos que possuíam o ensino básico (menos 32,3%).

2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia

2.1.6.1. Saída escolar precoce

Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico (ISCED 0-2) e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação, tem diminuído progressivamente e de forma bastante mais acentuada do que na média dos países europeus e, em 2021, pelo segundo ano consecutivo, foi inferior à média observada na UE.

Figura 34. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola

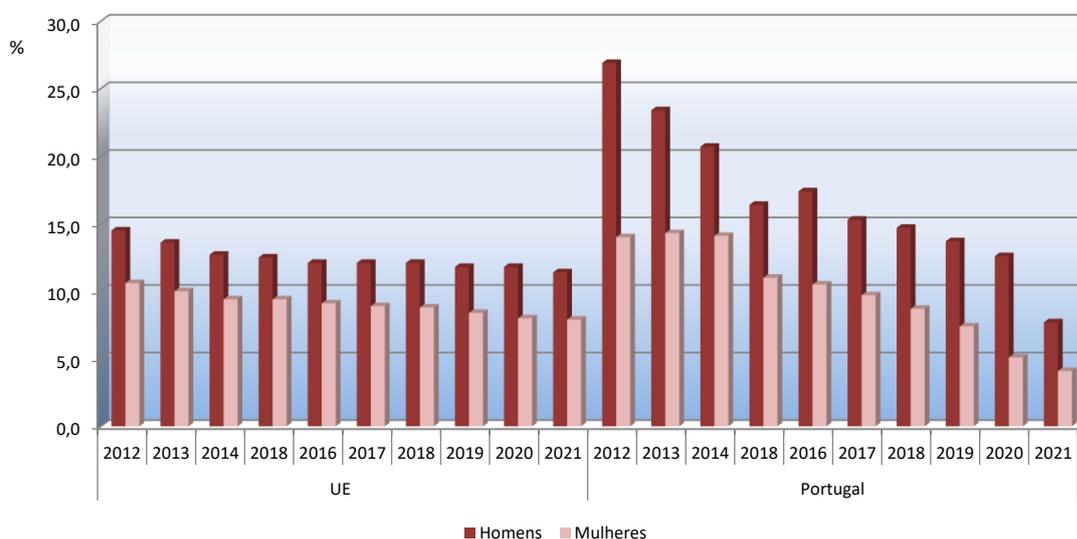


Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Deste modo, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola (população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico) diminuiu de 20,5% em 2012 para 5,9% em 2021, tendo sido inferior à da média dos países da UE que, em 2021, se fixou nos 9,7%.

Por outro lado, uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é superior à percentagem de mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos países da UE. Ainda assim, esta diferença esbateu-se e aproximou-se grandemente da média europeia (3,5 p.p. na UE e 3,6 p.p. em Portugal).

Figura 35. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Por outro lado, desde o início da série em análise, a percentagem de homens portugueses que abandonaram precocemente a escola tem diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, no espaço de uma década, a percentagem masculina evidenciou uma redução de 19,2 p.p., enquanto na feminina se constatou uma descida de 9,9 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos países da UE, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 3,1 p.p., entre 2012 e 2021, enquanto a das mulheres decresceu 2,7 p.p., no mesmo período de análise.

2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF³⁶)

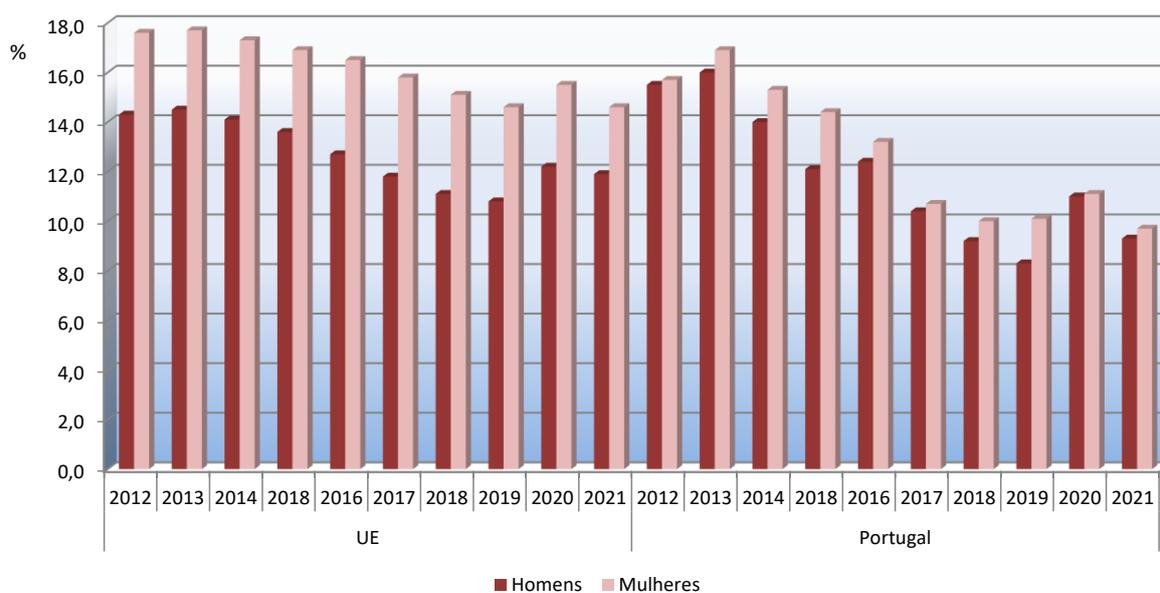
Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, evidencia-se um acréscimo deste tipo de população jovem até 2013, quando atinge a percentagem máxima do período em análise (16,4%

³⁶ NEEF – *Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação*. Dados recolhidos em abril de 2022.

em Portugal e 16,1 na UE), tendo vindo, desde então, a diminuir. De salientar que, em 2021, 9,5% da população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que registou mais 3,7 p.p. (13,2%).

Considerando a análise desta informação por sexo, constata-se que, em geral, tanto em Portugal como na UE, a população feminina NEEF apresenta percentagens superiores quando comparada com a população masculina nas mesmas condições. De notar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da UE do que em Portugal. Com efeito, no que concerne à população jovem NEEF, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos, que, em 2021, registaram um diferencial de 0,4 p.p. (9,3% para os homens e 9,7% para as mulheres).

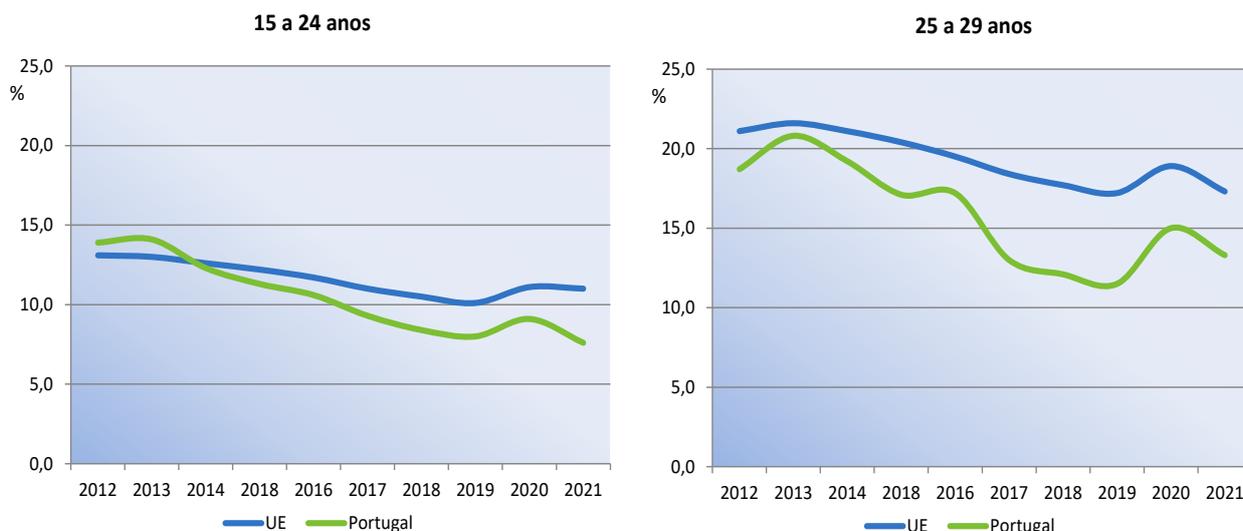
Figura 36. População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Numa análise mais desagregada deste tipo de população por escalão etário, em 2021, constata-se que a população jovem NEEF é mais elevada nas idades entre os 25 e os 29 anos, tanto em Portugal (13,3%), como a nível europeu (17,3%), tendo, na última década, diminuído progressivamente, apesar de algumas oscilações. Refira-se ainda que, neste grupo etário, a percentagem de mulheres, em 2021, continuou a ser superior à dos homens, quer em Portugal (mais 1,7 p.p.), quer sobretudo no conjunto dos países da UE (mais 7,6 p.p.).

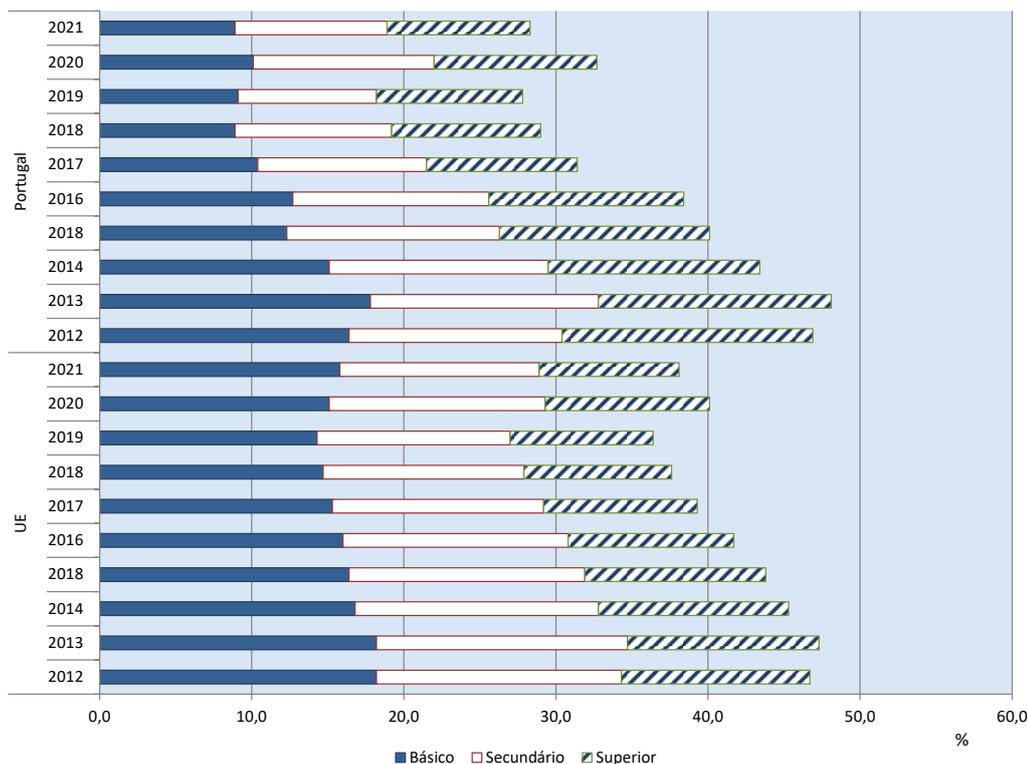
Figura 37. População jovem NEEF



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Por último, considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, em 2021, verifica-se que, em Portugal, o nível de escolaridade do ensino secundário (10%) apresentou uma percentagem ligeiramente superior, dado que a proporção da população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém o ensino básico ou o ensino superior registaram 8,9% e 9,4%, respetivamente.

Figura 38. População jovem NEEF, por níveis de ensino



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Ao contrário de Portugal, a UE apresentou uma tendência divergente, com os jovens NEEF de 15 a 29 anos que apenas têm o ensino básico a registar a percentagem mais elevada (15,8%), logo seguida pelos jovens NEEF com o ensino secundário (13,1%), enquanto os do ensino superior apresentaram o valor com menor expressão (9,2%). Na UE, a percentagem de jovens NEEF diminui com o nível de escolaridade.

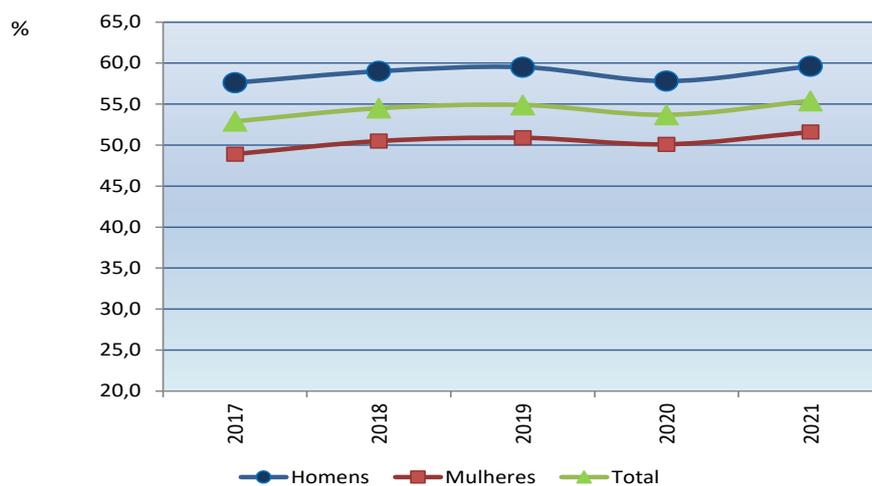
2.2. Emprego

2.2.1. Emprego e taxas de emprego

Em 2021, de acordo com o *Inquérito ao Emprego* do INE, no Continente, estavam empregadas 4.583,3 mil pessoas, o que se traduz num aumento de 129,1 mil empregados relativamente a 2020. Os homens empregados constituindo 50,4% do total, tiveram um aumento mais expressivo do que as mulheres empregadas (3,4% e 2,4%, respetivamente).

A taxa de emprego (16 e mais anos) em 2021 era de 55,4%. A taxa de emprego masculina era de 59,6% e a taxa de emprego feminina de 51,6% e ambas aumentaram relativamente a 2020, ano em que se observou uma quebra, numa tendência crescente, desde 2017. Em 2021, ambas tinham já ultrapassado o valor registado em 2019.

Figura 39. Taxa de Emprego por sexo

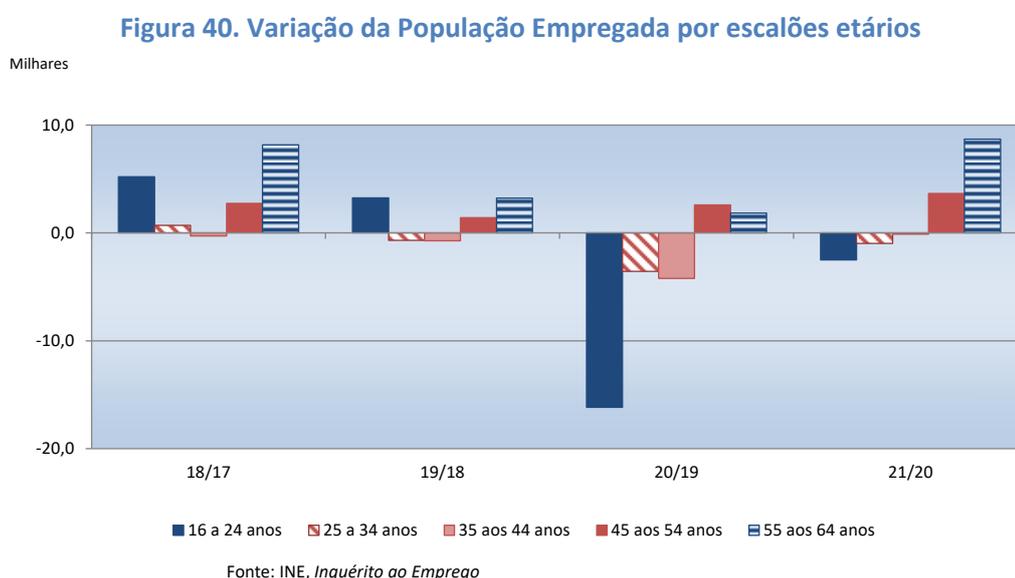


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.2.1.1 Emprego por escalões etários

No Continente, entre 2020 e 2021 a população empregada decresceu praticamente em todos os escalões etários, com exceção dos escalões acima dos 45 anos. O escalão em que o emprego mais cresceu, percentualmente, foi o do 65 e mais anos (mais 20%), seguindo-se o escalão dos 55 aos 64 anos (mais 8,7%).

Entre 2017 e 2019, registou-se um crescimento do emprego no escalão dos 16 aos 24 anos. Já no escalão dos 25 aos 34 anos o crescimento só se manteve até 2018. Relativamente aos escalões mais velhos, a partir de 2017, o único escalão a registar decréscimos, foi o escalão dos 35 aos 44 anos, no entanto esse decréscimo foi menos significativo em 2021.



No escalão dos 45 aos 54 anos o emprego diminuiu apenas ligeiramente em 2019. Já o escalão dos 55 aos 64 anos continua a ser o escalão onde o emprego tem crescido sempre mais.

No que se refere à população empregada, em 2021, a taxa de emprego aumentou em quase todos os escalões etários, tendo crescido mais no escalão dos 55 aos 64 anos (mais 4,6%), seguindo-se o escalão dos 35 aos 44 anos (mais 2,5%), depois o escalão dos 45 aos 55 anos (mais 2,3%) e por último o dos 65 e mais anos (mais 1,5%). O escalão etário em que a taxa mais decresceu foi o dos 25 aos 34 anos (menos 1%).

2.1.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia

De acordo com os dados do EUROSTAT, ao longo do último quinquénio, Portugal evidenciou, sempre, taxas de emprego superiores às da média do conjunto de países da UE.

Figura 41. Evolução da taxa de emprego



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Assim, a taxa de emprego portuguesa, que, no decurso da primeira década do século, atingira valores superiores à média europeia, decresceu progressivamente desde 2011, tendo registado o valor mais baixo, do período em análise, em 2013 (60,6%), apesar de, desde então ter subido até 2019. Quanto à taxa de emprego europeia, em 2011, esta foi superior à registada em Portugal, tendência que se manteve até 2016, pois em 2017, a taxa de emprego portuguesa ultrapassou em 1,1 p.p. a sua congénere europeia. Em 2021, tanto a taxa de emprego portuguesa como a europeia registaram uma subida face ao período anterior, com acréscimos de 0,9 p.p. e 1,1 p.p., respetivamente.

Figura 42. Evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos)



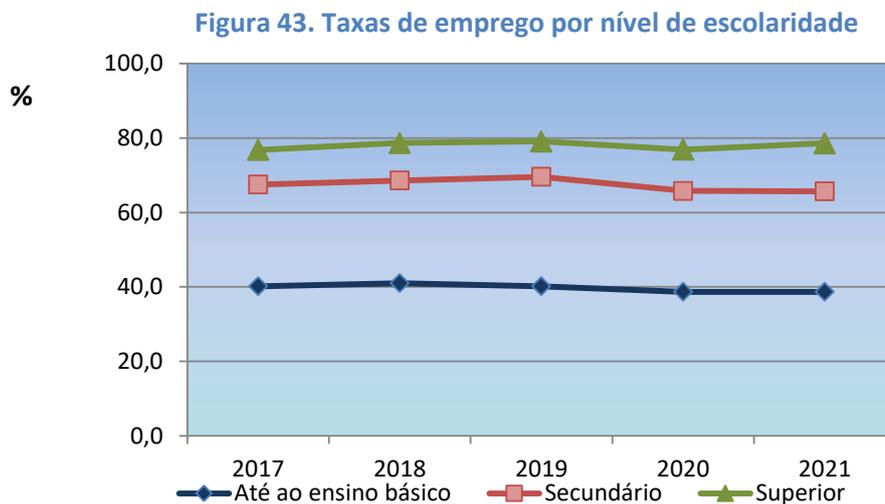
Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

A evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm apresentado alguma estabilidade, ao contrário dos valores relativos a Portugal que evidenciaram um decréscimo mais acentuado até 2013, apesar de, tal como no contexto europeu, terem infletido a trajetória desde então. A quebra observada em 2020, em Portugal, ao contrário do que aconteceu no conjunto dos países da UE, prolongou-se em 2021 (menos 0,6 p.p.), tendo-se fixado nos 22,8% para Portugal, enquanto a taxa europeia subiu para 32,7%.

2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade

De acordo com os dados do INE, em 2021, no Continente, a população empregada com o ensino básico constituía 34,9% do total, sendo o peso da população empregada com o ensino secundário e superior (30,3% e 34,8%, respetivamente).

Entre 2020 e 2021 o número de pessoas empregadas com o ensino básico decresceu em 7%, a população empregada com o ensino secundário cresceu em 4% e as pessoas empregadas com o ensino superior cresceu em 14%, um aumento bastante expressivo em relação ao ano anterior.



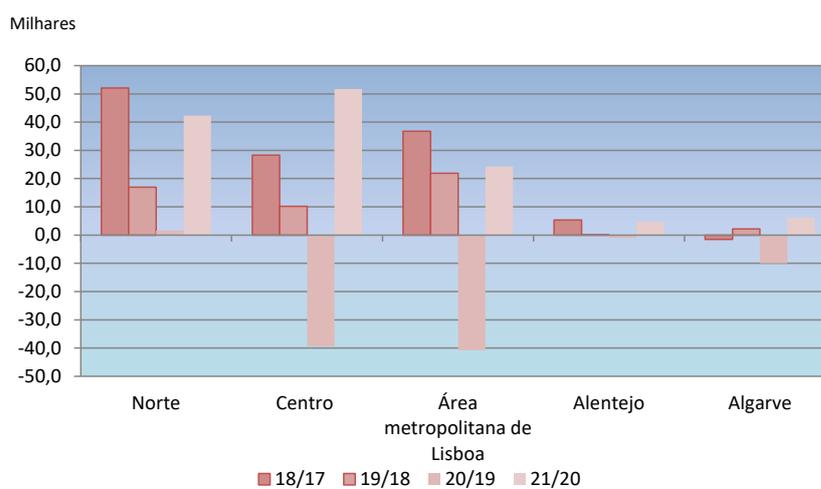
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2021, a taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico era 38,7%, mantendo-se idêntica à de 2020. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário era de 65,7% e diminuiu muito pouco (menos 0,1%). Já a dos indivíduos com o ensino superior que era 78,6%, cresceu 1,7 p.p. Por outro lado, a análise dos últimos cinco anos evidencia uma grande estabilidade destas taxas por escolaridade.

Analisando a taxa de emprego masculina, continua a verificar-se que esta era superior à feminina em todos os níveis de escolaridade, embora essa diferença se fosse atenuando quanto mais elevado o nível de habilitações. Assim, no que se refere à população empregada com o ensino básico a diferença era de 16 p.p. enquanto que na população empregada com o ensino superior era de apenas 0,7 p.p.

2.2.1.4. Emprego por regiões

Figura 44. Variação do emprego por regiões do Continente



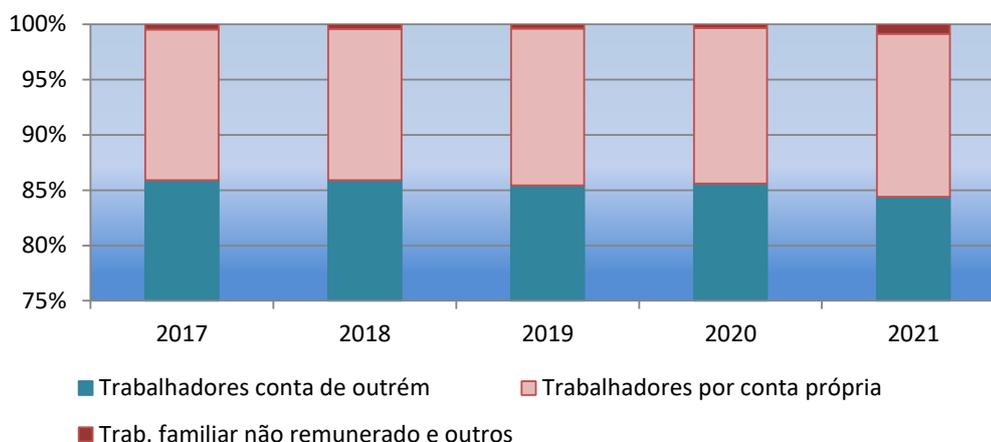
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Segundo os dados do INE, a região do Norte, e à semelhança do que se tem vindo a verificar nos anos anteriores, continuava em 2021, a ser aquela onde se registava a maior percentagem da população empregada no Continente (37,3%), seguido pela Área metropolitana de Lisboa (28,5%) e a região Centro (22,8%). O Alentejo registava 7% da população empregada e o Algarve, 4,5%. Comparativamente ao ano anterior a população empregada aumentou em todas as regiões, no Norte (2,5%), em Lisboa (1,9%), no Centro (5,2%), no Algarve (3,1%) e no Alentejo também a população empregada cresceu (1,5%).

2.2.1.5. População empregada por situação na profissão

No Continente, em 2021, cerca de 3.868,5 mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem, representando 84,4% do total de empregados, 675,5 mil trabalhavam por conta própria, constituindo 14,7% do total e 39,3 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 64,9% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente. Relativamente ao número de trabalhadores por conta de outrem (TCO), entre 2020 e 2021, cresceram 1,5% (cerca de mais 56,1 mil pessoas), assim como também o número de trabalhadores por conta própria (TCP) cresceu expressivamente (mais 7,6%, o que representa mais 47,6 mil indivíduos), bem como os TCP que trabalhavam isolados (mais 21,4 mil pessoas).

Figura 45. Evolução da População Empregada por situação na profissão



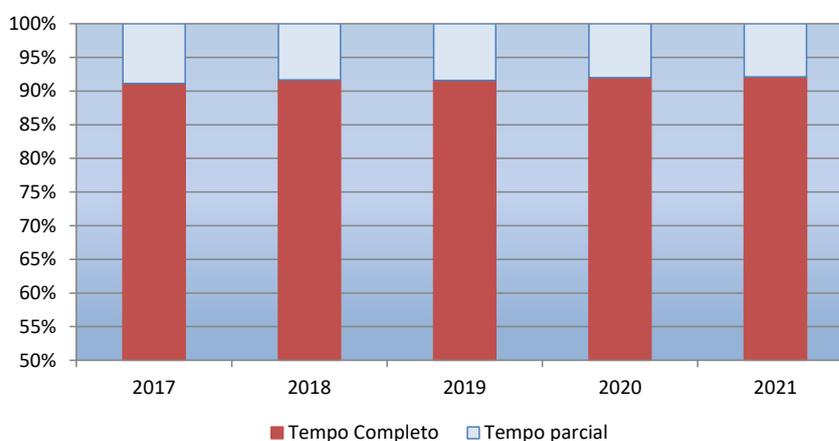
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A partir de 2018 os TCP começaram a aumentar e a percentagem de cada uma das categorias no total de empregados estabilizou, sendo que em 2020, tanto os TCO como os TCP voltam a diminuir. De notar que, em 2021, verificou-se um aumento acentuado dos TCP.

2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho

Em 2021, no Continente, a população empregada a tempo completo totalizava 4.222,3 mil pessoas, representando 92,1% do total e cresceu 3% relativamente ao ano anterior (mais 124,7 mil pessoas). Os homens que trabalhavam a tempo inteiro constituíam 51,4% do total e aumentaram menos do que as mulheres relativamente a 2020. Entre 2020 e 2021, a população empregada a tempo parcial cresceu em 1,3% (mais 4,5 mil indivíduos), apesar do número de mulheres nesta categoria ter diminuído em 8,8 mil.

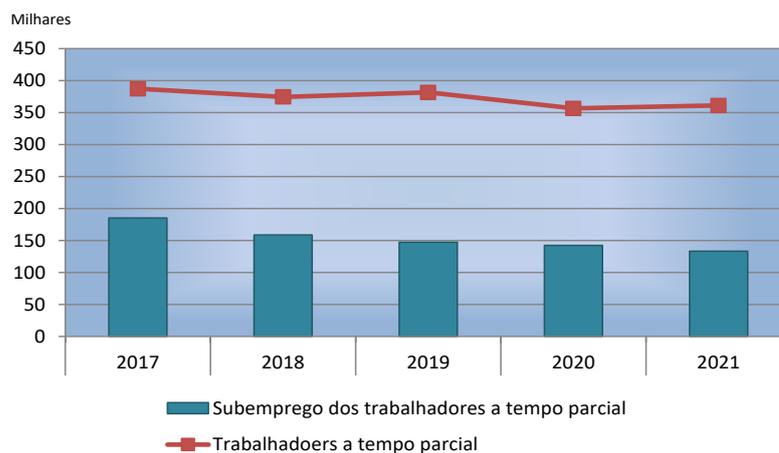
Figura 46. Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A população empregada a tempo completo tem vindo a estabilizar, e entre 2017 e 2021, o seu peso no total do emprego cresceu 1%. Em contrapartida a população empregada a tempo parcial tem vindo a apresentar uma tendência de decréscimo, ao longo do último quinquénio, apesar do ligeiro aumento em 2021. À semelhança do já verificado em anos anteriores, os homens continuam a constituir sempre a maioria dos trabalhadores a tempo completo e as mulheres a maioria dos trabalhadores a tempo parcial.

Figura 47. Evolução do emprego a tempo parcial e do subemprego a tempo parcial



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No Continente, em 2021, das 361 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial, 37% estavam disponíveis para trabalhar mais horas. 61,6% destes subempregados eram mulheres. O número de trabalhadores subempregados diminuiu em 6,3%, (cerca de 8,9 mil pessoas) entre 2020 e 2021.

Entre 2017 e 2021, o número de trabalhadores a tempo parcial que estava subempregado, decresceu cerca de 28%, um valor bastante expressivo comparativamente ao total dos trabalhadores a tempo parcial, que decresceu 6,8% no mesmo período.

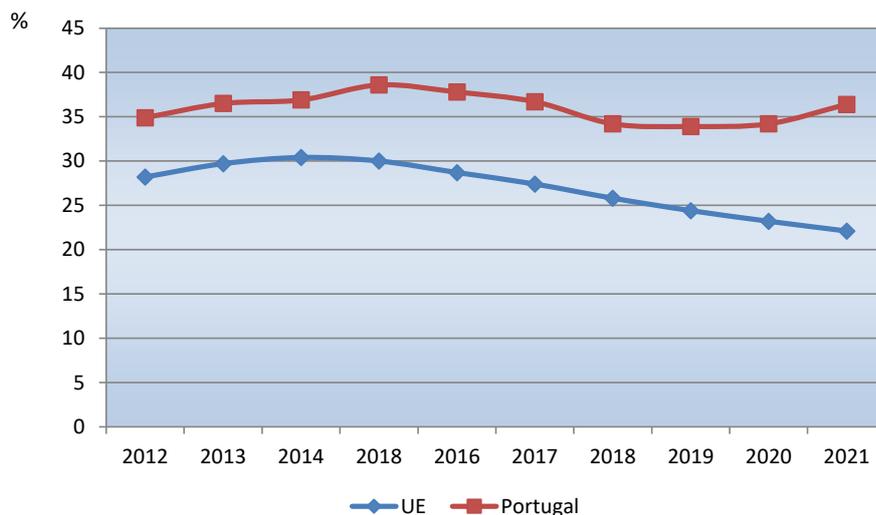
Percentagem da população subempregada no total da população empregada a tempo parcial em Portugal e na UE

Analisando a percentagem de pessoas empregada a tempo parcial (15 e mais anos) em situação de subemprego³⁷ em Portugal e na média dos países da UE entre 2012 e 2021 constata-se que essa percentagem se manteve sempre muito mais elevada em Portugal, tendo essa diferença aumentado, ao longo da série em análise.

³⁷ Na designação do EUROSTAT: “Emprego a tempo parcial involuntário”. Dados recolhidos em maio de 2022.

Com efeito, na UE, essa percentagem registou um ligeiro crescimento até 2014, ano a partir do qual tem vindo a diminuir de forma progressiva. Em 2021, a percentagem de pessoas empregada a tempo parcial em situação de subemprego, na UE, era 22,1%, enquanto que em Portugal, essa percentagem foi de 36,4%, após um crescimento de 2,2 p.p. face ao ano anterior.

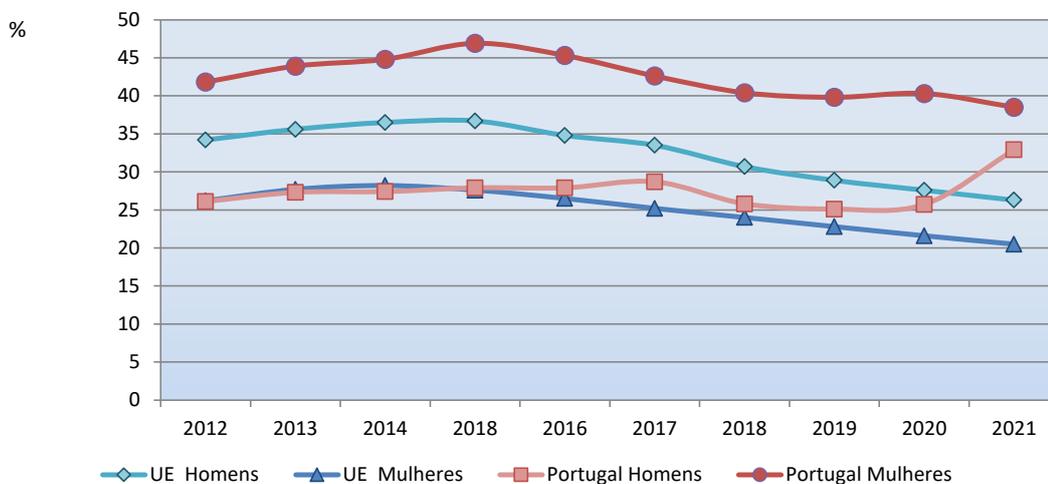
Figura 48. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial (15 aos 64 anos)



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

No que se refere às diferenças entre sexos, em Portugal, a evolução da percentagem de homens em situação de subemprego tem sido semelhante à da verificada na UE, excetuando os dois últimos anos, em que, ao contrário do que aconteceu na UE, essa percentagem aumentou, em Portugal.

Figura 49. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial por sexo



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

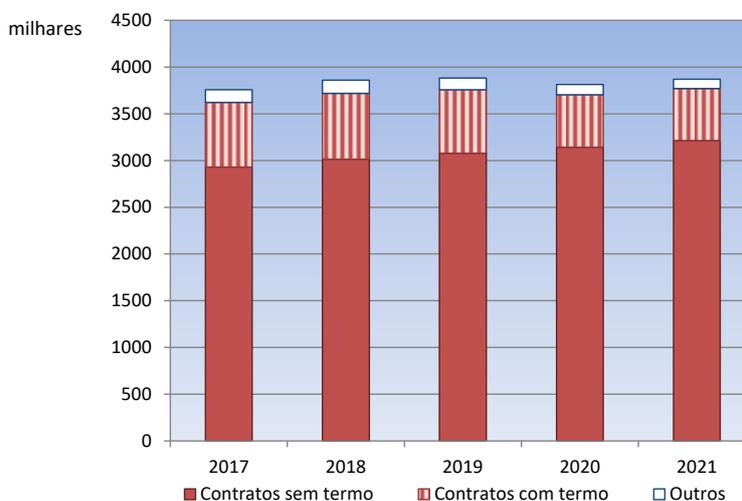
Por outro lado, no que se refere à percentagem de mulheres em situação de subemprego, enquanto na UE, esta se manteve cerca de 7 p.p. inferior à dos homens, em Portugal, essa percentagem foi sempre superior à dos homens (cerca de 14 p.p.), não obstante ter havido uma acentuada aproximação no último ano em análise.

2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato

No Continente, em 2021, dos 3.868,5 mil indivíduos que trabalhavam por conta de outrem (TCO), 83,1% (cerca de 3213,9 mil indivíduos) tinham contratos sem termo, tendo o seu número aumentado em cerca de 71,7 mil, relativamente a 2020. No que se refere aos TCO com contratos a termo, estes representam 14,4% (557,1 mil pessoas), tendo decrescido em relação ao ano anterior em cerca de 3,1 mil pessoas. Já os TCO com outro tipo de contratos ³⁸, representavam 2,5% (97,5 mil pessoas) e também decresceram em cerca de 12,6 mil.

Entre 2017 e 2021, com exceção dos TCO com "contratos sem termo" todos os outros tipos de contrato diminuíram. Os TCO com contratos sem termo foi a categoria que mais cresceu durante o período em análise (cerca de 9,6%). O conjunto dos contratados a termo e dos outros contratados decresceram 20,6% no mesmo período.

Figura 50. TCO com contratos a termo e sem termo



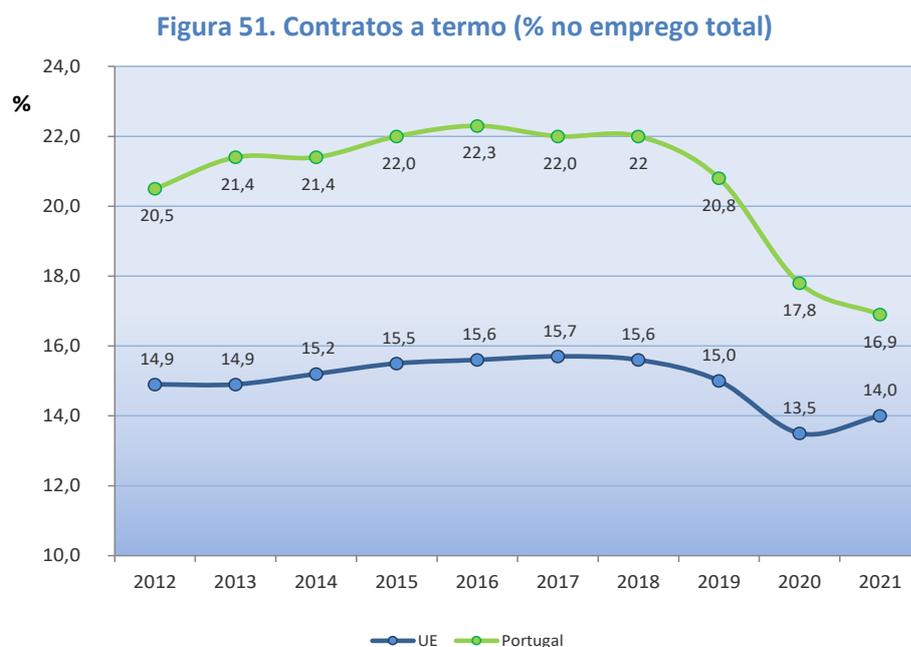
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia

No conjunto dos países da UE, apesar de algumas oscilações, a percentagem de contratos a termo no emprego total, tem apresentado alguma constância, registando valores em torno dos 15% ao longo da série em análise, não obstante o decréscimo verificado nos últimos anos.

³⁸ Incluem contratos sazonais e ocasionais.

Em Portugal, a percentagem de contratos a termo no emprego total, tem vindo a registar um comportamento similar, oscilando entre 20,5% e 22%, apesar de, a partir de 2018, se ter verificado um decréscimo expressivo até 2021, ano em a percentagem de contratos a termo foi de 16,9%.



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

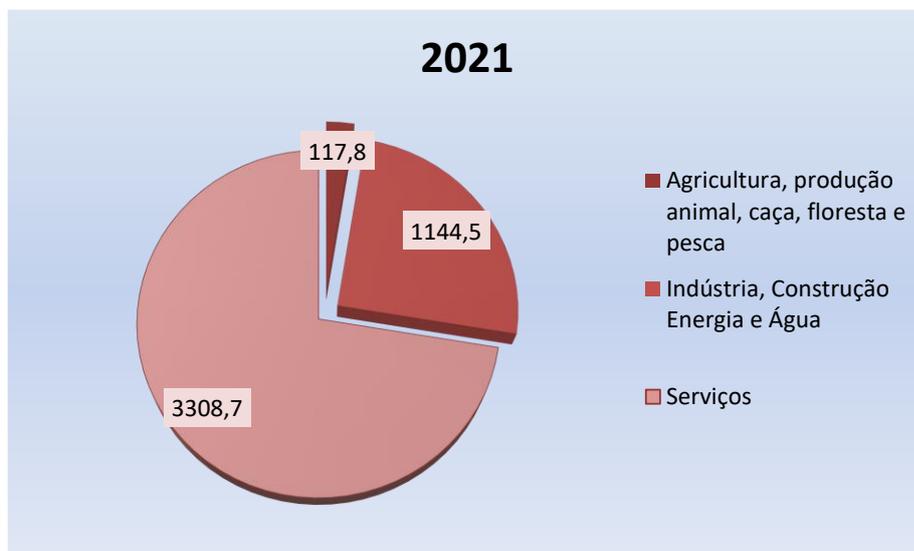
Por outro lado, os contratos a termo em Portugal que, desde o início da série em análise, vinham apresentando uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média dos países da UE, em 2021, continuaram a evidenciar uma diminuição do valor diferencial face à média europeia, ficando a cerca de 2,9 p.p. acima do valor observado para a UE.

2.2.1.9. População empregada por setores de atividade

Em 2021, 72,2% das pessoas empregadas no Continente, ou seja, cerca de 3.308,7 mil indivíduos trabalhavam na área dos *Serviços* e 25% (1.144,5 mil) trabalhavam na *Indústria, construção, energia e água*.

O emprego cresceu na área dos *Serviços*, entre 2020 e 2021, em cerca de 72,2 mil pessoas (mais 4%). Já na *Indústria, construção, energia e água*, registou-se um decréscimo de 25 mil pessoas (menos 0,2 %) e na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* o emprego cresceu em 2,6 mil pessoas (mais 1,4%).

Figura 52. Emprego por grandes setores de atividade
(milhares de indivíduos)

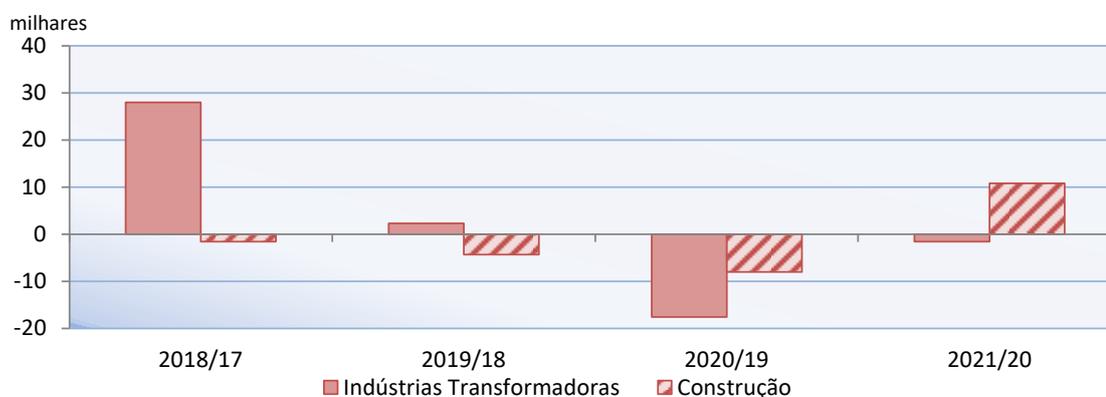


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2017 e 2021, o peso do emprego no setor dos *Serviços* cresceu 1,1 p.p., já na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* decresceu 3,3 p.p. e na *Indústria, construção, energia e água* também diminuiu 2,8 p.p. Verifica-se ao longo da série, um aumento de 223,8 mil indivíduos empregados nos *Serviços*, 11,5 mil na *Indústria, construção, energia e água* e uma diminuição de 7,3 mil pessoas na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

Em termos de emprego, relativamente aos subsetores mais significativos da *Indústria, construção, energia e água*, em 2021, verificou-se um ligeiro decréscimo no das *Indústrias Transformadoras* (menos 0,2%, ou seja, menos 1,6 mil trabalhadores) e um acréscimo no da *Construção* (3,9%, ou seja, mais 10,2 mil trabalhadores).

Figura 53. Variação do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção

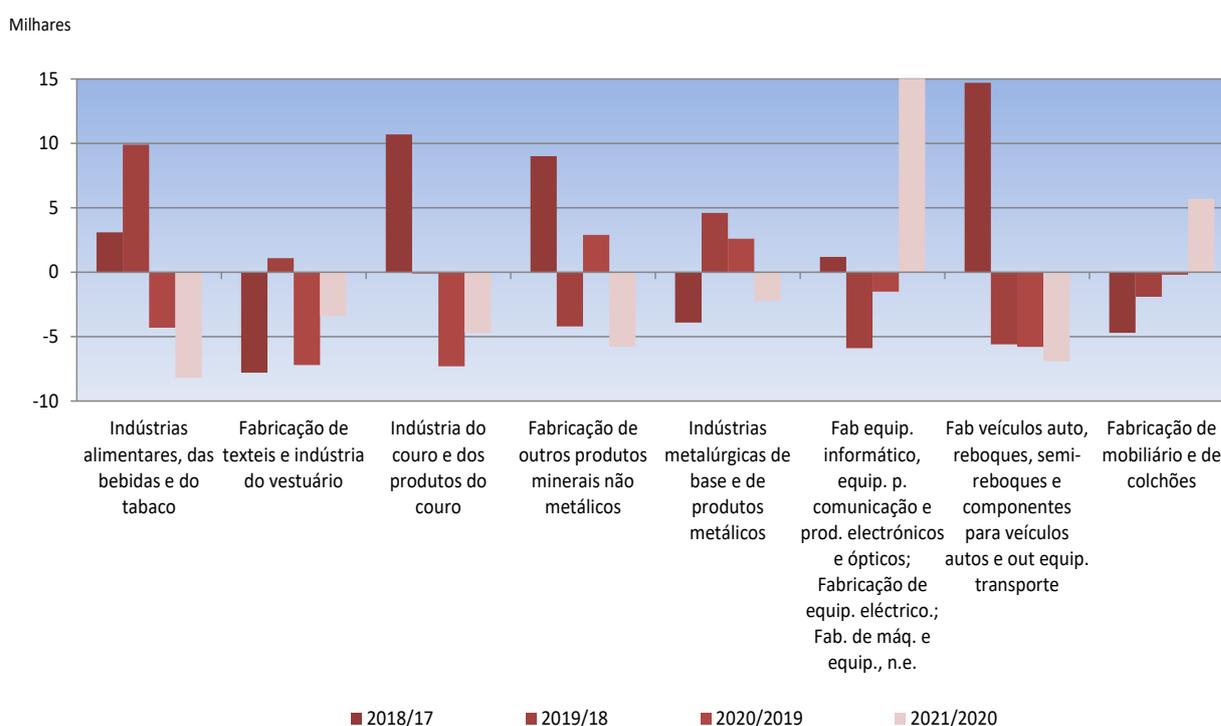


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2017 e 2019 o emprego aumentou nas *Indústrias Transformadoras*, tendo voltado a diminuir dos dois últimos anos. Já na *Construção* decresceu desde 2017, tendo voltado a aumentar em 2021. Verificou-se que em 2021, as *Indústrias Transformadoras* registavam mais 11,1 mil trabalhadores do que em 2017, enquanto a *Construção* contabilizava menos 3,2 mil trabalhadores.

Observando os subsetores das *Indústrias Transformadoras* mais representativos em termos de emprego, no Continente, verifica-se que, entre 2020 e 2021, o emprego aumentou apenas nos subsetores da *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos* (mais 19 mil trabalhadores), no da *Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos* (mais 8,3 mil trabalhadores) e no da *Fabricação de mobiliário e de colchões* (mais 5,7 mil). Em todos os restantes subsetores com mais peso no emprego, o número de trabalhadores diminuiu, tendo decrescido mais acentuadamente no subsetor das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos 8,2 mil trabalhadores), no da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (menos 6,9 mil), no da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (menos 5,8 mil), no da *Indústria do couro e dos produtos do couro* (menos 4,7 mil) e no da *Fabricação de têxteis e indústria do vestuário* (menos 3,4 mil).

Figura 54. Variação do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras

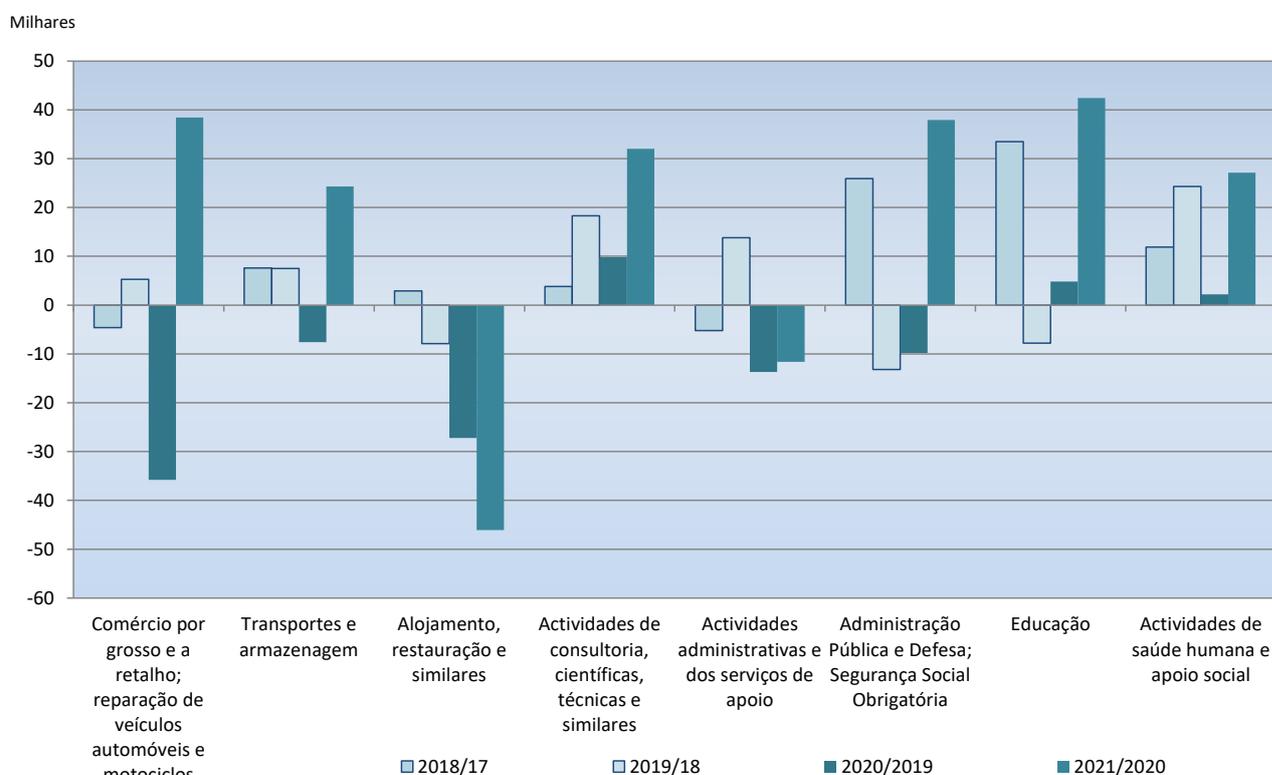


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2017 e 2021, o emprego cresceu expressivamente em dois dos subsectores mais significativos da Indústria Transformadora, no da *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos*, que registava em 2021, mais 12,8 mil pessoas, assim como o da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos*, com mais 1,9 mil trabalhadores. Os subsectores onde o emprego mais decresceu, durante esse período, foram o da *Fabricação de têxteis e indústria do vestuário*, com menos 17,3 mil pessoas, o da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (menos 3,6 mil pessoas) e o da *Indústria do couro e dos produtos do couro* (menos 1,4 mil trabalhadores).

No que se refere aos subsectores mais representativos dos Serviços, no Continente, entre 2020 e 2021, os setores que mais cresceram foi a *Educação* (mais 42,4 mil trabalhadores), o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (mais 38,4 mil trabalhadores), a *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (mais 37,9 mil) e as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 32 mil trabalhadores). Por outro lado, o emprego decresceu expressivamente no setor do *Alojamento, restauração e similares* (menos 46,1 mil pessoas) e nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (menos 11,6 mil pessoas).

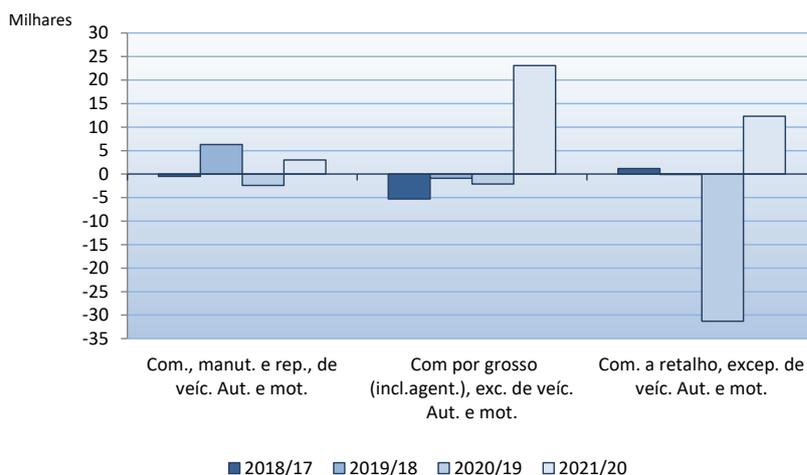
Figura 55. Variação do emprego nos serviços



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, verifica-se que entre 2017 e 2021, a *Educação* tinha mais 72,9 mil trabalhadores, as *Atividades de saúde humana e apoio social* mais 65,5 mil pessoas, as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* mais 63,9 mil e as *Atividades de informação e de comunicação* mais 56,8 mil trabalhadores. Detalhando a evolução do emprego no setor do *Comércio* por subsectores, entre 2020 e 2021, verifica-se um aumento em todos os subsectores, mais expressivo no *Comércio por grosso* (mais 23,1 trabalhadores).

Figura 56. Variação do emprego nos subsectores do comércio



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2017 e 2021, o emprego no subsector do *Comércio por grosso* cresceu em 14,8 mil pessoas, já no subsector *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos* praticamente nunca diminuiu ao longo do período em análise e verifica-se um aumento de 6,4 mil pessoas. No que se refere ao *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos*, registou um decréscimo de 17,9 mil trabalhadores resultante da quebra observada em 2020.

EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO³⁹

Pese embora uma parte significativa (67,3%) das atividades do Turismo se enquadre no setor do *Alojamento e restauração*, existe um conjunto de outras atividades, classificadas, segundo a CAE, noutros setores de atividade, mas também relacionadas com o Turismo, tais como: os *Transportes aéreos*; as *atividades de aluguer* e as *atividades das agências de viagem, operadores turísticos, etc.*⁴⁰

³⁹ De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, são aqui analisadas as seguintes atividades: *Transportes aéreos, Alojamento, Restauração e similares, Atividades de aluguer, Agências de viagens, operadores turísticos, e outros serviços de reservas e atividades relacionadas, Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas, Atividades de saúde humana, Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais, Atividades desportivas, de diversão e recreativas.*

⁴⁰ As atividades classificadas como “relacionadas com o Turismo” consideradas no relatório deste ano não incluem, como em 2016, a área da saúde humana e apoio social, uma vez que, este setor não consta da “Conta Satélite do Turismo”.

Tal como em relatórios anteriores, procurou-se observar a evolução do emprego no conjunto de atividades relacionadas com esse setor, tendo-se verificado que, em 2021, estas empregavam, no Continente, cerca de 329,8 mil pessoas. Entre 2020 e 2021, o emprego neste conjunto de atividades decresceu 14,4%. O subsetor *restauração e similares* representava 50,1% do emprego nestas atividades, seguindo-se o do *Alojamento* (17,2%), o das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (10,5%) e o das *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (9,6%). Todos estes subsectores de atividades relacionadas com o Turismo decresceram, entre 2020 e 2021, e de modo mais expressivo no caso da *Restauração* (menos 36,6 mil pessoas).

Figura 57. Evolução do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

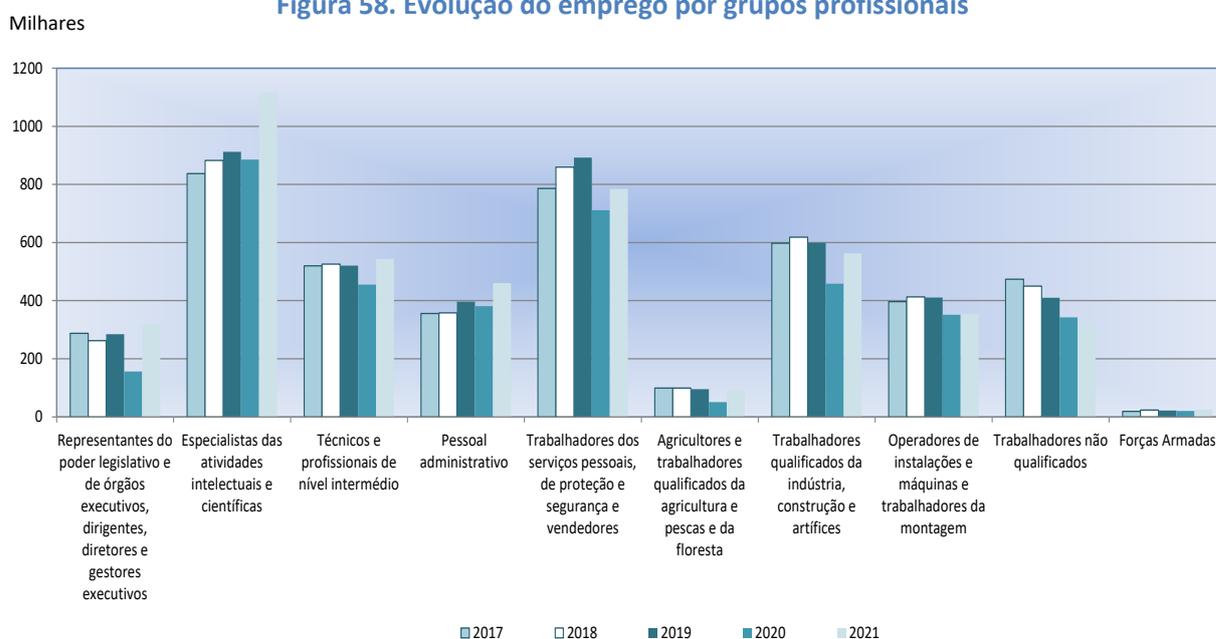
Entre 2017 e 2021, o emprego decresceu em todos os subsectores deste conjunto de atividades, em particular no caso da *Restauração* (menos 73,5 mil trabalhadores), seguido pelas *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (menos 5,6 mil trabalhadores).

2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais

Analisando os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada, em 2021, no Continente, e à semelhança dos anos anteriores, verificou-se que continuavam a ser os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que representavam 24,4% do total de empregados, os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (17,1%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (12,3%).

Entre 2020 e 2021, a população empregada cresceu em praticamente quase todos os grupos profissionais, mais expressivamente no grupo dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (mais 232,2 mil trabalhadores), dos *Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos* (mais 163,8 mil pessoas), dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (mais 105 mil pessoas), nos *Técnicos e profissionais de nível intermédio* (mais 88,6 mil pessoas) e do *Pessoal administrativo* (mais 79,1 mil trabalhadores). Já no grupo dos *Trabalhadores não qualificados* o emprego decresceu em 21,4 mil pessoas relativamente ao ano anterior.

Figura 58. Evolução do emprego por grupos profissionais



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando o peso dos diferentes grupos profissionais no emprego verifica-se alterações entre 2017 e 2021. O grupo dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, o dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, assim como o dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* cresceram expressivamente e praticamente de forma contínua. Nos grupos dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio e pessoal administrativo* o emprego também tem crescido, mas de modo comedido. Relativamente ao grupo dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta* e o dos *Trabalhadores não Qualificados* o emprego tem vindo a diminuir.

2.2.2. Emprego nas administrações públicas

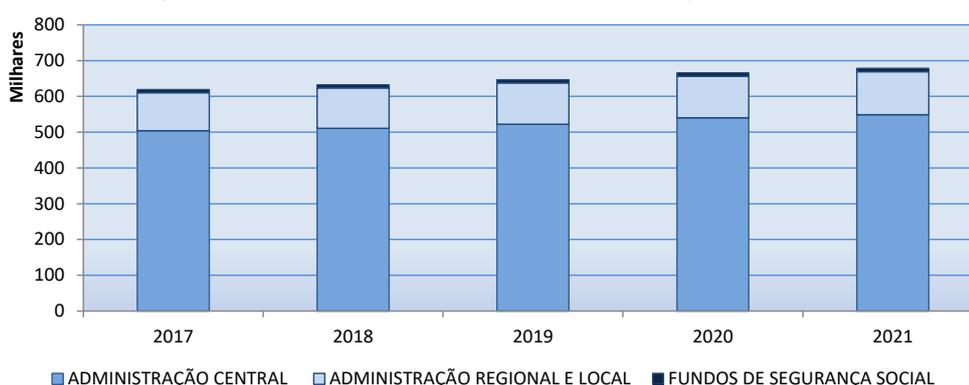
2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas

Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2021, no Continente, havia 678,1 mil postos de trabalho ocupados⁴¹ nas administrações públicas, mais 12,7 mil face ao período homólogo. Cerca de 61,5% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres, que tiveram um acréscimo de 9,5 mil relativamente ao ano anterior, enquanto os homens cresceram apenas 3,1 mil.

Nos últimos cinco anos, o número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas evidenciou um crescimento gradual. Assim, em 2021 havia mais 59,4 mil postos de trabalho ocupados face ao início do último quinquénio. Os postos de trabalho ocupados por homens têm apresentado uma subida mais moderada. Deste modo, entre 2017 e 2021, os postos de trabalho ocupados por homens aumentaram em 12,4 mil enquanto os postos de trabalho ocupados por mulheres cresceram cerca de 47 mil.

O peso dos postos de trabalho relativos à administração central, à administração regional e local e aos fundos da segurança social, no total, praticamente não se alterou relativamente a 2020. O número de postos de trabalho na administração regional e local cresceu percentualmente mais (3,3%) do que na administração central (1,6%) ou nos fundos da segurança social (1,5%).

Figura 59. Postos de trabalho nas Administrações Públicas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

⁴¹ A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos setores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

Entre 2017 e 2021, o número de postos de trabalho na administração central cresceu 8,8% (mais 44,5 mil), na administração regional e local aumentou em 13,3% (mais 14,2 mil) e nos fundos da segurança social cerca de 9% (mais 745 postos).

- **Por escalões etários**

Se considerarmos o emprego nas administrações públicas por escalões etários constata-se que, em 2020⁴², 32,4% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com *entre 45 e 54 anos*, e 27,7% por indivíduos *entre os 55 aos 64 anos*, tendo o peso deste escalão etário ultrapassado o dos *35 aos 44 anos*, que representavam 24,1%. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 34 anos* constituíam 12,8%. Relativamente ao ano anterior, em 2020, o número de postos de trabalho ocupados cresceu em todos os escalões etários, exceto no dos *35 aos 44 anos*, que diminuiu 0,8%, o que representou menos 1,3 mil postos. O número de postos de trabalho ocupados por indivíduos *com mais de 44 anos* cresceu em 13,9 mil e os postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 34 anos* aumentou de forma mais moderada (mais 6,4 mil postos). Considerando os últimos anos em análise, entre 2016 e 2020, todos os escalões etários registaram aumentos no que se refere aos postos de trabalho ocupados, à exceção dos escalões dos *25 aos 34 anos* (menos 2,5%) e dos *35 aos 44 anos* (menos 7,6%), que evidenciaram uma descida no número de postos de trabalho.

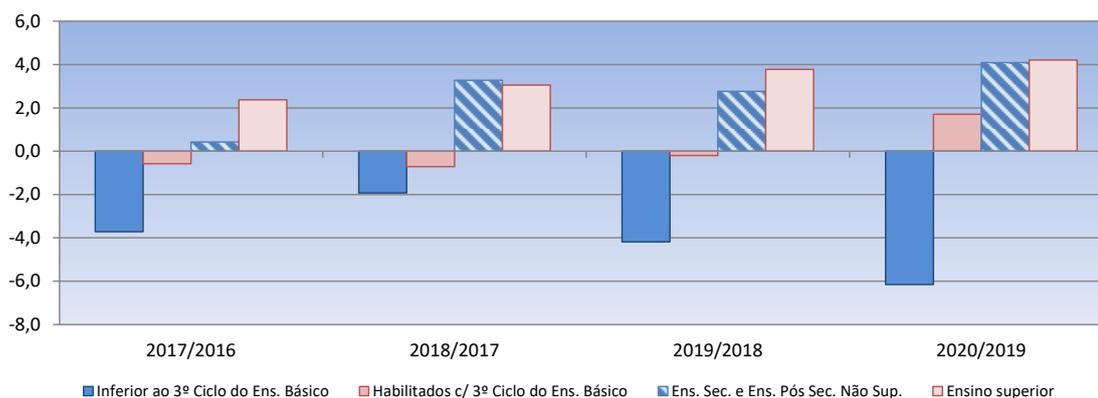
- **Por níveis de escolaridade**

Em dezembro de 2020⁴³, no Continente, 54,7% dos postos de trabalho nas administrações públicas eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior e 25,9% por trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico representavam 10,8% e 8,5% eram ocupados por indivíduos com menos que o 3º ciclo do ensino básico.

⁴² A informação relativa a 2021 que respeita ao emprego nas administrações públicas por níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível.

⁴³ Ver nota 2.

Figura 60. Variação dos postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

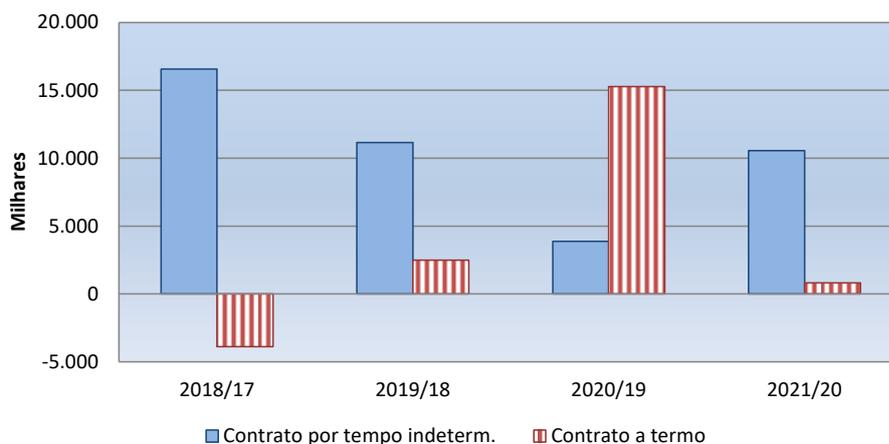
Comparativamente com 2019, em 2020, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou mais aumentou (6,8 mil relativamente aos trabalhadores com o ensino secundário ou pós-secundário e 14,7 mil no que se refere aos trabalhadores com o ensino superior). O número de postos de trabalho dos trabalhadores com habilitações mais baixas diminuiu cerca de 3,7 mil postos de trabalho.

Nos últimos cinco anos, o número de postos de trabalho nas administrações públicas ocupados por trabalhadores com o ensino secundário, pós-secundário ou superior cresceu, tendo esse aumento se manifestado de forma mais acentuada no que respeita aos trabalhadores com o ensino superior. Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores de habilitações mais baixas têm vindo a decrescer ao longo do período em análise, embora de forma progressiva. Em 2020 havia assim, mais cerca de 45 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior do que em 2016, mais 17 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou pós-secundário, mais 144 postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico e menos 10,1 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos do que este nível de habilitações.

- **Por tipo de vínculo**

Em dezembro de 2021, no Continente, 73,8% dos postos de trabalho das administrações públicas, ou seja, 500,3 mil, eram ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado e 12,6% (85,6 mil) por contratados a termo. Os postos de trabalho de indivíduos que tinham sido nomeados somavam 72,1 mil (10,6%) e os postos de trabalho que respeitavam a indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos, totalizavam 20 mil (3%). Entre 2020 e 2021, o número de postos de trabalho ocupados aumentou relativamente a todas as categorias, sobretudo relativamente aos indivíduos com contratos por tempo indeterminado (mais 10,6 mil).

Figura 61. Postos de trabalho nas Administrações Públicas – evolução dos contratos a termo e sem termo



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

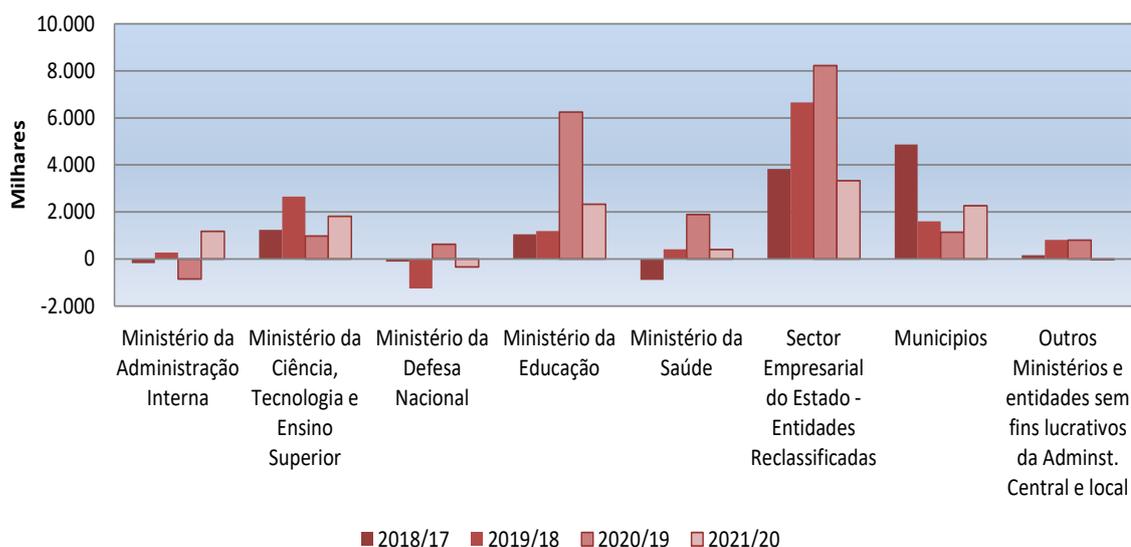
Entre 2017 e 2021, à exceção da categoria dos nomeados, o número de postos de trabalho aumentou relativamente a todas as categorias, em particular nos ocupados por contratados por tempo indeterminado e nos ocupados por contratados a termo. Deste modo, em 2021, havia mais 42,2 mil postos de trabalho ocupados por contratados por tempo indeterminado do que em 2017, mais 14,7 mil ocupados por contratados a termo, menos 350 postos de trabalho ocupados por indivíduos nomeados e mais 2,9 mil ocupados por indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos.

- **Por área governativa**

Segundo os dados da DGAEP, no Continente, em dezembro de 2021, na administração central, a *Educação* concentrava 27,7% do total dos postos de trabalho, o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas*, 19,4%, a *Administração Interna*, 6,9%, a *Ciência tecnologia e ensino superior*, 6,6%, a *Saúde* 4,7% e a *Defesa Nacional* 4,5%. No que se refere à administração local, os *Municípios* representavam 14,9% do total dos postos de trabalho nas administrações públicas.

Entre 2020 e 2021, o número de postos de trabalho ocupados aumentou relativamente à maioria das áreas governativas, com destaque para o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas* que registou mais 3,3 mil postos de trabalho ocupados, para a *Educação* (mais 2,3 mil) e para a *Ciência, tecnologia e ensino superior* (mais 1,8 mil). O maior decréscimo verificou-se nos postos de trabalho ocupados na área da *Defesa Nacional* (menos 342) e nas *Finanças* (menos 241). No que se refere à administração local, os *Municípios* somaram mais 2,3 mil postos de trabalho ocupados.

Figura 62. Variações dos postos de trabalho na Administração pública por áreas governativas



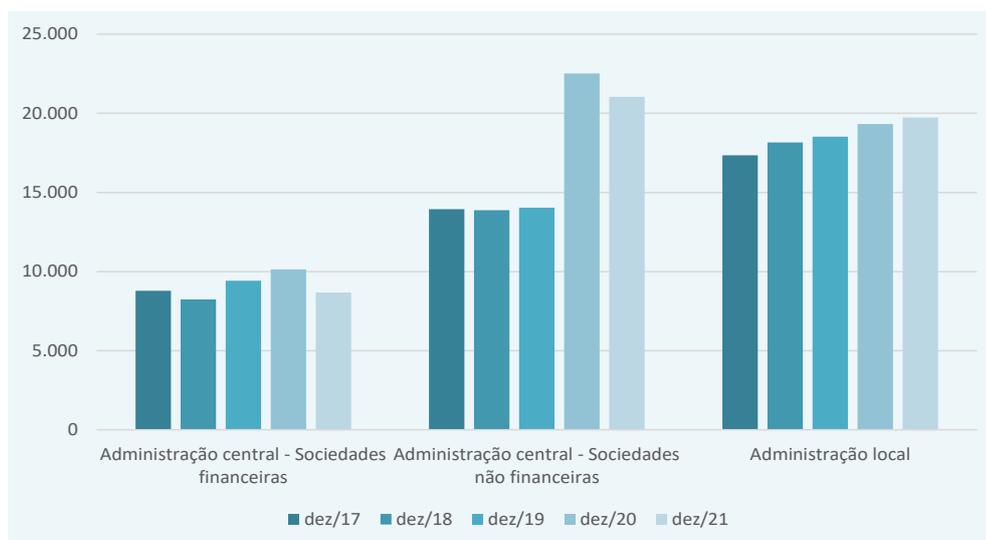
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Analisando a evolução do número de postos de trabalho na administração pública no Continente, nos últimos cinco anos, constata-se que estes aumentaram, de um modo geral, na administração central, não obstante terem decrescido na *Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural* (menos 1,6 mil) e na área da *Defesa* (menos 1,1 mil). Por outro lado, ao longo do período em análise, o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas* teve um acréscimo de cerca de 22 mil postos de trabalho ocupados e a área da *Educação* aumentou em 10,8 mil postos. Já na administração regional e local o número de postos de trabalho ocupados aumentou, sobretudo nos *Municípios* (mais 9,9 mil postos).

2.2.2.2. Emprego nas entidades do setor público, exceto administrações públicas (AP)

De acordo com os dados da DGAEP, em 2021, no Continente, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP) somavam 52,1 mil postos de trabalho ocupados, mais 10,1 mil do que em 2020. 62,9% desses postos de trabalho respeitavam a empresas e demais entidades detidas pela administração central (32,7 mil) e os restantes 19,3 mil a empresas e demais entidades detidas pela administração local. As sociedades não financeiras representavam 70,8% dos postos de trabalho ocupados nas empresas e demais entidades detidas pela administração central.

Figura 63. Postos de trabalho nas entidades do setor público, exceto AP, por subsetor



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2021, e face ao ano anterior, o número de postos de trabalho decresceu relativamente a todo o tipo de empresas e demais entidades públicas (exceto AP). Contudo, numa análise mais detalhada, observa-se que este decréscimo se ficou a dever às empresas e entidades detidas pela administração central, dado que as detidas pela administração local registaram um aumento de 2,1%. De notar que, este decréscimo de postos de trabalho verificado nas empresas e entidades detidas pela administração central foi similar, quer nas Sociedades financeiras como nas não financeiras (cerca de 1,5 mil postos). Os postos de trabalho ocupados por homens constituíam 63,4% dos postos de trabalho nas empresas e demais entidades públicas (exceto AP) e decresceram 6,2% relativamente a 2020. Ao contrário do sucedido nas outras categorias de empresas, nas sociedades financeiras, cerca de 59% dos postos de trabalho eram ocupados por mulheres.

• **Por escalões etários**

Em dezembro de 2020⁴⁴, nas empresas e demais entidades, os postos de trabalho ocupados por indivíduos com entre 45 e 64 anos constituíam cerca de 50% do total e os postos de trabalho ocupados por indivíduos com entre 35 a 44 anos cerca de 31,6%. Por outro lado, entre 2019 e 2020, o número de postos de trabalho aumentou de forma mais expressiva nos escalões etários com mais de 35 anos, embora o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com entre os 25 e os 34 anos também tenha crescido de forma significativa. De salientar que, à semelhança das empresas e demais entidades detidas pela Administração central, as detidas pela Administração local viram o seu número de postos de trabalho aumentar em todos os escalões etários.

⁴⁴ A informação relativa a 2021 no que respeita ao emprego nas empresas e demais entidades do setor público (exceto administrações públicas) por níveis etários e níveis de habilitações ainda não se encontra disponível.

- **Por níveis de escolaridade**

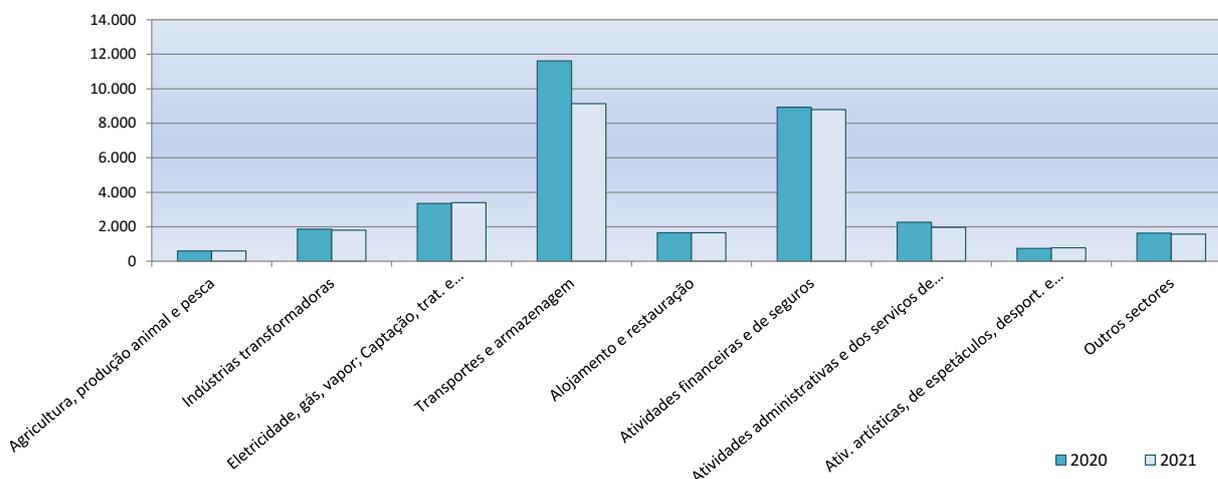
Relativamente aos níveis de habilitações dos trabalhadores das empresas e demais entidades, em dezembro de 2020, 48,3% dos postos de trabalho nas empresas detidas pela administração central eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior, 35% por trabalhadores com o ensino secundário e 16,7% por trabalhadores com o ensino básico. No que respeita aos postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela administração local, 49,9% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino básico, os trabalhadores com o ensino secundário ocupavam 31,8% dos postos de trabalho e os trabalhadores com o ensino superior apenas 18,3%.

- **Por setores de atividade**

Os setores que concentravam o maior número de postos de trabalho nas empresas e outras entidades detidas pela administração central, no Continente, em dezembro de 2021, continuavam a ser os *Transportes e armazenagem* (30,7% do total dos postos de trabalho), não obstante o seu peso relativo ter decrescido face a 2020. Seguiam-se as *Atividades financeiras e de seguros* (29,6%), os setores da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* (11,5%) e o das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (6,6%).

No que se refere às empresas e demais entidades públicas detidas pela administração local, o setor da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* era o que agregava maior número de postos de trabalho (68,3% do total) tendo sido o setor que mais cresceu, em valores absolutos, relativamente ao ano anterior. Seguiu-se-lhe o setor agregado do *Comércio, Transportes e Armazenagem* (20,7%).

Figura 64. Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, exceto AP, por CAE



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

2.2.3. Trabalho temporário

2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários

De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em 2020⁴⁵, havia 77,6 mil trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos de trabalho temporário, constituindo 2,7% do total dos TCO. Estes trabalhadores sofreram uma quebra de 10,2%, relativamente a 2019.

Entre 2016 e 2020, os trabalhadores com contratos temporários aumentaram até 2018, ano a partir do qual se registou uma inversão desta tendência, com um decréscimo até 2020. Todavia, apesar destas oscilações, estes trabalhadores evidenciaram uma diminuição de cerca de 6% face ao início do período em análise.

- **Por tipo de contrato**

Em 2020, 68,7%, ou seja, 53,3 mil dos TCO com contratos de trabalho temporários tinham contratos de trabalho a tempo incerto, 26,7% tinha contratos com termo certo (20,7 mil) e os restantes 3,6 mil (4,6%) tinham contratos por tempo indeterminado para cedência temporária. Relativamente a 2019, todos os TCO com contratos temporários evidenciaram acréscimos, à exceção dos contratos de trabalho com termo certo, que registaram uma quebra expressiva (menos 13,8 mil).

Figura 65. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por tipo de contrato



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

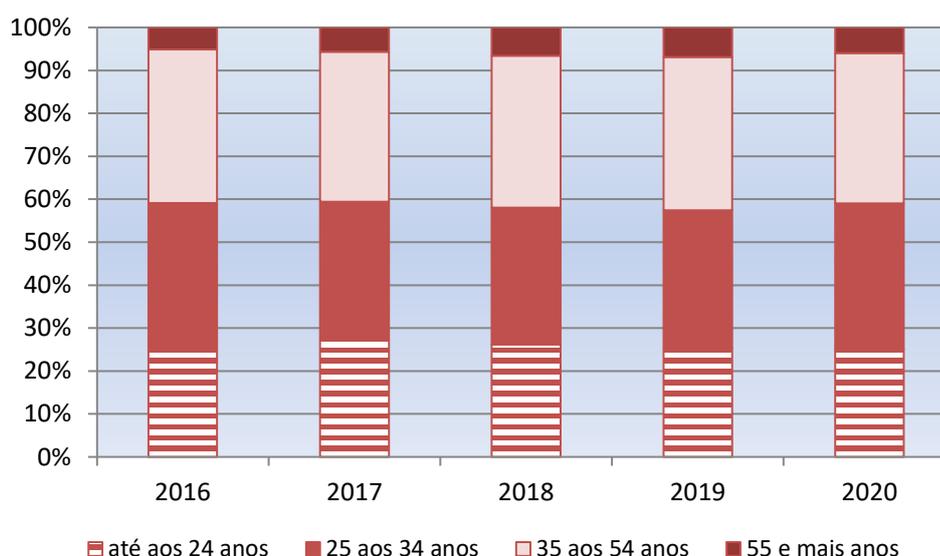
⁴⁵ Último ano disponível.

Entre 2016 e 2020, os TCO com contratos de trabalho temporários a termo certo eram a categoria mais numerosa, tendo, a partir de então, sido ultrapassados pelos contratados a termo incerto, que passaram a constituir mais de metade dos TCO com contratos de trabalho temporários. Os TCO com contratos de trabalho por tempo indeterminado por cedência temporária, cujo peso relativo tem assumido valores muito pouco expressivos, cresceu em 2020 face ao ano anterior, passando de 1,4% para 4,6%.

- **Por sexo e escalão etário**

Desde o início da série em análise, os homens constituem a maioria dos TCO com contratos temporários. Em 2020, representavam 58,6% do total.

Figura 66. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por escalões etários



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

No que se refere aos escalões etários, em 2020, cerca de 35% dos TCO com contratos temporários tinha entre 35 e 54 anos, 33,9% tinha entre 25 e 34 anos e 25,1% tinha até 24 anos. O escalão dos 55 e mais anos representava 5,9%. O número de contratados a termo desceu, entre 2019 e 2020, relativamente a todos os escalões etários, com uma maior incidência no grupo etário dos 35 aos 54 anos.

Entre 2016 e 2020, constata-se que o escalão entre os 35 e os 54 anos manteve-se maioritário, tendo sido logo seguido de perto pelo escalão dos trabalhadores com idades entre os 25 e os 34 anos. O número TCO com contratos de trabalho temporários diminuiu em todos os escalões etários, com exceção dos trabalhadores com 55 e mais anos.

2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das empresas de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE

De acordo com os dados do Eurostat, em 2021, os trabalhadores das empresas de trabalho temporário constituíam 2,7% da população empregada (15 e mais anos), na média dos países da UE, ultrapassando a percentagem destes trabalhadores em Portugal, que foi de 1,7%. De notar que, em Portugal, essa percentagem foi igual em ambos os sexos (1,7%), ao contrário da UE, onde a percentagem dos trabalhadores masculinos das empresas de trabalho temporário foi superior à das mulheres (3% face a 2,3%).

Figura 67. Percentagem de trabalhadores de agências de trabalho temporário no total da população empregada



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

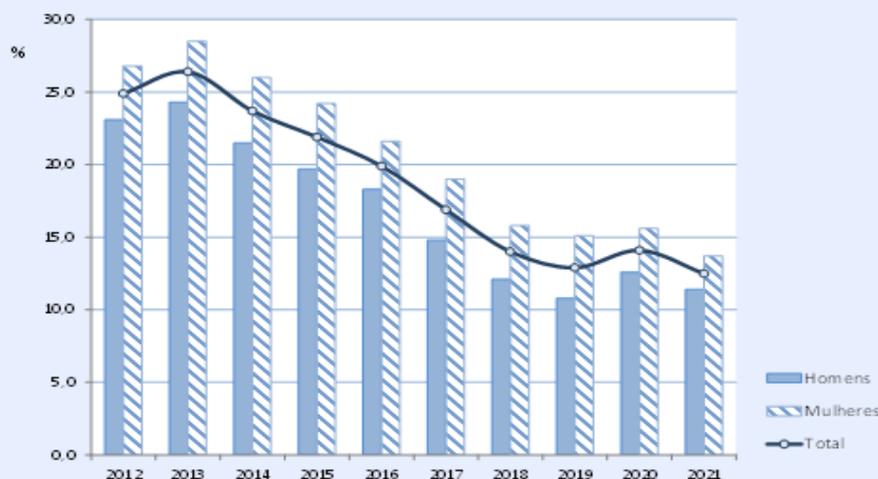
SUBUTILIZAÇÃO do trabalho em Portugal

Considerando a informação estatística disponibilizada pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2021, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 12,5%.

Este indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego, conheceu um aumento no início da série em análise, tendo iniciado uma fase descendente a partir de 2013, ano em que atingiu o seu valor máximo (26,4%). De salientar que, em 2021, a tendência de decréscimo da década manteve-se, tendo-se evidenciado uma descida desta taxa face ao ano anterior (menos 1,6 p.p.), após uma variação positiva registada em 2020.

Analisando esta informação por sexo, verifica-se que, apesar do decréscimo desta taxa se ter repercutido entre ambos os sexos (menos 1,9 p.p. nas mulheres e menos 1,2 p.p. nos homens), continuam a ser as mulheres quem apresenta taxas de subutilização do trabalho superiores.

Figura 68. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, considerando este indicador por grupo etário, observa-se que são sobretudo os mais novos, com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, quem apresenta valores mais elevados, com taxas de subutilização laboral quase sempre superiores a 40% ao longo de toda a série em análise, não obstante nos últimos anos se ter vindo a observar uma tendência de decréscimo desta taxa neste grupo, que em 2021 foi de 37,8%. De notar que, entre 2012 e 2014, mais de metade da população dos 16 aos 24 anos foi afetada por este tipo de subutilização.

Figura 69. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por grupo etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que diz respeito aos restantes grupos da estrutura etária, a incidência desta taxa tem oscilado em torno de valores menos expressivos e, à semelhança da taxa do grupo de idades dos 16 aos 24 anos, têm apresentado uma tendência de decréscimo ao longo da última década.

Por último, considerando o indicador em análise por nível de escolaridade, observa-se que a taxa de subutilização do trabalho diminui à medida que a escolaridade aumenta, com exceção dos dois últimos anos em análise. Ainda assim, os indivíduos com o ensino superior apresentam consistentemente, ao longo de todo o período, uma taxa de subutilização do trabalho inferior

Figura 70. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Com efeito, não obstante esta taxa apresentar uma tendência de decréscimo em todas as categorias escolares, a diferença percentual entre o nível de habilitações inferior e o superior permaneceu quase constante ao longo da série, oscilando em torno dos 9 p.p., à exceção dos últimos anos, que tem vindo a evidenciar uma aproximação percentual.

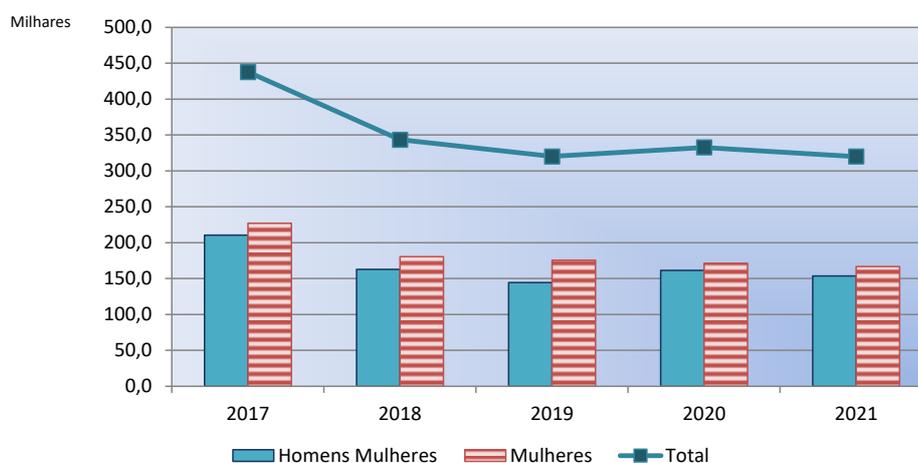
Quanto à taxa da população com o ensino secundário e pós-secundário que se encontra numa situação de subutilização laboral, constata-se uma maior proximidade com a taxa da população que não foi além do ensino básico do 3º ciclo. De facto, ao longo da série, a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem tem o ensino superior é maior (cerca de 5,1 p.p. em média) do que a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem apenas tem o ensino básico do 3º ciclo (cerca de 2,3 p.p. em média).

2.3. Desemprego

2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego

Em 2021, no Continente, estavam desempregadas 320 mil pessoas, o que significou um decréscimo de 12,7 mil pessoas relativamente a 2020 (menos 3,8%). As mulheres desempregadas representavam 52% do total, tendo diminuído 2,8% entre 2020 e 2021. Os homens desempregados também decresceram 4,9%.

Figura 71. Variação do número de desempregados



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

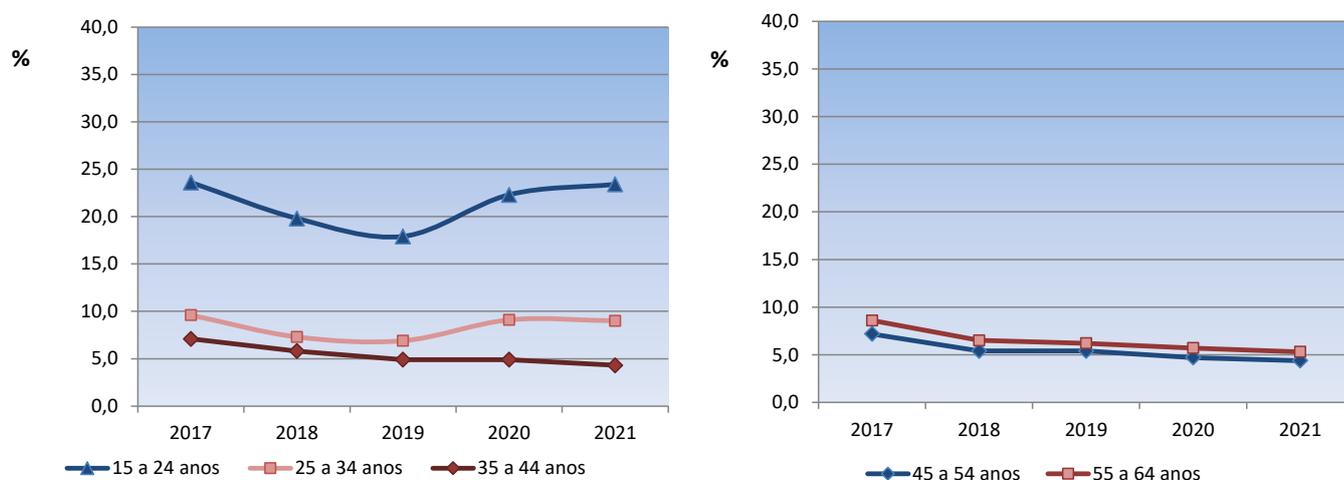
O desemprego diminuiu a partir de 2017. Apesar do número de mulheres desempregadas ser superior em relação aos homens, essa diferença tenha vindo atenuar-se nos últimos 2 anos.

A taxa de desemprego (16 e mais anos), em 2021, era de 6,8%, tendo decrescido ligeiramente em relação a 2020. A taxa de desemprego masculina era de 6,2% e a taxa de desemprego feminina de 6,8%.

2.3.1.1. Desemprego por escalões etários

Entre 2020 e 2021, o desemprego diminuiu em praticamente todos os escalões, exceto no escalão dos 16 aos 24 anos em que aumentou 3,6%. O número de mulheres desempregadas cresceu neste escalão (4,3%), assim como no escalão dos 45 aos 54 anos (1,8%). Relativamente ao número de homens desempregados, foi no escalão dos 16 aos 24 anos que se registou um crescimento (3,2%), assim como no escalão dos 35 aos 44 anos (1,2%).

Figura 72. Taxas de desemprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2021 e à semelhança do ano anterior, os escalões etários mais jovens eram os que registavam taxas de desemprego mais elevadas: 23,4% no escalão dos 16 aos 24 e 9% no escalão dos 25 aos 34 anos. Entre 2020 e 2021, a taxa de desemprego diminuiu em todos os escalões etários, exceto no escalão dos 16 aos 24 anos (mais 1,1%).

Entre 2017 e 2021, a taxa de desemprego decresceu no escalão dos 16 aos 24 anos até 2019, para voltar a aumentar nos dois últimos anos. Verificou-se no escalão dos 55 a 64 anos um decréscimo mais expressivo da taxa de desemprego (menos 3,3%).

2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia

A taxa de desemprego portuguesa tem evidenciado um crescimento progressivo ao longo da última década, tendo chegado aos 16,4% em 2013, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série e a partir do qual se inverteu a tendência com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego que, em 2021, fixou-se em 6,9%.

Quanto à taxa europeia, verificou-se uma tendência para a manutenção dos valores em torno dos 9% e 10%, nos primeiros anos da série em análise, não obstante, em 2013, ter atingido quase 11%. Apesar de, no início da última década, Portugal evidenciar uma taxa de desemprego mais próxima da da UE, esse valor distanciou-se do da média europeia sobretudo em 2012 e 2013, tendo-se verificado, a partir de 2018, uma convergência de ambas as taxas que, em 2021, se distanciam apenas por 0,5 p.p. (Portugal com 6,9% e a UE com 7,4%).

Figura 73. Evolução da taxa de desemprego



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Relativamente à taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos, esta apresentou um comportamento muito semelhante ao da taxa de desemprego do total da população. No início da última década, a taxa de desemprego jovem portuguesa aumentou de forma expressiva à semelhança da taxa de desemprego geral, alcançando 38,1% em 2013, tendo desde então decrescido progressivamente até 2019, ano em que registou 18,3% (menos cerca de 20 p.p. face ao valor máximo registado em 2013). De salientar que, a partir de 2020 observa-se uma inversão de tendência que se prolongou em 2021, tendo-se fixado nos 23,4%.

Figura 74. Evolução da taxa de desemprego jovem



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Em relação à média dos países da UE, a taxa de desemprego dos jovens aumentou até 2013, ano em que atingiu o valor mais elevado (24,4%) da série e a partir do qual se observou uma inversão da tendência de crescimento. De salientar que, tal como a taxa de desemprego geral europeia, também a da população jovem entrou em declínio a partir de 2013, tendo registado o valor mais baixo em 2019. De notar que, embora tenha aumentado em 2020, em 2021, esta taxa europeia se fixou nos 16,6%, após uma descida de 0,2 p.p. face ao ano anterior.

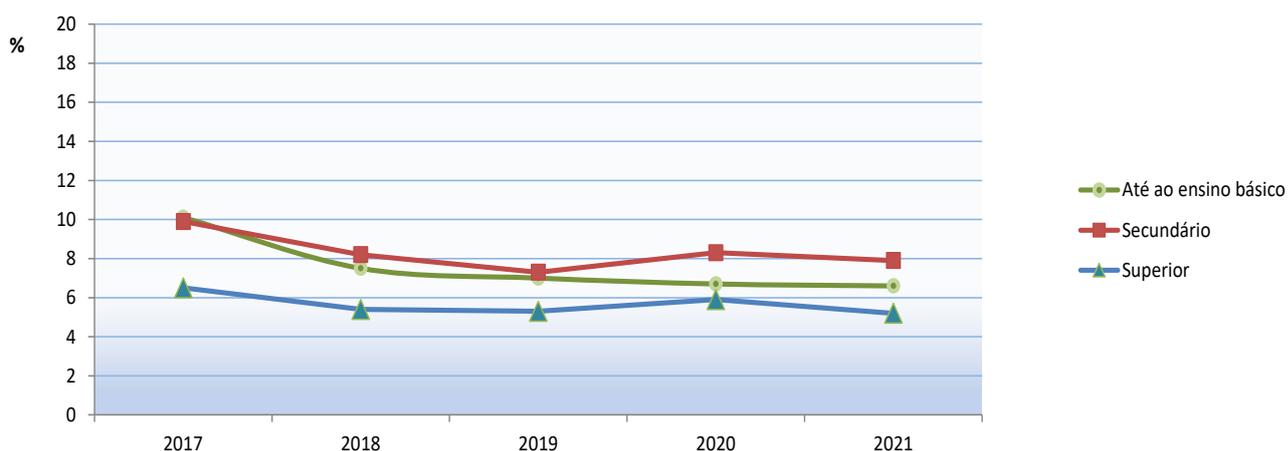
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade

Em 2021, no Continente, 35,2% do total dos desempregados tinham o ensino básico, 37,3% o ensino secundário e 27,6% o ensino superior. Entre 2020 e 2021, o desemprego decresceu no que se refere aos níveis de habilitações mais baixas e aumentou em 1,4 mil pessoas, no que se refere ao ensino superior.

A taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino básico era de 6,6%; a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário era de 7,9% e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era de 5,2%. Em relação a 2020, a taxa decresceu ligeiramente em todos os níveis de escolaridade.

Em 2021, a taxa de desemprego das mulheres era superior à dos homens nos níveis de habilitações básico e secundário, e inferior à dos homens, no que se refere ao nível de habilitação superior.

Figura 75. Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

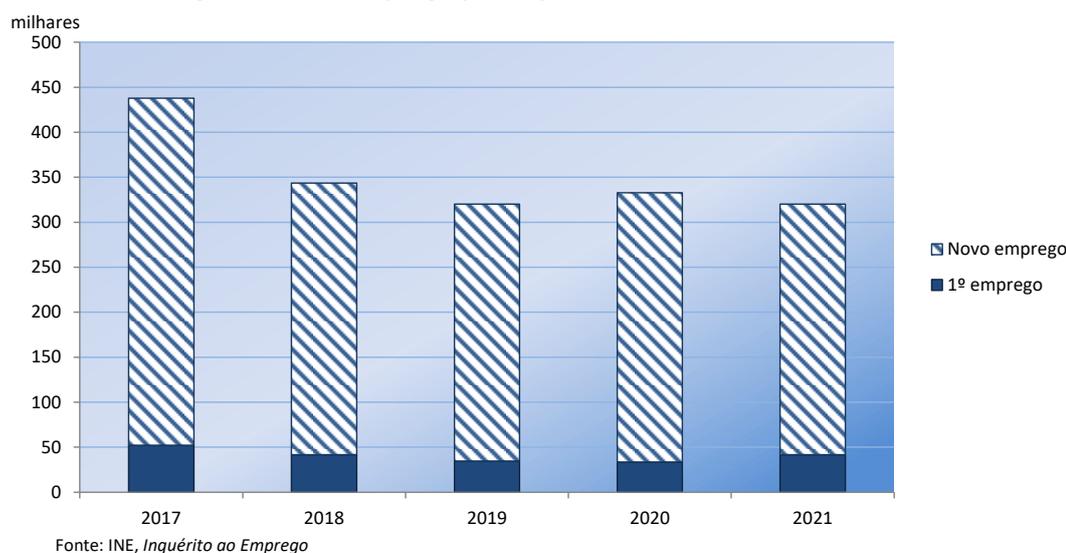
Ao longo do período em análise, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior manteve-se sempre inferior à dos restantes níveis de habilitações. Entre 2017 e 2021, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino básico diminuiu 3,2 p.p., a taxa de desemprego da população ativa com secundário 2 p.p. e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior 1,3 p.p.

2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho

No Continente, em 2021, a população desempregada à procura de novo emprego constituía 87% do total dos desempregados (cerca de 278,3 mil pessoas). Os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 13% (41,7 mil pessoas). Relativamente a 2020, o desemprego aumentou na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego, mas diminuiu na categoria dos desempregados à procura do novo emprego. O número de mulheres desempregadas era superior ao número de homens na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego, no entanto tiveram um acréscimo inferior ao dos homens (mais 17,5%, para um acréscimo de desempregados homens de mais 32,3%). Na categoria dos desempregados à procura do novo emprego, ambos decresceram (as mulheres menos 5,1% e os homens menos 8,9%).

Entre 2017 e 2021, o desemprego tem vindo a decrescer em ambas as categorias, mas mais na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego.

Figura 76. Desemprego por experiência anterior de trabalho



O número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego era inferior ao dos homens até 2018, sendo que a partir dessa data a situação inverteu-se. Relativamente aos desempregados à procura de novo emprego, o número de homens desempregados foi sempre inferior ao número de mulheres entre 2017 e 2021.

No que se refere aos desempregados à procura do primeiro emprego, o escalão dos 16 aos 24 anos, representava 79,9% do total. Em relação aos desempregados à procura de novo emprego, o escalão entre os 25 e os 54 anos constituía 67,2% do total. De salientar que, nos desempregados à procura de novo emprego, o peso do escalão dos 16 aos 24 anos tem vindo a crescer desde 2017, mas o peso dos desempregados com entre 55 e 64 anos continua a ser superior.

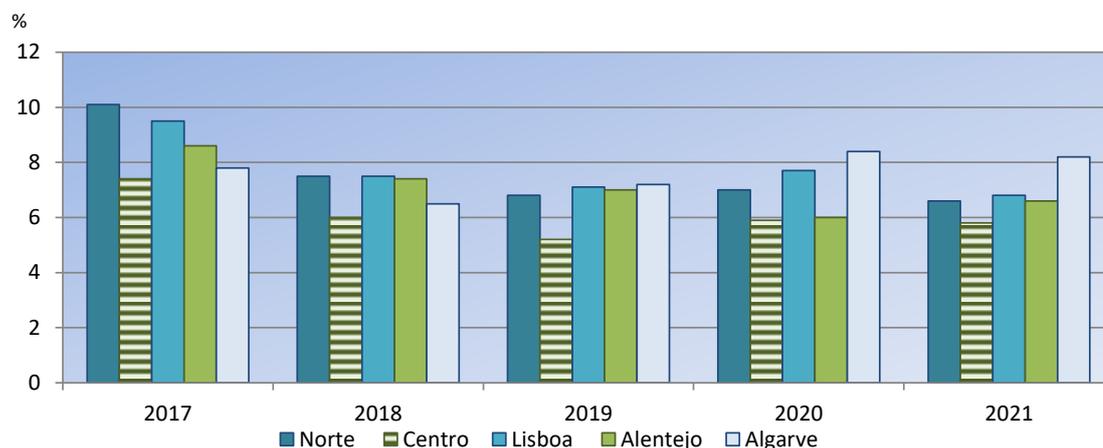
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego

- **Por regiões**

Considerando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2021, o Norte era a região do Continente com maior número de desempregados (120,4 mil). Seguia-se-lhe a Área Metropolitana de Lisboa (95 mil), tendo o desemprego decrescido em relação a 2020 nas duas regiões, assim o Norte registou menos 4% e a Área Metropolitana de Lisboa menos 11,5%. O Alentejo foi a região onde o desemprego mais cresceu (12,3%) com 22,4 mil desempregados. No Centro o desemprego aumentou 3,4% totalizando 64 mil desempregados e o Algarve teve um ligeiro aumento (0,5%), somando 18,3 mil desempregados.

Relativamente à taxa de desemprego, em 2021, esta era mais elevada no Algarve (8,2%) e na Área Metropolitana de Lisboa (6,8%), no entanto em ambas a região verificou-se um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior. O Norte registava uma taxa de desemprego de 6,6% e o Centro continuava a ser a região onde a taxa era mais baixa (5,8%) e também tiveram decréscimos relativamente a 2020, sendo mais ligeiro no Centro. O Alentejo, com uma taxa de 6,6%, foi a única região onde se verificou um crescimento em relação ao ano anterior.

Figura 77. Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A taxa de desemprego decresceu em todas as regiões a partir de 2017. Em 2021, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa eram as regiões onde se registava uma taxa de desemprego mais elevada. A região Centro manteve-se a região com a taxa de desemprego mais baixa ao longo do período em análise. Apenas o Alentejo registou um aumento, em 2021 face a 2020.

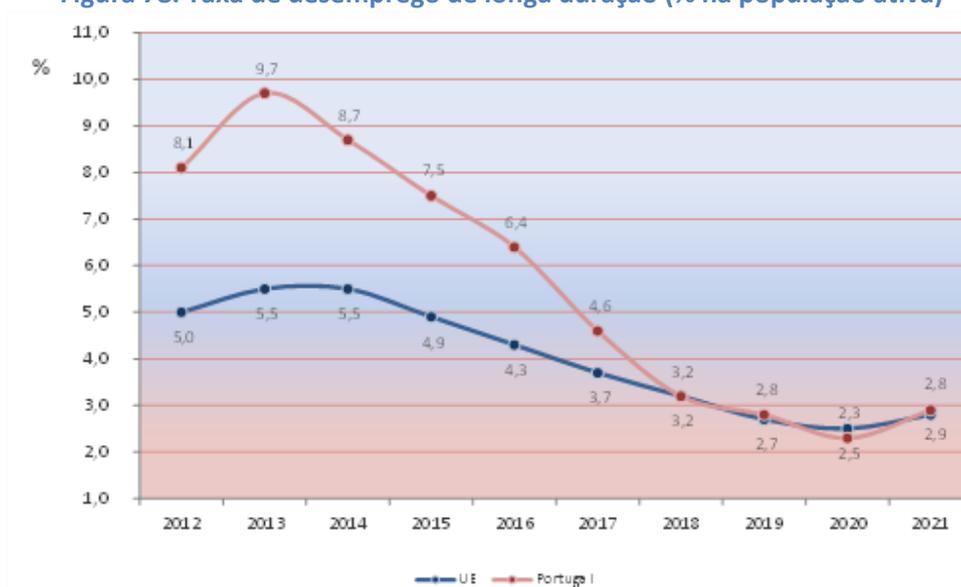
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração

Taxa de desemprego de longa duração em Portugal e na UE

A taxa de desemprego de longa duração para Portugal, que registou uma subida no início da série em análise, atingiu o seu valor máximo em 2013 (9,7%), tendo posteriormente, em 2014, invertido este comportamento com o início de uma fase de decréscimo.

Assim, o desemprego de longa duração, em Portugal, diminuiu 6,8 p.p. entre 2013 e 2021, tendo registado, neste último ano, uma taxa de 2,9%. Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa apresenta um valor superior, apesar de, desde 2013, a diferença ter-se vindo a esbater e, em 2021, Portugal apresentar uma taxa de desemprego de longa duração praticamente idêntica à da sua congénere europeia (Portugal com 2,9% e a UE com 2,8%).

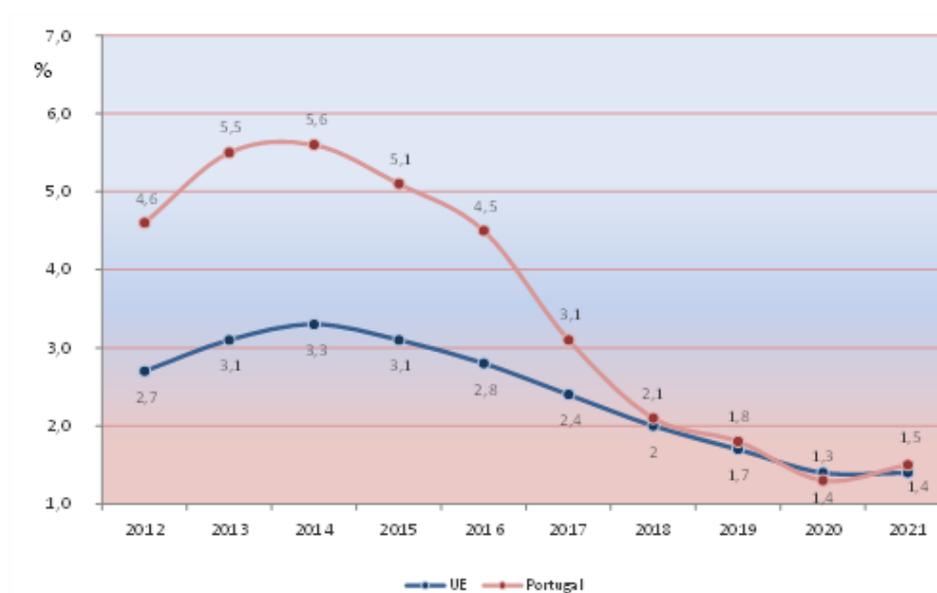
Figura 78. Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Quanto ao desemprego de muito longa duração, este evidencia uma tendência similar ao desemprego de longa duração, com a taxa europeia a manter uma certa constância entre os 1,5% e 3%, enquanto a taxa portuguesa tem evidenciado quase sempre valores superiores. De salientar que, desde 2018, ambas as taxas se têm vindo a aproximar, pelo que, em 2021, a taxa portuguesa se fixou nos 1,5%, enquanto a da UE permaneceu nos 1,4%.

Figura 79. Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa)

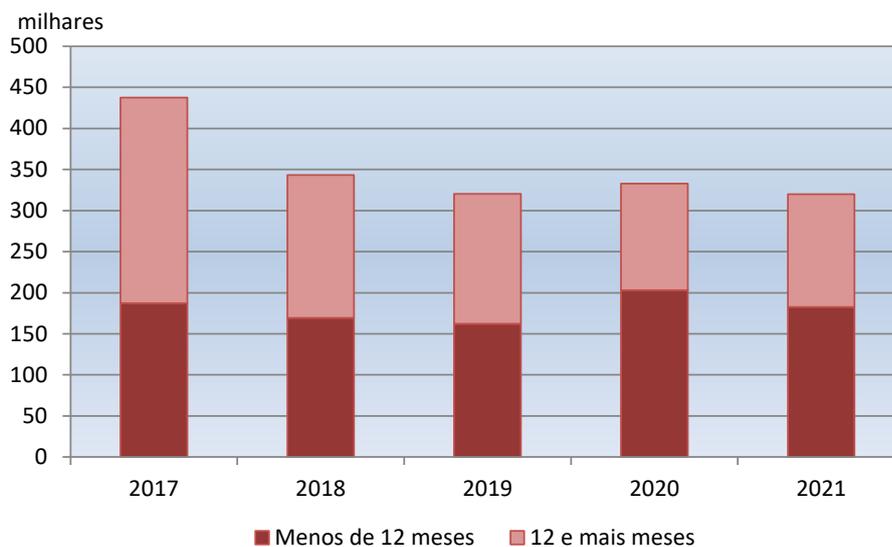


Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

No Continente, em 2021, dos 332,9 mil desempregados cerca de 129,7 mil (39% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, ou seja, eram desempregados de longa duração (DLD). Entre 2020 e 2021, o número de desempregados de longa duração decresceu cerca de 28,2 mil pessoas. No entanto, os desempregados até 12 meses cresceram de forma bastante acentuada (+40,9 mil indivíduos).

Em 2021, as mulheres representavam 53,5% dos DLD, tendo o seu peso aumentado em cerca de 2,7 p.p. relativamente a 2020.

Figura 80. Desemprego de Longa Duração



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

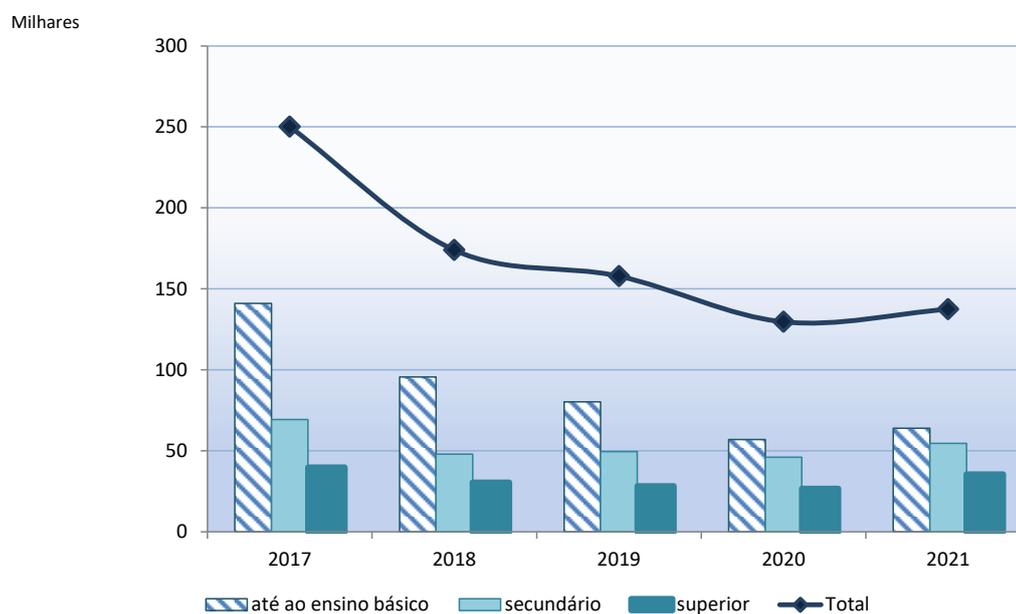
Em 2017, os DLD constituíam 57,2% do total dos desempregados e o seu peso tem vindo a decrescer, tendo atingido os 43% em 2021. Os desempregados até 12 meses começaram a aumentar em 2017 e assim continuaram até 2020, voltando a diminuir em 2021.

Entre 2017 e 2021, a percentagem de mulheres DLD foi sempre superior aos homens.

Tendo em consideração a escolaridade dos indivíduos, no Continente, em 2021, os DLD com o ensino básico constituíam cerca de 41,5% do total dos desempregados de longa duração. Os DLD com o ensino secundário representavam 35,5% e os DLD com o ensino superior, 23%. Entre 2020 e 2021, o número de DLD aumentou em todos os níveis de habilitações, mais expressivamente nos DLD com o ensino secundário e com o ensino superior.

Este aumento, contraria a tendência que se observava desde 2017, com os DLD a decrescer em todos os níveis de habilitações, em particular, no que se refere aos DLD com o ensino básico.

Figura 81. Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações



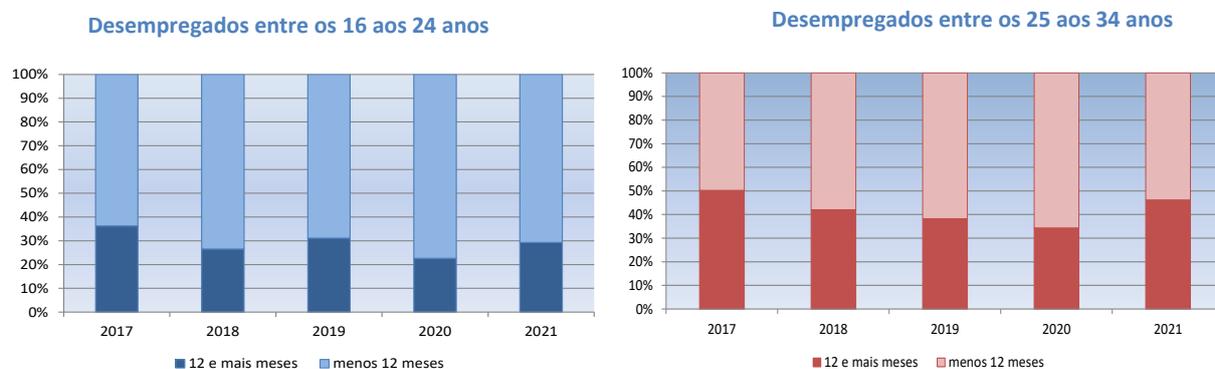
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que diz respeito ao escalão etário, no Continente, em 2021, os DLD com entre 16 e 34 anos totalizavam 155,5 mil pessoas, constituindo 54% do total dos DLD, tendo o seu peso crescido 19,3 p.p., relativamente a 2020, e o seu número aumentado em 38,2 mil indivíduos. O escalão de DLD entre os 16 e 24 anos somava 72,3 mil pessoas representando 25,4% dos DLD entre os 16 e os 34 anos.

Analisando os desempregados entre 16 e 24 anos, verificamos que, em 2021, o peso dos DLD no total dos desempregados desse escalão etário era de 29,3%. Entre 2017 e 2018 diminuiu 10 p.p., e em 2019, registou um aumento de 4.6 p.p., para voltar a diminuir 8.6 p.p., em 2020. Em 2021, aumentou novamente 6,7 p.p..

No escalão dos 25 aos 34 anos, em 2021, os desempregados há 12 e mais meses representavam 46,2% do total dos desempregados daquele escalão etário, tendo esta percentagem também crescido em 11,9 p.p. relativamente a 2020. Só a partir de 2018 é que os DLD no escalão dos 25 aos 34 anos, registaram um valor abaixo dos 50%. Em 2021, a percentagem de DLD no escalão dos 16 aos 24 anos voltou a subir, depois de ano anterior ter atingido o valor mais baixo desde o início do período em análise. No escalão dos 25 aos 34 anos, o peso dos DLD também voltou a subir.

Figura 82. Desempregados entre os 16 e os 34 anos por duração da procura de emprego



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Dos cerca de 138 mil indivíduos desempregados há mais de 1 ano, no Continente, em 2021, 68 mil, ou seja 49,6% do total estavam desempregados há mais de 2 anos (eram desempregados de muito longa duração (DMLD). Relativamente ao ano anterior esta subcategoria de DLD diminuiu 12,6%. Em 2021, os DMLD constituíam assim 21,3% do total dos desempregados.

Figura 83. Desempregados de longa e muito longa duração



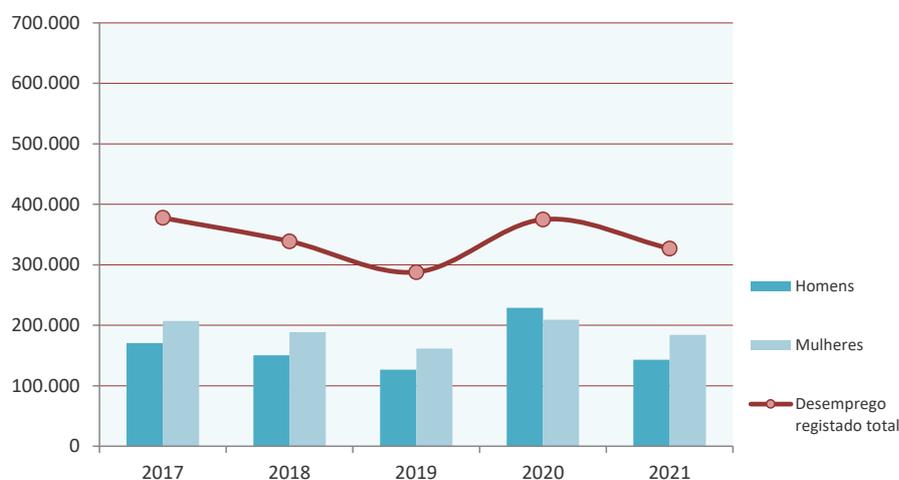
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Os desempregados de muito longa duração foram a categoria de desempregados que mais diminuiu, em número, até 2020. Em 2021, a percentagem dos DMLD no total de desempregados era inferior aos desempregados de longa duração.

2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego

Segundo a informação disponibilizada pelo IEFP, I.P.,⁴⁶ no final de dezembro de 2021, o número de inscritos nos Centros de Emprego do Continente totalizava cerca de 327,1 mil desempregados, o que representou um decréscimo de aproximadamente 48 mil indivíduos face ao período homólogo. Esta diminuição do desemprego registado fez-se sentir tanto no número de homens inscritos nos Centros de Emprego (menos 13,8%), como no número de mulheres (menos 12%). Deste modo, o peso relativo masculino desceu de 44,3%, em 2020, para 43,8%, em 2021, e o feminino aumentou 0,5 p.p., passando de 55,7% para 56,2% do total do desemprego registado em 2021.

Figura 84. Evolução do Desemprego registado por sexo

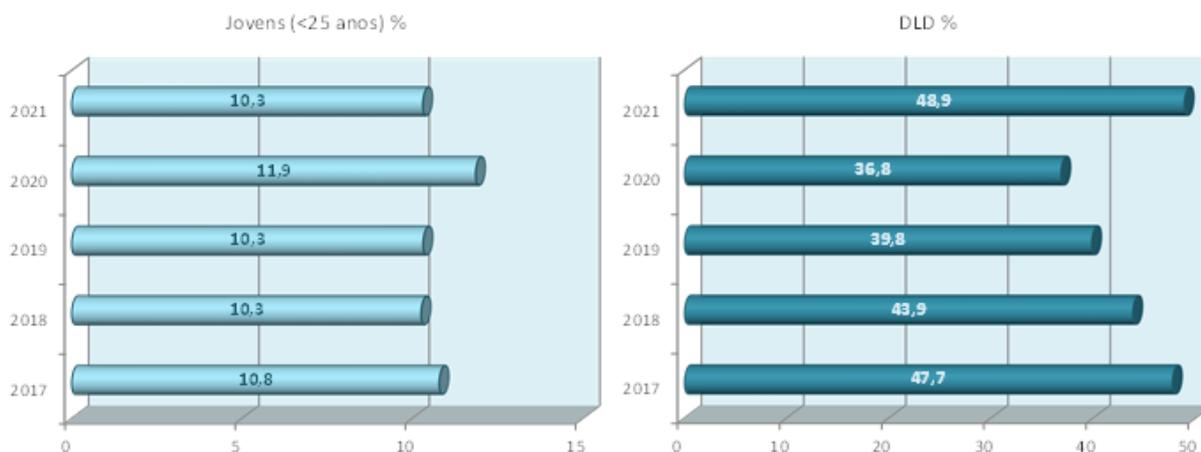


Fonte: IEFP, I.P., Mercado de Emprego

Quanto ao número de desempregados de longa duração (DLD) registados, em 2021, constatou-se uma subida de 15,8% relativamente ao período homólogo (mais 21,8 mil pessoas), tendo o respetivo peso relativo no total de inscritos atingido cerca de 49%. Em relação ao número de jovens inscritos, registou-se um decréscimo (menos 24,2%, ou seja, menos 10,8 mil indivíduos registados), mantendo-se, contudo, quase inalterado o seu peso relativo face a 2020 (10,3%).

⁴⁶ Dados recolhidos em março de 2022.

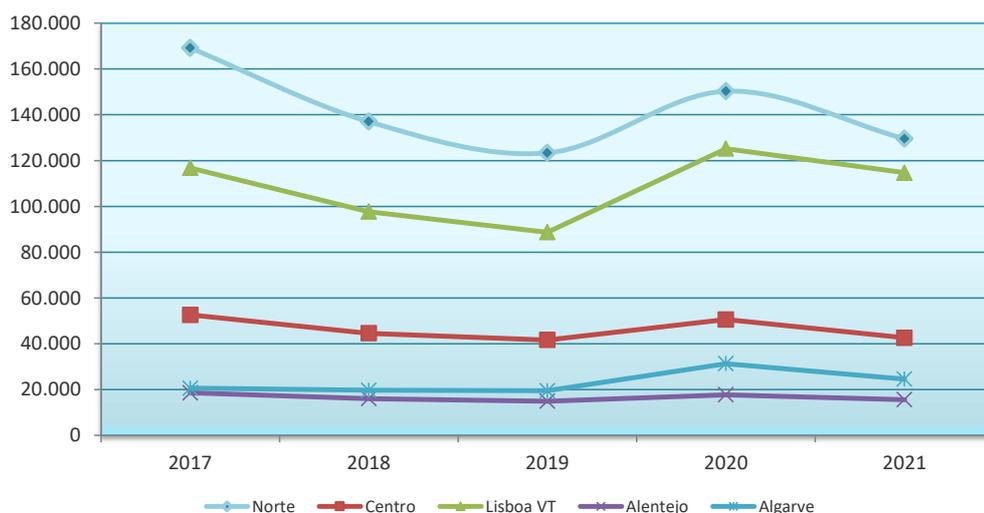
Figura 85. Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registrado



Fonte: IEFP, I.P., Mercado de Emprego

Considerando as diversas regiões do Continente, em 2021, observa-se que a tendência de decréscimo anual do desemprego registado, se tem mantido, apesar do ligeiro acréscimo verificado em 2020. O Norte continuou a ser a região mais afetada pelo desemprego, com cerca de 129,6 mil desempregados inscritos, tendo evidenciado, em 2021, uma descida de 13,8% face ao período homólogo, logo seguido por Lisboa e Vale do Tejo e pela região Centro (com menos 10,5 mil e menos 7,9 mil registos, respetivamente).

Figura 86. Evolução do Desemprego registado por regiões

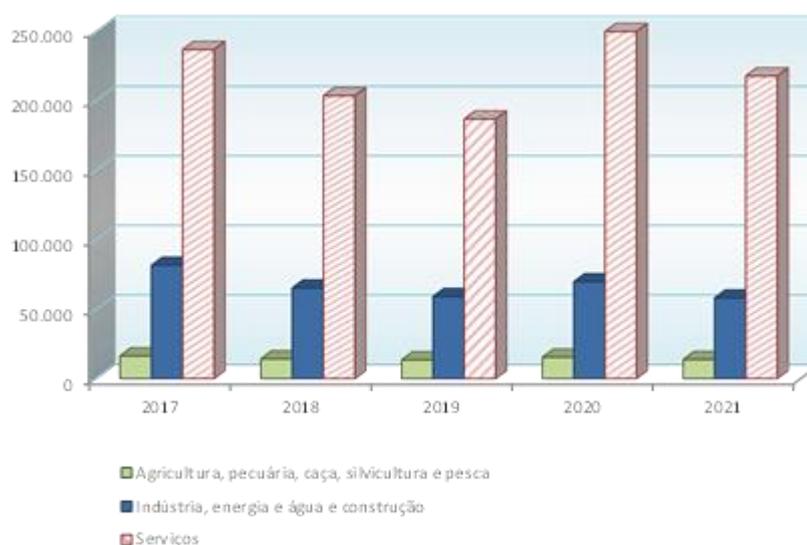


Fonte: IEFP, I.P., Mercado de Emprego

De salientar que o Norte, só por si, no final de 2021, representava 39,6% do total de registos de desemprego e, conjuntamente com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, representavam 87,7% do desemprego registado no Continente. No que respeita às restantes regiões, tanto o Alentejo como o Algarve registaram igualmente variações negativas, com uma quebra do número de desempregados na ordem dos 11,9% e dos 21,5%, embora, em termos absolutos, se tenham traduzido nos decréscimos menos expressivos (menos 2,1 mil registos na região alentejana e menos 6,7 mil registos na região algarvia).

Relativamente ao desemprego registado por setores de atividade, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do setor dos *Serviços* (73,1%), seguindo-se a *Indústria, Energia e Água e Construção* (19,5%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (4,6%).

Figura 87. Desemprego registado por setores de atividade

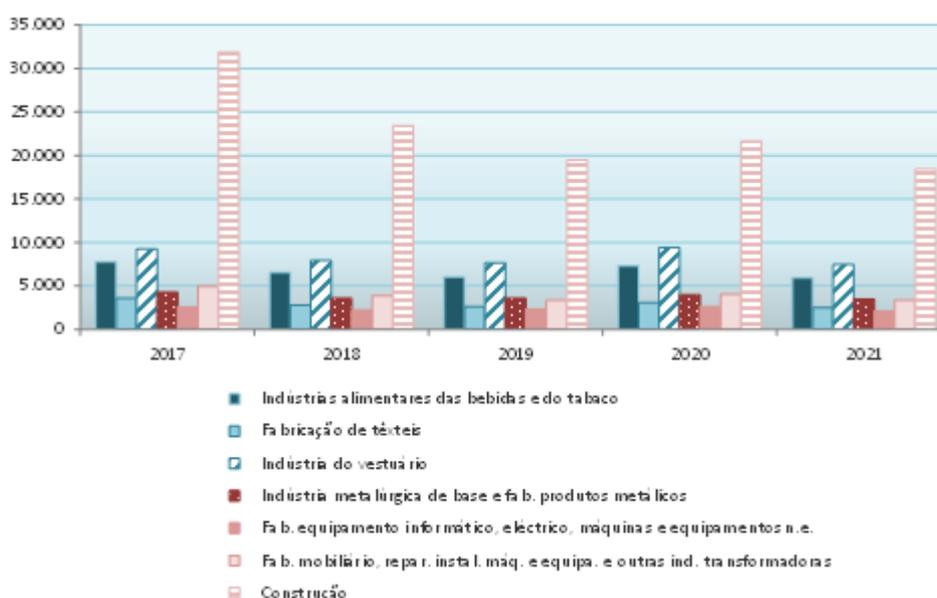


Fonte: IEFP, I.P., *Mercado de Emprego*

Não obstante todos os setores de atividade evidenciarem, no final de 2021, diminuições face ao período homólogo, o setor da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* registou o menor decréscimo (menos 10,8%), o que se traduziu, dada a sua menor representatividade (4,6%) no total dos setores, numa diminuição de cerca de 1.600 registos de desemprego. Os restantes setores evidenciaram igualmente uma descida do número de desempregados inscritos face a dezembro de 2020. O setor dos *Serviços* que continuou a registar o maior peso relativo no conjunto dos setores de atividade (73,1%) em dezembro de 2021, foi o setor que apresentou a maior quebra absoluta relativamente ao período homólogo (cerca de menos 32 mil inscritos).

Analisando o setor da *Indústria, Energia e Água e Construção* de uma forma mais detalhada, observa-se que foi o subsetor da *Construção* que continuou a assumir maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (31,9%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (12,9%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (10,3%). De salientar que, em termos absolutos, em 2021, o subsetor da *Construção* registou a maior quebra, com uma descida de cerca de 3,2 mil desempregados inscritos, logo seguido pela *Indústria do vestuário* e pelas *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* que evidenciaram o segundo e terceiro maiores decréscimos do número de inscrições, com menos 1,9 mil e 1,4 mil desempregados inscritos, respetivamente, em relação ao ano anterior.

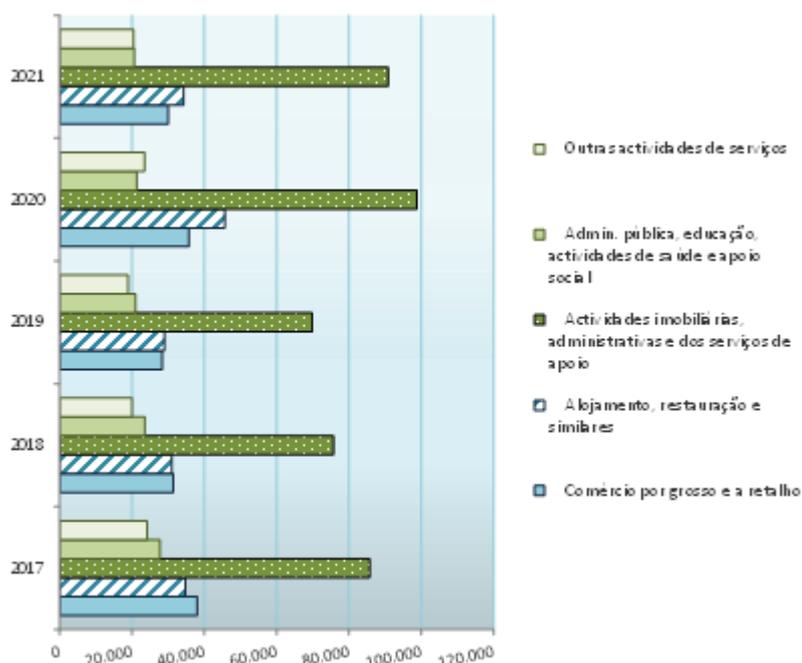
Figura 88. Desemprego registado na Indústria



Fonte: IEFP, I.P., Mercado de Emprego

No setor dos *Serviços*, o subsetor com maior peso relativo (41,8%) – *Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* – registou um decréscimo do desemprego em relação ao período homólogo (menos 8,1%), o que, em termos absolutos, se traduziu no registo de menos 8 mil desempregados. Relativamente ao subsetor que, em 2021, apresentou a segunda maior representatividade, o do *Alojamento, restauração e similares* com 15,8% do total do desemprego registado, verificou-se uma diminuição, em termos absolutos, de cerca de 11,4 mil inscrições, logo seguido pelo subsetor do *Comércio por Grosso e a Retalho*, que evidenciou a terceira maior representatividade (13,8%), após um decréscimo de 5,8 mil desempregados inscritos. De salientar o facto dos subsectores de *Outras atividades de serviços* e dos *Transportes e armazenagem* terem evidenciado, igualmente, descidas, com alguma expressão, do número de desempregados registados (menos 3 mil e menos 1,1 mil, respetivamente).

Figura 89. Desemprego registado nos Serviços

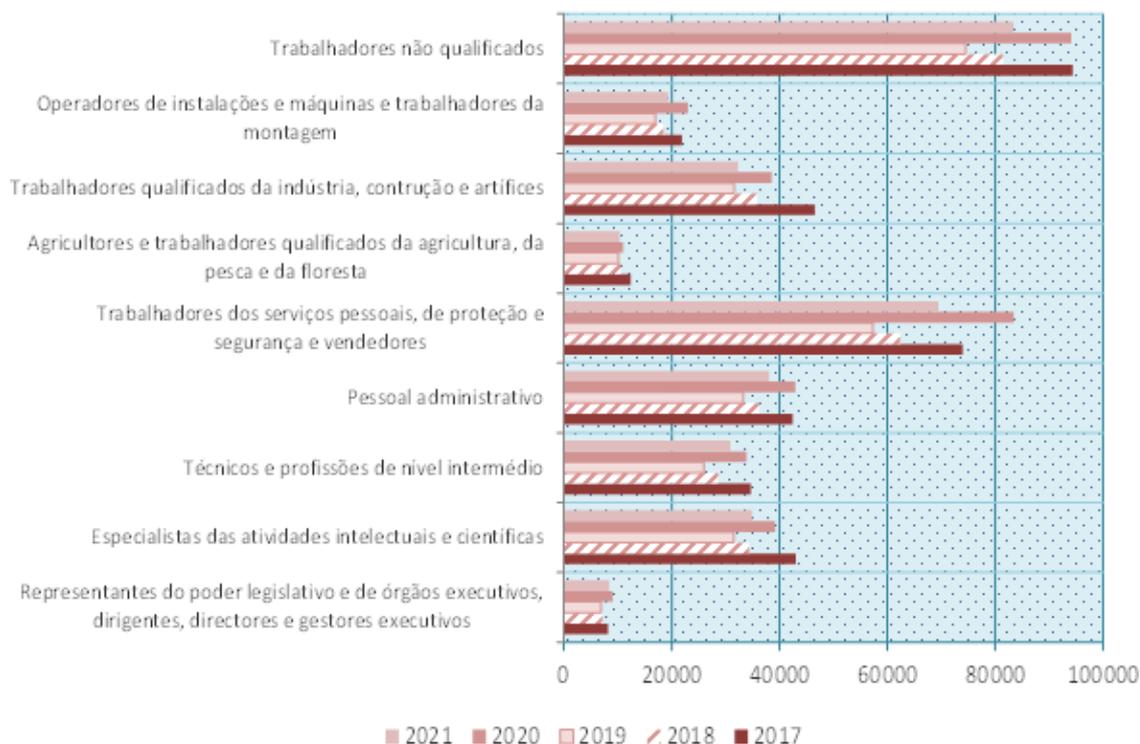


Fonte: IEFP, I.P., *Mercado de Emprego*

No final de 2021, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (25,5%) e o *Pessoal dos serviços de proteção e segurança* (21,2%), sucedendo-se o *Pessoal administrativo* (11,6%) e os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (com cerca de 10,7% e 10%, respetivamente).

Por outro lado, a evolução em 2021, face ao período homólogo, evidenciou uma descida em todas as profissões, tendo-se constatado as maiores quebras do número de inscritos nas profissões dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (menos cerca de 14 mil), dos *Trabalhadores não qualificados* (menos 10,7 mil), e dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (menos 6,2 mil).

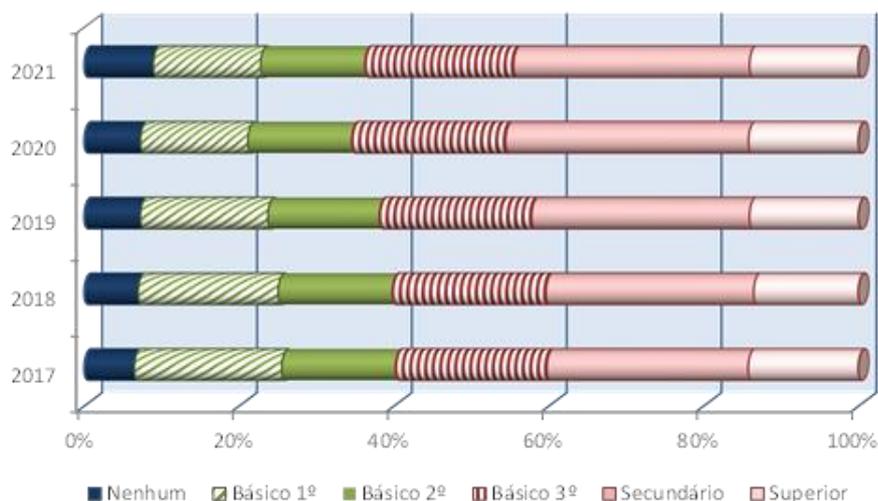
Figura 90. Desemprego registado (novo emprego) por profissões



Fonte: IEFP, I.P., Mercado de Emprego

Considerando o nível de habilitações, em 2021, os desempregados registados com o Ensino Secundário assumiram o maior peso no desemprego total (30,5%), apesar de uma quebra de cerca de 1 p.p. em relação a 2020, ao contrário dos desempregados com menor escolaridade que viram o seu peso relativo aumentar, nomeadamente os desempregados sem nenhuma habilitação que passaram a representar 9% do desemprego total (mais 1,7 p.p. face a 2020).

Figura 91. Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)



Fonte: IEFP, I.P., Mercado de Emprego

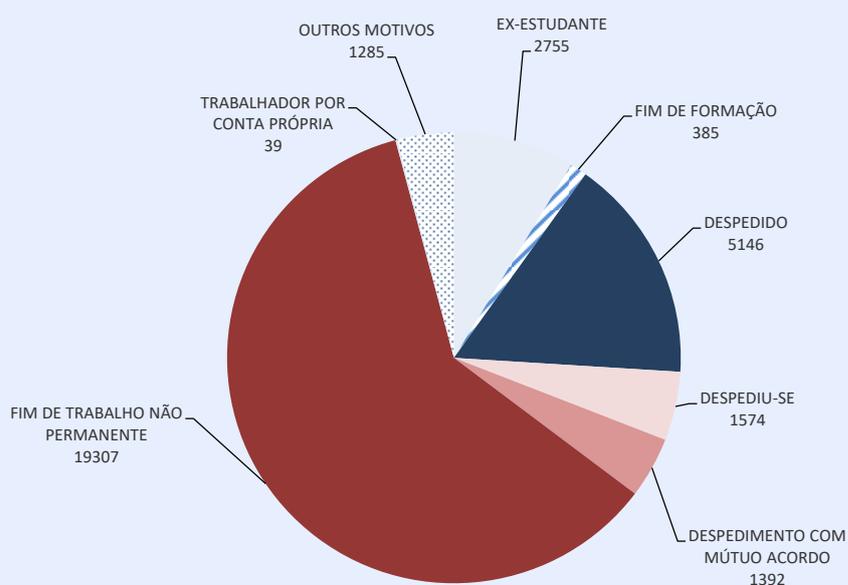
Por último, considerando a evolução do desemprego registado em 2021, constata-se quebras, relativamente ao período homólogo, em todos os níveis de ensino, à exceção dos desempregados sem nenhuma habilitação. De notar que, os maiores decréscimos ocorreram entre os desempregados com o Ensino Secundário e o 3º Ciclo do Ensino Básico, com menos 15,3% e menos 15,7% respetivamente, o que se traduziu em menos 18 mil e 11,7 mil pessoas registadas.

MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Em 2021, de acordo com a informação estatística disponibilizada pelo *Mercado de emprego* do IEFP, I.P., o principal motivo de inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego foi o *Fim de trabalho não permanente*, que representou cerca de 49,5% do total dos registos de desemprego, logo seguido, apesar de com menor representatividade, pelas categorias dos *Despedidos* (13,2%), dos *Ex-estudantes* (7,1%) e dos *Despediram-se* (4%).

Figura 92. Motivos de inscrição dos desempregados em 2021

Média mensal do movimento ao longo do ano



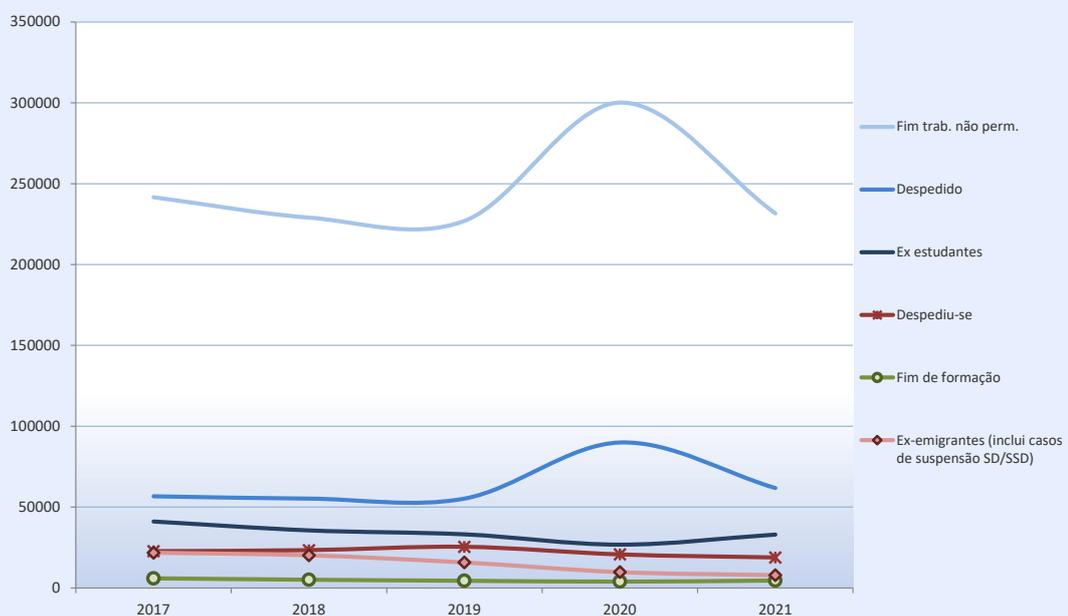
Fonte: IEFP, I.P., *Mercado de Emprego*

Por outro lado, considerando a evolução dos motivos de inscrição dos desempregados ao longo dos últimos anos, constata-se que a categoria mais representada – *Fim de trabalho não permanente* – que, no último quinquénio, tem vindo a apresentar uma trajetória de declínio, evidenciou um decréscimo significativo em 2021, após a subida expressiva em 2020. De salientar que, esta categoria, registou, em 2021, uma quebra de cerca de 22,8%, ou seja, menos 68,5 mil inscrições de desempregados devido ao *Fim de trabalho não permanente*.

Relativamente à segunda categoria mais representada, a dos desempregados inscritos por terem sido *Despedidos*, a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos, evidencia um comportamento semelhante ao da categoria *Fim de trabalho não permanente*. Com efeito, após uma subida significativa em 2020, esta categoria apresentou, em 2021, uma redução expressiva no volume de inscrições (menos 31,3%, o que se traduziu em menos 28,2 mil registos).

Figura 93. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados

Total dos movimentos ao longo dos meses



Fonte: IEF, I.P., Mercado de Emprego

Quanto aos *Ex-estudantes*, que ocupam a terceira categoria na escala dos motivos de inscrição, o número de registos, ao longo dos últimos anos, tem apresentado alguma constância. De notar que, os *Ex-estudantes* inscritos como desempregados registaram um aumento de 23,3%, em 2021, o que se traduziu num acréscimo de 6,2 mil inscrições.

No que respeita aos motivos de inscrição *Despediu-se*, *Fim de formação* e *Ex-emigrantes (incluindo casos de suspensão SD/SSD)*, constata-se uma redução pouco expressiva, no decurso dos últimos cinco anos.

Figura 94. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados
Total dos movimentos ao longo dos meses



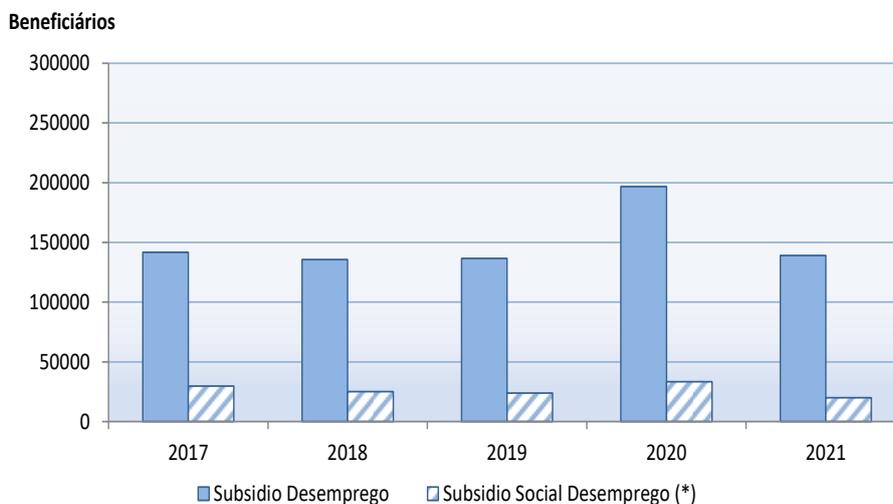
Fonte: IEFP, I.P., *Mercado de Emprego*

Por último, no que concerne aos motivos de inscrição que concentram um menor número de desempregados registados, nomeadamente o *Despedimento por mútuo acordo* e as originadas por *Outros motivos*, ambas as categorias registaram um decréscimo, em 2021, com menos 2,9 mil e menos 2,2 mil registos, respetivamente. De notar que, em 2020, estas categorias apresentaram uma subida expressiva, apesar da tendência de decréscimo que se vem evidenciando desde 2017. Quanto às inscrições dos *Trabalhadores por conta própria*, em 2021, estas mantiveram a trajetória de decréscimo.

2.3.3. Situação do desemprego subsidiado

Em Portugal, de acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, havia em 2021, cerca de 159,1 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 590 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

Figura 95. Beneficiários com processamento de prestações de desemprego



(*) Inclui subsídio social de desemprego subsequente

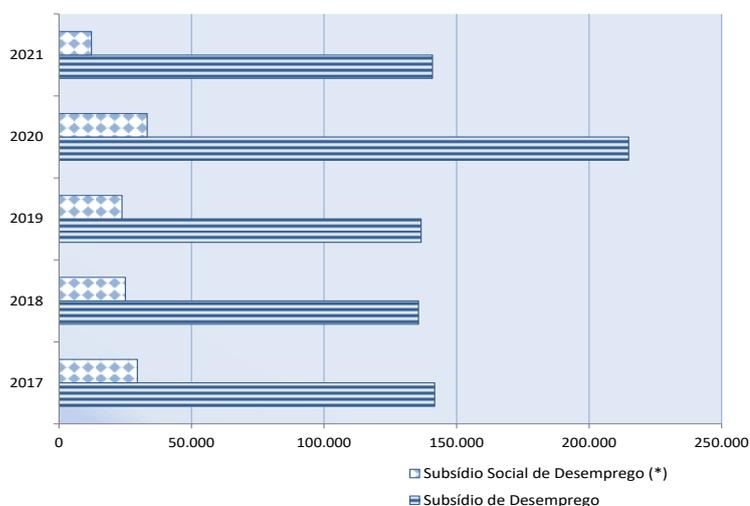
Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

Relativamente ao período homólogo, o número de beneficiários com processamento de prestações de desemprego, em 2021, diminuiu de forma expressiva, com uma variação negativa de 30,8%, o que correspondeu, em termos absolutos a um decréscimo de cerca de 71 mil beneficiários. Esta tendência foi idêntica no que se refere aos beneficiários do subsídio de desemprego (SD) e do subsídio social de desemprego (SSD) (incluindo o subsídio social de desemprego subsequente), cujas variações, face a 2020, registaram decréscimos de 29,3% e 39,8%, respetivamente.

Quando comparado com o período anterior, 2021 continuou a apresentar uma maior representatividade do número de beneficiárias femininas com processamento de prestações (57,8% de mulheres face a 42,2% de homens), tendo esse peso relativo permanecido estável quando comparado com o do ano anterior. No que respeita aos escalões etários, em 2021, a maioria dos beneficiários com processamento de prestações continuava a situar-se no escalão dos 25 aos 54 anos (63,9% do total dos beneficiários dependentes), logo seguido pelo escalão dos 55 aos 64 anos (29,6%).

Ao longo de 2021, foram deferidas prestações de desemprego relativas a cerca de 154,6 mil beneficiários, designadamente 140,9 mil relativas ao subsídio de desemprego e 12,2 mil relativas ao subsídio social de desemprego.

Figura 96. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas



(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

No que se refere ao subsídio por cessação de atividade e de atividade empresarial foram deferidas prestações relativas a 798 e 124 beneficiários, respetivamente. Quanto ao subsídio por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários (MOE), este foi atribuído a 506 pessoas.

Figura 97. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas por tipo de subsídio

	2017	2018	2019	2020	2021
	Número beneficiários				
TOTAL	172.586	161.730	161.536	249.914	154.558
Subsídio por Cessação de Atividade	321	456	514	1.010	798
Subsídio por Cessação de Atividade Empresarial	140	89	107	146	124
Subsídio por Cessação de Atividade Profissional MOE	776	551	554	529	506
Subsídio de Desemprego	141.760	135.620	136.575	214.947	140.929
Subsídio Social de Desemprego (*)	29.589	25.014	23.786	33.282	12.201

Notas: MOE: membros de órgãos estatutários.

(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente.

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

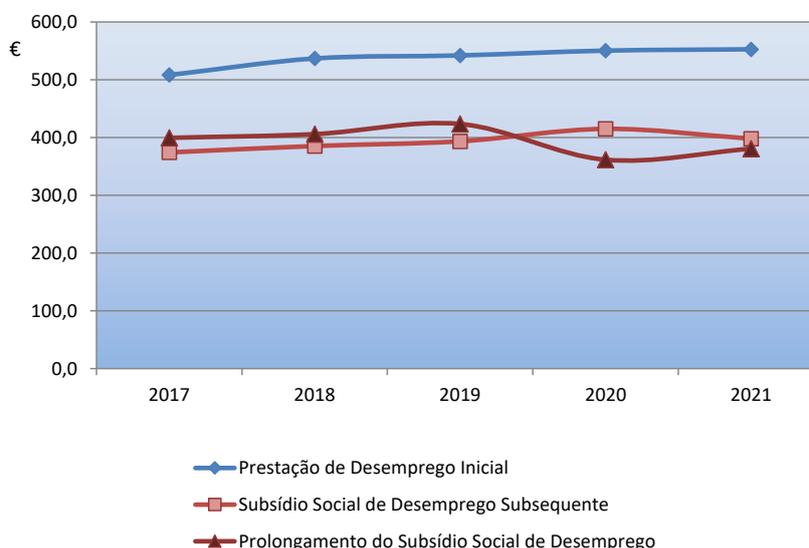
Relativamente ao ano anterior, o número de beneficiários com prestações deferidas diminuiu 38,2%, o que se traduziu num decréscimo de 95,4 mil pessoas. De referir que, entre 2020 e 2021, o número de beneficiários com prestações relativas ao subsídio de desemprego registou uma variação negativa de 34,4%, tendência que também se verificou com os beneficiários do subsídio social de desemprego, que registaram uma descida de 63,3%.

Por último, importa referir que, em 2021 e face ao período homólogo, no que concerne aos subsídios por cessação de atividade, por cessação de atividade empresarial e por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários (MOE), verificaram-se, igualmente, quebras no número de beneficiários com prestações de desemprego deferidas.

- **Montantes médios mensais das prestações de desemprego**

Segundo os dados da Segurança social, em 2021, no Continente, o montante médio mensal das prestações de desemprego para os trabalhadores por conta de outrem era de 552,6€, no que se refere às prestações de desemprego inicial⁴⁷, de 398€ no que se refere ao subsídio social de desemprego subsequente, de 380,8€ no que respeita ao prolongamento do subsídio social de desemprego e de 440,5€ relativamente à medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração. Já no que respeita ao valor médio do montante único do subsídio de desemprego, este foi de 9.550,4€. De salientar que, em relação a 2020, o montante médio mensal manteve-se ou aumentou ligeiramente em relação a todas estas diferentes prestações, exceto no que respeita ao subsídio social de desemprego subsequente, que registou uma quebra de 4,1%.

Figura 98. Evolução do valor médio mensal das prestações de desemprego (TCO)



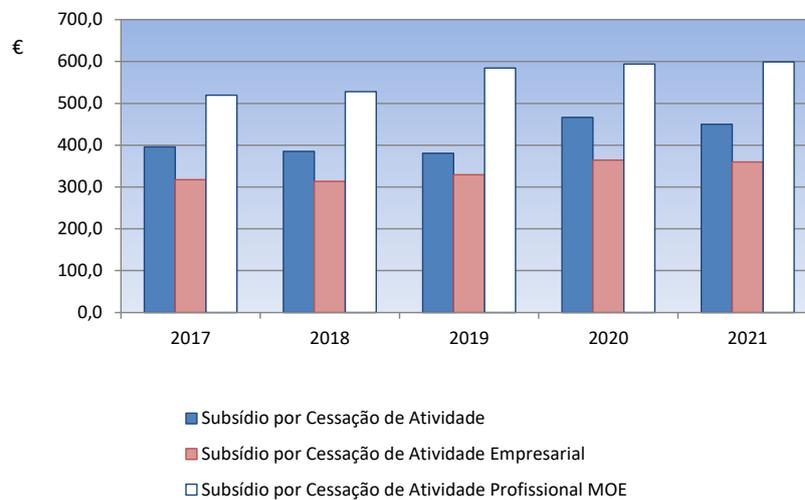
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Em relação à medida extraordinária de apoio ao DLD, o valor médio mensal da sua prestação, que vinha evidenciando sucessivos decréscimos, registou, em 2020 e 2021, subidas na ordem dos 9,7% e 33,2%, respetivamente, tendo atingido, no último ano em análise, o montante de 440,5€.

⁴⁷ Inclui subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego inicial.

No que respeita às prestações dirigidas aos trabalhadores por conta própria, ou seja, aos subsídios por cessação de atividade, em 2021 e face ao período homólogo, o subsídio por cessação de atividade desceu para os 449,9€ (menos 3,6%), o subsídio por cessação de atividade empresarial sofreu igualmente um decréscimo (menos 1,2%), tendo passado para 359,8€ e o subsídio por cessação de atividade dos membros dos órgãos estatutários (MOE) manteve-se quase inalterado com uma variação positiva de 0,9% (599,1€). Quanto ao montante único - subsídio por cessação de atividade, em 2021, constatou-se um decréscimo de 27,9% (4750,7€), ao contrário do montante único dos membros dos órgãos estatutários (MOE), que aumentou 20,3% (5395,8€), face ao ano anterior.

Figura 99. Evolução do valor médio mensal dos subsídios por cessação de atividade



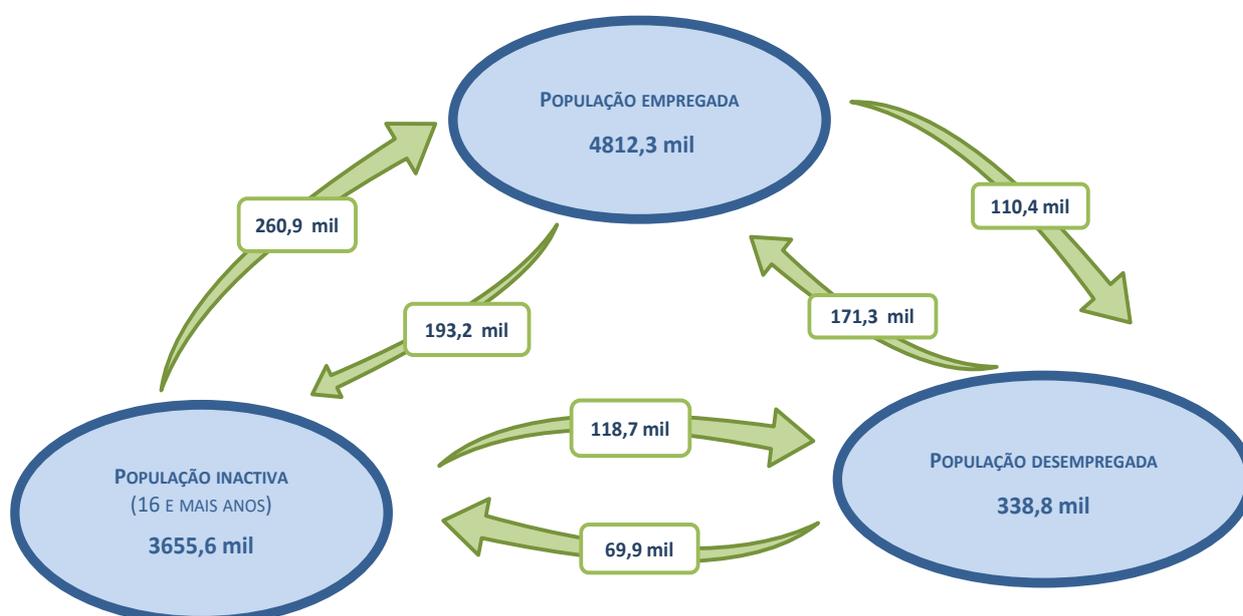
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Analisando a evolução das prestações por cessação de atividade, e no que se refere às prestações por cessação de atividade empresarial e por atividade profissional MOE, em ambas se verificou um decréscimo mais acentuado, entre 2016 e 2017, seguido de alguma estabilidade nos anos seguintes e de um novo aumento significativo nos últimos anos. O valor médio mensal do subsídio por cessação de atividade profissional MOE manteve-se sempre bastante superior ao das outras prestações. No que se refere aos valores médios dos montantes únicos por cessação de atividade e relativo aos MOE, estes têm vindo a registar valores muito variáveis de ano para ano, ao longo do período em análise.

2.4. Fluxos de mão de obra entre emprego, desemprego e inatividade

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE relativos a Portugal, no decurso do ano de 2021, o número de pessoas que passaram de uma situação de desemprego para uma situação de emprego, foi de cerca de 171,3 mil. No sentido inverso, 110,4 mil transitaram do emprego para o desemprego. Assim, o saldo emprego-desemprego foi de 60,9 mil pessoas.

Figura 100. Fluxos de mão de obra em 2021



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

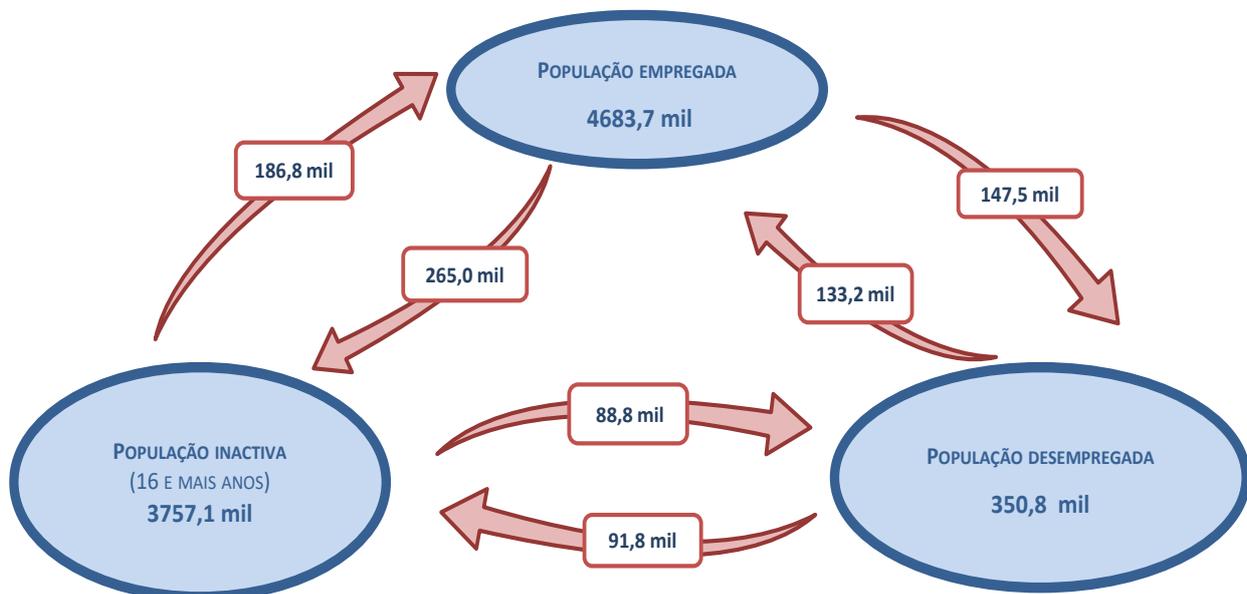
Por outro lado, cerca de 260,9 mil pessoas passaram da inatividade para o emprego, sendo que 193,2 mil saíram do emprego para a inatividade. Deste modo, o saldo emprego-inatividade foi positivo (mais 67,7 mil pessoas). No que respeita ao fluxo de saída do desemprego para a inatividade, este foi de cerca de 69,9 mil pessoas, enquanto o fluxo de passagem da inatividade para o desemprego foi de cerca de 118,7 mil indivíduos. O saldo desemprego-inatividade é por isso positivo (mais 48,8 mil pessoas).

Em resumo, em 2021, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 128,6 mil pessoas, que resulta da entrada de indivíduos vindos, tanto de uma situação de inatividade como de desemprego. A população inativa, em contrapartida, evidenciou um decréscimo de cerca de 116,5 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados da inatividade para o emprego. Quanto ao número de desempregados,

verificou-se igualmente uma quebra, que apesar de menor, ficou a dever-se sobretudo à saída de desempregados para o emprego.

Analisando os fluxos de mão de obra no ano anterior, constata-se que o saldo emprego-desemprego foi negativo (menos 14,3 mil pessoas) uma vez que cerca de 133,2 mil pessoas transitaram do desemprego para o emprego e 147,5 mil passaram do emprego para o desemprego.

Figura 101. Fluxos de mão de obra em 2020



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O saldo inatividade-emprego foi, contudo, positivo (mais 78,2 mil pessoas) já que cerca de 265 mil indivíduos passaram do emprego para a inatividade e 186,8 mil saíram da inatividade para a situação de emprego. No que se refere ao saldo desemprego-inatividade, este foi negativo (menos 3 mil indivíduos) considerando que cerca de 91,8 mil pessoas transitaram do desemprego para a inatividade, enquanto 88,8 mil passaram da situação de inatividade para a de desemprego.

Assim, em 2020, a população empregada diminuiu em cerca de 92,5 mil pessoas, sobretudo devido aos transitados do emprego para a inatividade. Por outro lado, a população desempregada conheceu um acréscimo de 11,3 mil pessoas em virtude da passagem de empregados para a situação de desemprego. Em relação ao número de inativos, verificou-se um acréscimo (mais 81,2 mil pessoas) devido, sobretudo, à entrada de empregados para a inatividade.

Por último, importa salientar o facto dos fluxos do mercado de trabalho em 2021, quando comparados com os do ano anterior, apresentarem um saldo positivo do emprego e negativo da inatividade e do desemprego.

Figura 102. Fluxos de mão de obra

Fluxos de mão de obra		
Saldos Finais (milhares)		
	2020	2021
Emprego	-92,5	128,6
Desemprego	11,3	-12,1
Inatividade	81,2	-116,5

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2021, no Continente, entraram nas administrações públicas cerca de 129,5 mil trabalhadores, dos quais cerca de 70 mil, ou seja, mais de metade, constituíam novos recrutamentos⁴⁸ e os restantes provinham da mobilidade e outras situações⁴⁹.

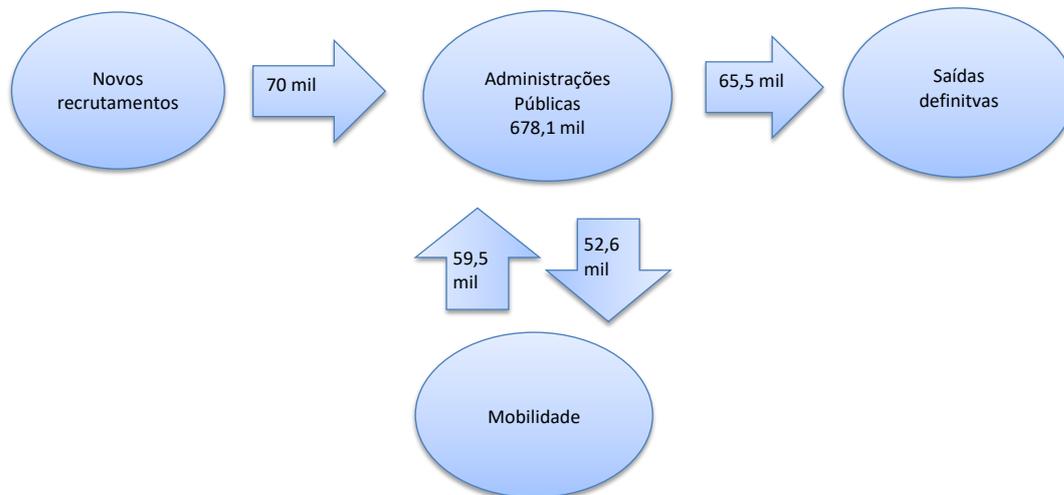
Por outro lado, 118,1 mil trabalhadores saíram das administrações públicas, cerca de 55,5% dos quais, ou seja, 65,5 mil, em definitivo⁵⁰. Destes, 12,2 mil saíram por reforma/aposentação. Destes movimentos de trabalhadores resultou um acréscimo de cerca de 11,4 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano, dos quais 6,9 mil provinham do saldo dos trabalhadores em mobilidade e outras situações, e os restantes 4,5 mil do saldo entre novos recrutamentos e saídas definitivas.

⁴⁸ inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsetor por reclassificação.

⁴⁹ inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

⁵⁰ As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

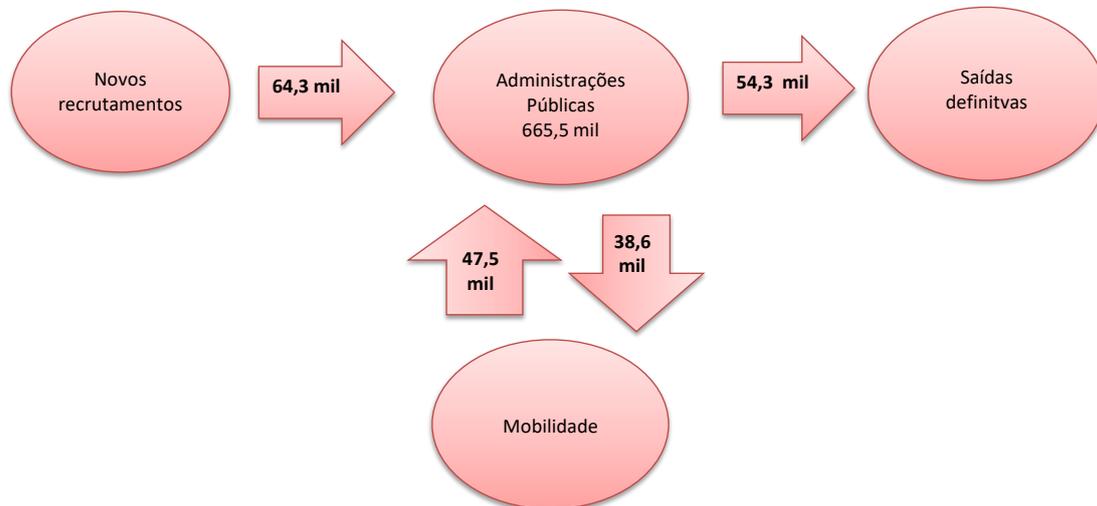
Figura 103. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2021



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2020, apesar do número de entradas e saídas de trabalhadores ter sido menor, verificou-se um saldo anual superior ao registado em 2021, ou seja, cerca de mais 19 mil trabalhadores, em 2020, face a mais 11,4 mil, em 2021.

Figura 104. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2020



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

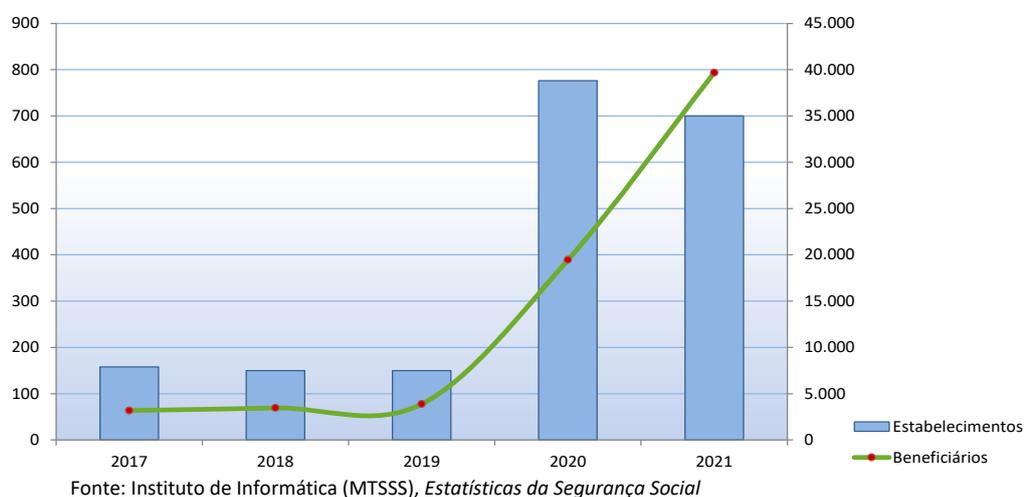
Considerando os últimos anos, designadamente a partir de 2016, constata-se que o saldo anual de entradas e saídas de trabalhadores na Administração pública tem sido sempre positivo e vindo a aumentar de forma progressiva, não obstante, no último ano em análise, se ter verificado uma diminuição desse número.

2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off

Analisando os dados estatísticos da Segurança Social disponibilizados no *Boletim estatístico* do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)⁵¹, no decurso de 2021, 700 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, o que correspondeu a um decréscimo de 9,8% face ao ano anterior. De notar que, em 2020, dada a conjuntura excecional, se registou uma subida muito expressiva no número destas empresas, invertendo-se assim a tendência de decréscimo observada nos anos anteriores.

Por outro lado, considerando os beneficiários com prestações de *Lay-off*, constata-se que, a partir de 2020, o aumento acentuado do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off* (mais 417,3%, passando de 150, em 2019, para 776, em 2020), foi acompanhado por um acréscimo expressivo de beneficiários envolvidos. Todavia, em 2021, apesar da diminuição do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off*, o número de beneficiários com prestações de *Lay-off* aumentou de forma significativa, com uma variação positiva de cerca de 103,9%, abrangendo cerca de 39,7 mil trabalhadores.

Figura 105. Entidades empregadoras e beneficiários em situação de Lay-off



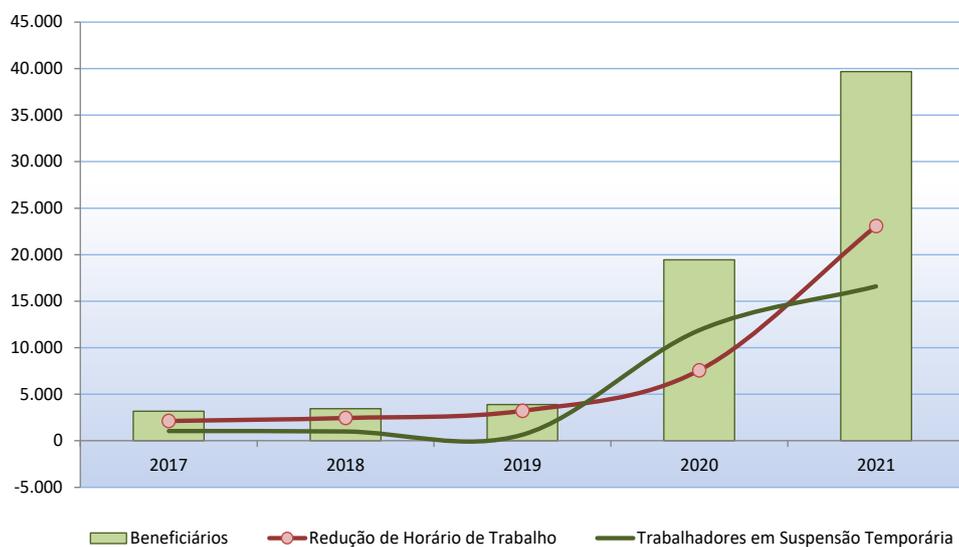
Por último, ainda no que concerne aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, importa destacar duas situações diferenciadas: por um lado, os trabalhadores com redução de horário de trabalho e, por outro, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. De salientar que ambas as situações evidenciavam uma tendência semelhante no início da série em análise, não obstante, em 2020, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho terem registado um acréscimo bastante mais expressivo (cerca de 18 vezes mais,

⁵¹ Dados recolhidos em março de 2022.

passando de 654 para cerca de 12 mil) quando comparado com os trabalhadores com redução de horário de trabalho (que mais do que duplicaram, passando de 3,2 mil para 7,6 mil).

Relativamente a 2021, e em termos homólogos, constata-se uma inversão deste comportamento, com o aumento mais significativo dos trabalhadores com redução de horário de trabalho face aos trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. Com efeito, enquanto os primeiros registam um aumento de 204,5%, passando de 7,6 mil para 23,1 mil, os segundos evidenciam um aumento de 39,7%, passando de 11,9 mil para 16,6 mil, pelo que deixam de ser a categoria mais representada.

Figura 106. Beneficiários com prestações de Lay-off, por tipologia



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

2.4.3. Despedimentos coletivos

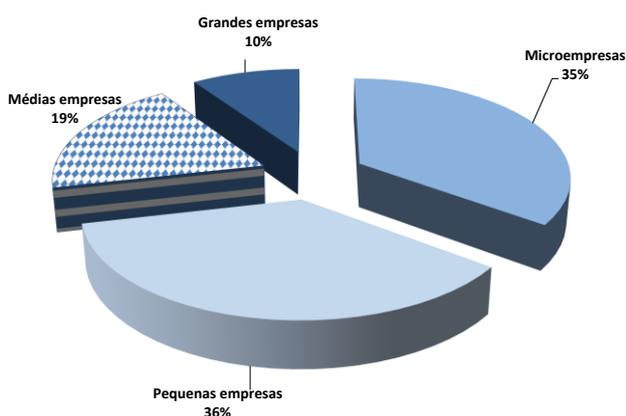
Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT)⁵², em 2021, foram comunicados 336 despedimentos coletivos que abrangeram um total de cerca de 3,8 mil trabalhadores despedidos⁵³ (menos 50% face a 2020). Face ao ano anterior, em 2021, constatou-se um decréscimo de 51,9% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a menos 362 despedimentos.

⁵² Dados recolhidos em maio de 2022.

⁵³ Inclui trabalhadores despedidos no âmbito de procedimentos iniciados em 2020 que só foram objeto de decisão em 2021.

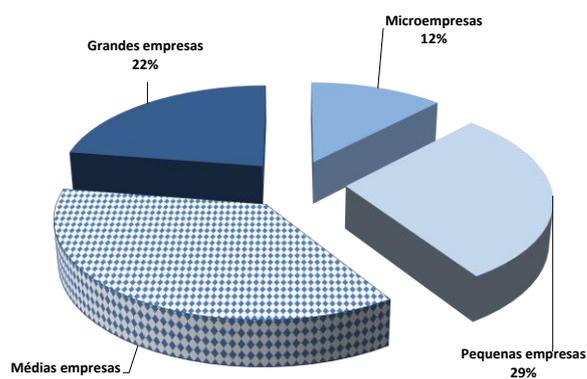
Relativamente ao número de despedimentos coletivos por dimensão de empresa, verifica-se que, em 2021, as pequenas empresas e as microempresas concentraram mais de metade dos despedimentos coletivos comunicados, com 36% e 35%, respetivamente, o que correspondeu a 122 pequenas empresas e 118 microempresas. Quanto ao número de trabalhadores despedidos, estes provinham sobretudo das médias e pequenas empresas, com 37% e 29%, respetivamente.

Figura 107. Despedimentos coletivos comunicados por tipologia de empresa, em 2021



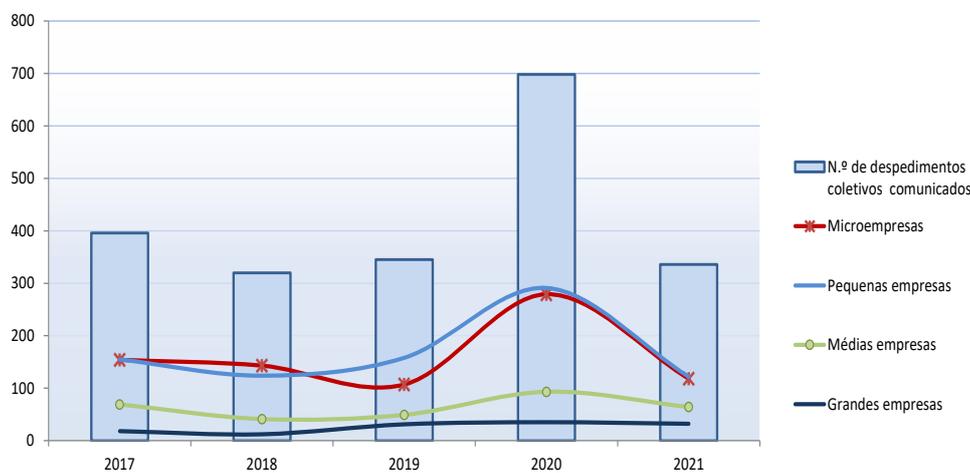
Fonte: DGERT, Relatório anual

Figura 108. Trabalhadores despedidos por tipologia de empresa, em 2021



De salientar que, este decréscimo, em 2021 face 2020, se repercutiu em toda a tipologia de empresas, em particular entre as pequenas e as microempresas que apresentaram as variações mais expressivas, ambas com quebras na ordem dos 58%. As restantes dimensões, designadamente as médias e as grandes empresas evidenciaram reduções de 31,2% e de 8,6%, respetivamente.

Figura 109. Evolução do número de despedimentos coletivos por tipologia de empresa

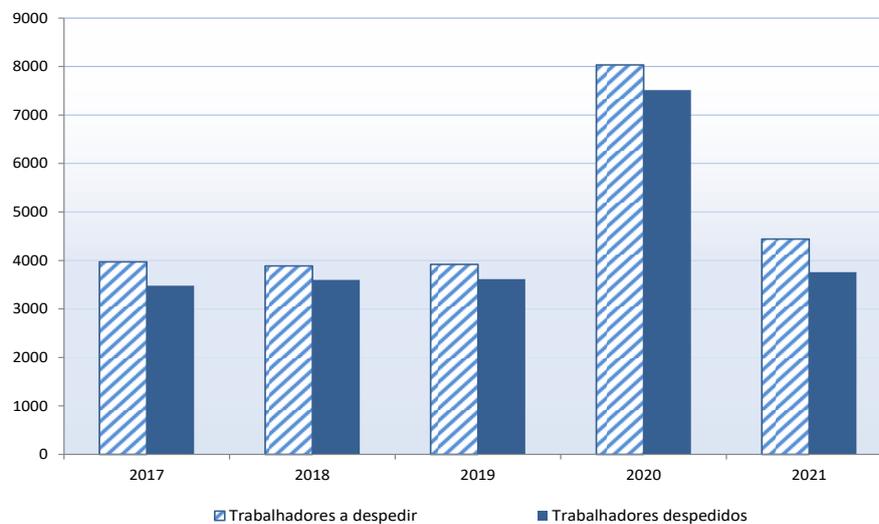


Fonte: DGERT, Relatório anual

Por outro lado, a análise do último quinquénio, evidencia um aumento bastante expressivo em 2020, ano em que se atingiu o expoente máximo do período em análise, com 698 despedimentos coletivos comunicados, tendo esse valor decrescido, posteriormente, para valores anteriores a 2020.

De referir que, em 2021, o número de trabalhadores a despedir abrangeu mais de 4,4 mil trabalhadores, não obstante, na prática se terem efetivado cerca de 3,8 mil despedimentos, 55 revogações⁵⁴ e 627 trabalhadores foram abrangidos por outras medidas⁵⁵.

Figura 110. Total de trabalhadores a despedir e total de trabalhadores despedidos, em 2021



Fonte: DGERT, *Relatório anual*

2.5. Medidas de apoio excepcionais em contexto de pandemia (*covid-19*)

No decurso de 2020 e 2021, o alastramento do SARS-CoV-2 a nível mundial e a declaração desta doença infecciosa como uma pandemia, pela Organização Mundial de Saúde, levou o Governo português a implementar um conjunto de medidas imprescindíveis e de carácter urgente, tendo em vista o combate à doença COVID-19. Neste contexto, a necessidade de limitar a propagação desta doença, determinou o dever de recolhimento domiciliário, a limitação no acesso a espaços públicos, o encerramento de fronteiras e a limitação de circulação no espaço europeu e internacional.

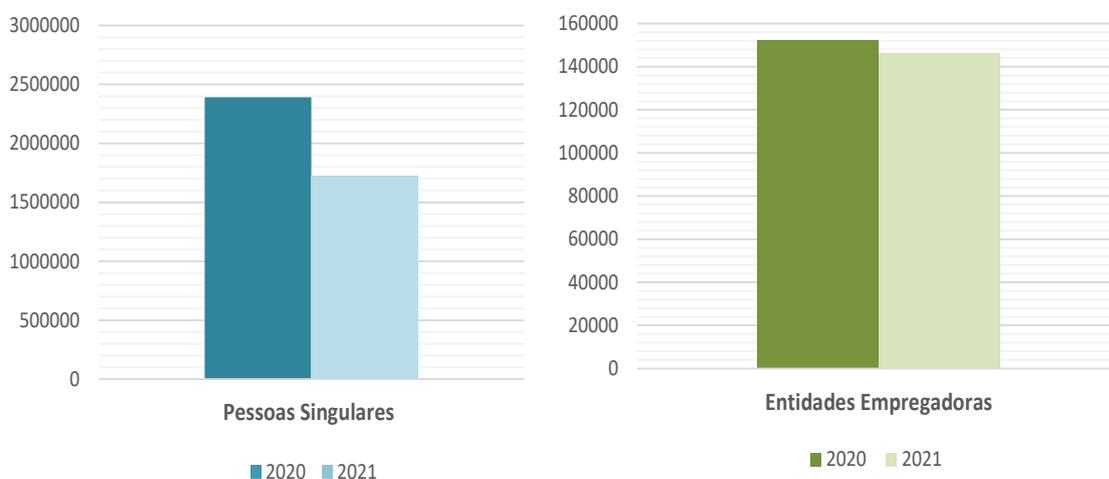
⁵⁴ Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

⁵⁵ Suspensão de contratos de trabalho, redução de períodos normais de trabalho, reconversão ou reclassificação profissional e reformas antecipadas ou pré-reformas.

Não obstante, em maio de 2020, o Governo ter dado início ao levantamento progressivo de algumas das medidas de confinamento, não foi, contudo, possível à atividade económica retomar os níveis verificados no período pré-pandemia, pelo que a situação extraordinária vivida nesse momento exigiu a aplicação de medidas excecionais e temporárias, nomeadamente através da criação e do alargamento de apoios e prestações sociais para auxílio aos cidadãos e às empresas. Assim, o presente capítulo tem como objetivo principal a abordagem das diversas medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia, que foram implementadas no decurso do ano de 2020 e 2021.

Analisando as Estatísticas da Segurança Social⁵⁶ disponibilizadas pelo Instituto de Informática do MTSSS, constata-se que, relativamente às medidas de apoio no âmbito da COVID -19, ao longo de 2021, um total de 1.724.954 pessoas singulares e 146.385 entidades empregadoras usufruíram de apoios covid, o que correspondeu a um montante pago de 2.158.087.568,61 €.

Figura 111. Pessoas singulares e entidades empregadoras com pagamento de medidas no âmbito COVID



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

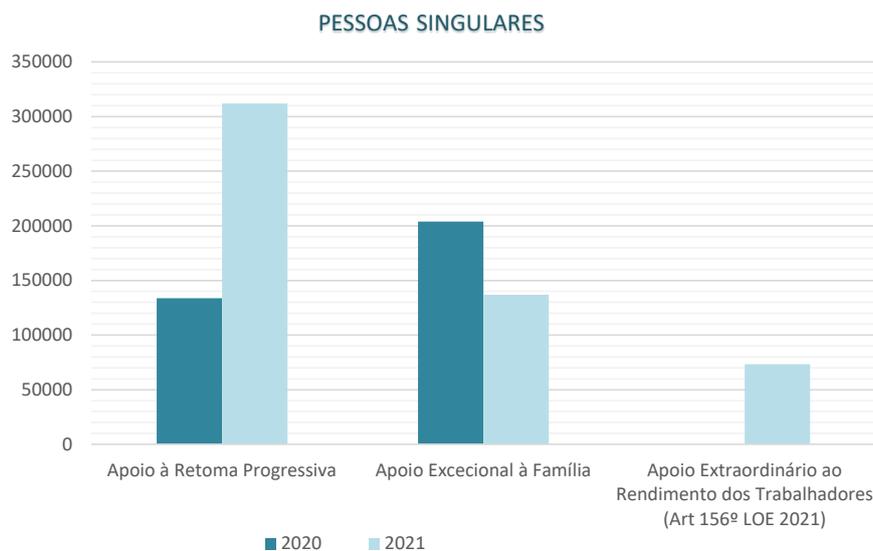
De notar que, em 2020, ano de eclosão da pandemia, o montante total pago no âmbito das medidas de apoio foi de 1.996.975.944,30 € e abrangeu 2.390.672 pessoas singulares e 152.288 entidades empregadoras.

⁵⁶ Dados recolhidos em março de 2022.

2.5.1. Apoio à retoma progressiva, Apoio excecional à família e Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores

Em 2021, deu-se continuidade às medidas de *Apoio à retoma progressiva*⁵⁷ e de *Apoio excecional à família*⁵⁸, criadas, em 2020, com o intuito de mitigar os impactos da pandemia de COVID-19, e com o objetivo de apoiar a economia, os trabalhadores e as empresas, procurando garantir a manutenção do emprego. Assim, em 2021, 312.027 pessoas singulares e 41.026 entidades empregadoras beneficiaram da medida de *Apoio à retoma progressiva*.

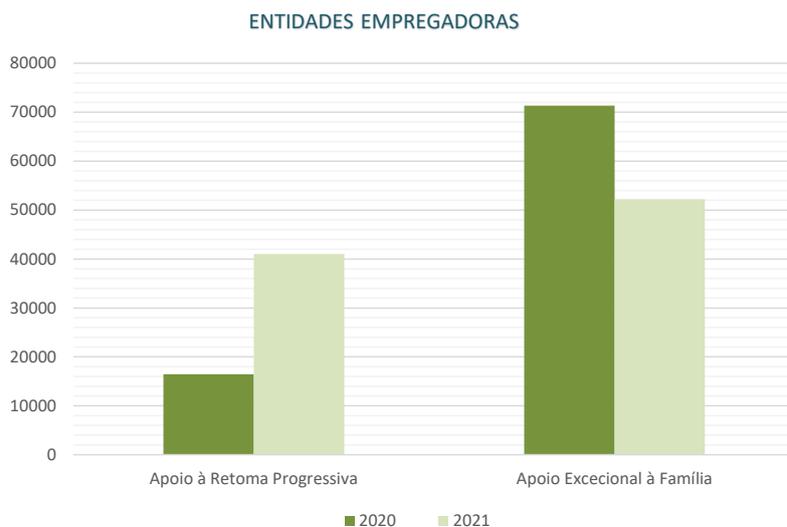
Figura 112. Apoio à retoma progressiva, Apoio excecional à família e Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

⁵⁷ Destina-se a entidades empregadoras que tenham sido afetados pela pandemia da doença COVID-19 e que se encontrem, consequentemente, em situação de crise empresarial, ou seja, com uma quebra de faturação igual ou superior a 25%. O empregador pode aceder ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade com redução temporária do período normal de trabalho de todos ou alguns dos seus trabalhadores.

⁵⁸ Destina-se aos trabalhadores do serviço doméstico e aos trabalhadores que exercem atividade por conta de outrem e que falem ao trabalho por motivos de assistência a filhos ou outros menores a cargo, menores de 12 anos, decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoio à primeira infância. Destina-se, igualmente, aos trabalhadores independentes que se encontrem enquadrados exclusivamente no regime dos trabalhadores independentes e que não possam prosseguir a sua atividade por necessidade de prestar assistência a filho ou outro dependente decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoio à primeira infância. Aplica-se também aos trabalhadores que se encontrem a exercer atividade em regime de teletrabalho que optem por interromper a sua atividade para prestar assistência à família.



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

Em 2020, esta medida de *Apoio à retoma progressiva* foi usufruída por 133.773 pessoas singulares e 16.458 entidades empregadoras. Relativamente ao montante total pago ao abrigo deste apoio, em 2021, este foi de 499.986.028,09 € e, em 2020, de 181.080.003,25 €. Por outro lado, com o objetivo de assegurar os rendimentos das pessoas e entidades empregadoras em situação de particular desproteção económica causada pela pandemia, foi criado, em 2021, o *Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores*⁵⁹, que abrangeu 73.378 pessoas singulares e cujo montante pago ascendeu a 84.051.836,52 €.

2.5.2. Apoio excecional a desempregados

No contexto da pandemia COVID-19, em 2021, foram extraordinariamente prorrogadas e majoradas as prestações por desemprego. Com efeito, em 2021, para além da *prorrogação automática das prestações de desemprego*⁶⁰ que abrangeu 92.174 pessoas singulares, foram estabelecidas majorações para o montante do subsídio de desemprego, designadamente, *Majoração do limite mínimo do subsídio desemprego*⁶¹, que abrangeu 183.543 pessoas singulares, *Majoração do subsídio social de desemprego*⁶², que abrangeu 25.402 pessoas singulares, e *Majoração do montante do subsídio de desemprego em 25%*⁶³, que abrangeu 4.212 pessoas singulares.

⁵⁹ Este apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores, destina-se, em termos genéricos, às seguintes categorias de trabalhadores: trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores de serviços domésticos, trabalhadores independentes, Membros de órgãos estatutários com funções de direção e trabalhadores estagiários, contratados no âmbito da medida de estágios profissionais. Para informação detalhada, ver Art. 156º LOE 2021.

⁶⁰ Para informação detalhada, ver Art. 154º da LOE 2021.

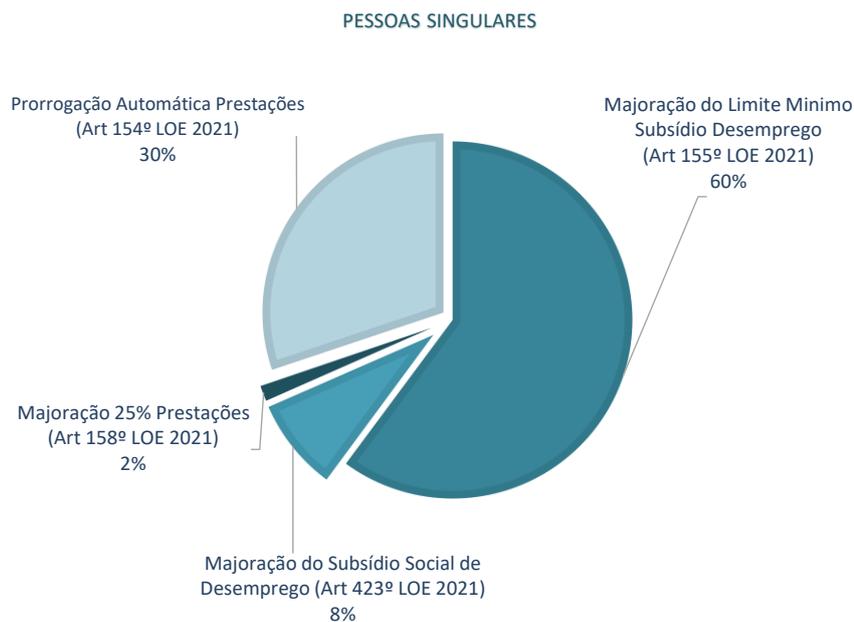
⁶¹ Para informação detalhada, ver Art. 155º da LOE 2021.

⁶² Para informação detalhada, ver Art. 423º da LOE 2021.

⁶³ Para informação detalhada, ver Art. 158º da LOE 2021.

Relativamente aos montantes financeiros destas medidas de apoio, de referir que o montante total pago com a *prorrogação automática das prestações de desemprego* ascendeu, em 2021, a 184.892.202,24 €, o das prestações de desemprego com *Majoração do limite mínimo do subsídio desemprego* foi de 68.367.308,88 €, o das prestações de desemprego com *Majoração do subsídio social de desemprego* foi de 12.587.367,22 € e o das prestações de desemprego com *Majoração do montante do subsídio de desemprego em 25%* foi de 4.130.548,12 €.

Figura 113. Apoio excecional a desempregados, em 2021



Fonte: Instituto de Informática (MTSS), *Estatísticas da Segurança Social*

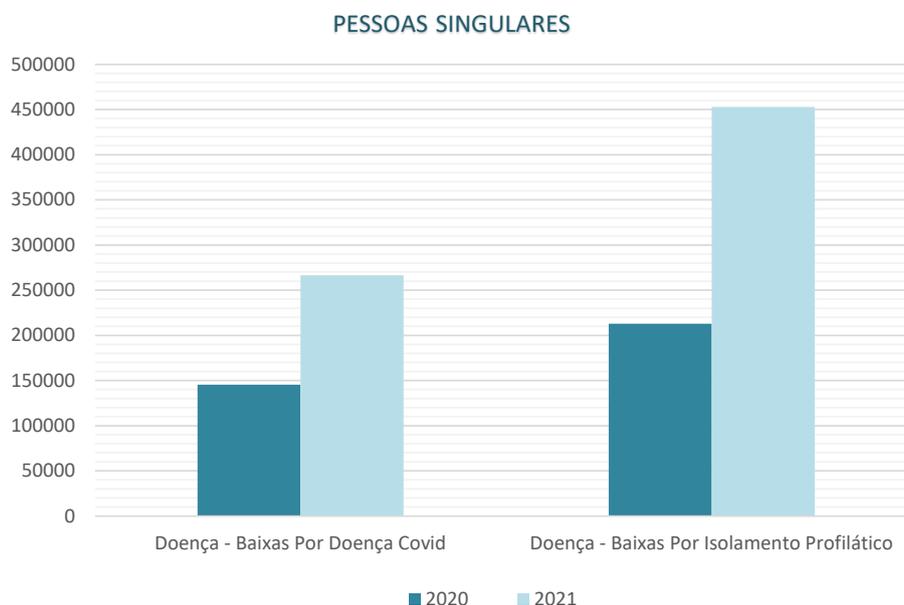
2.5.3. Subsídio por isolamento profilático e subsídio por doença por COVID-19

No decurso de 2021, em virtude da situação pandémica originada pela COVID-19, foram atribuídas 266.347 baixas por *doença COVID* e 452.844 baixas por *isolamento profilático*⁶⁴. De referir que, em 2020, ano da eclosão da pandemia, o número de pessoas singulares a quem foi atribuído *subsídio por doença COVID* ou por *isolamento profilático*, foi inferior. Assim, em 2020, registaram-se 145.258 pessoas singulares com baixa por *doença COVID* e 212.770 pessoas singulares com baixa por *isolamento profilático*.

⁶⁴ Esta medida aplica-se aos trabalhadores que exercem atividade por conta de outrem, aos trabalhadores independentes, aos membros de órgãos estatutários e aos trabalhadores do serviço doméstico, que se encontrem em situação de impedimento para o trabalho por motivo de doença por COVID-19 ou por motivo de isolamento profilático.

Quanto aos montantes pagos com estas medidas, em 2021, as baixas por *doença COVID* totalizaram 88.750.648,34 € e as baixas por *isolamento profilático*, 142.685.209,95 €.

Figura 114. Baixas por doença COVID e por isolamento profilático



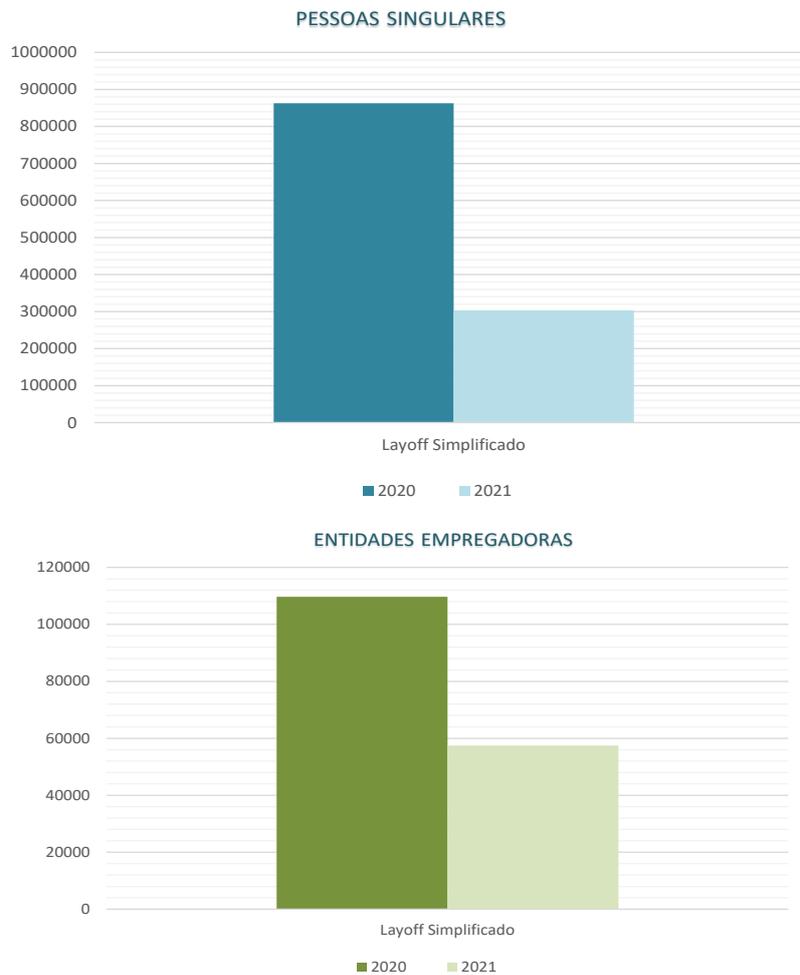
2.5.4. Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho – Lay-off simplificado

De acordo com a informação estatística da Segurança Social, disponibilizada pelo Instituto de Informática do MTSSS, em 2021, 57.460 entidades empregadoras beneficiaram do *Lay-off simplificado*⁶⁵. Quanto ao número de pessoas singulares, beneficiárias destas prestações, em 2021, 303.692 usufruíram de apoio ao abrigo do *Lay-off simplificado*.

De salientar que, em 2020, o número de beneficiários de apoio ao abrigo do *Lay-off simplificado* foi superior ao de 2021, ou seja, 109.706 entidades empregadoras e 862.447 pessoas singulares, pese embora o número de trabalhadores beneficiários no âmbito do *Lay-off do Código de Trabalho* tenha sido superior em 2021 (ver 2.4.2.).

⁶⁵ O *Lay-off simplificado* destina-se a entidades empregadoras, que se encontrem sujeitas ao dever de encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. A entidade empregadora pode aceder ao apoio desde que a sua atividade se encontre total ou parcialmente sujeita ao dever de encerramento, sendo abrangidos os trabalhadores afetados por esse dever de encerramento.

Figura 115. Entidades empregadoras e pessoas singulares em *Lay-off* simplificado



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

Quanto aos montantes pagos no âmbito desta medida, no ano de 2021 ascendeu a 365.729.919,73 €, e no de 2020 a 825.632.592,39 €.

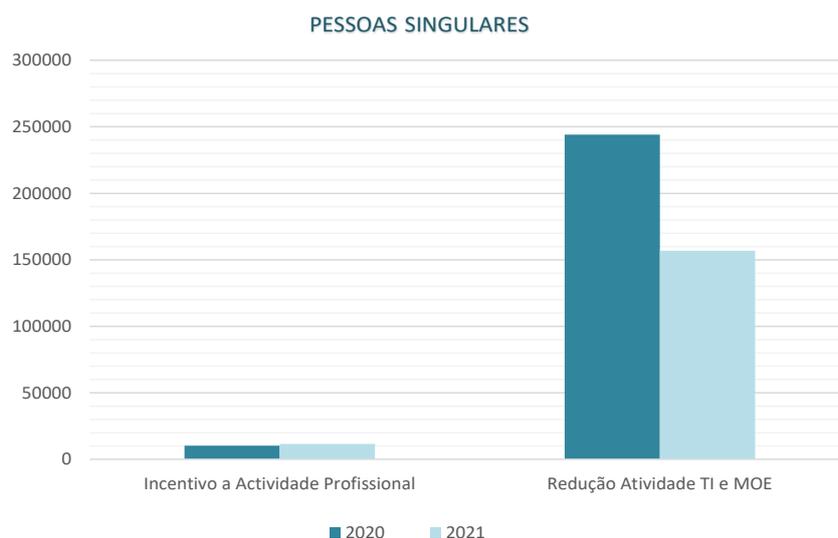
2.5.5. Apoio extraordinário à redução da atividade económica e Medida de incentivo à atividade profissional

Em 2021, de acordo com a informação disponibilizada pela Segurança Social, através do Instituto de Informática do MTSSS, 156.870 pessoas singulares beneficiaram do *Apoio extraordinário à redução da atividade económica dos trabalhadores independentes (TI) e dos membros de órgão estatutário (MOE)*⁶⁶ e

⁶⁶ O apoio extraordinário à redução da atividade económica destina-se aos trabalhadores independentes, incluindo empresários em nome individual, sujeitos à suspensão de atividades ou encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, no estado de emergência. A Redução de Atividade Económica aplica-se aos Trabalhadores Independentes cujo setor de atividade se encontra sujeito ao dever de encerramento no âmbito da pandemia COVID-19.

11.555 beneficiaram da *Medida de incentivo à atividade profissional* ⁶⁷, em virtude da redução da sua atividade económica ou paragem total da atividade laboral, dado o contexto pandémico experienciado ao longo do ano.

Figura 116. Apoio extraordinário à redução da atividade económica e Medida de incentivo à atividade profissional



Notas: TI – Trabalhadores Independentes; MOE – Membros de Órgãos Estatutários.

Fonte: Instituto de Informática (MTSS), *Estatísticas da Segurança Social*

De salientar que, em 2020, o número de pessoas singulares que usufruíram do *Apoio extraordinário à redução da atividade económica* (244.132 pessoas singulares) foi superior ao de 2021, ao contrário da *Medida de incentivo à atividade profissional*, cujo respetivo número de beneficiários em 2020 (10.279 pessoas singulares), foi inferior face a 2021.

No que concerne aos montantes financeiros pagos no âmbito destes apoios, importa referir que o *Apoio extraordinário à redução da atividade económica dos trabalhadores independentes (TI) e dos membros de órgão estatutário (MOE)* ascendeu a 184.985.464,44 € e a *Medida de incentivo à atividade profissional* totalizou 3.715.127,59 €.

2.5.6. Incentivos à normalização da atividade empresarial

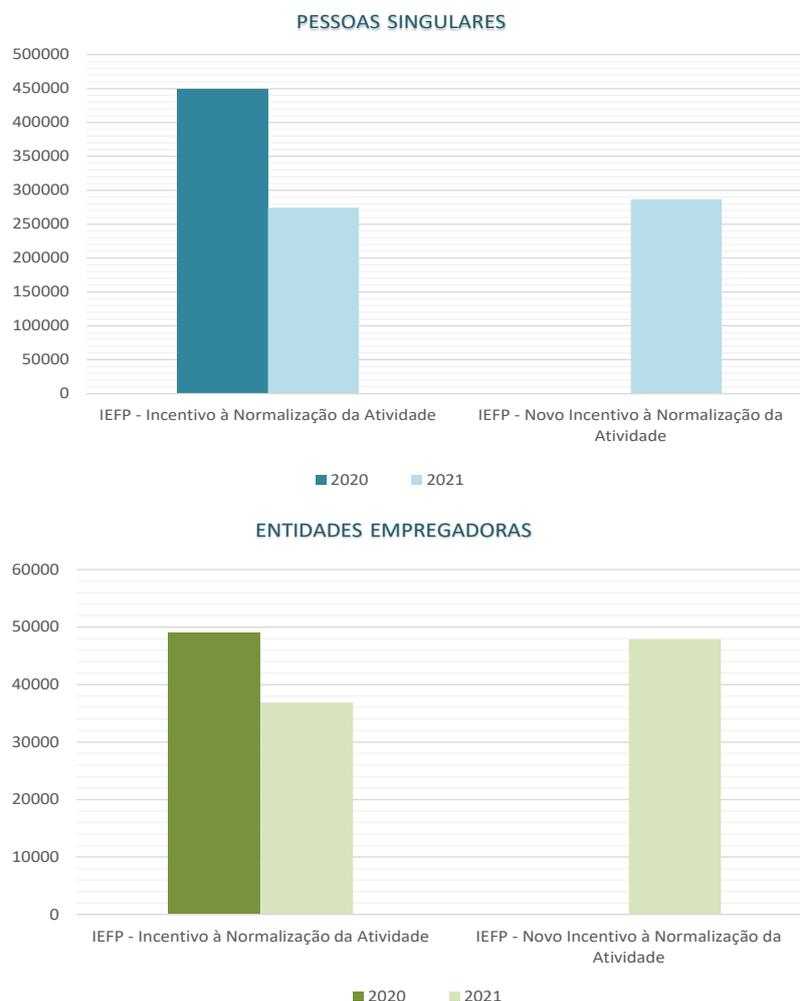
Segundo a informação disponibilizada pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), no ano de 2021, 36.860 entidades empregadoras beneficiaram do *Incentivo extraordinário à normalização*

⁶⁷ A *Medida extraordinária de incentivo à atividade profissional* reveste a forma de apoio financeiro aos trabalhadores que se encontram exclusivamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes, ou que estejam também abrangidos pelo regime de trabalhadores por conta de outrem e não aúfiram, neste regime, mais do que o valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

da atividade empresarial⁶⁸ e 47.854 beneficiaram do *Novo Incentivo à normalização da atividade empresarial*⁶⁹. De referir que o *Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial* abrangeu 274.191 pessoas singulares e o montante total pago correspondeu a 166.577.206,90 €. Já o *Novo Incentivo à normalização da atividade empresarial*, regulamentado em 2021, abrangeu 286.652 pessoas singulares e o respetivo montante total pago ascendeu a 243.859.490,0 €.

De notar que, o *Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial*, em 2020, abrangeu 48.993 entidades empregadoras e 449.314 pessoas singulares.

Figura 117. Incentivos à normalização da atividade empresarial



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

⁶⁸ Visa apoiar a manutenção do emprego e reduzir o risco de desemprego dos trabalhadores de entidades empregadoras afetadas por crise empresarial em consequência da pandemia causada pela doença COVID-19, através da atribuição de um apoio ao empregador na fase de regresso dos seus trabalhadores à prestação normal de trabalho e de normalização da atividade empresarial. Destina-se aos empregadores que tenham beneficiado do apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho ou do plano extraordinário de formação.

⁶⁹ Consiste na atribuição de um apoio financeiro por trabalhador que tenha sido abrangido, no primeiro trimestre de 2021, pelo *apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho* ou pelo *apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade*, a conceder pelo IEFP, IP, ao empregador na fase de regresso dos seus trabalhadores à prestação normal de trabalho e de normalização da atividade empresarial.

3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS

3.0. Nota introdutória

Este capítulo analisa a estrutura empresarial e do emprego nas empresas, tendo como fontes principais os dados de natureza administrativa dos *Quadros de Pessoal* (QP), do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e a informação proveniente do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE. O número total de empresas difere entre as fontes consideradas já que os QP consideram as empresas com pessoal ao serviço (empresas que preenchem o *Anexo A* do *Relatório Único*), enquanto que o SCIE, que resultou de um processo de integração da informação estatística sobre empresas baseado em dados administrativos, inclui também empresas individuais (empresários em nome individual e trabalhadores independentes), recebidos por via do protocolo estabelecido entre o INE e a AT, e outra informação proveniente do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE.

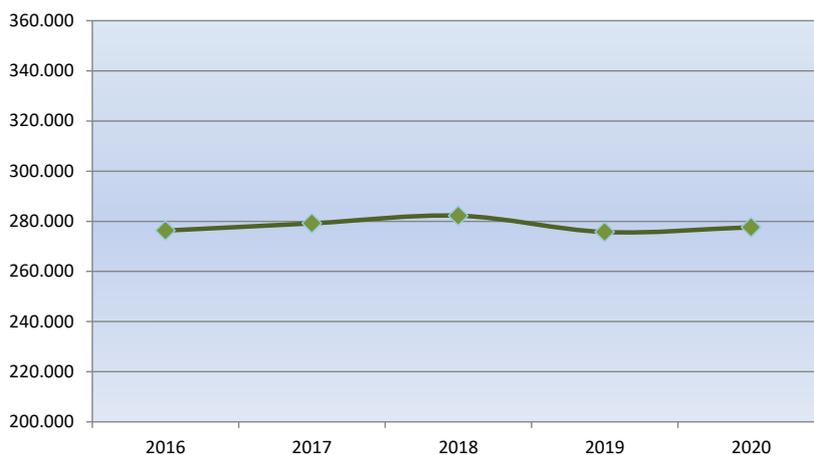
Nas três primeiras secções do capítulo analisa-se a estrutura empresarial, o emprego nas empresas e trabalhadores estrangeiros nas empresas, com base nos *Quadros de Pessoal* procedendo-se depois à análise da estrutura empresarial e do emprego por nível de tecnologias recorrendo aos dados do SCIE.

Na última secção do capítulo procede-se à análise da sinistralidade e do absentismo laboral. No primeiro caso a fonte utilizada foi a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS. Na análise do absentismo apenas se identificaram dados para o absentismo motivado por baixas por doença, publicados nas Estatísticas da Segurança Social do MTSSS.

3.1. Estrutura empresarial

Em 2020, responderam aos *Quadros de Pessoal*⁷⁰ 277,6 mil empresas, mais cerca de 1,9 mil do que em 2019. Não obstante uma ligeira quebra em 2019, o número de empresas tem vindo a aumentar de forma regular ao longo dos últimos anos.

Figura 118. Evolução do número de empresas



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

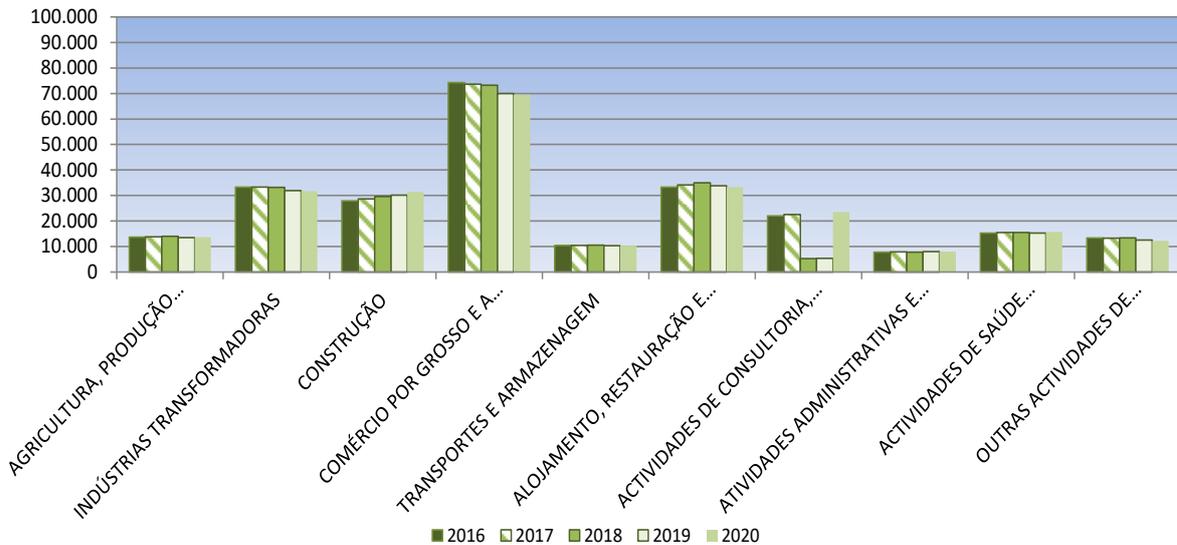
3.1.1. Por setores de atividade

Entre 2019 e 2020, o aumento do número de empresas não se repercutiu por todos os setores. Com efeito, este aumento ficou a dever-se, principalmente, ao setor da *Construção* (mais cerca de 1,3 mil empresas), logo seguido pelas *Atividades imobiliárias* (mais 607 empresas), pelas *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 358 empresas), pelas *Atividades de consultoria, científicas, técnica e similares* (mais 317 empresas) e pela *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; Silvicultura e exploração florestal* (mais 144 empresas).

Por outro lado, os setores de atividade que registaram decréscimos, em 2020, face ao período homólogo, foram sobretudo o do *Alojamento, Restauração e similares* (menos 498 empresas), do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (menos 417 empresas), das *Outras Atividades de serviços* (menos 268 empresas) e das *Indústrias Transformadoras* (menos 190 empresas).

⁷⁰ Dados publicados em março de 2022.

Figura 119. Evolução do número de empresas por CAE



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

A análise do último quinquénio, evidencia que, entre 2016 e 2020, o número de empresas no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* diminuiu de forma expressiva (menos cerca de 4,8 mil empresas), seguido do setor das *Indústrias transformadoras* e do setor das *Outras atividades de serviços* que apresentaram igualmente diminuições significativas (menos 1,6 mil e menos 1,2 mil, respetivamente). Ao contrário destes setores, o da *Construção*, o das *Atividades imobiliárias* e o das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* registaram os maiores acréscimos no período em análise (com mais 3,5 mil, mais 2,3 mil e mais 1,5 mil, respetivamente).

3.1.2. Por dimensão da empresa

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se praticamente inalterável ao longo dos últimos cinco anos. Assim, em 2020, as empresas com até 9 trabalhadores representavam 82,9% do total, as empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, 14,2%, as empresas com entre 50 e 99 trabalhadores, 1,6% e as empresas com 100 ou mais trabalhadores, 1,2%. Contudo, tem-se verificado um ligeiro decréscimo na percentagem de empresas com até 9 trabalhadores (cujo peso diminuiu 1,5 p.p. desde o início da série em análise) a favor sobretudo das empresas com entre 10 e 49 trabalhadores (cujo peso cresceu 1,2 p.p.).

Os setores com maior peso de empresas no escalão até 9 trabalhadores (mais de 90%) continuavam a ser as *Atividades imobiliárias*, as *Outras atividades de serviço*, bem como o subsetor da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal*.

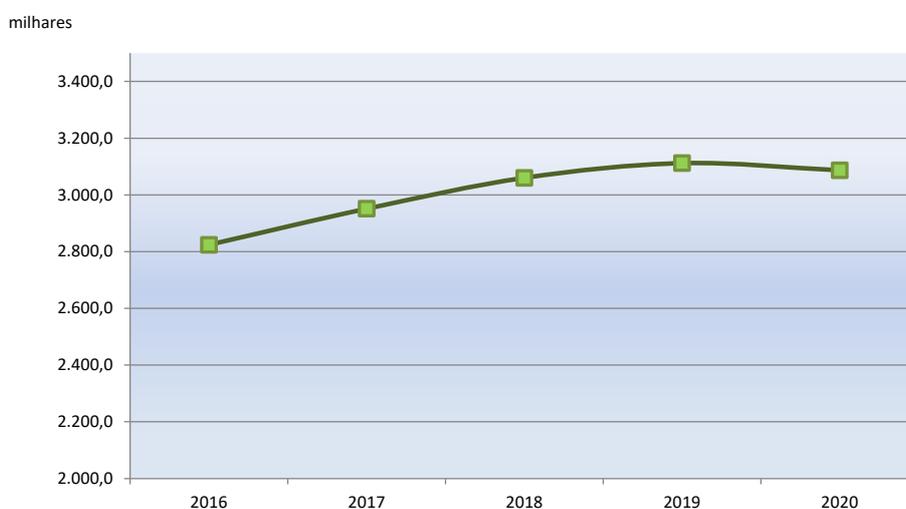
No segmento das empresas com entre 10 a 49 trabalhadores, destacava-se, para além do setor da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, o setor das *Indústrias extrativas*, o das *Indústrias transformadoras* e ainda o subsetor da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas*.

Nos escalões de empresas com 50 e mais trabalhadores evidenciam-se os subsectores do *Fabrico de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (cerca de 33% do total das empresas) e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (25,3% do total de empresas) que, em termos homólogos, mantêm praticamente o mesmo peso no total de empresas.

3.2. Emprego nas empresas

Segundo os *Quadros de Pessoal*, em 2020, havia 3.087,2 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, menos cerca de 25 mil do que no ano anterior. Todavia, em 2020, o número de trabalhadores ao serviço das empresas era já bastante superior ao registado em 2016 (mais cerca de 262,9 mil trabalhadores).

Figura 120. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

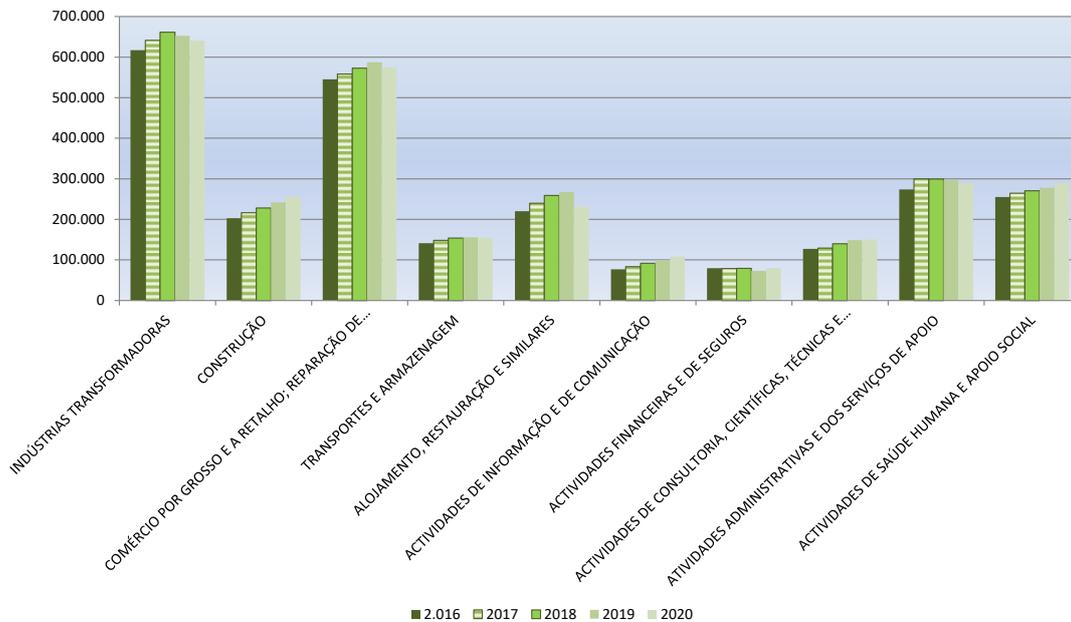
3.2.1. Por setores de atividade

Os setores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos) não sofreram grandes alterações desde o início da série. Em 2020, as *Indústrias Transformadoras* mantinham-se como o setor mais representativo (20,7% do total dos trabalhadores). Seguiam-se os setores do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos*

(18,6%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (9,4%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (9,4%), a *Construção* (8,3%) e o *Alojamento, restauração e similares* (7,5%). O peso de todos estes setores manteve-se quase inalterado relativamente ao ano anterior, exceto o do *Alojamento, restauração e similares* e o das *Atividades de saúde humana e apoio social* que diminuíram ligeiramente (menos 1,1 p.p. e menos 0,5 p.p., respetivamente).

Entre 2019 e 2020, o número de trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos aumentou em grande parte dos setores de atividade, em particular na *Construção* (mais 13,4 mil), nas *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 11,1 mil), nas *Atividades de informação e de comunicação* (mais 7,9 mil), nas *Atividades financeiras e de seguros* (mais 6,5 mil) e na *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* (mais 4,1 mil).

Figura 121. Estrutura setorial do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos)



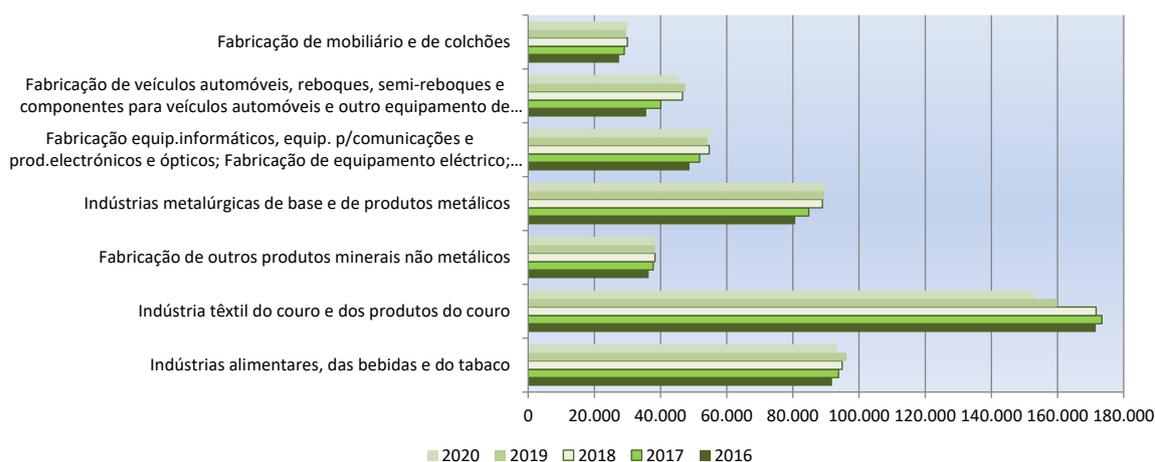
Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Por outro lado, os setores que apresentaram maiores decréscimos no número de trabalhadores foram o do *Alojamento, restauração e similares* (menos 36 mil), o do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (menos 12,5 mil) e o das *Indústrias transformadoras* (menos 12,2 mil).

No último quinquénio, o número de trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos aumentou em todos os setores mais significativos, nomeadamente no da *Construção* (mais 52,3 mil), no das *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 34,1 mil trabalhadores), no das *Atividades de informação e de comunicação* (mais 30,6 mil) e no do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (mais 29,5 mil).

Entre 2019 e 2020, e no que se refere aos subsectores das *Indústrias transformadoras* mais representativos em termos de número de trabalhadores, o emprego decresceu sobretudo nos subsectores da *Indústria têxtil do couro e dos produtos do couro* (menos 6,9 mil trabalhadores), das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos 2,9 mil trabalhadores) e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (menos 2,2 mil trabalhadores). Pelo contrário, o número de trabalhadores cresceu nos subsectores da *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos p/comunicações e produtos eletrónicos e óticos; Fabricação de equipamento elétrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos* (mais 1,2 mil trabalhadores), da *Fabricação de mobiliário e de colchões* (mais 505 trabalhadores), da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (mais 356 trabalhadores) e das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (mais 241 trabalhadores).

Figura 122. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Indústrias Transformadoras



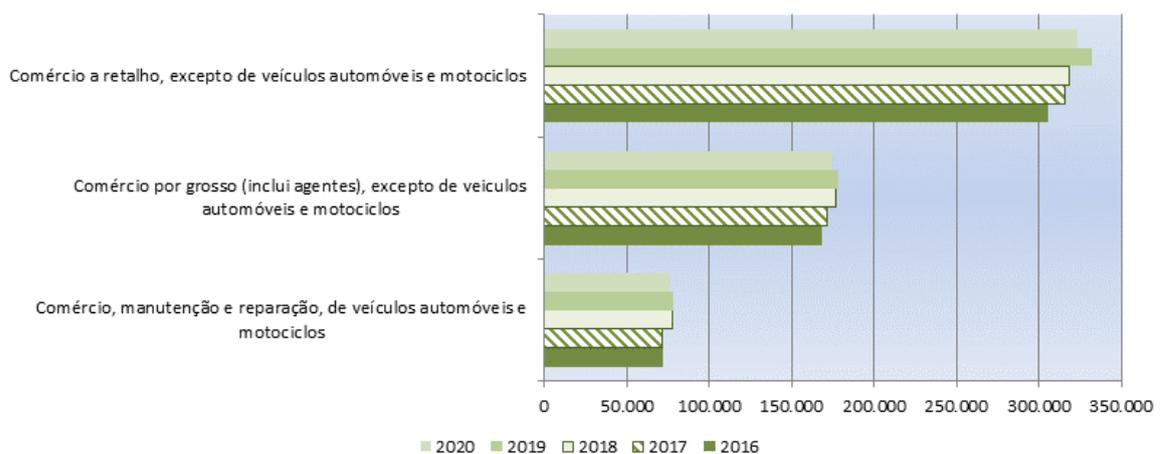
Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Considerando os últimos cinco anos, em 2020, o número de trabalhadores era superior ao registado em 2016 em todos estes subsectores, exceto no subsector da *Indústria têxtil do couro e dos produtos do couro* (menos 18,7 mil trabalhadores). Os restantes subsectores, no espaço de um quinquénio, aumentaram o número dos seus trabalhadores, em particular o subsector da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transportes* (mais 9,6 mil trabalhadores), o das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (mais 9,1 mil trabalhadores), o da *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; Fabricação de equipamento elétrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos* (mais 6,5 mil trabalhadores), o da

Fabricação de mobiliário e de colchões (mais 2,6 mil trabalhadores) e o da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (mais 2,3 mil trabalhadores).

Considerando o setor do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motocicletas*, entre 2019 e 2020, o número de trabalhadores ao serviço diminuiu em todos os subsectores. Relativamente ao início da série em análise, o emprego cresceu em todos os subsectores com destaque para o subsector do *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motocicletas* (mais 18,2 mil pessoas).

Figura 123. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos subsectores do Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motocicletas



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

3.2.2. Por dimensão de empresas

Em 2020, as empresas com 100 e mais trabalhadores continuavam a empregar mais de 40% do total dos trabalhadores (42,2%) tendo esta percentagem decrescido levemente relativamente a 2019, à custa das empresas de 1 a 9 trabalhadores. Entre 2016 e 2020, a percentagem de trabalhadores das empresas com 100 e mais trabalhadores no total dos trabalhadores cresceu 1,6 p.p. O único escalão de empresas em que o peso do emprego decresceu foi o das empresas com entre 1 a 9 trabalhadores (menos 1,8 p.p.).

Os setores que reuniam maior percentagem de trabalhadores no escalão de empresas até 9 trabalhadores eram as *Atividades imobiliárias, a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, e o subsector do *Comércio e reparação de veículos automóveis e motocicletas*.

No segmento das empresas entre os 10 e os 49 trabalhadores destacava-se o peso do emprego nos setores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, das Indústrias extrativas* e no subsector da *Pesca e aquicultura*.

No escalão de empresas com 100 ou mais trabalhadores, sublinhe-se o setor das *Atividades administrativas e serviços de apoio*, e ainda os subsetores, da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*, das *Telecomunicações* e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*.

3.2.3. Por níveis de habilitação e de qualificação

Em 2020, os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior constituíam 33% dos TCO, os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico 25,8%, os trabalhadores com menos do que o 3º ciclo do ensino básico, 20,7% e os trabalhadores com o ensino superior, 20,3%. Relativamente ao período homólogo, o único escalão de habilitações que cresceu, percentualmente, foi o dos TCO com o ensino secundário e pós-secundário (mais 2 p.p.).

Figura 124. Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitação



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2016 e 2020, a estrutura de habilitações dos TCO alterou-se consideravelmente. Em 2016, os TCO com habilitações inferiores ao 3º ciclo do ensino básico constituíam 26,2% do total e o peso do emprego diminuía sobretudo nos TCO com um nível de habilitações mais elevado. Em 2020, o único nível de habilitações com peso inferior aos habilitados com menos que o 3º ciclo do ensino básico são os habilitados com o ensino superior, apesar dessa diferença ser residual (menos 0,4 p.p.). Ao longo do período em análise, a categoria que mais aumentou foi a dos TCO habilitados com o ensino secundário e pós-secundário não superior (mais 5,3 p.p.), logo seguido pela categoria de TCO com o ensino superior (1,1 p.p.).

Relativamente à estrutura dos TCO por nível educativo e por setores de atividade, em 2020, 56,5% dos trabalhadores do subsetor da *Pesca e aquacultura* e 44,9% dos trabalhadores do subsetor da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* tinham menos do 3º ciclo do ensino básico. O setor do *Alojamento, restauração e similares*, da *Construção*, da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e os subsetores das *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* e do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos*, tinham as percentagens mais elevadas de TCO com o 3º ciclo do ensino básico.

Em contrapartida, nos setores das *Atividades financeiras e dos seguros*, das *Atividades de informação e comunicação*, das *Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares* e da *Educação*, bem como nos subsetores da *Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; atividades dos serviços de informação* e das *Atividades de edição, cinematográficas, vídeo, produção de televisão, gravação de som e edição de música, rádio e televisão*, mais de 50% dos TCO tinham o ensino superior.

Entre 2016 e 2020, o peso dos TCO com o ensino superior aumentou na maioria dos setores de atividade, em particular nos setores da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, nas *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, nas *Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares* e nas *Atividades financeiras e de seguros*.

A estrutura do emprego por níveis de qualificação manteve-se sem grandes alterações relativamente aos anos anteriores. Os grupos mais representativos continuavam a ser os grupos de Profissionais qualificados, semiquualificados e não qualificados. Entre 2016 e 2020, as categorias profissionais que mais cresceram foram a dos Profissionais altamente qualificados, dos Quadros Superiores e dos Profissionais não qualificados.

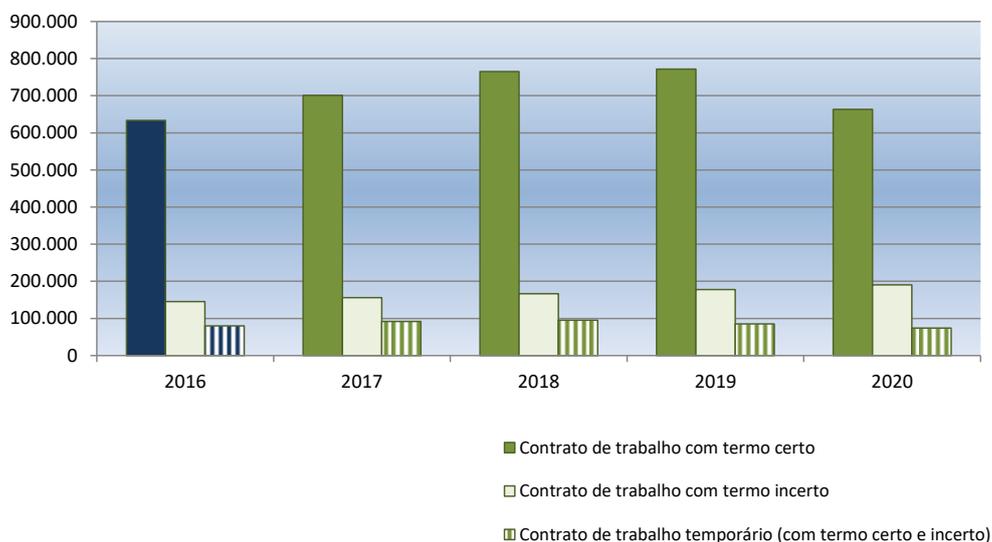
Segundo os dados dos Quadros de Pessoal, em 2020, 78,3% dos Quadros Superiores e 61% dos Quadros Médios tinham o ensino superior. No que respeita aos Profissionais altamente qualificados, 74,8% possuía o ensino secundário ou mais. Nas categorias de Profissionais qualificados, semiquualificados e não qualificados mais de 64% dos trabalhadores tinham entre 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário e pós-secundário não superior.

3.2.4. Por tipo de contrato

Em 2020, 1.959,8 mil trabalhadores tinham contratos de trabalho sem termo, representando 67,5% do total dos TCO e 943 mil tinham contratos com termo (32,5%). Entre 2019 e 2020, o número de TCO aumentou relativamente ao número de contratados sem termo, que cresceu cerca de 4,4% (mais 82,7 mil contratados sem termo) pelo que o peso dos contratados sem termo no total de TCO aumentou.

No que se refere aos TCO com contratos com termo, que diminuíram 9% (menos 92,8 mil contratos), 70,3% tinham contratos de trabalho com termo certo e 20,2% tinham contratos de trabalho com termo incerto. Os contratos de trabalho temporários (a termo certo ou incerto) representavam 7,8%.

Figura 125. Evolução dos TCO com contratos a termo por tipo de contrato



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Relativamente a 2016, em 2020, o peso dos contratados a termo cresceu em quase todas as categorias, com exceção dos Contrato de trabalho com termo certo e dos Contratos de trabalho temporário com termo certo, que evidenciaram um decréscimo, apesar de muito pouco expressivo (menos 1,1 p.p. e menos 0,8 p.p., respetivamente).

3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2020, no escalão etário até aos 24 anos, os contratados a termo representavam 61,1% dos TCO e no escalão dos 25 aos 34 anos, 43%. Já no escalão dos 35 anos aos 54 anos, os contratados sem termo constituíam 73,7% e, no escalão dos 55 e mais anos, 79,4%. Em todos os escalões etários, o peso dos contratados sem termo aumentou, relativamente ao ano anterior, em particular no grupo etário até aos 24 anos.

Analisando a evolução do número de TCO por tipo de contrato e escalão etário, no último quinquénio, constata-se que, em todos os escalões etários, os contratados com termo que evidenciavam uma tendência de aumento gradual nos últimos anos, em 2020, apresentaram uma inflexão dessa trajetória, com uma diminuição que se repercutiu por todos os grupos etários, sobretudo no dos mais jovens.

Figura 126. Evolução dos TCO até aos 24 anos por tipo de contrato

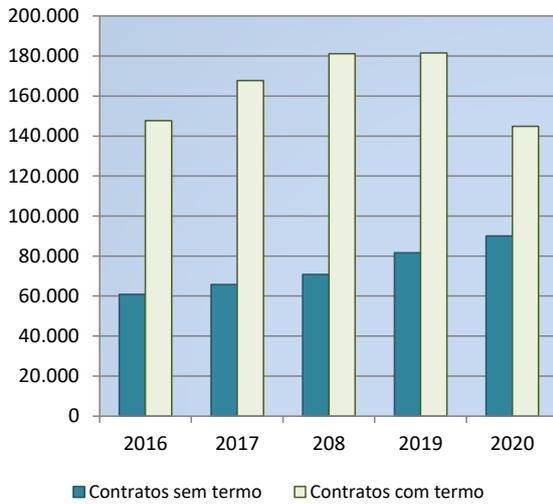


Figura 127. Evolução dos TCO entre os 25 e os 34 anos por tipo de contrato

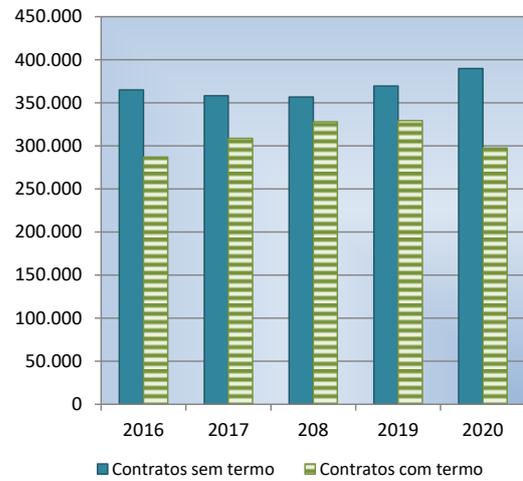


Figura 128. Evolução dos TCO entre os 35 e os 54 anos por tipo de contrato

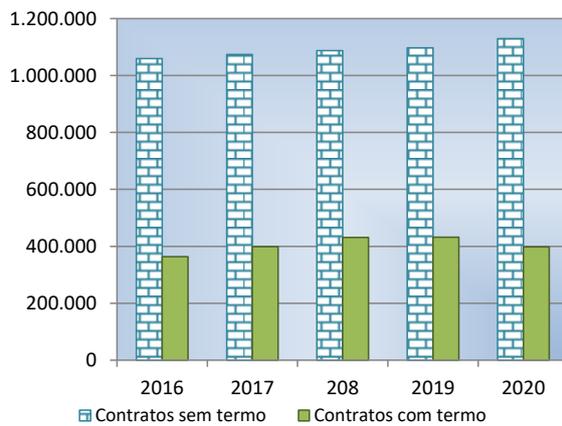
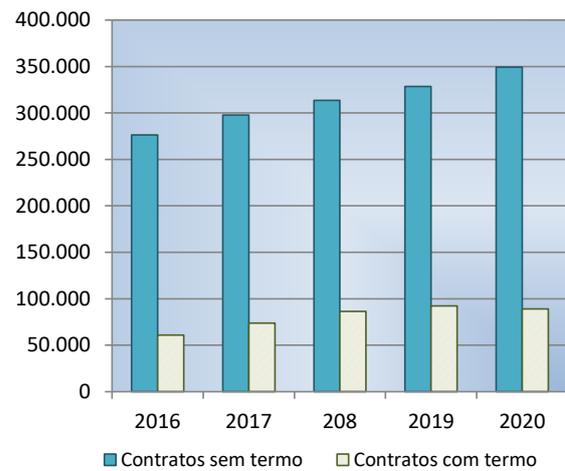


Figura 129. Evolução dos TCO com 55 e mais anos por tipo de contrato



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

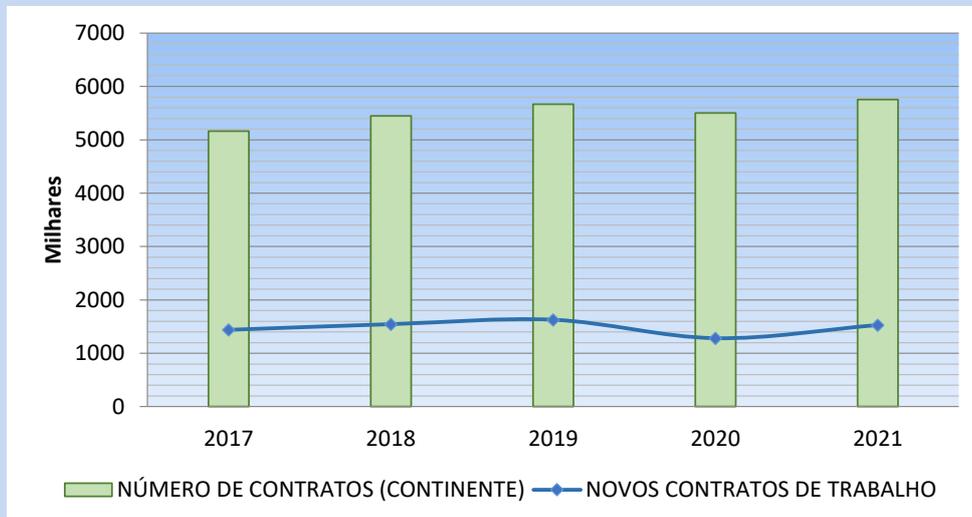
Quanto aos contratados sem termo, a tendência de subida progressiva que se vinha registando nos últimos anos, em todos os escalões de idades, manteve-se em 2020 e foi mais expressiva no grupo etário mais jovem.

CONTRATOS DE TRABALHO REGISTRADOS NA SEGURANÇA SOCIAL

Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em dezembro de 2021 estavam registados 5.753,3 mil contratos de trabalho⁷¹. Destes, 1.528,9 mil, ou seja 26,6%, eram novos contratos⁷². Entre 2020 e 2021 o número de contratos registados na segurança social sofreu um aumento de 4,6%, tal como o número de novos contratos que evidenciou uma subida de 19,2%.

Entre 2017 e 2021, o número de contratos registados na segurança social aumentou cerca de 11,5%. O número de novos contratos evidenciou igualmente um acréscimo, embora menor (mais 6,3%). Por outro lado, apesar do número total de contratos apresentar, nos últimos anos, uma tendência de ligeira subida, à exceção do ano de 2020, o número de novos contratos tem registado valores com pouca oscilação ao longo do período em análise, não obstante a ligeira quebra verificada no ano de 2020.

Figura 130. Evolução do número de contratos e do número de novos contratos de trabalho registados na Segurança Social



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

⁷¹ Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

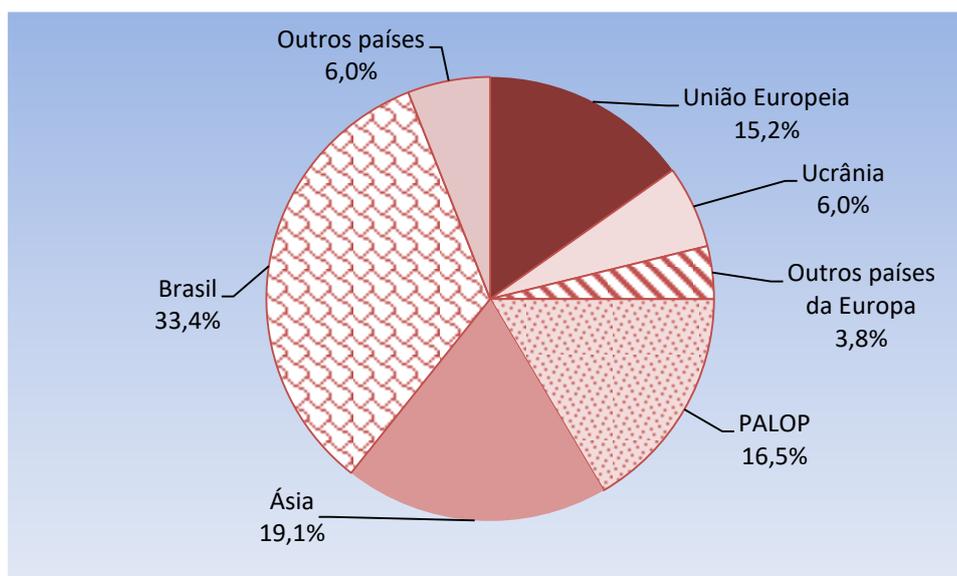
⁷² Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

3.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas

Em 2020, havia cerca de 226,3 mil estrangeiros nas empresas no Continente, dos quais 217,8 mil (96,2%) eram trabalhadores por conta de outrem e 8,2 mil eram empregadores, representando 3,6% do total de estrangeiros. Relativamente a 2019, os TCO estrangeiros aumentaram cerca de 3,4% (cerca de 7,2 mil pessoas) enquanto os empregadores aumentaram cerca de 2,3% (mais 184 pessoas).

Considerando esta população por nacionalidade, em 2020, cerca de 33,4% dos estrangeiros nas empresas, no Continente, provinha do Brasil, 19,1% da Ásia, 16,5% dos PALOP, e 15,2% da União Europeia.

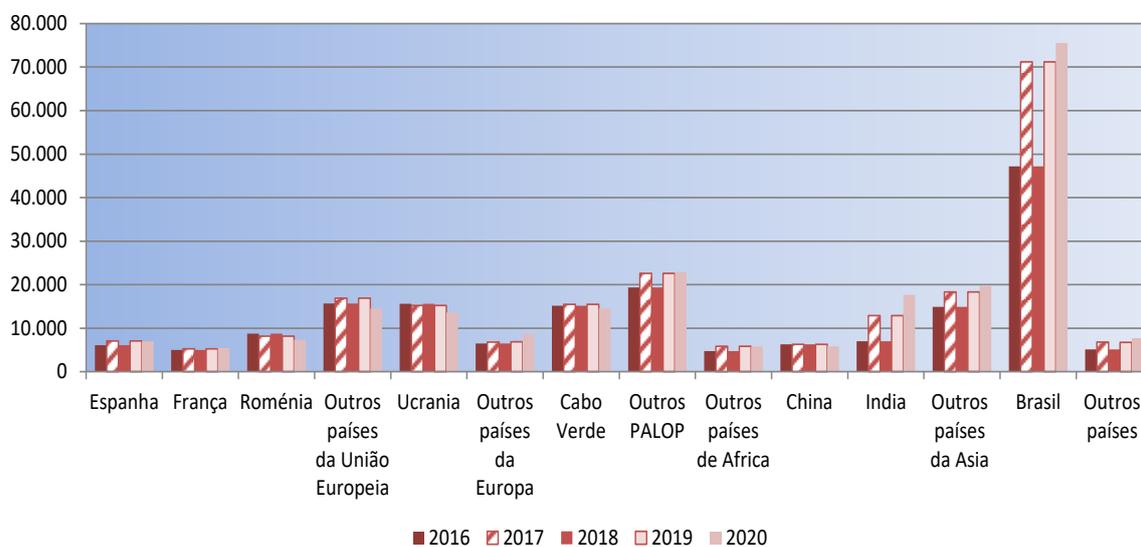
Figura 131. Estrangeiros nas empresas por nacionalidade em 2020



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2019 e 2020, no Continente, o número total de estrangeiros nas empresas, apesar de ter aumentado 3,4%, não se repercutiu de igual forma no que respeita às diversas nacionalidades. Com efeito, as nacionalidades com maior peso no total de estrangeiros registaram, na sua maioria, decréscimos, em particular a Ucrânia (menos 10,7%), a Roménia (menos 10,2%) e Cabo Verde (menos 6,3%). Por outro lado, verificou-se um aumento significativo no que respeita aos oriundos da Índia (mais 4,8 mil pessoas) e do Brasil (mais 4,3 mil pessoas).

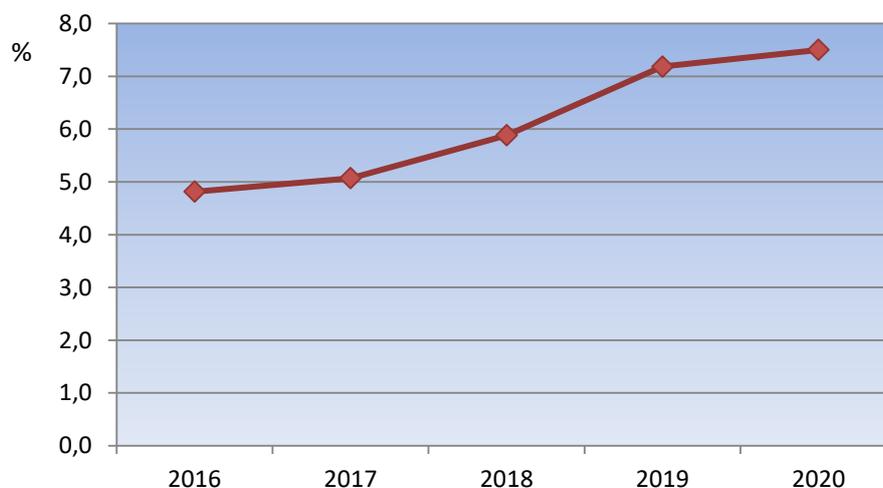
Figura 132. Evolução do número de estrangeiros nas empresas por nacionalidade



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2020, no Continente, os TCO estrangeiros representavam cerca de 7,5% do total dos TCO. No último quinquénio, entre 2016 e 2020, o número de TCO estrangeiros nas empresas aumentou de forma progressiva, pelo que, em 2020, havia mais 90,5 mil TCO estrangeiros nas empresas do que em 2016.

Figura 133. Evolução da percentagem de TCO estrangeiros no total dos TCO

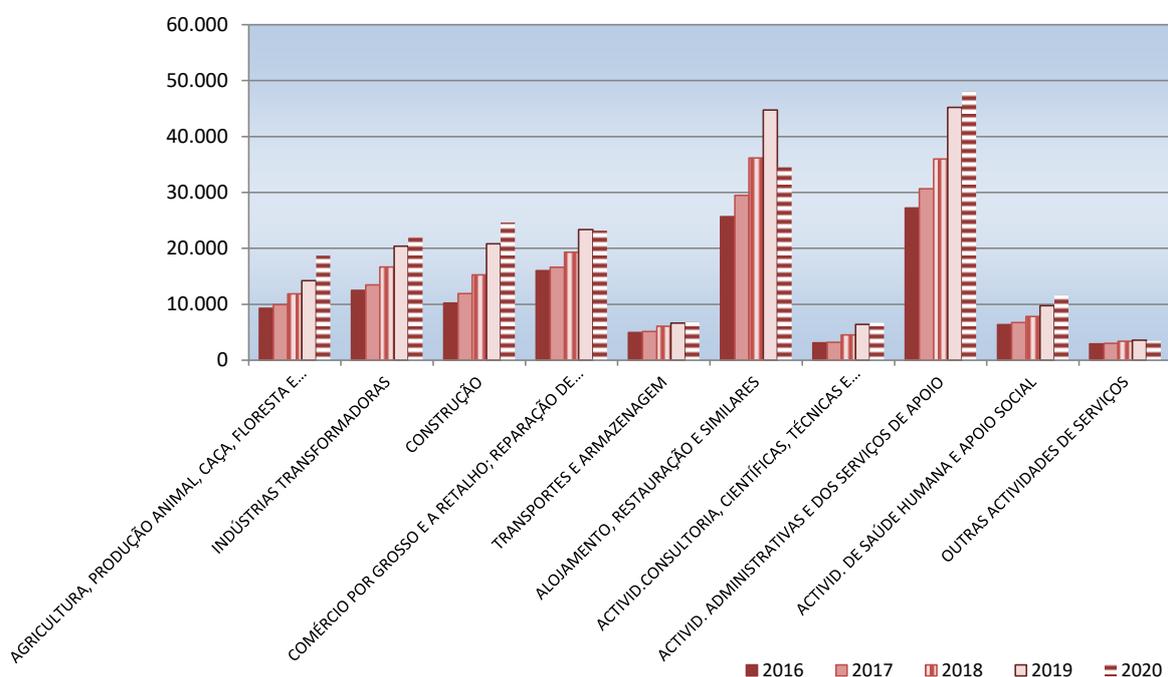


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

No que se refere à sua distribuição por setores de atividade, em 2020, 22,1% destes estrangeiros trabalhava no setor das *Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio*, logo seguido pelo setor do *Alojamento, restauração e similares* (15,9%), da *Construção* (11,3%), do *Comércio por grosso e a retalho* (10,6%) e das *Indústrias Transformadoras* (10,1%). Relativamente ao ano anterior, o número de TCO estrangeiros aumentou em praticamente todos os setores de atividade, com exceção do setor do *Alojamento, restauração e similares* que registou uma quebra de cerca de 23%, com menos 10,2 mil TCO estrangeiros.

Entre 2016 e 2020, os trabalhadores estrangeiros aumentaram em todos os setores de atividade, sem exceção, tendo esse aumento sido mais expressivo nas atividades em que o seu número era significativo, designadamente nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 26,1 mil pessoas), no setor da *Construção* (cerca de mais 15 mil), no *Alojamento, restauração e similares* (mais 11,4 mil pessoas), na *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* (mais 10,9 mil pessoas) e nas *Indústrias transformadoras* (mais 10,2 mil pessoas).

Figura 134. Evolução do número de TCO por setor de atividade



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2020, 32,1% dos TCO estrangeiros tinha o ensino secundário ou pós-secundário e 29,8% tinha o 3º ciclo do ensino básico.

3.4. Estrutura Empresarial – Setores intensivos em tecnologia e conhecimento

Neste capítulo do relatório pretende-se analisar a repartição das empresas e do emprego por nível de tecnologia, recorrendo aos dados constantes do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE⁷³. Adicionalmente, porque estes dados incluem as empresas individuais (que não respondem ao *Relatório Único*, e, portanto, não constam da análise realizada no capítulo anterior), a informação constante do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* permite complementar os dados dos *Quadros de Pessoal* no que se refere à estrutura empresarial e do emprego nas empresas.

Assim, de acordo com os dados do *Sistema de Contas Integradas das empresas* do INE, em 2020⁷⁴, existiam no Continente 1.301 mil empresas, menos 1,3%, o que correspondeu a menos cerca de 17,3 mil empresas, face ao ano anterior. Analisando os últimos cinco anos, verifica-se que a tendência de subida do número de empresas que se vinha evidenciando, sofreu uma inflexão em 2020.

Figura 135. Evolução do número de empresas



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

⁷³ Dados recolhidos em maio de 2022.

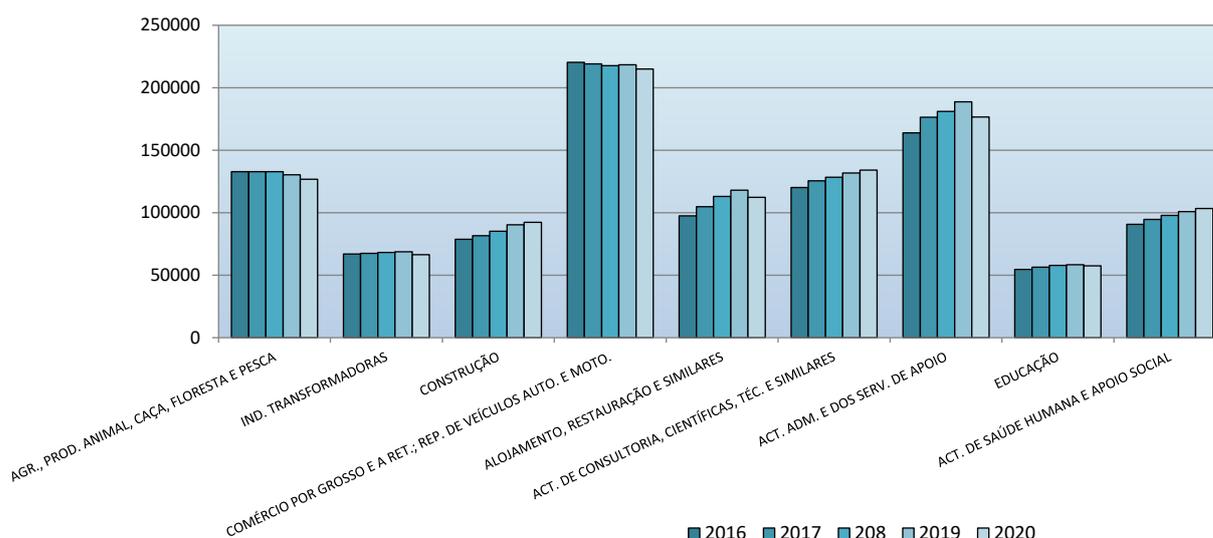
⁷⁴ Os últimos dados disponíveis respeitam a 2020.

3.4.1. Por setores de atividade

Tendo em conta os dados do *Sistema de Contas Integradas das Empresas* do INE, em 2020, no Continente, os setores mais significativos em termos da estrutura empresarial eram o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (16,5%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (13,6%), as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (10,3%), a *Agricultura, caça, floresta e pesca* (9,8%) e o *Alojamento, restauração e similares* (8,6%).

Em termos homólogos, em 2020, o número de empresas diminuiu consideravelmente nos setores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (menos 12,2 mil empresas), do *Alojamento, restauração e similares* (menos 5,7 mil empresas), da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (menos 3,4 mil empresas) e do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (menos 3,4 mil empresas). Pelo contrário, registou-se um acréscimo do número de empresas nos setores dos *Transportes e armazenagem* (mais 2,9 mil), das *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 2,4 mil), das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 2,2 mil), das *Atividades imobiliárias* (mais 2,1 mil) e da *Construção* (mais 1,9 mil).

Figura 136. Evolução do número de empresas nos setores de atividade mais significativos



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

De notar que, no decurso do último quinquénio, todos os setores de atividade apresentaram um acréscimo do número das suas empresas, à exceção da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* que registaram variações negativas na ordem dos 4,5% e dos 2,4%, respetivamente, o que se traduziu em menos 5,9 mil empresas no setor agrícola e menos 5,3 mil empresas no setor do comércio.

3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2020, as empresas nos setores de alta e média alta tecnologia⁷⁵ eram cerca de 25,8 mil e continuaram a representar cerca de 2% do total. Relativamente ao ano anterior, o número destas empresas cresceu 1,4%, mantendo-se, assim, a tendência que se vem verificando nos últimos cinco anos. Deste modo, em 2020, havia cerca de mais 4,8 mil empresas nos setores de alta e média alta tecnologia face ao início da série em análise.

Figura 137. Evolução das empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

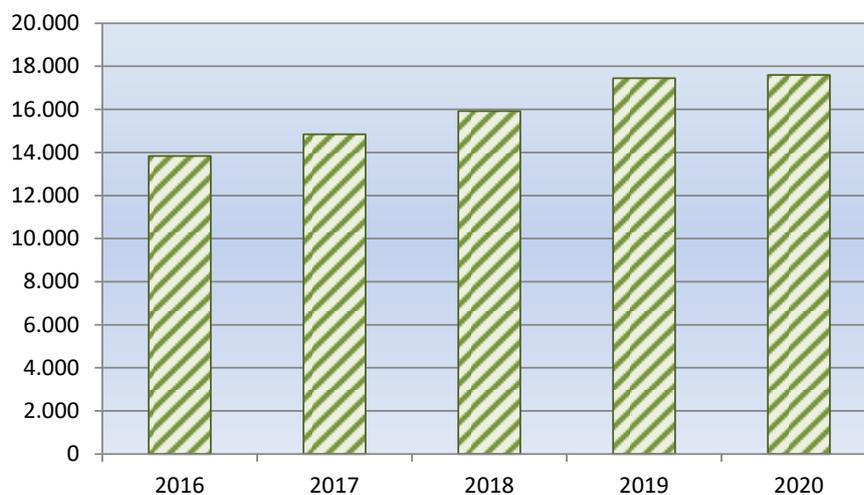
3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Em 2020, as empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)⁷⁶, eram cerca de 17,6 mil (mais 149 do que em 2019). Estas empresas de TIC, em 2020, continuaram a representar 1,4% do total de empresas.

⁷⁵ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

⁷⁶ Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 138. Evolução das empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

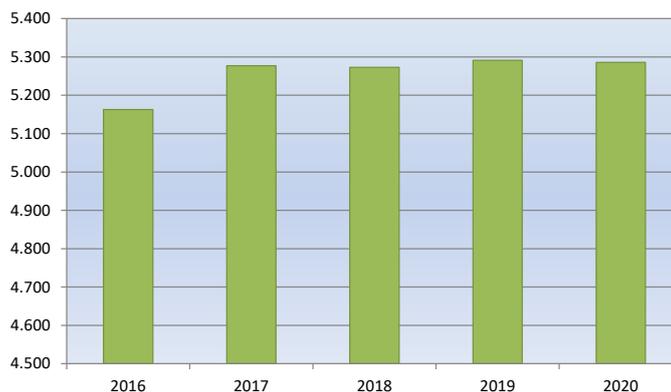
Considerando os últimos cinco anos, o número de empresas com atividades de tecnologia de informação aumentou sempre, pelo que, em 2020, havia mais cerca de 3,8 mil empresas com atividades de TIC do que em 2016. Contudo, o peso desta categoria de empresas no total de empresas tem permanecido praticamente constante.

3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia

Relativamente ao setor das *Indústrias Transformadoras*, em 2020, no Continente, o número de empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia⁷⁷ somava 5,3 mil e manteve-se praticamente inalterado face ao ano anterior. Estas empresas representavam cerca de 8% do total das empresas do setor das *Indústrias Transformadoras*. De salientar que o número destas empresas aumentou nos últimos cinco anos, apesar das ligeiras oscilações verificadas em 2018 e 2020, cujas variações negativas, pouco significativas, se traduziram em menos 4 empresas, em 2018, e menos 5 empresas, em 2020.

⁷⁷ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 139. Evolução das empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

Em 2020, as empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados⁷⁸ somavam 28,2 mil e representavam cerca de 42,5% do total de empresas do setor. Relativamente ao ano anterior, o número de empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados sofreu uma quebra de cerca de 1,8%, o que correspondeu a menos 530 empresas.

Figura 140. Evolução das empresas das Indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

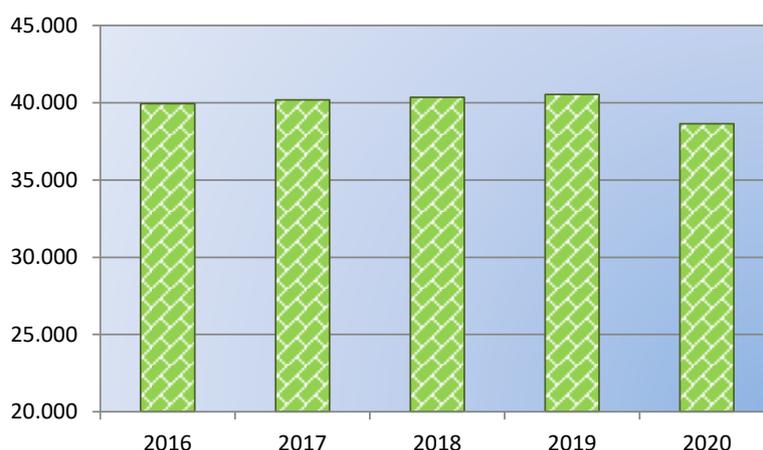
Por outro lado, considerando o último quinquénio, o número de empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados aumentou (mais 572 empresas) entre 2016 e 2020, tendo sido acompanhado pelo seu peso, em termos de proporção no total do setor, que, ao longo da série em análise, subiu de forma progressiva.

⁷⁸ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3). Inclui as indústrias de alta e média alta tecnologia e praticamente todas as indústrias de média-baixa tecnologia (Ver anexo no final deste subcapítulo).

3.4.1.5. Indústrias transformadoras de baixa tecnologia

Quanto as Indústrias de baixa tecnologia Industrial⁷⁹, estas constituíam cerca de 38,6 mil e representavam 58,1% do total de empresas das *Indústrias Transformadoras*. O seu número diminuiu 4,7% relativamente a 2019, o que se traduziu em menos 1,9 mil empresas. De salientar que, em 2020, este decréscimo no número de empresas das Indústrias de baixa tecnologia Industrial, inverteu a tendência de subida registada nos últimos anos. Por outro lado, importa notar que, no decurso da série em análise, o aumento do número destas empresas até 2019, não foi acompanhado por um aumento da proporção deste tipo de empresas no setor, dado que, desde 2016, que estas empresas têm vindo a perder peso no total das *Indústrias Transformadoras*.

Figura 141. Evolução das empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

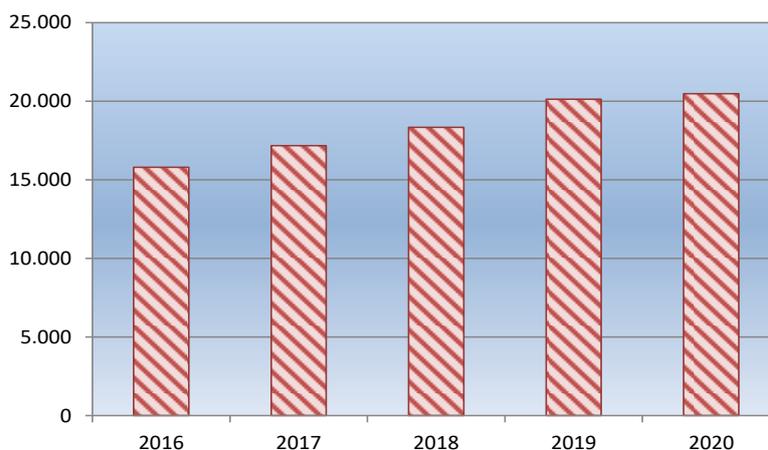
3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

Relativamente ao setor dos serviços, as empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁸⁰ totalizavam, em 2020, no Continente, 20,5 mil empresas e constituíam 2% do total das empresas do setor. Entre 2019 e 2020, estas empresas cresceram cerca de 1,8%, o que se traduziu em mais 355 empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

⁷⁹ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

⁸⁰ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 142. Evolução das empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



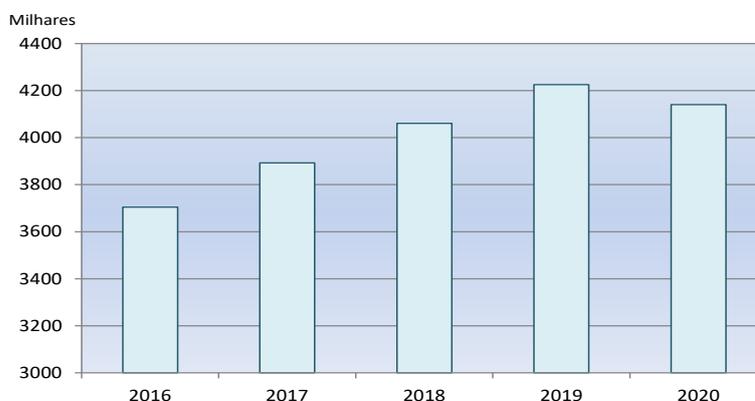
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

As empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia têm vindo a aumentar de forma expressiva nos últimos anos, pelo que, em 2020, havia mais 4,7 mil empresas desta categoria do que no início da série em análise. Em termos percentuais, a proporção de empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, no total dos serviços, tem vindo, igualmente, a aumentar desde 2016.

3.5. Emprego nas empresas – Setores Intensivos em tecnologia e conhecimento

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE, em 2020, havia no Continente 4.140,1 mil pessoas ao serviço nas empresas, menos cerca de 2%, o que se traduziu num decréscimo de 85,4 mil pessoas, face ao período homólogo.

Figura 143. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

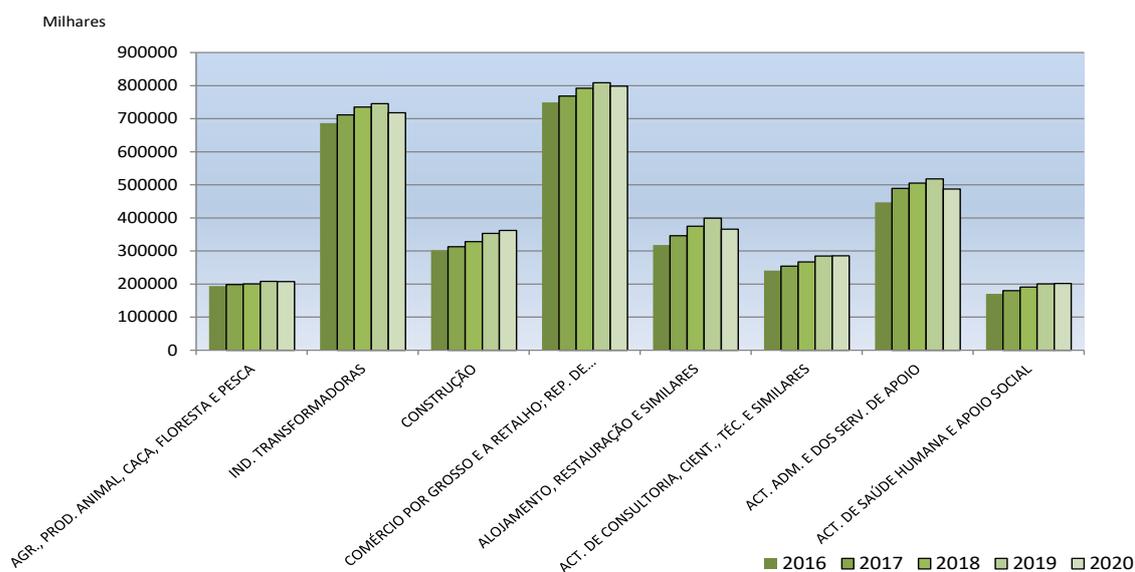
De acordo com os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, o emprego nas empresas tem aumentado, de forma expressiva, nos últimos anos, não obstante, em 2020, ter evidenciado uma diminuição. Com efeito, considerando o quinquénio em análise, constata-se um aumento de 11,8% do pessoal ao serviço nas empresas, ou seja, mais 435,4 mil pessoas em 2020, face a 2016.

3.5.1. Por setores de atividade

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, e tal como no ano anterior, em 2020, no Continente, o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* era o setor de atividade mais representativo em termos do emprego, representando 19,3% do total das pessoas ao serviço nas empresas. Seguiam-se as *Indústrias Transformadoras* (17,3%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (11,8%), o *Alojamento, restauração e similares* (8,8%) e a *Construção* (8,8%).

Entre 2016 e 2020, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou na maioria dos setores mais representativos em termos de emprego, com destaque para os setores da *Construção* (mais 60,5 mil trabalhadores), do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (mais 49,7 mil trabalhadores), do *Alojamento, restauração e similares* (mais 48,1 mil trabalhadores), das *Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 45,3 mil trabalhadores) e das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 39,7 mil trabalhadores).

Figura 144. Estrutura setorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)

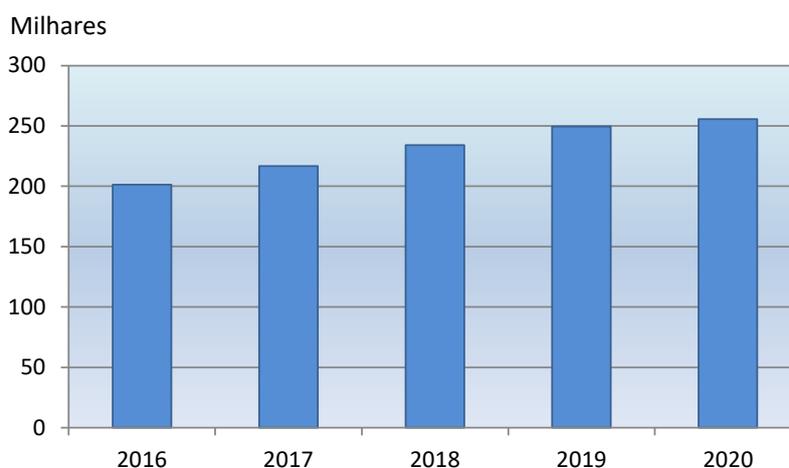


Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2020, no Continente, havia 255,5 mil pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia⁸¹, que representavam 6,2% do total destes trabalhadores. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores aumentou 2,4%, o que representou um acréscimo de cerca de 6 mil pessoas, relativamente ao ano anterior.

Figura 145. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

Nos últimos anos, entre 2016 e 2020, houve um aumento expressivo e gradual do número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores (mais 54,2 mil trabalhadores).

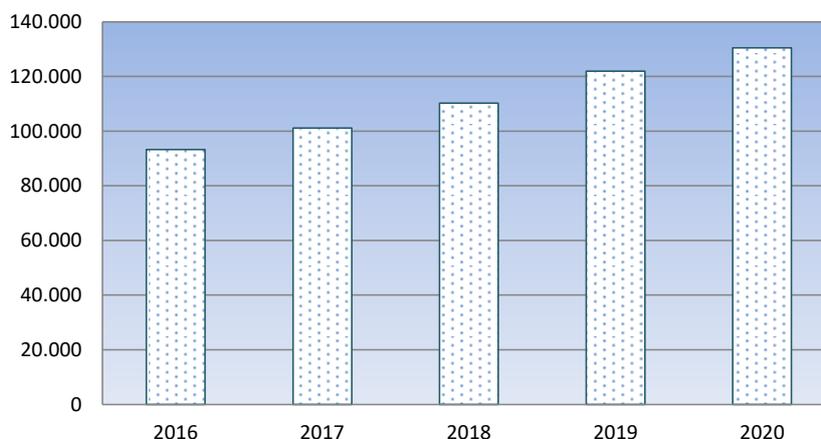
3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Relativamente às pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)⁸², em 2020, no Continente, estas constituíam 130,4 mil (mais 8,5 mil do que em 2019) e representavam 3,2% do total. De referir que, ao longo dos últimos cinco anos, o número de pessoas ao serviço tem vindo a aumentar de forma expressiva, tendo evidenciado um acréscimo de 37,2 mil pessoas, entre 2016 e 2020.

⁸¹ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

⁸² Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 146. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

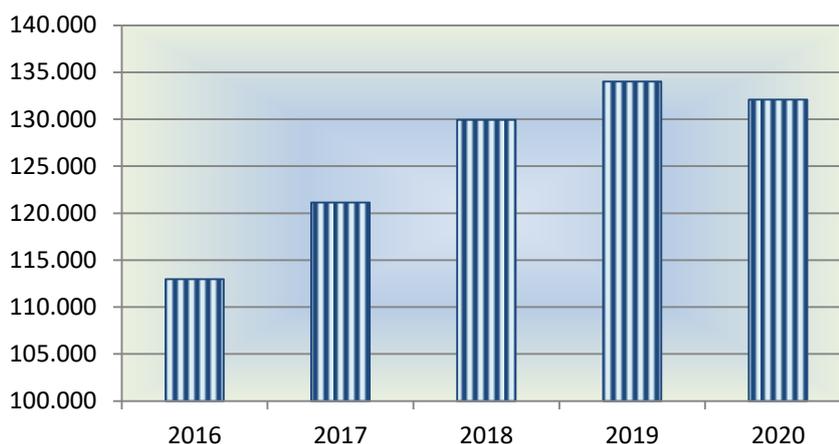


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

No que se refere ao setor das *Indústrias Transformadoras*, as indústrias de alta e média alta tecnologia⁸³ empregavam cerca de 132,1 mil pessoas, tendo este número registado uma quebra homóloga de 1,4%, ou seja, menos 1,9 mil trabalhadores. As pessoas ao serviço nestas empresas constituíam 18,4% do total do pessoal ao serviço no setor.

Figura 147. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

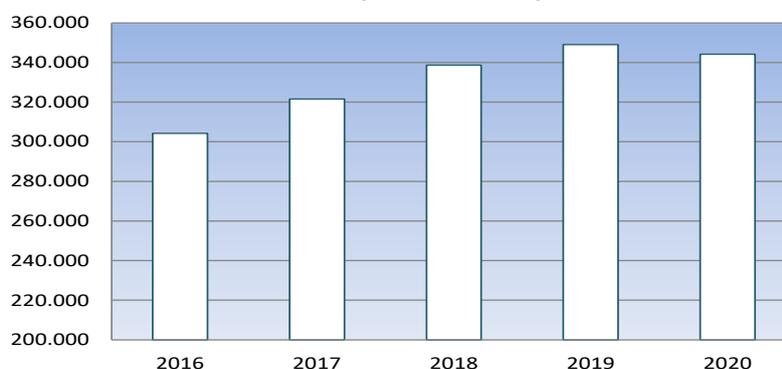
⁸³ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

De salientar que, apesar do decréscimo verificado em 2020, ao longo da série, o pessoal ao serviço nestas empresas tem vindo a apresentar sucessivos aumentos, pelo que, em 2020, havia mais 19,1 mil trabalhadores face a 2016.

3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

No Continente, em 2020, o pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias transformadoras com factores competitivos avançados, que constituía quase 47,9% do total do emprego no setor (344,2 mil pessoas), apresentou uma quebra homóloga de 1,4%, ou seja, menos 4,8 mil trabalhadores.

Figura 148. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

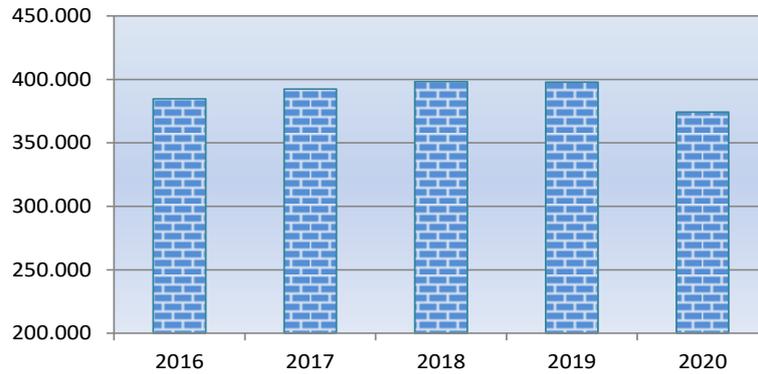
Todavia, a análise do emprego nesta categoria de empresas, ao longo dos últimos anos, evidencia o progressivo aumento de pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias transformadoras com factores competitivos avançados. Com efeito, em 2020, havia mais cerca de 40 mil trabalhadores face a 2016.

3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia

Em 2020, as Indústrias de baixa tecnologia industrial⁸⁴ reuniam ainda 374,2 mil pessoas ao serviço, ou seja, 52,1% do emprego nas *Indústrias Transformadoras*. Nos últimos anos, o aumento do número de pessoas ao serviço nestas empresas, verificado entre 2016 e 2018, foi contrariado pelo decréscimo registado a partir de 2019 e sobretudo em 2020. Com efeito, em 2020, havia menos 10,5 mil trabalhadores nas empresas das Indústrias de baixa tecnologia industrial.

⁸⁴ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 149. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras

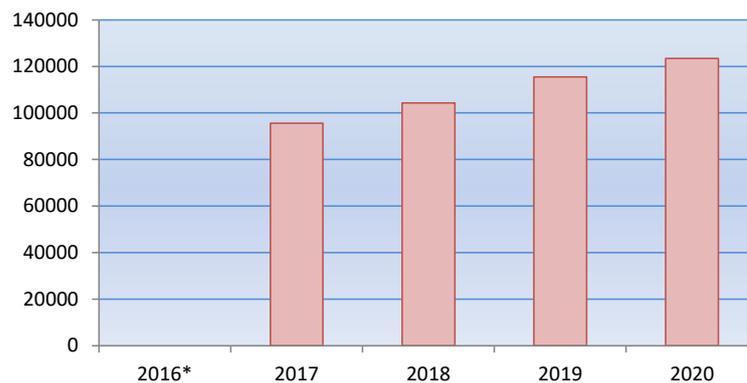


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

- ***Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia***

No que se refere ao emprego nas empresas de serviços, e concretamente nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁸⁵, em 2020, havia 123,4 mil pessoas ao serviço nessas empresas, que representavam cerca de 4,4% do total do setor. De referir que, o número de pessoas ao serviço nestas empresas tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos.

Figura 150. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



* Valor não disponível

Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresa

⁸⁵ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 151. Setores intensivos em tecnologia ou conhecimento
Intensidade Tecnológica - Indústria Transformadora

CAE (Ver.3)		Intensidade Tecnológica	Factores competitivos avançados	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	Alta tecnologia industrial	X	
26	Fabricação de equipamento informático, equip. p. comunicação e prod. electrónicos e ópticos;	Alta tecnologia industrial	X	
261	Fabricação de componentes e de placas, electrónicos			X
262	Fabricação de computadores e de equipamento periférico			X
263	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações			X
264	Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares			X
268	Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos			X
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte		X	
303	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado	Alta tecnologia industrial		
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	Média-alta tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos			
254	Fabricação de armas e munições	Média-alta tecnologia	X	
27	Fabricação de equipamento eléctrico	Média-alta tecnologia	X	
28	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.	Média-alta tecnologia	X	
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte	Média-alta tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
302	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro	Média-alta tecnologia	X	
304	Fabricação de veículos militares de combate	Média-alta tecnologia	X	
309	Fabricação de equipamento de transporte, n.e.	Média-alta tecnologia	X	
32	Outras indústrias transformadoras			
325	fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	Média-alta tecnologia	X	
18	Impressão e reprodução de suportes gravados		X	
182	Reprodução de suportes gravados	Média-baixa tecnologia	X	
19	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados e combustíveis	Média-baixa tecnologia		
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	Média-baixa tecnologia	X	
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	Média-baixa tecnologia	X	
24	Indústrias metalúrgicas de base	Média-baixa tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos		X	
251	Fabricação de elementos de construção em metal	Média-baixa tecnologia	X	
252	Atórios, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	Média-baixa tecnologia	X	
253	Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)	Média-baixa tecnologia	X	
255	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós	Média-baixa tecnologia	X	
256	Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral	Média-baixa tecnologia	X	
257	Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	Média-baixa tecnologia	X	
259	Fabricação de outros produtos metálicos diversos n.e.	Média-baixa tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
301	Construção naval	Média-baixa tecnologia	X	
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa tecnologia	X	
10	Indústrias alimentares	Baixa tecnologia industrial		
11	Indústria das bebidas	Baixa tecnologia Industrial		
12	Indústria do tabaco	Baixa tecnologia Industrial		
13	Fabricação de têxteis	Baixa tecnologia Industrial		
14	Indústria do vestuário	Baixa tecnologia Industrial		
15	Indústria do couro e de produtos do couro	Baixa tecnologia Industrial		
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário;	Baixa tecnologia Industrial		
17	fabricação de obras de cestana e de espartaria	Baixa tecnologia Industrial		
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	Baixa tecnologia Industrial		
18	Impressão e reprodução de suportes gravados			
181	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	Baixa tecnologia Industrial	X	
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	Baixa tecnologia Industrial		
32	Outras indústrias transformadoras			
321	Fabricação de joalheria, ourivesaria, bijutaria e artigos similares; cunhagem de moedas	Baixa tecnologia Industrial		
322	Fabricação de instrumentos musicais	Baixa tecnologia Industrial		
323	Fabricação de artigos de desportos	Baixa tecnologia Industrial		
324	Fabricação de jogos e brinquedos	Baixa tecnologia Industrial		
329	Indústrias transformadoras, n.e.	Baixa tecnologia Industrial		

Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations

Intensidade de Conhecimento - Serviços

	CAE (Ver.3)	Intensidade de conhecimentos	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
	J Actividades de informação e comunicação		
59	Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	
60	Actividades de rádio e de televisão	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	
61	Telecomunicações	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	X
62	Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	X
63	Actividades dos serviços de informação		
631	Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas		X
	M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		
72	Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	
	H Transportes e armazenagem		
50	Transportes por água		
51	Transportes aéreos	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
	M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		
69	Actividades jurídicas e de contabilidade	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
70	Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
71	Actividades de arquitectura, de engenharia e técnica afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
73	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
74	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
	N Actividades administrativas e dos serviços de apoio		
78	Actividades de emprego	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
80	Actividades de investigação e segurança	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
	k Actividades financeiras e de seguros	Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento	
	J Actividades de informação e comunicação		
58	Actividades de edição	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
582	Edição de programas informáticos		X
	M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		
75	Actividades veterinárias	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
P	Educação	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
Q	Actividades de saúde humana e apoio social	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
R	Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	
	G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		
45	Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
46	Comércio por grosso (inclui agentes) excepto de veículos automóveis e motociclos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
465	Comércio por grosso de equipamento de tecnologia de informação e comunicação (TIC)		X
47	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
	H Transportes e armazenagem		
49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos e gasodutos	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
52	Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamentos)	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
	I Alojamento, restauração e similares		
55	Alojamento, restauração e similares	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
56	restauração e similares	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
	L Actividades imobiliárias		
	N Actividades administrativas e dos serviços de apoio		
77	Actividade de aluguer	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
81	Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
82	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
	S Outras actividades de serviços		
95	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	
951	Reparação de computadores e equipamento de comunicação		X
	H Transportes e armazenagem		
53	Actividades postais e de courrier	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
	S Outras actividades de serviços		
94	Actividades das organizações associativas	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
96	Outras actividades de serviços pessoais	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
	Actividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
	T das famílias para uso próprio	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	
	U Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	

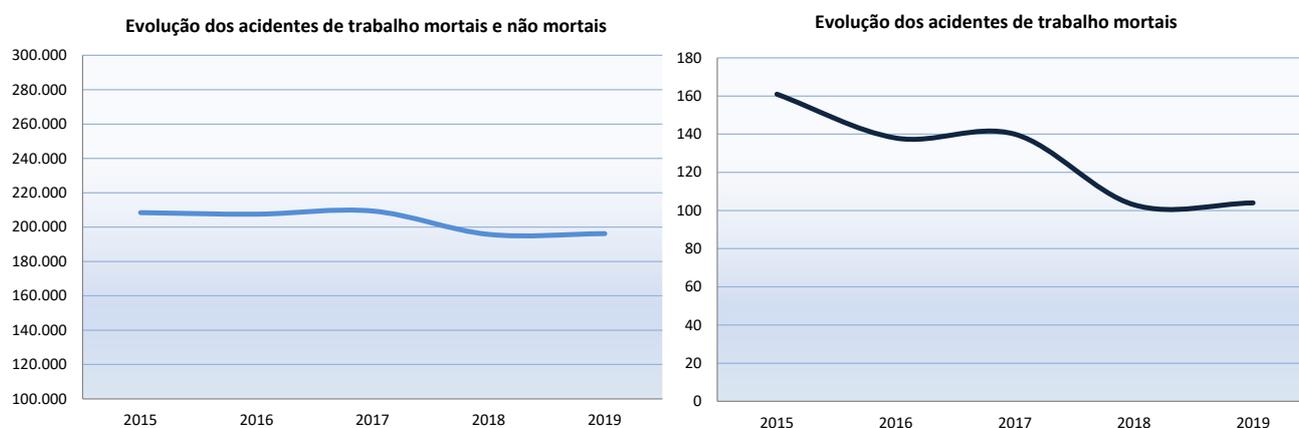
Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High technology" and "Knowledge based services" aggregations

3.6. Sinistralidade e absentismo laboral

3.6.1. Sinistralidade laboral

De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2019⁸⁶ ocorreram, em Portugal, cerca de 196,2 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 104 acidentes mortais, menos 1 morte e mais 441 acidentes em relação ao ano anterior. Todavia, considerando a evolução da sinistralidade laboral nos últimos cinco anos, constata-se uma certa tendência de decréscimo do número de acidentes, em particular mortais, não obstante, os acidentes na sua totalidade terem evidenciado uma ténue descida entre 2017 e 2019. Assim, no espaço de um quinquénio, o número total de participações de acidentes laborais registou uma quebra de 5,9% (menos 12,3 mil acidentes), tendo-se igualmente verificado uma quebra no número de acidentes mortais (menos 35,4%, o que correspondeu a menos 57 mortes).

Figura 152. Evolução dos acidentes de trabalho

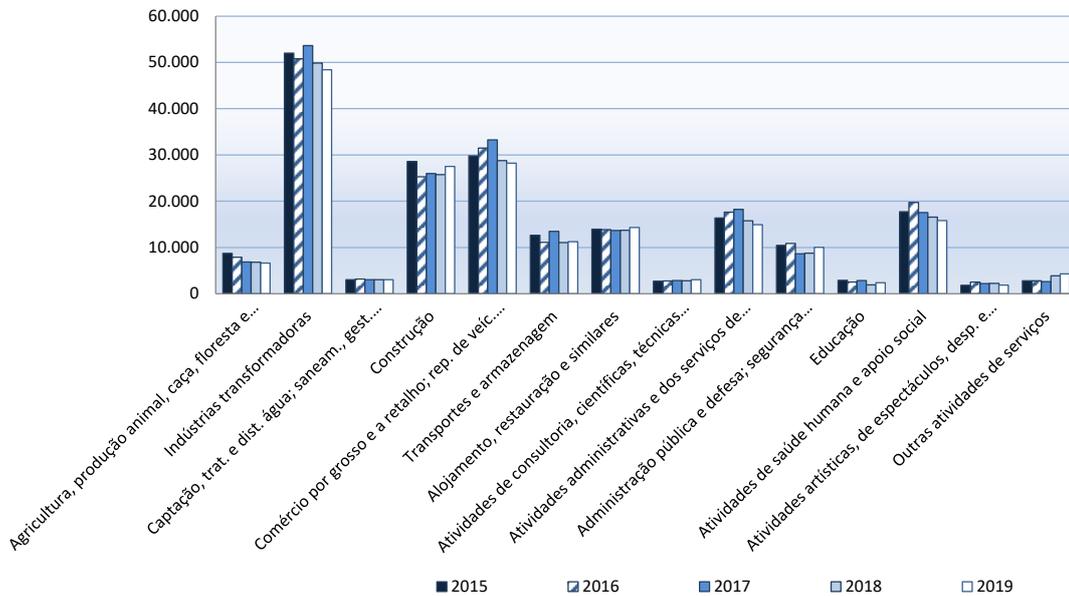


Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Uma análise mais detalhada dos acidentes de trabalho por atividade económica, em 2019, permite constatar que os setores que registaram mais participações foram as *Indústrias transformadoras* (24,7%), o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (14,4%), a *Construção* (14%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (8,1%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (7,6%), o *Alojamento, restauração e similares* (7,3%) e os *Transportes e armazenagem* (5,7%).

⁸⁶ Dados recolhidos em maio de 2022. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2019.

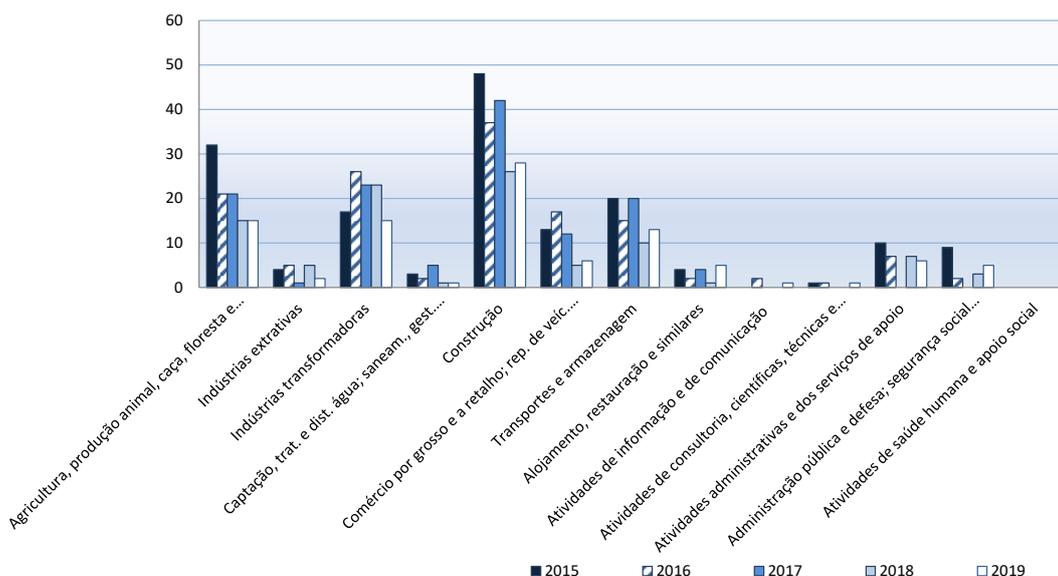
Figura 153. Evolução dos acidentes de trabalho por atividade económica



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Considerando apenas os acidentes de trabalho mortais, em 2019, observa-se que, o subsetor da *Construção* concentrou 26,9% do total de participações de acidentes mortais, registando o maior número de sinistros (28), logo seguido pelas *Indústrias transformadoras* (15), pela *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (15), pelos *Transportes e armazenagem* (13) e pelas *Atividades administrativas e dos serviços de Apoio* (6).

Figura 154. Evolução dos acidentes de trabalho mortais por atividade económica



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Porém, considerando o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, tendo em conta o respetivo número de trabalhadores expostos ao risco, constata-se que este é bastante diferenciado entre os vários setores económicos. Deste modo, analisando a taxa de incidência⁸⁷ dos acidentes de trabalho, verifica-se que o maior impacto da sinistralidade laboral ocorreu no setor da *Construção* e nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, onde se registaram cerca de 9 mil e 8,7 mil acidentes, respetivamente, por cada 100 mil trabalhadores. De notar que a *Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, as *Indústrias extrativas*, as *Indústrias transformadoras* e os *Transportes e armazenagem*, estão igualmente entre os setores que evidenciaram taxas de incidência mais elevadas.

Figura 155. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2019, por setor de atividade
(por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais		
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência	
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	133900	6635	4955,2	15	11,2
B	Indústrias extrativas	12700	764	6015,7	2	15,7
C	Indústrias transformadoras	836600	48397	5785,0	15	1,8
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	19500	219	1123,1	0	0,0
E	Captação, trat. e dist. água; saneam., gest. resíduos e desp.	39000	3045	7807,7	1	2,6
F	Construção	304600	27528	9037,4	28	9,2
G	Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. autom. e mot.	706200	28223	3996,5	6	0,8
H	Transportes e armazenagem	218600	11240	5141,8	13	5,9
I	Alojamento, restauração e similares	320700	14329	4468,0	5	1,6
J	Atividades de informação e de comunicação	134000	1047	781,3	1	0,7
K	Atividades financeiras e de seguros	99000	710	717,2	1	1,0
L	Atividades imobiliárias	52200	788	1509,6	0	0,0
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	221900	3051	1374,9	1	0,5
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	171400	14930	8710,6	6	3,5
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	308900	10042	3250,9	5	1,6
P	Educação	416600	2380	571,3	0	0,0
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	475100	15802	3326,0	4	0,8
R	Atividades artísticas, de espectáculos, desp. e recreativas	68100	1889	2773,9	0	0,0
S	Outras atividades de serviços	119600	4286	3583,6	1	0,8
T	Ativ. famílias emp. de pes. dom. e ativ. pr. fam. p/ uso próp.	114800	799	696,0	0	0,0
U	Ativ. org. interna. e outras instituições extra-territoriais	—	19	—	0	—
	Ignorado	—	79	—	0	—
	TOTAL	4776200	196202	4107,9	104	2,2

Nota : — Valor não disponível

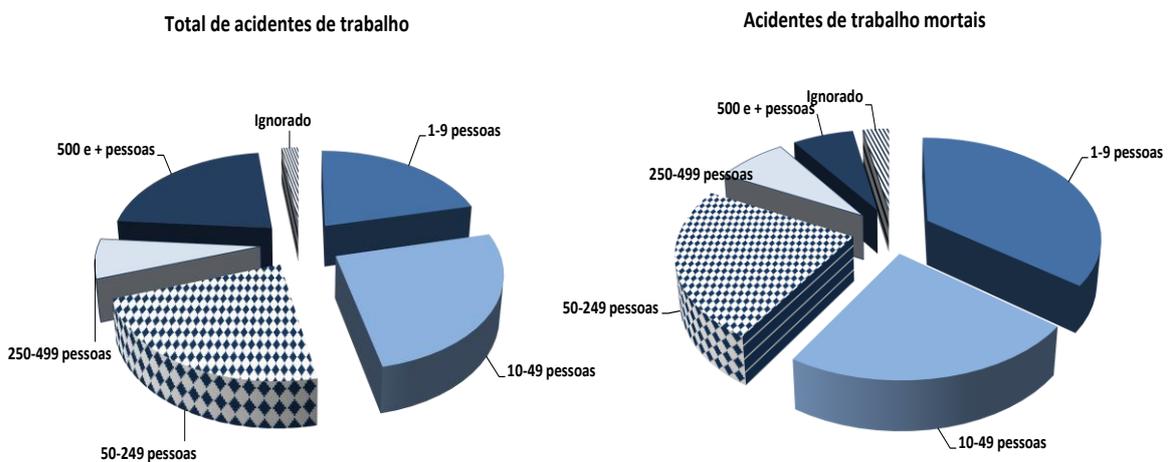
Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Relativamente à taxa de incidência dos acidentes de trabalho mortais, o impacto mais expressivo ocorreu nos setores das *Indústrias extrativas*, das atividades da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, da *Construção* e dos *Transportes e armazenagem*, com 15,7 mortes, 11,2 mortes, 9,2 mortes e 5,9 mortes, por cada 100 mil trabalhadores, respetivamente.

⁸⁷ Para o cálculo desta taxa de incidência foram utilizados os dados disponibilizados pelo Inquérito ao emprego do INE. Esta taxa indica o número de acidentes por cada 100 mil trabalhadores.

No que concerne à sinistralidade por dimensão empresarial, a maioria dos acidentes laborais em 2019, tanto mortais como não mortais, concentrou-se em empresas de menor dimensão. Assim, cerca de 46,7% dos acidentes de trabalho e 47,8% dos acidentes mortais ocorreram em empresas com uma dimensão de até 49 trabalhadores.

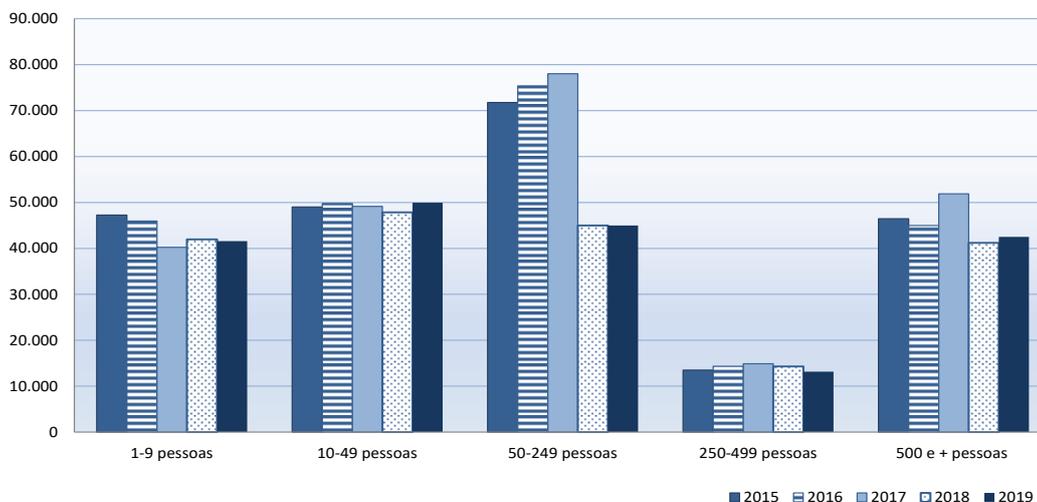
Figura 156. Acidentes de trabalho por dimensão da empresa, em 2019



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Contudo, analisando a evolução da sinistralidade por dimensão empresarial ao longo dos últimos anos, constata-se que as empresas com menor dimensão de trabalhadores têm evidenciado uma diminuição do seu número de acidentes laborais, à semelhança das empresas com 50 a 249 trabalhadores, cujo número de acidentes sofreu uma diminuição muito expressiva nos últimos dois anos. Por outro lado, as empresas com 10 a 49 pessoas e com 250 a 499 pessoas evidenciaram valores praticamente constantes ao longo da série em análise. Quanto às empresas de maior dimensão, com mais de 500 trabalhadores, nos últimos dois anos, o número de sinistros ocorridos em contexto laboral registou uma diminuição. Em relação aos acidentes de trabalho mortais, salienta-se o facto de, no decurso do último quinquénio, todas as categorias de dimensão empresarial terem apresentado um decréscimo da sinistralidade.

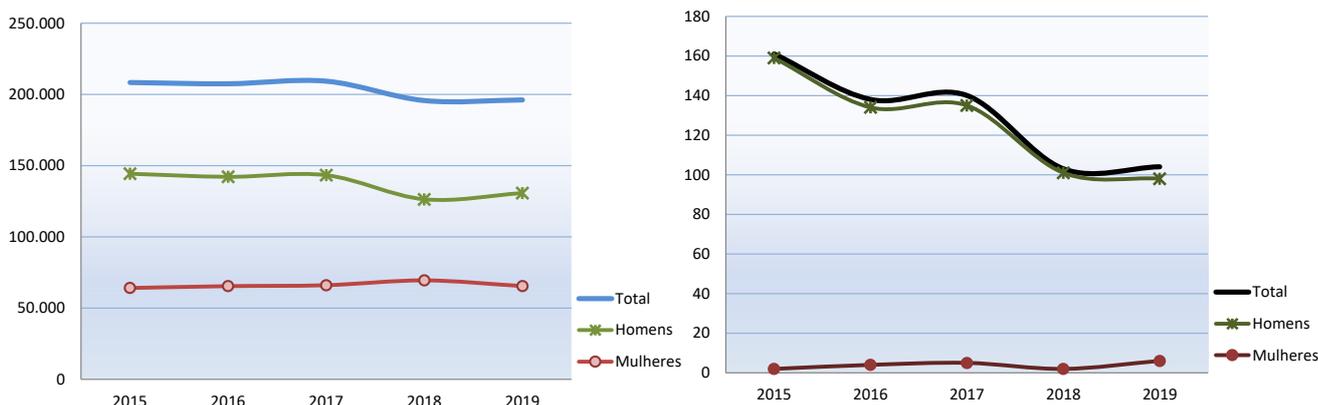
Figura 157. Evolução dos acidentes de trabalho por dimensão da empresa



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Analisando a sinistralidade laboral por sexo, em 2019, evidenciou-se claramente uma maior proporção de ocorrência de acidentes entre os homens. De facto, cerca de 66,6% do total de sinistros laborais registados em 2019 afetaram trabalhadores masculinos. Por outro lado, este diferencial torna-se ainda mais evidente no que respeita aos acidentes de trabalho mortais, cuja incidência se concentra, quase totalmente, nos homens (94,2%), dado que os acidentes mortais que atingiram mulheres corresponderam a 5,8%.

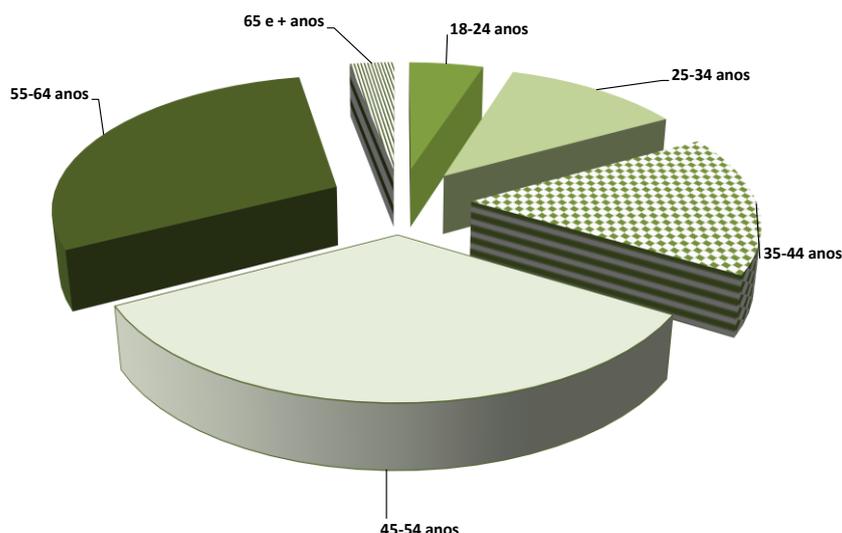
Figura 158. Evolução dos acidentes de trabalho por sexo



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

No que diz respeito à estrutura etária, em 2019, verificou-se uma concentração de acidentes de trabalho sobretudo nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, uma vez que os trabalhadores mais jovens, com menos de 34 anos, foram os menos afetados pela sinistralidade laboral.

Figura 159. Acidentes de trabalho mortais por grupo etário, em 2019



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Todavia, tendo em conta o número de trabalhadores expostos ao risco por grupo etário, constata-se que o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, diverge consoante o escalão etário. Deste modo, considerando a taxa de incidência⁸⁸ dos acidentes de trabalho por idades, constata-se que o escalão mais afetado foi o dos 16 aos 24 anos (cerca de 66,7 mil acidentes por cada 100 mil trabalhadores), apesar de, em termos de acidentes mortais, ter sido o das idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (3,6 mortes por cada 100 mil trabalhadores).

Figura 160. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2019, por grupo etário
(por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
TOTAL	4776200	195.761	4107,9	103	2,2
15-24 anos	304400	20.072	6666,6	3	1,6
25-34 anos	934500	40.747	4469,6	8	1,3
35-44 anos	1290800	48.478	3881,9	13	1,3
45-54 anos	1259900	46.305	3862,4	45	2,7
55-64 anos	822700	26.812	3563,4	23	3,6
65 e + anos	163800	3.083	2127,6	4	1,8
Ignorado	—	10.264	—	7	—

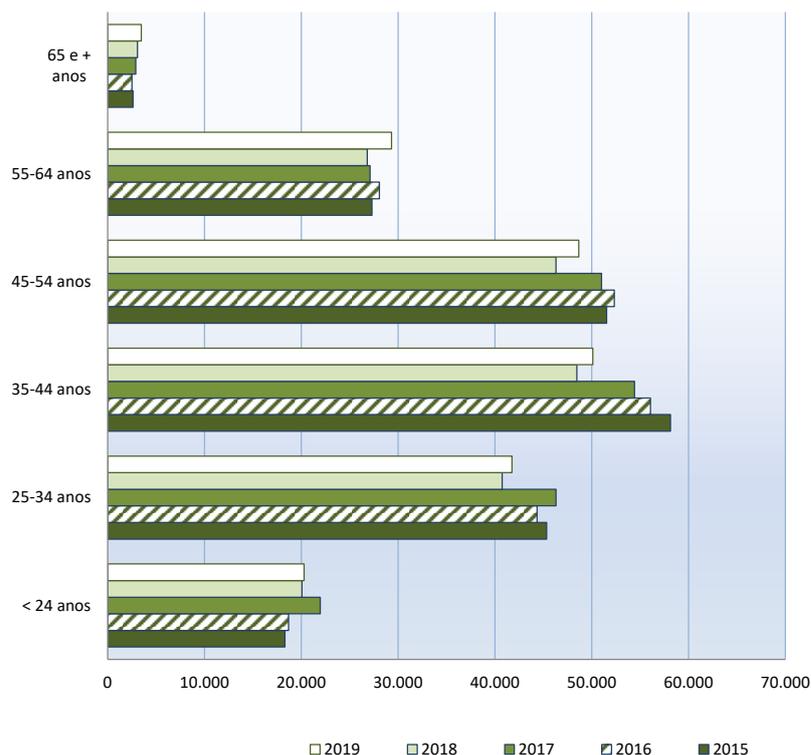
Nota : — Valor não disponível

Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

⁸⁸ Ver nota de rodapé n.º 2.

Importa ainda destacar que, a tendência, dos últimos anos, para o decréscimo da sinistralidade laboral entre os trabalhadores com mais de 35 anos sofreu uma inflexão de trajetória em 2019. De notar que, de um modo geral, a distribuição etária dos acidentes mortais acompanhou a tendência da totalidade dos acidentes laborais.

Figura 161. Evolução dos acidentes de trabalho por grupo etário



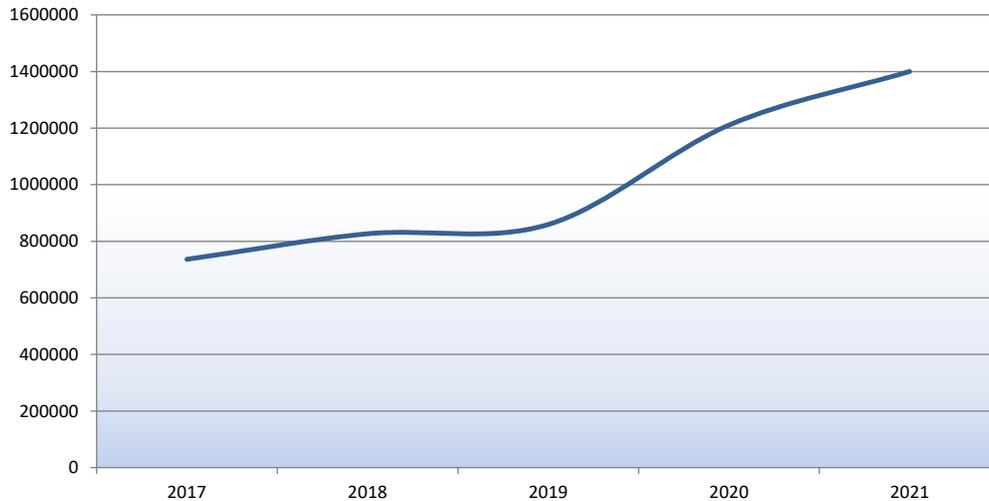
Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

3.6.2. Baixas no âmbito de doença

No final de 2021, segundo a informação disponibilizada para o continente pelo Instituto da Segurança Social do MTSSS, foram terminadas cerca de 1.400⁸⁹ mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 15,7%. No decurso dos últimos cinco anos, a análise da evolução do número de baixas por doença evidencia uma tendência de crescimento, sobretudo a partir de 2020.

⁸⁹ Por forma a não violar o segredo estatístico, este total não inclui os valores residuais das baixas terminadas por mulheres dos 20 aos 24 anos e por homens com menos de 20 anos.

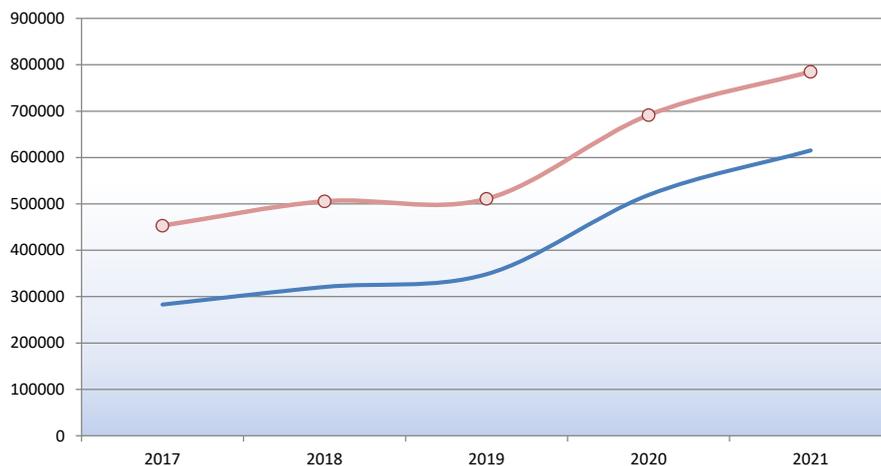
Figura 162. Evolução do número de baixas por doença



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Por outro lado, no último quinquénio, a análise desagregada desta informação por sexo, revela uma maior concentração de baixas por doença entre as trabalhadoras do sexo feminino. Com efeito, ao longo do período em análise, o número de baixas por doença das mulheres tem evidenciado valores mais elevados que o dos homens, registando diferenças quase sempre na ordem dos 20 p.p., à exceção dos dois últimos anos, em que o valor diferencial diminuiu, tendo sido de 14 p.p., em 2020, e de 12 p.p., em 2021.

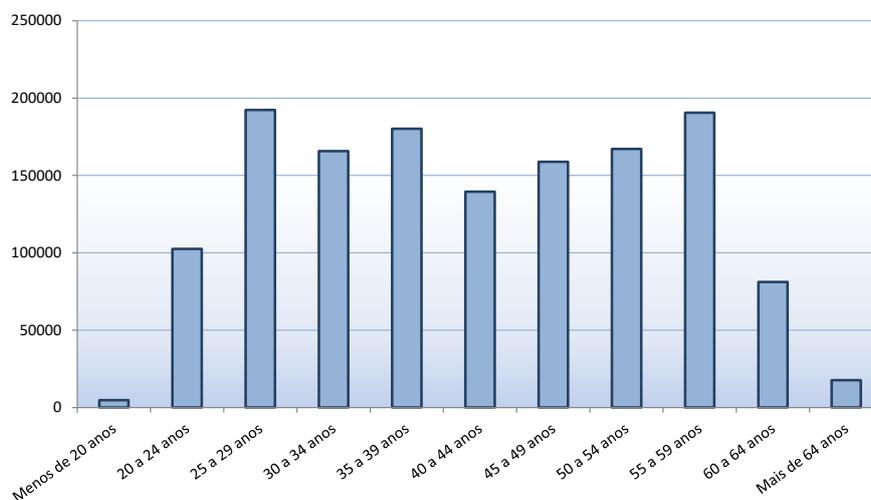
Figura 163. Evolução do número de baixas por doença, por sexo



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Relativamente à distribuição etária do número de baixas por doença terminadas em 2021, verifica-se que os grupos etários com 25 a 29 anos, 35 a 39 anos e 55 a 59 anos concentram grande parte do número de baixas motivadas por doença (mais de 40% do total), ao contrário dos escalões de idades mais jovens e mais velhos, onde a percentagem face ao total de baixas é quase residual.

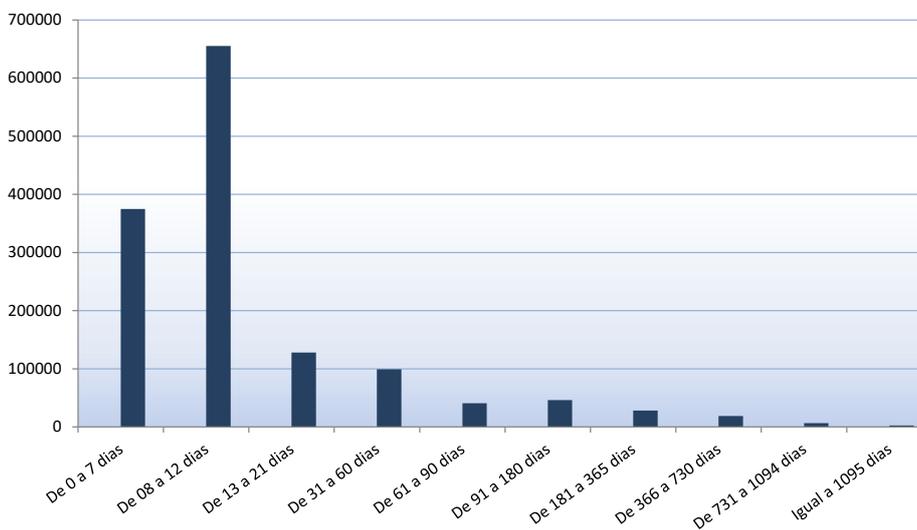
Figura 164. Distribuição etária do número de baixas por doença, em 2021



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Por último, considerando o número de dias de ausência ao trabalho motivados por doença, em 2021, verifica-se que, a grande maioria das baixas terminadas tiveram durações curtas, entre 0 e 12 dias.

Figura 165. Número de baixas por doença, em 2021, por número de dias



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

4. GANHOS E REMUNERAÇÕES

4.0. Nota introdutória

Este capítulo trata da estrutura remuneratória e da evolução dos ganhos e remunerações no setor empresarial e também nas Administrações Públicas e ainda da evolução dos custos do trabalho.

No que respeita à estrutura remuneratória e aos ganhos do setor empresarial, a principal fonte utilizada são os dados dos *Quadros de Pessoal* (QP), cujo último ano com informação disponível é 2020 (os QP reportam a situação real do mês de outubro de cada ano). A análise reporta-se aos dados relativos à remuneração base mensal, à remuneração base mensal mais prestações regulares e ao ganho mensal, por sexo, níveis de habilitações, setores de atividade, regiões e tipos de contrato. Ao contrário do habitual, este capítulo não inclui a análise dos trabalhadores por conta de outrem abrangidos pela Retribuição Mínima Mensal garantida, uma vez que os últimos dados disponíveis do *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho* do GEP- MTSSS dizem respeito a abril de 2019 e podem ser consultados no *Relatório sobre Emprego e Formação* de 2020.

Na terceira secção do capítulo analisa-se o *Índice do Custo do Trabalho*, que é publicado pelo INE, e tem como base o ano de 2016, indicador cuja evolução é depois comparada com indicadores semelhantes dos restantes países europeus, a partir da informação do *Labour Cost Survey* do Eurostat.

Por fim são apresentados os Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas, tendo como fonte de informação a *Síntese estatística do emprego público* publicada pela DGAEP.

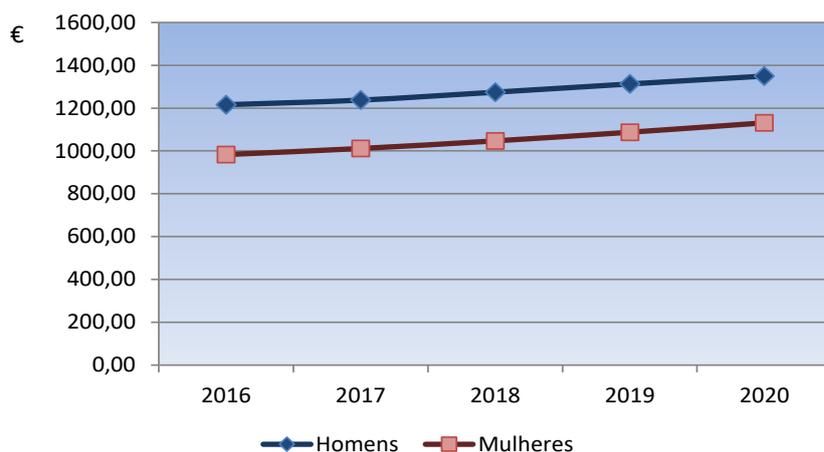
4.1. Remunerações: remuneração base média mensal, ganhos médios e mediana do ganho

Em outubro de 2020, e de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*⁹⁰, o ganho médio mensal, no Continente, dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.250,75 €, o que representou um aumento de 3,4% face a outubro do ano anterior.

⁹⁰ Dados publicados em março de 2022.

O ganho médio mensal masculino era 1.349,35 €, enquanto o feminino totalizava 1.130,87 €. Ambos cresceram, relativamente a 2019, embora o feminino mais do que o masculino pelo que a diferença entre salários médios se atenuou ligeiramente, como aliás já vinha acontecendo nos últimos anos. Assim, em 2020, o salário médio mensal feminino representava 83,8% do salário masculino quando, há cinco anos atrás, constituía 80,9%.

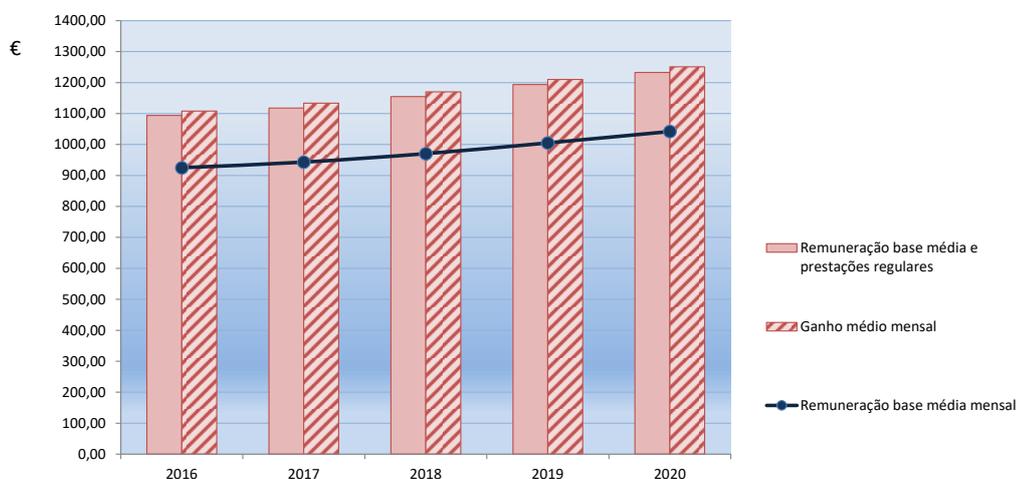
Figura 166. Evolução do ganho médio mensal masculino e feminino



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em outubro de 2020, a mediana do ganho era de 926,14 €, tendo registado um aumento de 3,8% relativamente ao ano anterior. De salientar que, nos últimos anos se tem vindo a verificar uma leve aproximação da mediana relativamente ao ganho médio. Assim, em 2016, a mediana representava 72% do ganho médio, tendo essa proporção aumentado para 74%, em 2020.

Figura 167. Evolução do ganho médio mensal, da remuneração base e da remuneração base mais prestações regulares



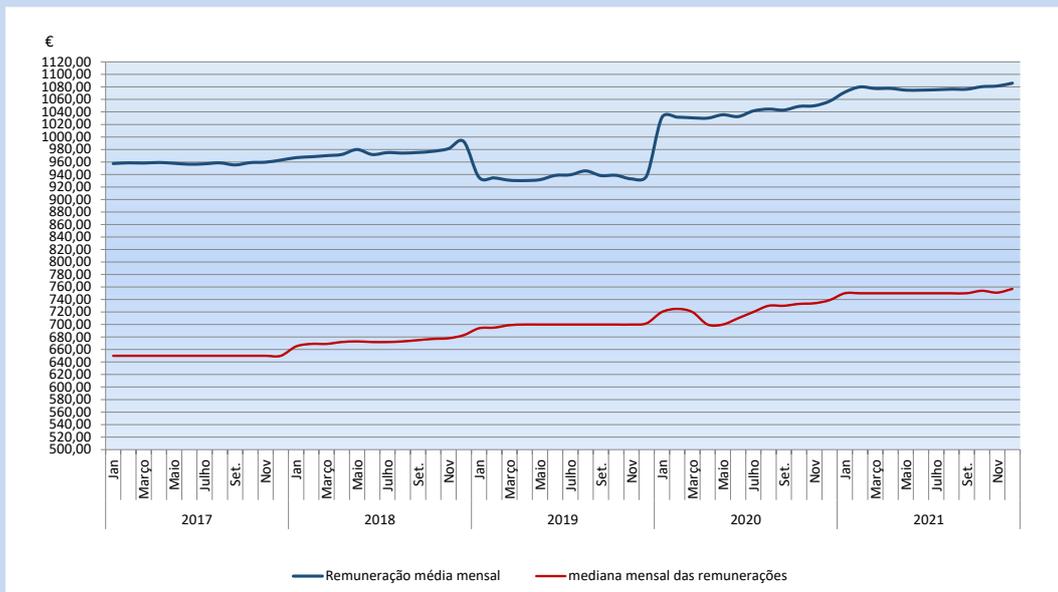
Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em outubro de 2020, O valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.041,99 €, (83,3% do ganho médio mensal) e cresceu cerca de 3,7% relativamente a 2019. A remuneração base média masculina era 1.109,21 € e a feminina, 960,27€, representando 86,6% da masculina.

Quanto ao valor da remuneração base média mais prestações regulares, esta era de 1.232,72€, representando 98,6% do ganho médio e tendo aumentado 3,3% face ao período homólogo. A remuneração base média mais prestações regulares femininas, em 2020, correspondia a 1.118,26 e representava 84,3% da masculina (1.326,86 €).

Remunerações médias mensais e mediana do ganho - Segurança Social

Figura 168. Evolução da remuneração média mensal e da mediana do ganho – Segurança Social



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

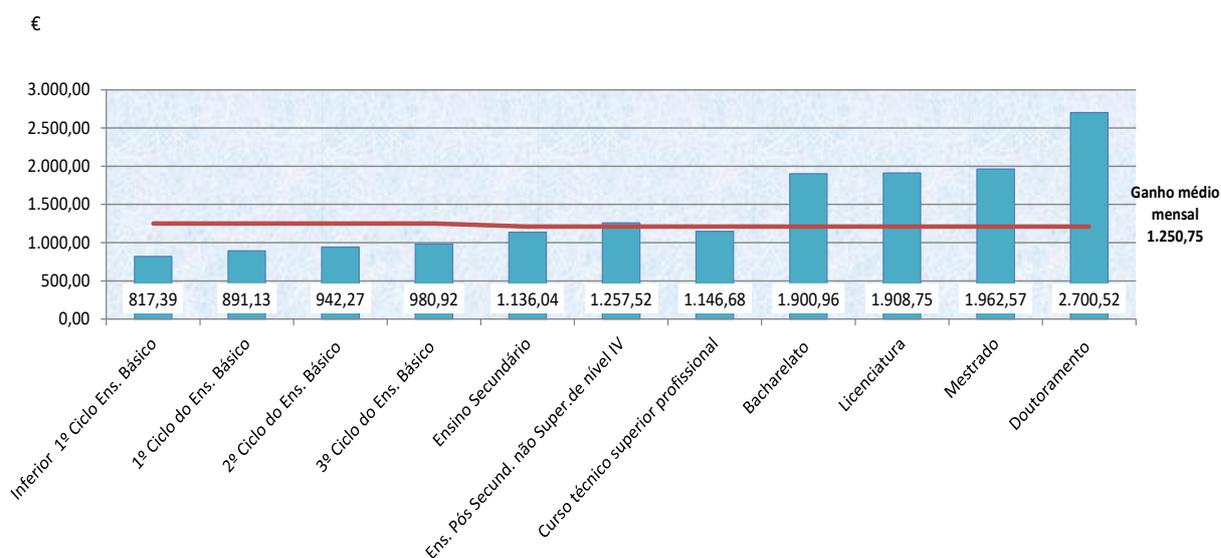
Os dados sobre remunerações médias mensais e mediana do ganho disponibilizados pela Segurança Social não distinguem trabalhadores a tempo completo e a tempo parcial. Tendo isso em conta, procurou-se sobretudo analisar a evolução registada ao longo do último quinquénio.

A remuneração média mensal manteve alguma estabilidade, entre 2017 e 2018, tendo de seguida decrescido em 2019, ano a partir volta a subir até 2021. A mediana do ganho, nos últimos anos, tem vindo progressivamente a apresentar um aumento, aproximando-se assim, da remuneração base média.

- **Por nível de habilitação**

Analisando o ganho médio mensal por níveis de habilitações, verifica-se que, em 2020 como no ano anterior, este era, de um modo geral, tanto mais elevado quanto maior o nível de escolaridade, variando entre os 817,39 €, para os trabalhadores que tinham habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico e os 2.700,52 €, para os trabalhadores que possuíam doutoramento.

Figura 169. Ganho médio mensal por níveis de habilitações - 2020

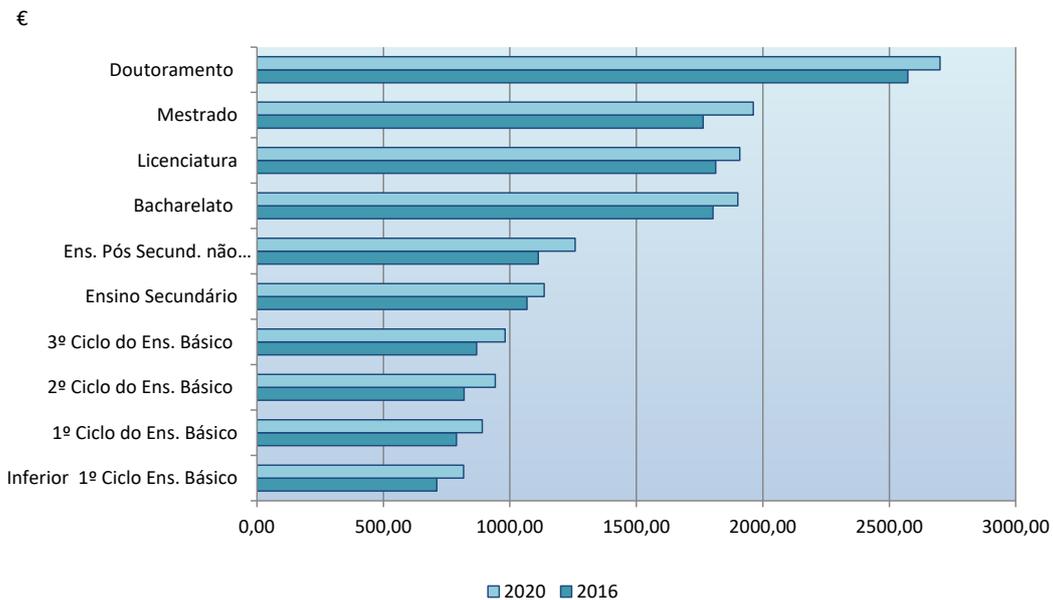


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2019 e 2020, o ganho médio mensal aumentou para todos os níveis de habilitações, tendo, em geral, aumentado mais nos níveis de habilitações mais baixos (3,6% para os trabalhadores com menos do que o 1º ciclo do ensino básico, 3,2% para os trabalhadores com o 2º ciclo do ensino básico e 3,2% para os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico). Os trabalhadores cujo ganho médio mensal menos cresceu, foram os trabalhadores que possuíam a licenciatura (mais 1,6%), o ensino secundário (mais 1,9%) ou o bacharelato (mais 2,2%). De destacar os trabalhadores com o doutoramento, que viram o seu ganho médio mensal aumentar 4,6%.

Nos últimos anos, entre 2016 e 2020, o ganho médio mensal aumentou mais de 13% para os trabalhadores de todos os níveis do ensino básico. Por outro lado, os trabalhadores com habilitações mais elevadas, nomeadamente doutoramento, licenciatura e bacharelato, evidenciaram um menor crescimento do respetivo ganho médio (cerca de 5%).

Figura 170. Evolução do Ganho médio mensal por níveis de habilitações

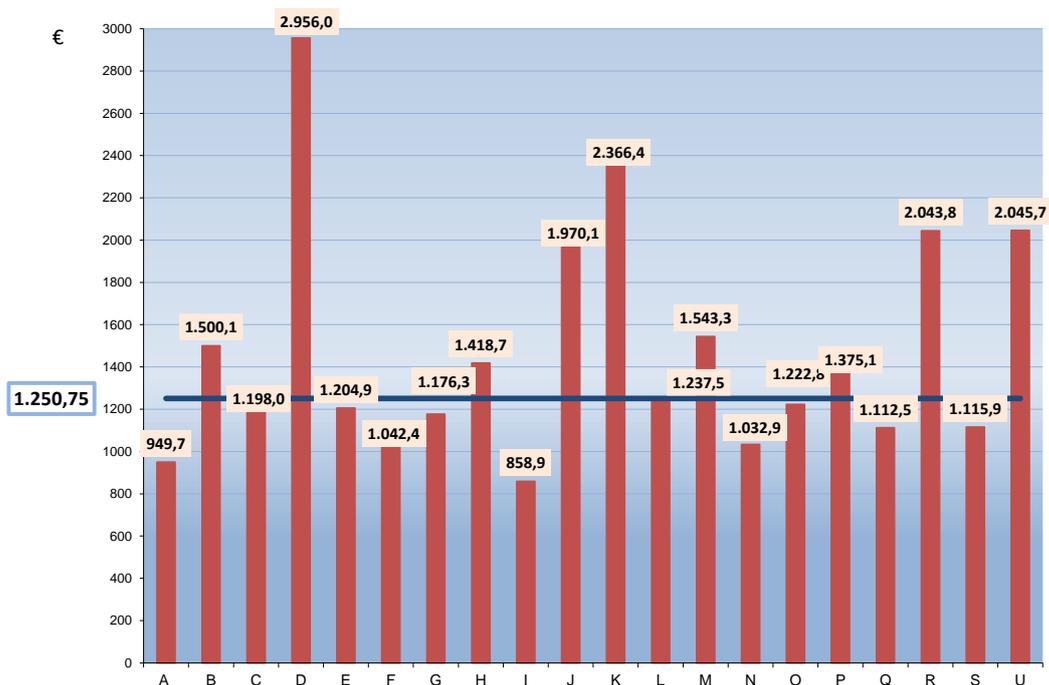


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

- **Por setores de atividade**

No que se refere aos ganhos médios mensais por setores de atividade, não se registaram, grandes diferenças relativamente aos anos anteriores. Assim, em outubro de 2020, os setores que registavam os valores mais elevados de ganho médio mensal eram a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, (2.956,04 €), o das *Atividades financeiras e de seguros* (2.366,36 €), o das *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais*. (2.045,65 €), as *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (2.043,82 €) e ainda os subsetores das *Telecomunicações* (2.179,64 €), da *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* (1.977,90 €) e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (1.901,68 €).

Figura 171. Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por Atividades Económica – 2020



A	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
B	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO; REP. DE VEÍC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV. ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2020, os setores de atividade com ganhos médios mensais mais baixos continuavam a ser o do *Alojamento, restauração e similares* (858,92 €), a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas* (949,68 €), e os subsetores da *Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro* (912,69 €) e do *Fabrico de mobiliário e colchões* (913,69€).

Relativamente ao mês homólogo, os setores em que o valor do ganho médio mensal mais cresceu foram o das *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (mais 10,1%), da *Administração pública e defesa; segurança social obrigatória* (mais 5,3%), o das *Indústrias transformadoras* (mais 3,7%), o das *Atividades imobiliárias* (mais 3,6%), e do *Comércio por grosso e a retalho, exceto de veículos automóveis e*

motociclos (mais 3,2%) e também os subsetores do *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e complementos para veículos automóveis; Fabricação de outro equipamento de transporte* (mais 6,1%) e *Fabricação de equipamento informático, equipamento para computadores e produtos elétricos e óticos; Fabricação de equipamento elétrico.*; *Fabricação de máquinas e equipamento* (mais 5,7%).

Os setores *dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* e dos *Transportes e armazenagem* registaram decréscimos nos valores do respetivo ganho médio mensal (menos 11% e menos 4,8%, respetivamente). O setor onde o ganho médio mensal menos cresceu foi o da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (0,4%).

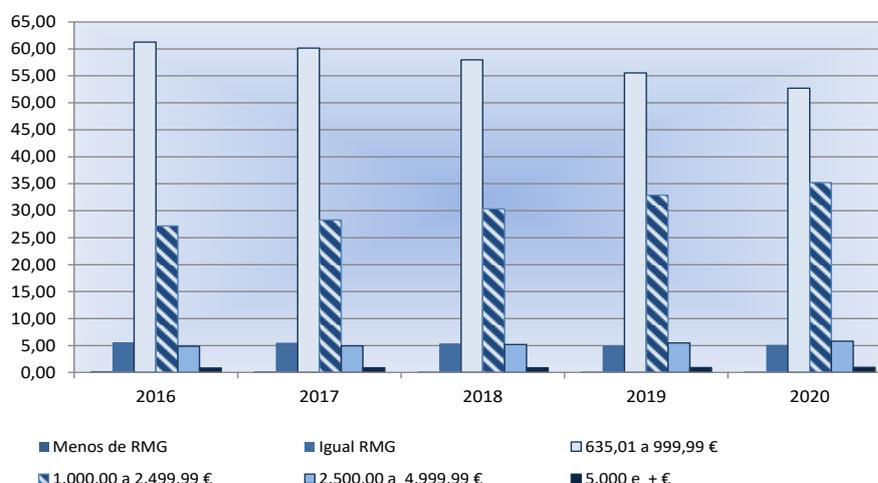
Em outubro de 2020, como nos anos anteriores, o ganho médio feminino era superior ao masculino nos setores da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória, da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição, das Indústrias Extrativas, dos Transportes e armazenagem* e ainda no da *Construção*. Em contrapartida, o valor do ganho médio mensal feminino era particularmente inferior ao masculino no setor das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, onde representava menos de metade do ganho mensal masculino (cerca de 45,8%).

Os setores onde a remuneração base média mensal estava mais próxima do ganho médio mensal eram, em outubro de 2020, como nos anos anteriores, os setores *dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais, o Alojamento, restauração e similares* e ainda o subsetor da *Pesca e aquicultura*. Os setores onde essa diferença era maior, eram a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, as Atividades financeiras e de seguros, as Indústrias Extrativas, os Transportes e Armazenagem* e, também, o subsetor das *Telecomunicações*.

4.2. Estrutura remuneratória

Em 2020, a análise da estrutura remuneratória dos TCO que trabalhavam a tempo completo, no que respeita à remuneração base mensal mais prestações regulares, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores (52,7%) se concentrava no escalão remuneratório entre os “635,01 e os 999,99 €”. Surgia em seguida o escalão dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 35,2% dos trabalhadores. O escalão equivalente à RMMG, reunia cerca de 5,1% e o escalão entre os “2.500 e os 4.999,99 €”, 5,8%. Quanto ao escalão inferior à RMMG, e tendo em conta o aumento da RMMG para 635 € em 2020, esta abrangia cerca de 0,2% dos trabalhadores.

Figura 172. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO (Remuneração base mensal mais prestações regulares), em percentagem



Nota: Em 2016, a Remuneração Mínima Garantida aumentou para 530 €, em 2017 para 557 €, em 2018 para 580 €, em 2019 para 600 € e em 2020 para 635 €.

Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Relativamente a 2019, constatou-se um ligeiro decréscimo no escalão dos “635,01 aos 999,99€” e um ligeiro aumento na percentagem de trabalhadores nos escalões superiores a 999,99 € que foi mais elevado no escalão dos “1.000 aos 2.499,9 €” (mais cerca de 2,4 p.p.)

Refira-se que, ao longo dos últimos cinco anos, o escalão entre os “1.000 e os 2.499,99 €” aumentou 8,11 p.p., à custa do escalão entre “635,01 e os 999,99 €”, cujo peso decresceu cerca de 8,5 p.p. Os restantes escalões registaram apenas ligeiras alterações.

Relativamente à estrutura remuneratória nos diferentes setores de atividade, em 2020, a percentagem de trabalhadores nos escalões remuneratórios até à RMG manteve-se estável relativamente a 2019, em praticamente todos os setores, ao contrário do escalão entre os “635,01 e os 999,99 €”, que, à exceção das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra territoriais*, decresceu em todos os setores, sobretudo no setor do *Alojamento, restauração e similares* (menos 6 p.p.), nas *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (menos 4,7 p.p.), nas *Outras atividades de serviços* (menos 3,7 p.p.) e nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (menos 3,5 p.p.).

De salientar que, em 2020, 25,3% dos trabalhadores do setor do *Alojamento, restauração e similares* situava-se nos escalões remuneratórios até à RMG, assim como 10,1% dos trabalhadores das *Outras atividades de serviços* e 8,1% dos trabalhadores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

O escalão entre os “635,01 e os 999,9 €” reunia 69,8% dos trabalhadores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e cerca de 69,5% dos trabalhadores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e 66,6% da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*.

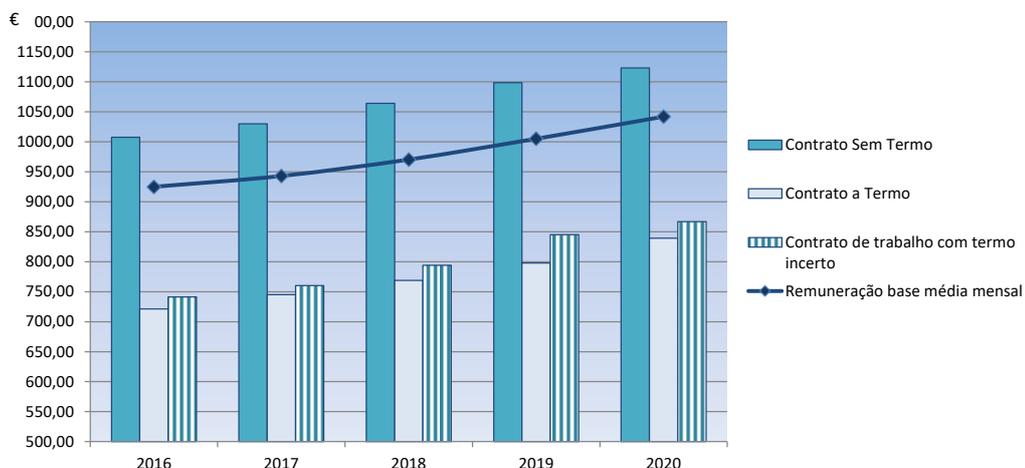
O escalão “1.000 aos 2.499,99 €” era maioritário nos setores das *Atividades financeiras e dos seguros*, das *Atividades de informação e comunicação* e das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, todos com mais de 58%. A percentagem de trabalhadores neste escalão remuneratório cresceu 4,9 p.p. no setor dos *Transportes e Armazenagem*, 3,4 p.p. nas *Outras atividades de serviços* e 3,2 p.p. no setor das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*.

No escalão dos “2.500 aos 4.999,99 €”, em 2020, destacava-se o setor da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* que incluía 48,3% dos trabalhadores nesse escalão e os setores das *Atividades financeiras e dos seguros* e das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* que abrangiam, cada um, mais de 27% dos trabalhadores.

- **Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato**

Analisando as remunerações bases médias mensais tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos *Quadros de Pessoal*, constata-se que, em 2020, no Continente, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.123,2 €, para os contratados sem termo, de 839,3 para os contratados a termo, (ou seja, cerca de 74,7% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 867 €, para os contratados com termo incerto. No que se refere a estes três tipos de contratados, que representavam respetivamente 67,5%, 32,5% e 6,6% do total dos TCO, a remuneração base média aumentou, entre 2019 e 2020, tendo crescido cerca de 2,2% para os contratados sem termo, 5,2% para os contratados com termo e 2,6% para os contratados a termo incerto.

Figura 173. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO a tempo completo com contratos sem termo e com termo e a termo incerto



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2020, as categorias de contratados em que a remuneração base média mensal era mais elevada continuavam a ser os contratados em comissão de serviços, (3.055,0 € para os TCO em comissão de serviço sem termo, 2.223,7 € para os TCO em comissão de serviço com termo certo e 2.029,4 € para os TCO em comissão de serviço com termo incerto). Os TCO com este tipo de contratos eram cerca de 2,3 mil.

Quanto aos TCO com contratos para prestação subordinada de teletrabalho, que constituíam, no total, 894 indivíduos, a remuneração base média mensal variava entre os 916,7 € (contratados com termo certo) e os 1.242,4 € (contratados sem termo). A remuneração base média mensal destes TCO aumentou, em termos homólogos, para os contratados para prestação subordinada de teletrabalho sem termo (mais 14,3%) e para os contratados para prestação subordinada de teletrabalho com termo certo (mais 1,7%), ao contrário dos contratados para prestação subordinada de teletrabalho com termo incerto (menos 20,2%).

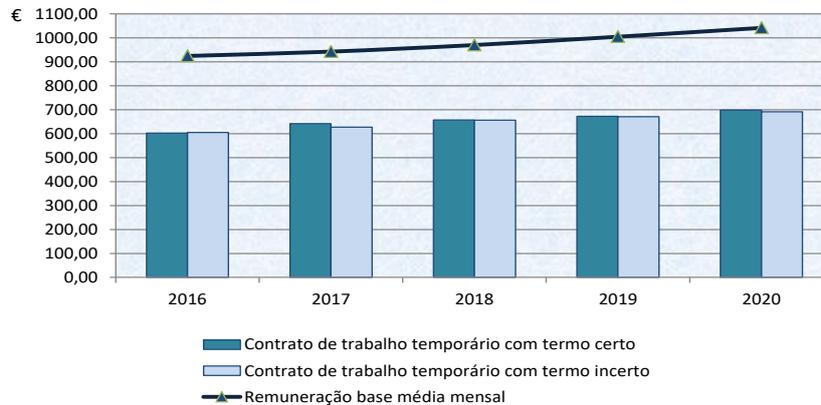
Em 2020, as remunerações médias mensais mais baixas eram auferidas pelos TCO que trabalhavam a tempo completo com contratos temporários que, no seu conjunto, constituíam perto de 2,7% do total dos TCO. Assim, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária era de 790,8 €, a dos TCO com contratos temporários a termo certo era de 698,7 € e a dos TCO com contratos temporários a termo incerto era de 691,7 €.

Entre 2019 e 2020, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária decresceu 9,4%, ao contrário dos TCO com contratos temporários a termo certo e dos TCO com contratos temporários a termo incerto, cujas remunerações médias mensais aumentaram, respetivamente, 3,9% e 3%.

Nos últimos anos, entre 2016 e 2020, a remuneração base média mensal aumentou relativamente a quase todos os tipos de contrato, à exceção dos contratos de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária, dos contratos de trabalho em comissão de serviço com termo certo e com termo incerto. No que se refere aos TCO com contratos sem termo a remuneração base média mensal aumentou 11,5%, tendo crescido sempre, ao longo da série em análise, tal como os TCO com contratos a termo e os TCO com contratos com termo incerto, cujas remunerações base médias evidenciaram uma subida, face a 2016, de 16,4% e 17%, respetivamente.

Relativamente à evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários, entre 2016 e 2020, tanto os contratos temporários com termo certo como com termo incerto registaram subidas expressivas (mais cerca de 16% e 14%, respetivamente), ao contrário da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários por tempo indeterminado para cedência temporária que decresceu 4,3%.

Figura 174. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários a termo certo e incerto

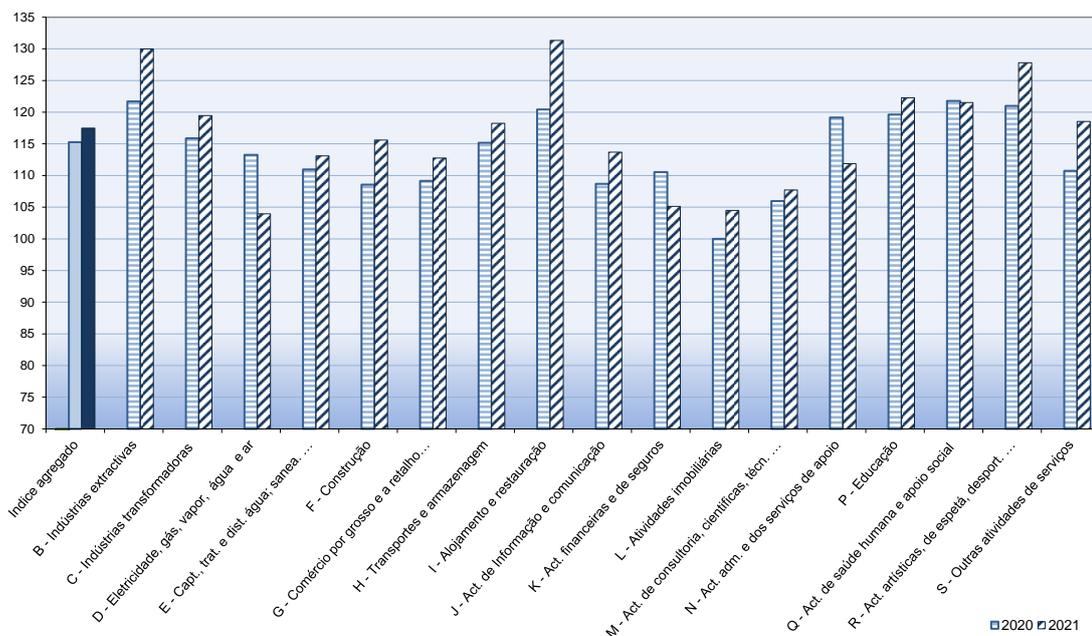


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

4.3. Índice do custo de trabalho

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2021, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 1,9% relativamente a 2020, tendo aumentado em quase todos os setores de atividade, à exceção do da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (menos 8,2%), das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (menos 6,1%), das *Atividades financeiras e de seguros* (menos 4,9%) e das *Atividades de saúde humana e apoio social* (menos 0,2%).

Figura 175. Índice do custo de trabalho em Portugal, por setor de atividade (Base: 2016 = 100)



Fonte: INE, *Índice do Custo do Trabalho*

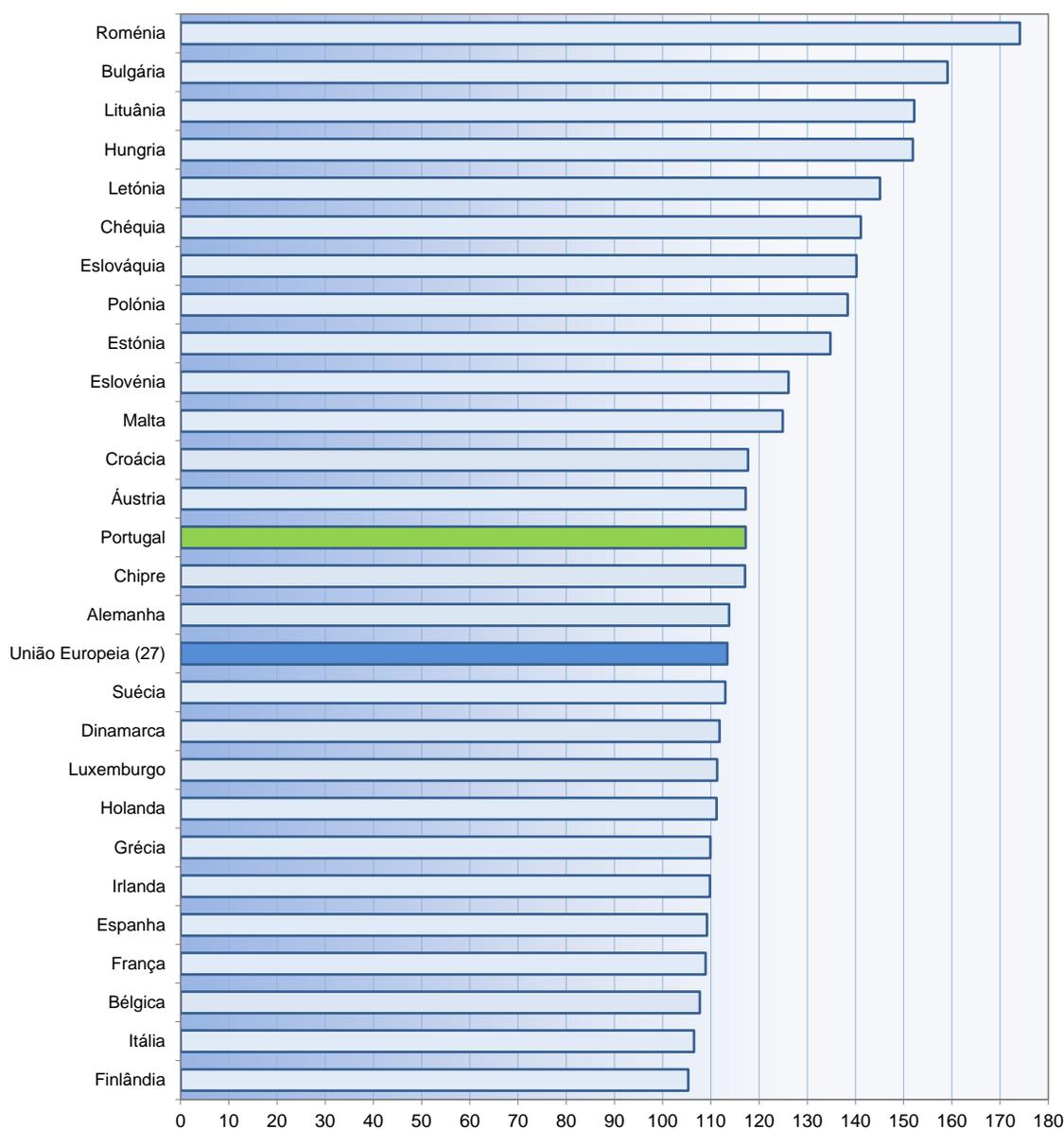
Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Por outro lado, os setores de atividade onde se verificou o maior acréscimo, face ao ano anterior, foi o do *Alojamento, restauração e similares* (mais 9%), das *Outras atividades de serviços* (mais 7%), das *Indústrias extrativas* (mais 6,8%) e da *Construção* (mais 6,5%).

Considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2021, constata-se que relativamente à maioria dos países da União Europeia, Portugal deixou de ser um dos países onde o custo de trabalho foi mais baixo, tendo o seu índice ficado acima do da média europeia, ao contrário do sucedido em anos anteriores.

Figura 176. Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2021

(Base: 2016 = 100)



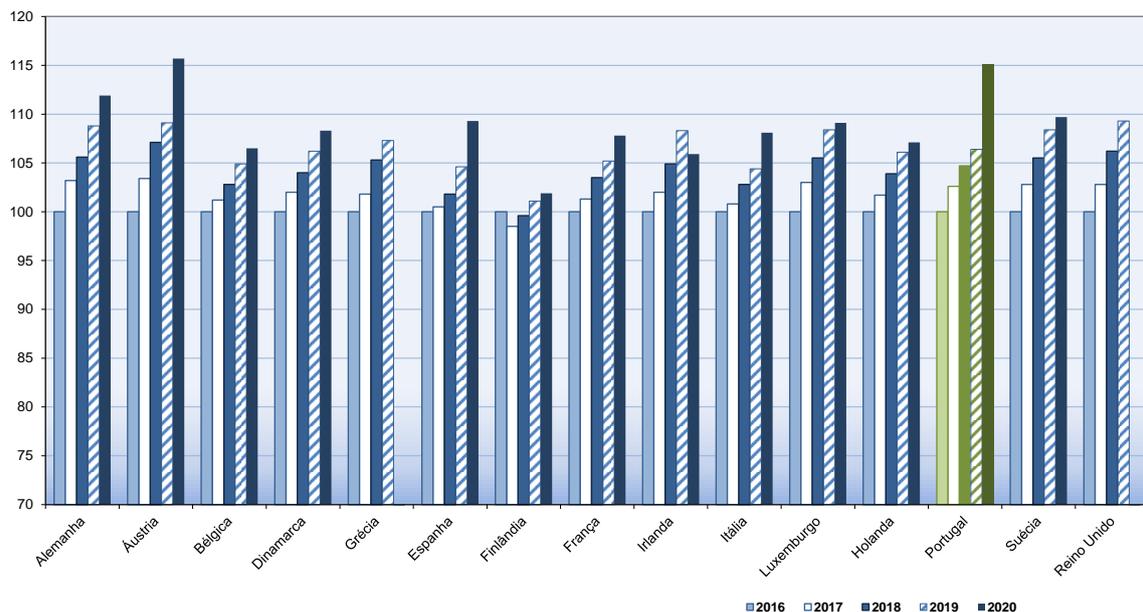
Fonte: Eurostat, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Deste modo, apenas a Roménia, Bulgária, Lituânia, Hungria, Letónia, Chéquia, Eslováquia, Polónia, Estónia, Eslovénia, Malta, Croácia e Áustria apresentaram índices de custos de trabalho superiores ao português.

Por último, importa salientar que, a análise deste índice desde o início da série em 2016 (*Base 2016 = 100*), coloca em evidência o facto de Portugal ser um dos países da UE15 onde o índice do custo de trabalho mais cresceu, só sendo equiparado pela Áustria.

Figura 177. Evolução do Índice do custo de trabalho nos países da UE
(Base: 2016 = 100)



Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K). Valor não disponível para o Reino Unido em 2020.

Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Survey*

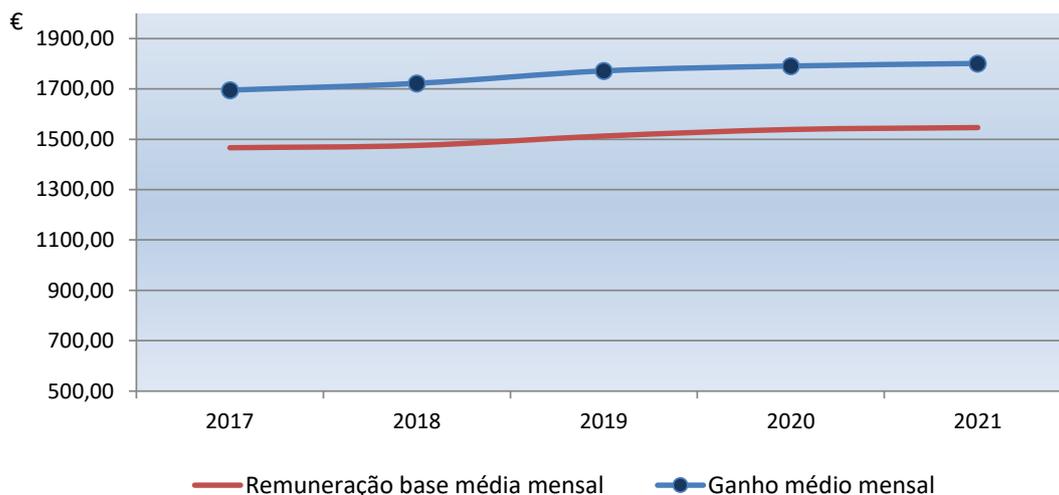
4.4. Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas

De acordo com os dados da DGAEP, em 2021⁹¹, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.800,9 €. Relativamente a 2020, o ganho médio cresceu cerca de 0,6%, o que correspondeu a um acréscimo de 10,2 €. Ao longo dos últimos cinco anos, o ganho médio mensal aumentou 6,2%, tendo passado de 1.695,04 €, em 2017, para 1.800,87 €, em 2021, ou seja, um acréscimo de 105,84 €.

⁹¹ Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

No que se refere à remuneração base mensal nas Administrações públicas, no Continente, em 2021, esta era de 1.546,35 € e representava 85,9% do ganho médio mensal. Ao longo do período em análise, a remuneração base média aumentou 5,4%, o que correspondeu a um aumento de 79,69 €, face a 2017. Assim, a remuneração base média mensal passa de 1.466,66 €, em 2017, para 1.546,35 €, em 2021.

Figura 178. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por subsetor

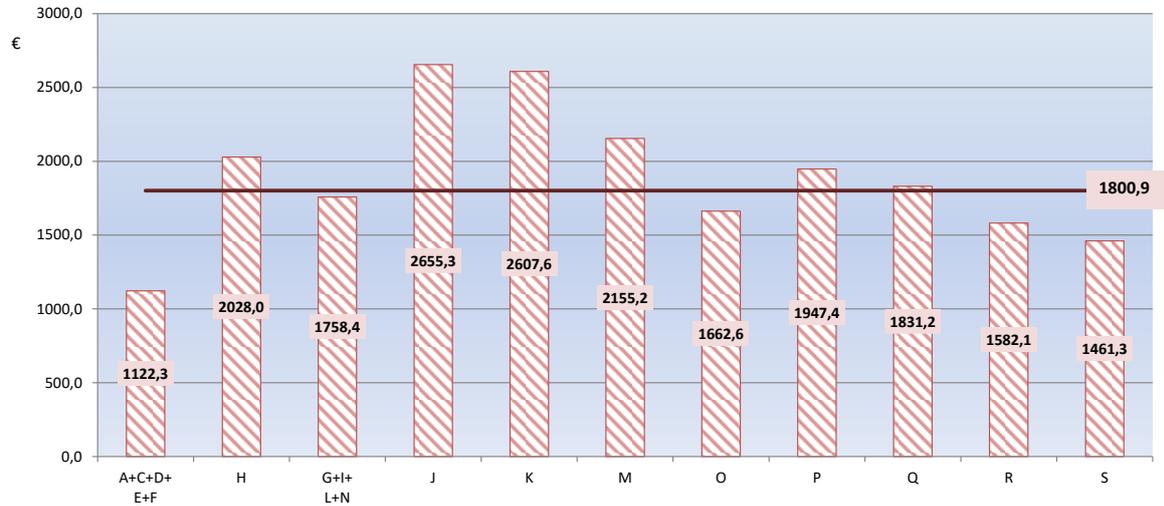


Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

No que respeita ao ganho médio mensal nas Administrações Públicas no Continente por CAE, em 2021, e como no ano anterior, as *Atividades de informação e comunicação* eram o setor com o ganho médio mensal mais elevado. Seguiam-se as *Atividades financeiras e dos seguros*, as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e os *Transportes e armazenagem*. O setor em que o ganho médio mensal era mais baixo continuava também a ser, como em 2020, o que agregava a *Agricultura e produção animal*, as *Indústrias Transformadoras*, a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, a *captação, tratamento e a Distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção*.

Os setores que, entre 2020 e 2021, registaram decréscimos do ganho médio mensal, foram os *Transportes e armazenagem* (menos 2,3%) e as *Outras atividades de serviços* (menos 0,3%). Todos os restantes setores de atividade evidenciaram acréscimos do respetivo ganho médio mensal, com destaque para o setor que agregava a *Agricultura e produção animal*, as *Indústrias Transformadoras*, a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, a *captação, tratamento e a Distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção* (mais 6,4%) e o que agregava o *Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Atividades imobiliárias; Atividades administrativas* (mais 2,5%).

**Figura 179. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente)
por CAE -2021**



- | | | | |
|-----------------------|---|----------|--|
| A+C+D+
E+F | Agr. e prod. animal; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção | M | Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares |
| H | Transportes e armazenagem | O | Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória |
| G+I+ | Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas | P | Educação |
| L+N | Atividades de informação e de comunicação | Q | Atividades de saúde humana e apoio social |
| J | Atividades de informação e de comunicação | R | Atividades artísticas, de espetáculos, desport. e recreat. |
| K | Atividades financeiras e de seguros | S | Outras atividades de serviços |

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

5.0. Nota introdutória

Neste capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional. Foi considerada a informação proveniente do sistema SIGO (Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa), coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), do *Relatório anual de Formação Contínua*, do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, e da publicação *Mercado de Emprego*, da responsabilidade do IEFP, I.P.

A primeira secção apresenta dados relativos às ações de formação constantes no sistema SIGO. A informação reportada nesta secção respeita aos cursos de dupla certificação, à formação modular certificada no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e ainda à formação extra-catálogo.

A formação contínua nas empresas é analisada na quarta secção do capítulo, utilizando a informação do *Relatório anual de Formação Contínua* do GEP-MTSSS, que inclui os dados relativos às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores, reportados no *Anexo C do Relatório Único*.

Este capítulo termina com a análise das ofertas e colocações dos Centros de Emprego, tendo como fonte a publicação *Mercado de Emprego*, da responsabilidade do IEFP, I.P.

5.1. Cursos de dupla certificação e formação contínua extra-catálogo

Para análise destas ações de formação recorreu-se à informação constante do sistema SIGO (*Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa*)⁹², coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

⁹² O SIGO abrange a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), incluindo os Centros Qualifica.

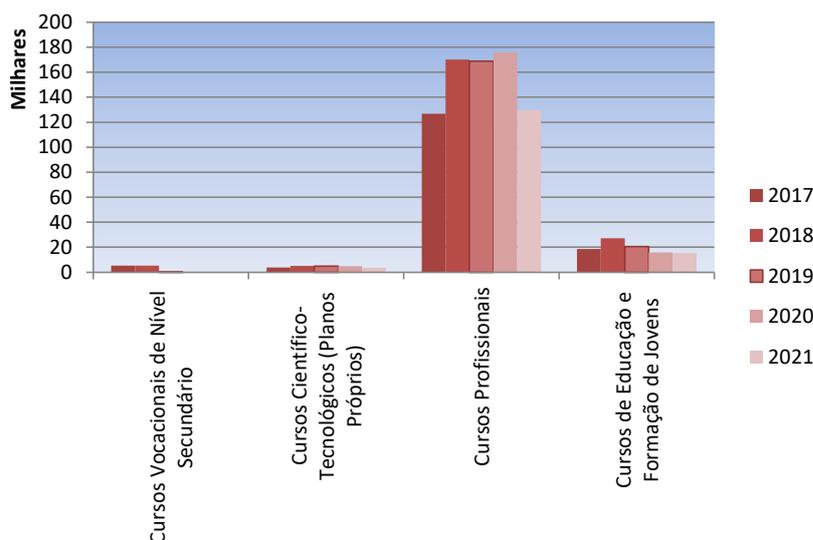
A informação remetida por aquela Direção-Geral respeita aos cursos de dupla certificação, à formação modular certificada no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)*, em 2021, e ainda à formação extra-catálogo.

5.1.1. Cursos de dupla certificação

Considerando os dados do *Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO)*, em 2021, matricularam-se em cursos de educação e formação, 186,1 mil indivíduos. Destes, 148, 5 mil (79,8 %) frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos e os restantes 37,6 mil cursos dirigidos a adultos. Entre 2020 e 2021, o número de matriculados em cursos de dupla certificação diminuiu, em 24,8%, depois de, no ano anterior, ter crescido 6,7%. Em relação aos matriculados nos cursos de formação de jovens verificou-se decréscimo de 24,2% e 27% nos matriculados nos cursos de formação de adultos.

Observando a oferta de dupla certificação dirigida a jovens, constata-se que, como nos anos anteriores, cerca de 69,6% dos jovens abrangidos, ou seja 129,6 mil, frequentavam cursos profissionais e 8,3% (15,4 mil) enquadravam-se em cursos de educação e formação de jovens. Os cursos de planos próprios (científico-tecnológicos) abrangeram cerca de 3,5 mil jovens, representando 1,8% do total. Refira-se que todas estas modalidade de formação conferem uma certificação de nível 4, exceto os cursos de educação e formação de jovens, que conferem uma certificação de nível 2.

Figura 180. Distribuição dos formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por tipo de curso

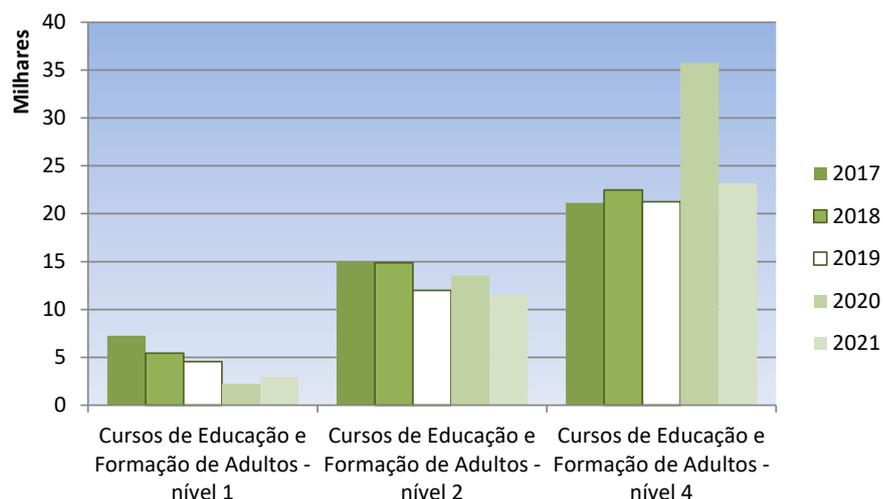


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em 2021, em todas as modalidades de formação de jovens verificou-se uma diminuição no número de matriculados, bastante expressiva nos cursos profissionais.

Quanto aos cursos de educação e formação de adultos, 62% dos matriculados (23,1 mil indivíduos) frequentaram cursos de nível 4, 31% (11,5 mil) frequentaram cursos de nível 2 e 2,9 mil indivíduos, cursos de nível 1.

Figura 181. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por níveis de qualificações



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

O número de formandos matriculados nos cursos de dupla certificação para adultos, entre 2020 e 2021, aumentou nos cursos de nível 1 e decresceu nos cursos de nível 2 e de nível 4.

Em contrapartida, e de acordo com a mesma fonte, em 2021, verificou-se o crescimento do número de formandos adultos, abrangidos por formação modular certificada e de outra formação profissional (no total de 1476,2 mil, o que correspondeu a um crescimento de 28,1% face a 2020).

5.1.1.1. Abrangidos por sexo e escalão etário

Como já verificado em anos anteriores, em 2021, os homens representavam cerca de 62,3% dos formandos em cursos de dupla certificação para jovens e eram majoritários em todas as modalidades de formação, constituindo 68,9% dos matriculados nos cursos de educação e formação de jovens. Contudo, nos cursos de educação e formação de adultos, eram as mulheres que representavam 63,8%.

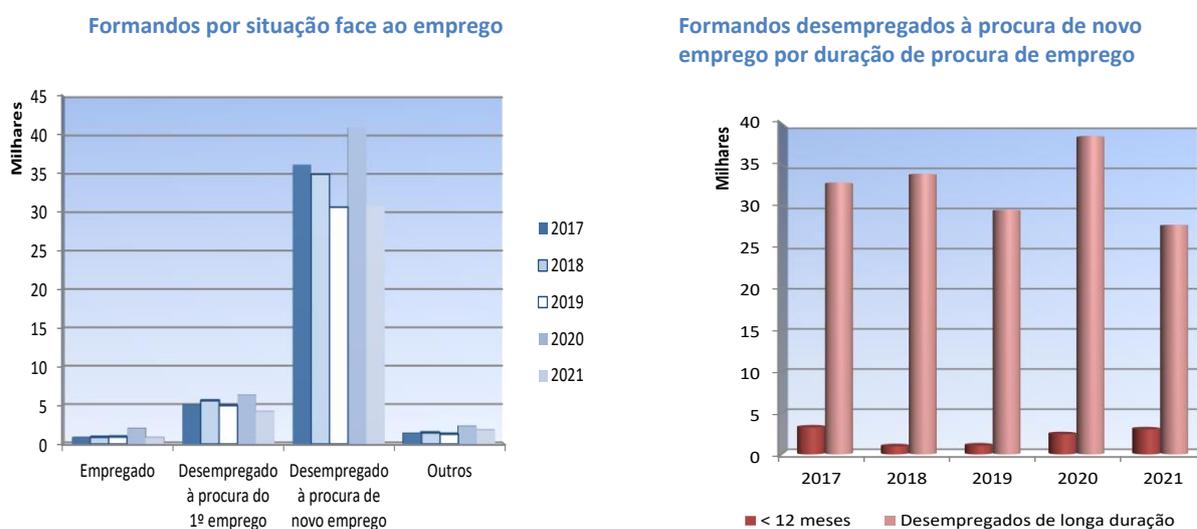
Cerca de 87% dos formandos matriculados nos cursos de dupla certificação para jovens tinha entre 15 e 24 anos, e os restantes matriculados menos de 15 anos. Nos cursos de educação e formação de adultos, os formandos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos vários escalões etários. Os escalões que agregavam maior número de formandos continuam a ser, o dos 35 aos e 44 anos, (25,6%) e o dos 50 ou mais anos (23,1%).

5.1.1.2. Abrangidos por entidades promotoras de formação

Relativamente às entidades promotoras da formação, em 2021, os cursos de dupla certificação para jovens registados no SIGO eram maioritariamente da responsabilidade do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (IEFP, I.P.), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e de outras entidades formadoras. Já no que se refere aos cursos de educação e formação de adultos, 89,5% dos formandos frequentavam cursos promovidos pela rede de centros do IEFP, I.P. Os cursos promovidos pelo Ministério da Educação abrangiam apenas 6,9%, o Ministério da Justiça enquadrava 3% dos formandos abrangidos, o Ministério do Mar 0,5% e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 0,1%. Entre 2020 e 2021, verificou-se um ligeiro aumento no número de matriculados nas seguintes entidades: Ministério da Educação, Ministério do Mar e o Ministério da Justiça.

5.1.1.3. Abrangidos nos cursos de formação de adultos por situação no início da formação

Figura 182. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação



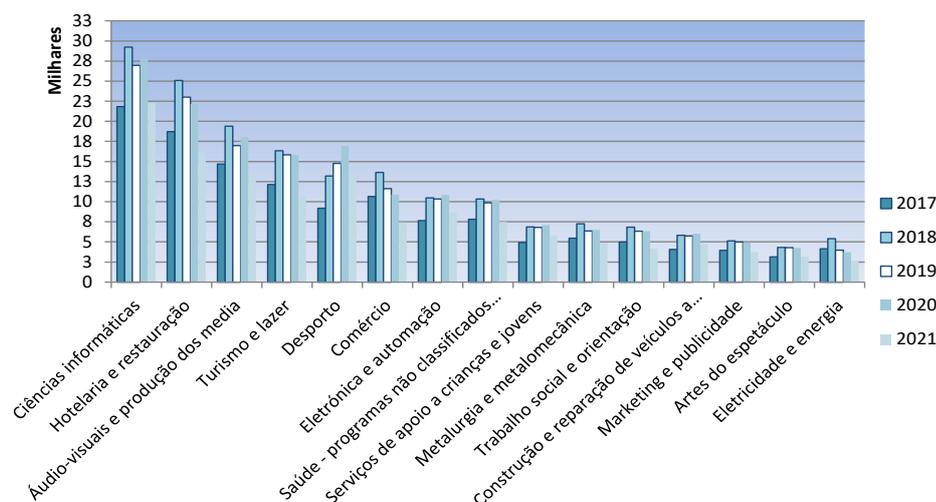
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em 2021, dos formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos, 34,9 mil, representando 93%, estavam desempregados no início da formação. Os empregados constituíam 2,2% (834 mil). Os restantes Outros incluíam inativos e reformados e representavam 4,8%. De entre os desempregados, cerca de 4,2 mil eram desempregados à procura do 1º emprego. Registou-se um decréscimo em todas as categorias, relativamente a 2020, mais expressivo na categoria dos empregados.

Os formandos desempregados à procura de novo emprego somavam 30,7 mil (81,8% do total dos formandos) sendo que, destes, 27,7 mil eram desempregados há 12 ou mais meses (DLD). O peso dos DLD no total dos formandos desempregados à procura de novo emprego representava 79,3% do total dos formandos desta categoria, observando-se um ligeiro decréscimo em relação a 2020.

5.1.1.4. Abrangidos por áreas de educação e formação

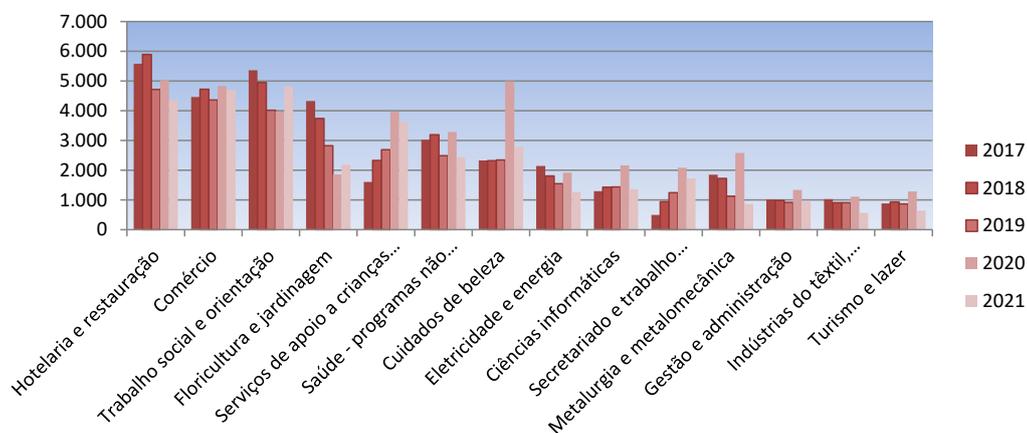
Figura 183. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por áreas de formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

As áreas de educação e formação que integravam maior número de formandos dos cursos de dupla certificação para jovens, em 2020, e à semelhança dos anos anteriores, eram as *Ciências Informáticas* (15% do total de abrangidos), a *Hotelaria e Restauração* (10,8%), os *Audiovisuais e produção dos média* (8,9%), o *Desporto* (9%) e o *Turismo e lazer* (7,1%).

Figura 184. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para adultos por áreas de educação e formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Relativamente às áreas de educação e formação dos cursos de dupla certificação para adultos, as mais representativas eram o “*trabalho social e orientação*” (12,8% do total de abrangidos), o *Comércio* (12,5%), a *Hotelaria e Restauração* (11,5% do total de abrangidos), os *Serviços de apoio a crianças e jovens* (9,6%) e os *Cuidados de Beleza* (7,3%).

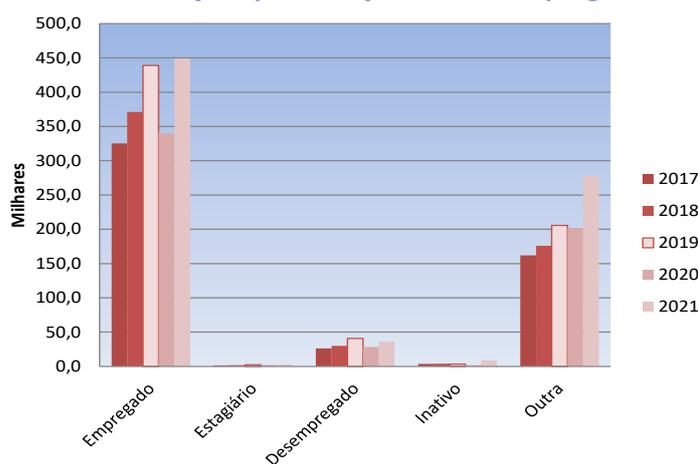
5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)⁹³

Em 2021, cerca de 670 mil pessoas inscreveram-se em ações de formação modular realizadas no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações*, mais 27% do que em 2020. As mulheres representavam 63% do total dos inscritos. Os abrangidos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos diversos escalões etários a partir dos 15 anos, atingindo os 24% do total no escalão dos 50 ou mais anos e os 28,5% no escalão dos 35 aos 44 anos.

5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações

Considerando os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, em 2021, encontravam-se 768 mil pessoas inscritas em ações de formação⁹⁴ não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*. O número de inscritos cresceu relativamente a 2020 (mais 33,8%) e mais de metade dos inscritos eram homens.

Figura 185. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por situação face ao emprego



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

⁹³ A Formação Modular certificada (FM) é uma modalidade de formação de adultos, cujo plano de formação é constituído por uma ou várias UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração, de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Em regra, as UFCD podem ser da componente de formação base ou da componente de formação tecnológica daquele Catálogo.

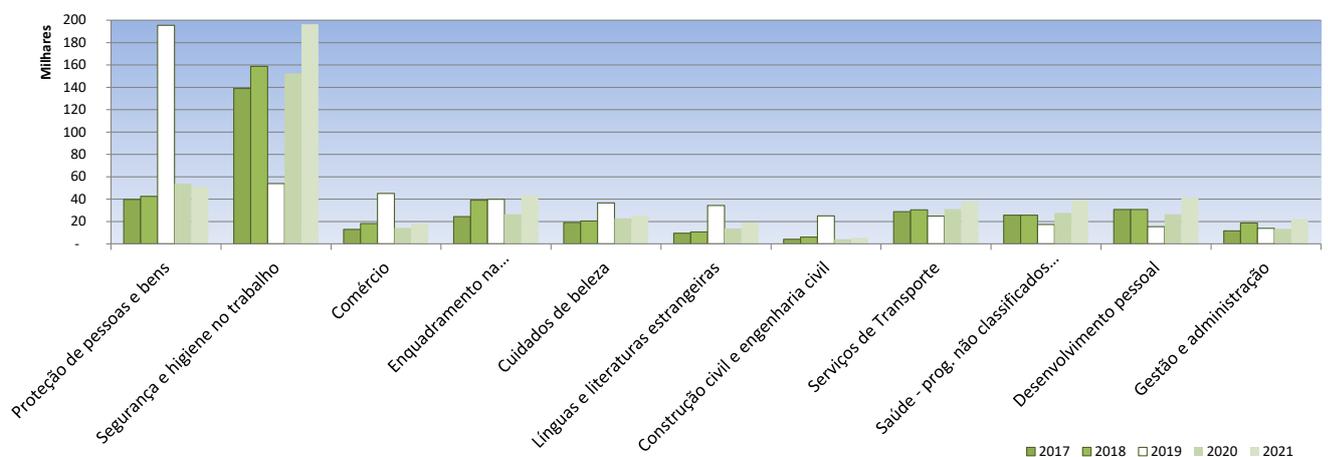
⁹⁴ Ações de formação na modalidade de educação e formação promovidas por entidades certificadas ou equiparadas a certificação pela DGERT e, ainda, por entidades não certificadas.

Em relação à situação face ao emprego, a maioria dos formandos destes cursos eram empregados (58,4%) embora a formação envolvesse também 4,7% de desempregados e uma pequena percentagem de inativos e de estagiários. Os formandos classificados como em outra representavam 36% do total.

Em 2017, o peso dos empregados era de 62%, tendo estabilizado até 2019, para voltar a diminuir nos dois últimos anos. Já a percentagem de desempregados, que representavam 5% em 2017, aumentou ligeiramente até 2019 e tem vindo a diminuir desde 2020.

Analisando as áreas de educação e formação mais representativas nestas ações de formação não incluídas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, verificamos que, em 2021, 25,5% dos formandos tinham integrado ações de formação de “segurança e higiene no trabalho”, ultrapassando o número de inscritos nas ações de “proteção de pessoas e bens” (6,6%). Seguiam-se ações de “enquadramento na organização/empresa” (5,6%), “desenvolvimento pessoal” (5,3%), “saúde - programas não classificados noutra área de formação” (5%) e “serviços de transporte” (4,8%). Entre 2017 e 2021, verificou-se o aumento das ações de “segurança e higiene no trabalho”.

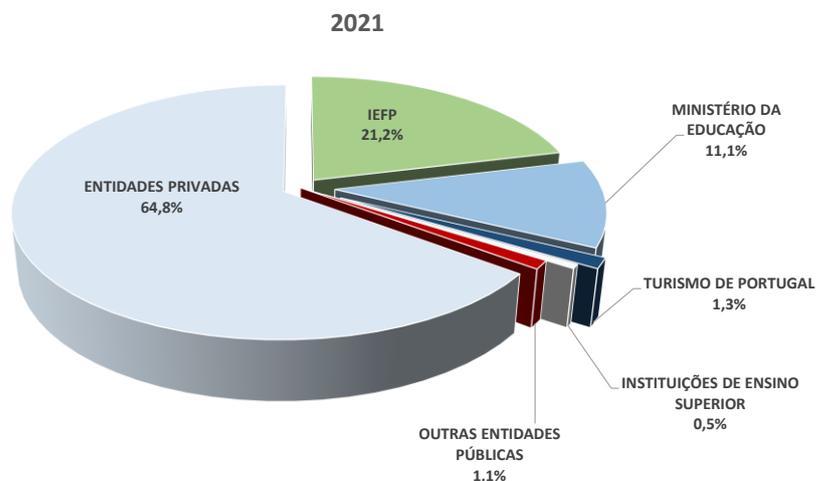
Figura 186. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por áreas de educação e formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Considerando o número total de formandos abrangidos (1.643 mil) por ofertas de formação por tipologia de entidade, verifica-se que 64,8% (1064,3 mil) destas ofertas foram desenvolvidas por entidades privadas, 21,2% (347,8 mil) pelo IEFP, I.P., 11,1% (182,6 mil) pelo Ministério da Educação, 1,3% (22 mil) pelo Turismo de Portugal, 1,1% (18 mil) por outras entidades públicas e 0,5% (8,6 mil) por Instituições do Ensino Superior, públicas e privadas.

Figura 187. Total de formandos por tipologia de entidade formadora



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Por último, analisando os dados administrativos reportados pelas entidades formadoras, em 2021, constata-se que cerca de 49,8% (816,2 mil) dos formandos que preencheram ofertas de formação, o fizeram em entidades sem financiamento público, tendo 29,3% (481,1 mil) das ofertas sido financiadas pelo POISE, 8% (131,7 mil) pelo POCH, 7,1% (116,7 mil) pelo programa LISBOA 2020 e 2,6% (43,4 mil) pelo Orçamento do Estado. De referir que o financiamento pelos programas COMPETE 2020, NORTE 2020, CENTRO 2020, ALENTEJO 2020, CRESC ALGARVE 2020, ACORES 2020, MADEIRA 2020, POISE-IEJ, PDR 2020, FAMI, PRODERAM, MAR 2020, abrangeu um menor número de formandos.

5.2. Formação Profissional promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional⁹⁵

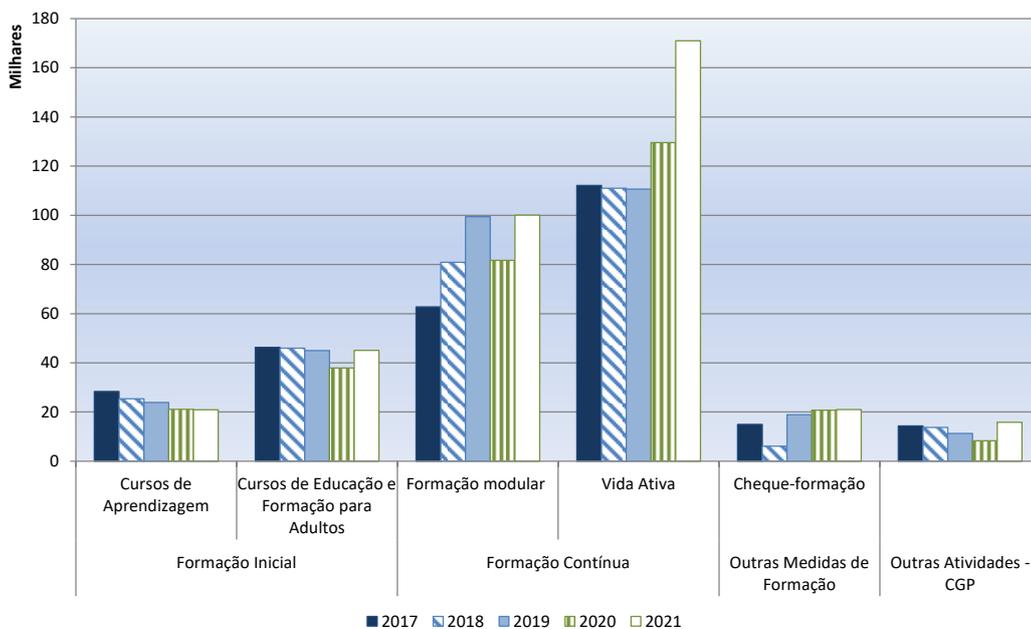
Para a análise das medidas de formação e emprego promovidas pelo IEFP, I.P. recorreu-se ao *Relatório de execução física e financeira* daquele Instituto, para os anos entre 2017 e 2019, excluindo as medidas não integradas nos sistemas informáticos e que são reportadas, pelo IEFP, I.P., na execução física da formação profissional, onde se destacam os encaminhamentos efetuados pelos Centros Qualifica e as Ações em Cooperação com Outras Entidades. Os dados para os anos de 2020 e 2021, foram disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP, I.P., tendo por base a mesma metodologia de apuramento.

⁹⁵ O Sigo integra parte da informação sobre a oferta formativa do IEFP, mas não abrange todo a sua atividade, nomeadamente os cursos de especialização tecnológica ou a formação modular. Por esse motivo, mantém-se um capítulo próprio dedicado à atividade formativa do IEFP.

Em 2021, as ações de formação promovidas pelo IEFP abrangeram 440,4 mil pessoas, apuramento com base nos pressupostos atrás descritos, onde se destacam 313,9 mil abrangidos em ações de Formação Contínua (71,3%), 70,5 mil (16%) na Formação Inicial, 11 mil (2,5%) na formação para a inclusão e 29 mil (6,6%) abrangidos por outras medidas de formação, incluindo o Cheque-formação e a Formação de Formadores.

No que respeita à Formação Inicial, 20,9 mil jovens frequentaram Cursos de Aprendizagem, verificando-se que o seu número tem vindo a decrescer ligeiramente desde 2017 (21,1 mil em 2020). Em contrapartida, o número de formandos abrangidos em Cursos de Educação e Formação de Adultos (45,1 mil) cresceu face ao anterior (37,9 mil pessoas), recuperando o número de abrangidos em 2019. Há também a destacar, 4,6 mil formandos envolvidos em Cursos de especialização tecnológica⁹⁶ (valor ligeiramente superior ao do ano de 2020, 4,2 mil).

Figura 188. Número de formandos abrangidos por cursos de formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 e 2021 - dados foram disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

No que se refere à Formação Contínua, em 2021, os abrangidos na medida Vida Ativa⁹⁷ representavam mais de metade dos abrangidos por formação contínua (171 mil em 313,9 mil pessoas, face a 129,5 mil pessoas, em 2020), e os abrangidos pela medida Formação modular⁹⁸, cerca de 32% (100,1 mil pessoas). A medida

⁹⁶ Os cursos de especialização tecnológica destinam-se simultaneamente a população jovem e a população adulta.

⁹⁷ A medida *Vida Ativa* é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou a desempregado que não possuam uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

⁹⁸ A partir de 2017, a medida formação modular passou a incluir ativos empregados e desempregados.

Cheque-formação⁹⁹ envolveu 21 mil pessoas e as outras atividades de formação implementadas pelos Centros de Gestão Participada, cerca de 15,8 mil pessoas. Comparativamente a 2020, sobressai o crescimento da medida Vida Ativa (mais 41,4 mil pessoas) com o valor mais elevado da série, desde 2017, e a formação modular (mais 18,4 mil pessoas, neste caso, recuperando o valor de 2019).

Em 2021, importa mencionar a importância das medidas focadas no reforço das competências digitais. Este é o caso do Certificado de Competências Digitais (1,3 mil pessoas), da Cidadania digital (33 mil pessoas), do Programa jovem + digital (8,2 mil pessoas) a nova medida de Formação a distância que, em 2020, abrangeu apenas 2,2 mil pessoas.

Em 2021, no conjunto das medidas de formação promovidas no âmbito do IEFP, I.P., as mulheres representavam a maioria dos abrangidos, beneficiando de uma grande relevância na medida Vida Ativa (67%), nos Cursos de Educação e Formação para Adultos (65%), na Cidadania digital (59%), na Formação modular (57%) e no conjunto das ações de Formação Contínua (62,4%). Pelo contrário, nos Cursos de aprendizagem e de Especialização Tecnológica, predominavam os homens (67% e 52%, respetivamente), assim como na medida Cheque-formação (60%).

No que se refere aos escalões etários, em 2021, nas ações de Formação Inicial, mais de metade dos abrangidos continuavam abaixo dos 35 anos (58,8%). Na Formação Contínua, esse grupo correspondia a 35,6% dos abrangidos e 25% tinha 50 ou mais anos.

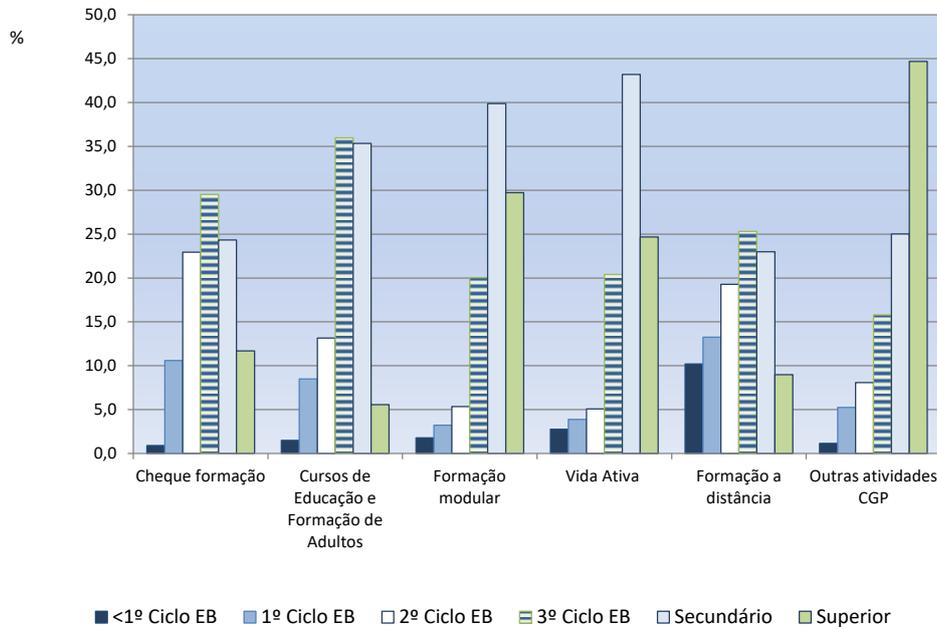
Relativamente aos anos anteriores, o número dos abrangidos dos escalões etários mais velhos tem vindo a aumentar.

Na repartição do número de abrangidos por níveis de habilitações, nas medidas de Formação Inicial, e considerando que os Cursos de Aprendizagem se dirigem a jovens com o 3º ciclo do ensino básico que não tenham concluído o 12º ano, os abrangidos enquadram-se, naturalmente, nesse nível de habilitações. Já nos Cursos de Especialização Tecnológica, dirigidos a jovens com pelo menos o ensino secundário, 83,1% dos abrangidos tinha esse nível de escolaridade e os restantes tinham habilitações superiores.

⁹⁹ A medida Cheque-Formação, constitui uma modalidade de financiamento direto da formação a atribuir aos utentes inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional, nomeadamente empregadores, ativos empregados e desempregados (Portaria n.º 229/2015, de 3 de agosto). Inclui, ainda, desempregados não enquadrados nas medidas no âmbito da Vida Ativa. Consiste na concessão de apoio financeiro que frequentem percursos de formação orientados para a aquisição de competências relevantes para a melhoria do desempenho individual ou para o aumento da produtividade do fator trabalho e, no caso dos desempregados, ajustadas às necessidades do mercado de trabalho. O apoio a atribuir considera um limite de 50 horas (ativos empregados) ou de 150 horas (desempregados) num período de 2 anos.

Relativamente às ações de Formação Contínua, 40% dos abrangidos tinha o ensino secundário, 20%, o 3º ciclo do ensino básico e 15% até ao 3º ciclo do ensino básico. Relativamente aos anos anteriores, verifica-se uma tendência para o decréscimo dos abrangidos com níveis de habilitações mais baixos.

Figura 189. População abrangida nas medidas de Formação em 2021, por nível de escolaridade

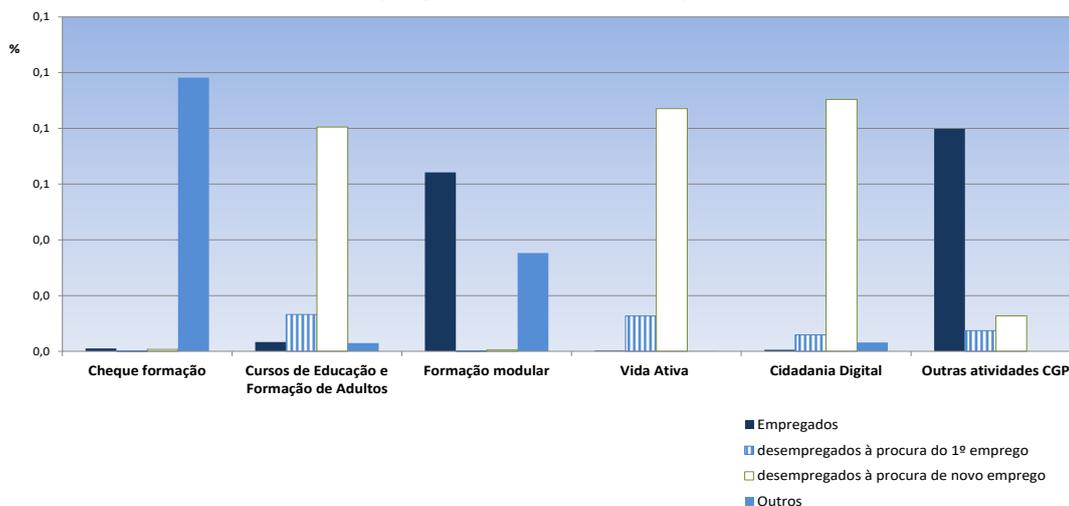


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Ano de 2021 - dados foram disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

Importa ainda assinalar que os formandos com o ensino secundário eram maioritários nas medidas Formação modular (40%) e na Vida ativa (43%). Nos cursos de educação e formação de adultos, a larga maioria dos formandos situava-se entre o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário (36% e 35%, respetivamente). Já na medida Cheque-formação, 67% tinha até ao 3º ciclo do ensino básico, 24%, o ensino secundário e 12%, formação superior.

No que respeita à situação face ao emprego dos formandos no início da formação, em 2021, a análise dos dados permite constatar que, no total da formação profissional, os desempregados representavam 62% e os empregados 19%, embora esta relação varie medida a medida. Assim, por exemplo, enquanto na vida ativa, na cidadania digital (ambos com 99%) e nos cursos de educação e formação, os abrangidos eram essencialmente desempregados (as duas primeiras, na ordem dos 99% e a terceira 94%); na formação modular existia uma larga percentagem de trabalhadores empregados (64%), em especial na formação ministrada nos centros de gestão participada. Ainda nos Centros de gestão participada, a categorias outras atividades destina-se essencialmente a trabalhadores empregados. Já nos Cursos de aprendizagem, 68% foram classificados com a categoria outros.

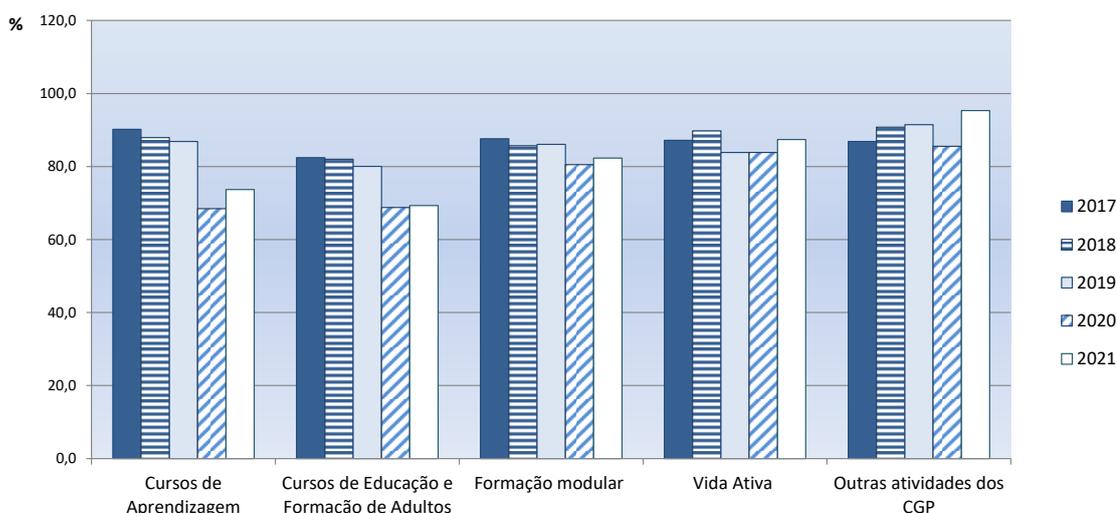
Figura 190. População abrangida nas medidas de Formação segundo a situação face ao emprego no início da formação, em 2021



Fonte: IEFP, I.P., *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Ano de 2020 - dados foram disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP, I.P.

Analisando a percentagem de desistentes nas diferentes medidas de formação profissional, esta representava no total 8,4% dos abrangidos que terminaram a formação em 2021, embora, nos Cursos de Aprendizagem, os desistentes constituíam 29,6% dos abrangidos e, nos Cursos de especialização tecnológica, cerca de 23%. De referir que, esse valor é mais elevado nos Cursos de educação-formação (39%), encontrando-se taxas de desistência bastante mais baixas na medida Vida ativa (8%), na Formação modular (4%) e na Cidadania digital (3%).

Figura 191. Percentagem de formandos aprovados no final da formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 e 2021 - dados foram disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

A análise dos formandos que terminaram a formação em 2021, na perspetiva daqueles que obtiveram aproveitamento, tende a apresentar uma relação inversa com a anterior, sendo tanto mais alta quanto menor for a taxa de desistência. Com efeito, a taxa de aprovação foi de 42% nos , 51,9% nos Cursos de Aprendizagem, 59,8% nos Cursos de especialização tecnológica, 76% na medida Vida ativa, 79% na Formação modular e, por fim, 86% na formação para a Cidadania digital.

Entre 2017 e 2019, a percentagem de formandos aprovados manteve-se sensivelmente constante em todas as medidas representadas no gráfico anterior. Em 2020, regista-se, no geral, uma certa quebra, ano que coincide com vários períodos de confinamento obrigatório, em virtude da pandemia, o que poderá ter tido alguns reflexos nestes resultados. Em 2021, assinala-se uma certa recuperação face ao ano anterior, com maior expressão nos cursos de aprendizagem, na medida vida ativa e nas outras atividades dos Centros de Gestão Participada.

5.3. Medidas de Apoio ao Emprego

Em 2021, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP, I.P. abrangeram cerca de 108 mil pessoas. Destas, 43,2%, beneficiaram das medidas de *Inserção social – trabalho socialmente necessário*, 31% beneficiaram das medidas de *Inserção profissional*¹⁰⁰, 22,9% beneficiaram de *apoios à contratação*, 1,5% beneficiaram de *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* e cerca de 1,4% beneficiaram de *Apoio à criação de emprego e empresas*¹⁰¹.

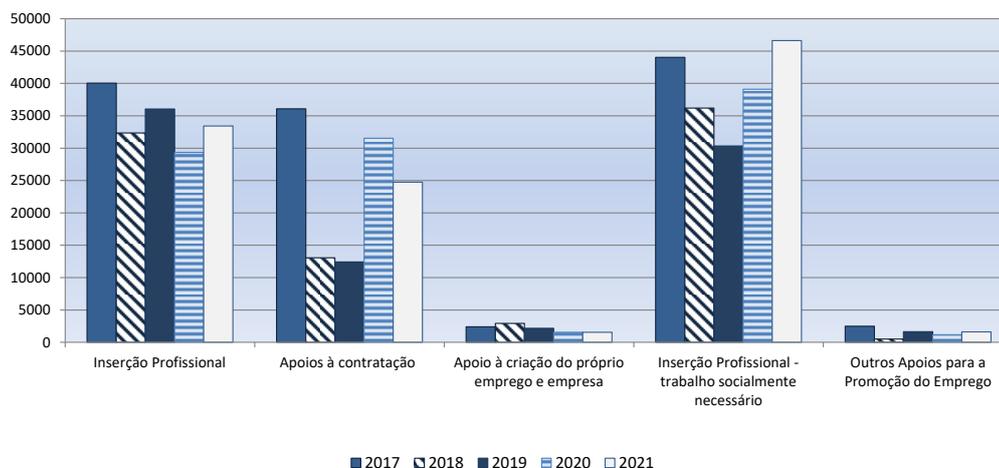
Relativamente ao ano anterior, o número de abrangidos aumentou (mais 5,2 mil pessoas), sobretudo devido ao acréscimo dos abrangidos pelas medidas de *Inserção profissional – trabalho socialmente necessário*¹⁰² e de *Inserção profissional*. Em contrapartida o número de abrangidos pela medida *Apoios à Contratação* diminuiu. Em 2021, 69,6% dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego tinham terminado a sua participação.

¹⁰⁰ As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações, promovidos pelo IEFP ao longo do período de referência: “Estágios Emprego”; “Reativar” (que terminaram em 2017), “Estágios Profissionais”, foi revogada em Agosto de 2020 e substituída por “Estágios ATIVAR.PT”; “Emprego – Jovem Ativo”.

¹⁰¹ Medida dirigida a desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego ou do rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Inclui as medidas “Contrato de emprego-inserção e Contrato de emprego inserção +.

¹⁰² Este aumento poderá estar relacionado com a medida excecional de *Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde – MAREESS*, implementada, em 2020, no âmbito do combate à pandemia.

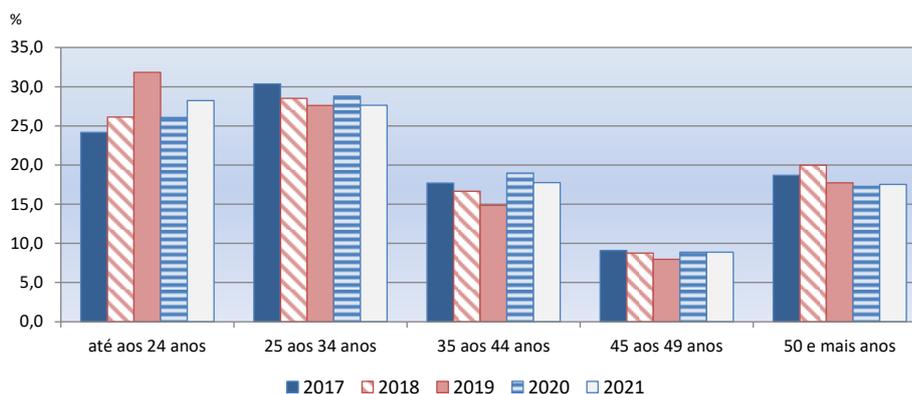
Figura 192. Número de abrangidos por medidas de Apoio ao Emprego



Fonte: IEFP, I.P., *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 e 2021 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP, I.P.

Em 2021, as mulheres representavam 65,5% do total dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego e, à semelhança de anos anteriores, eram maioritárias em quase todas elas. Tal não aconteceu nas medidas *Estímulo Emprego*, *Prémio ao Emprego*, *Converte +*, *Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE*, *Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego (PAECPE)*, *Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal*¹⁰³ e *Contrato Geração*, onde predominava o sexo masculino.

Figura 193. Evolução da percentagem de abrangidos pelas medidas de Apoio ao Emprego por escalões etários



Fonte: IEFP, I.P., *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 e 2021 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP, I.P.

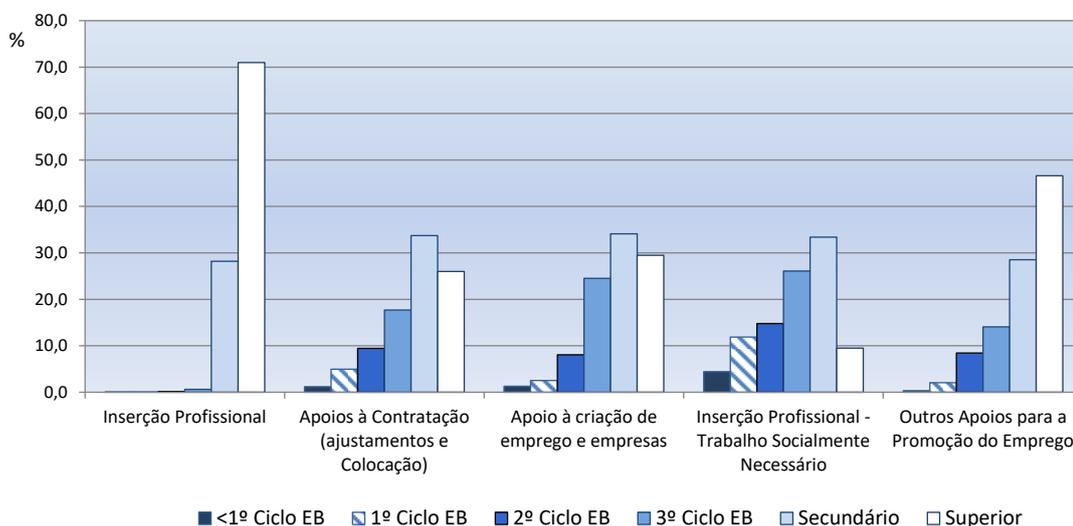
¹⁰³ Esta medida tem como objetivo incentivar o regresso e a fixação de emigrantes ou familiares de emigrantes em Portugal e dirige-se aos cidadãos que iniciem atividade laboral em Portugal continental entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2021, mediante a celebração de contrato de trabalho por conta de outrem e que, cumulativamente, tenham saído de Portugal até 31 de dezembro de 2015. Prevê um apoio financeiro a conceder diretamente aos destinatários, bem como da comparticipação em custos de transporte de bens e nos custos de viagem dos destinatários e respetivos membros do agregado familiar.

No que respeita aos escalões etários, em 2021, 28,2% % dos abrangidos situavam-se no escalão etário até aos 24 anos, logo seguido pelo escalão dos 25 aos 34 anos (27,6%). Cerca de 17,7% do total de abrangidos tinham entre 35 e 44 anos e 17,5% tinham 50 e mais anos. De notar, nos últimos anos, o aumento do peso do escalão mais jovem que, não obstante um decréscimo em 2020, voltou a crescer em 2021.

No conjunto de medidas de *Inserção Profissional*, 61,1% dos abrangidos tinham até 24 anos e 34,5% estava no escalão entre os 25 e os 34 anos. Já nos *Apoios à Contratação*, o escalão etário mais representado era o dos 25 aos 34 anos (33,7% do total), seguindo-se o escalão dos 35 aos 44 anos (21,4%). Nos *Apoios à criação de emprego e empresas*, 39,2% dos abrangidos tinham entre 35 e 44 anos e 22%, tinha 50 ou mais anos. Já no que respeita à *Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário*, o escalão dos 50 e mais anos representava 30,9% dos abrangidos, seguindo-se o escalão dos 35 aos 44 anos (24,9%).

No que se refere aos níveis de habilitações dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego, em 2021, 33,1% tinham o ensino superior e 31,8% o ensino secundário, tendo o peso de ambos estes níveis de ensino aumentado relativamente a 2020. Por outro lado, 17,4% dos abrangidos possuíam até ao 3º ciclo do ensino básico e 16,1% possuíam o 3º ciclo do ensino básico.

Figura 194. Percentagem de abrangidos por medidas de Apoio ao Emprego, por níveis de habilitações, em 2021



Fonte: IEFP, I.P., dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Em 2021, nas medidas de *Inserção profissional*, 71% dos abrangidos possuíam o ensino superior e 28,2%, o ensino secundário. Estes eram também os níveis de habilitações com maior expressão nos *Apoios à contratação*, embora nestas medidas o peso de cada um destes níveis de habilitações fosse mais aproximado. No *Apoio à criação de emprego e empresas*, os abrangidos com o ensino secundário representavam 34,1%

enquanto os abrangidos com o ensino superior constituíam 29,5%. Para além disso, 24,5% dos abrangidos nesta medida tinham o 3º ciclo do ensino básico. Quanto à medida *Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário*, cerca de 34% dos abrangidos tinham o ensino secundários e 26,1% possuíam o 3º ciclo do ensino básico.

No que respeita à situação face ao emprego, em 2021, 90,7% dos abrangidos pelas medidas de Apoio ao emprego eram desempregados¹⁰⁴ no início da frequência das medidas. Os empregados só tinham alguma expressão nos *Apoios à contratação*, representando 16,8% do total, todos eles afetos às medidas *Contrato-Emprego - Apoios à Conversão de Contratos* e *Converte+*, uma medida de conversão de contratos de trabalho a termo em contratos sem termo, cujos destinatários são exclusivamente empregados. No que se refere aos desempregados, os que se encontravam à procura do novo emprego representavam 71,3% do total dos abrangidos pelas medidas. Com efeito, os desempregados à procura do 1º emprego só tinham alguma expressão nas medidas de *Inserção Profissional* (57,4% do total).

Em 2021, analisando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego após a frequência nas medidas de *Inserção profissional* e *Inserção Social – Trabalho Socialmente Necessário*, verifica-se que 55,1% (cerca de 9,8 mil) dos indivíduos e 14,7% (4,3 mil), respetivamente, obtiveram colocação.

Figura 195. Evolução da percentagem de empregados no total dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional

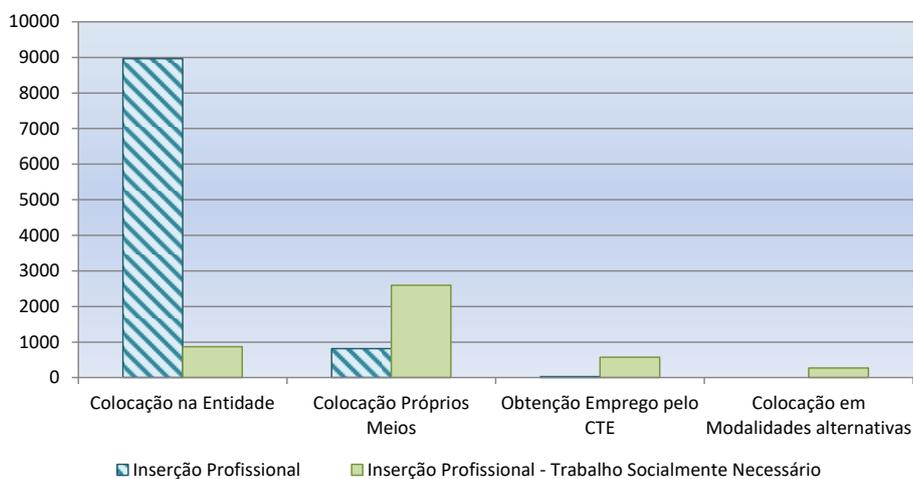


Fonte: IEFP, I.P., *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 e 2021 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP, I.P.

¹⁰⁴ No que se refere ao acesso às medidas de apoio ao emprego, os trabalhadores com suspensão de contrato de trabalho por salários em atraso são equiparados a desempregados.

Em 2021, considerando os indivíduos que ficaram empregados após a conclusão dos estágios no âmbito das medidas de Inserção Profissional, 91,4% foram colocados na entidade onde estagiaram (cerca de 9 mil), 8,3% encontraram colocação pelos próprios meios (819 pessoas) e os restantes (0,3%) obtiveram colocação através do Centro de Emprego. No que respeita às medidas de *Inserção profissional* e *Inserção Social – Trabalho Socialmente Necessário*, apenas 20,2% (872 pessoas) ficaram colocados na entidade que os acolheu, tendo a maioria, ou seja 60,2% (2,6 mil pessoas), encontrado colocação pelos seus próprios meios. De referir que 13,3% (574 pessoas) foram colocados através do Centro de Emprego.

Figura 196. Tipologia de colocação dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional em 2021



Fonte: IEFP, I.P., dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Formação profissional em regime presencial ou a distância

Em 2021, o recurso às tecnologias de informação de comunicação para assegurar a realização de um conjunto de atividades, até então asseguradas de modo presencial, continuou a generalizar-se a vários domínios e atividades, incluindo a formação profissional. Neste contexto, o quadro seguinte dá nota da proporção das ações de formação profissional promovidas no âmbito do IEFP, I.P., em regime presencial e a distância.

Deste modo, constata-se que 44% das ações de formação ocorreram em regime presencial e 16% tiveram lugar a distância, abrangendo respetivamente 38% e 16% do total de formandos. De salientar que, 40% das ações de formação, aconteceram em regime misto (com formação a distância e presencial) e envolveram 46% do total de formandos.

Figura 197. Regime de Formação Profissional			
Formação realizada durante o ano de 2021			
	Ações de formação (%)	Formandos abrangidos (%)	Volume de formação (%)
A distância	16	16	22
A distância e presencial	40	46	32
Presencial	44	38	45

Nota: Dados de 2021, referentes às ações desenvolvidas pelos Centros de Emprego e Formação Profissional (CEFP) do IEFP, I.P. e por Entidades Formadoras Externas (EFE) no âmbito dos cursos de aprendizagem.
Fonte: IEFP, I.P., Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Por último, tendo em conta o volume total de formação profissional registada pelo IEFP, I.P., verifica-se que 45% da formação foi realizada em regime presencial, 32% em regime misto e 22% ocorreu à distância.

5.4. Formação contínua nas empresas

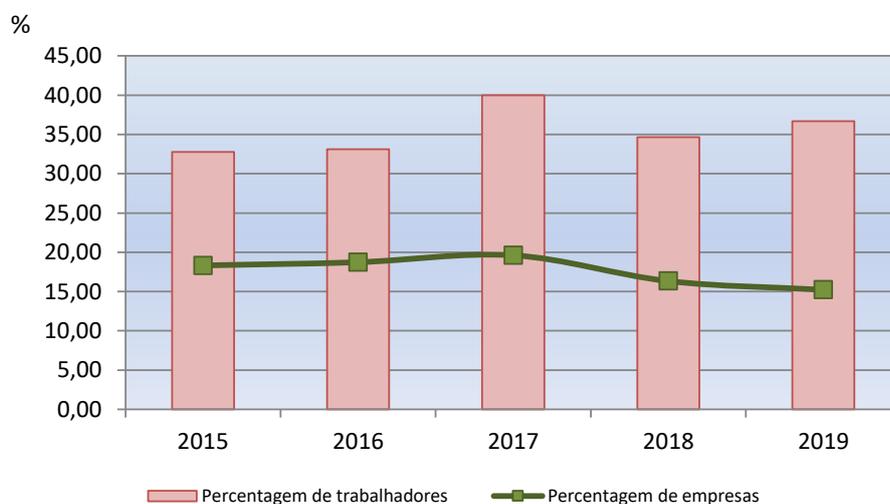
De acordo com os dados do *Relatório anual de formação contínua*¹⁰⁵, no Continente, em 2019¹⁰⁶, 38,6 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, ou seja, 15,2% do total de empresas que responderam ao Relatório Único. Houve assim um decréscimo no número e na percentagem de empresas que promoveram ações de formação relativamente a 2018 (menos 3,6 mil empresas).

Estas ações de formação abrangeram cerca de 1.070,9 mil trabalhadores (36,7% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas), o que significou um acréscimo de 2 p.p na percentagem de trabalhadores envolvidos em formação (mais 18,3 mil trabalhadores) relativamente ao ano anterior. No decurso dos últimos cinco anos, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação no total dos trabalhadores ao serviço nas empresas oscilou, tendo registado valores mais baixos em 2015 e 2016 (32,8% e 33,1%, respetivamente) e um valor máximo em 2017 (36,7%).

¹⁰⁵ O relatório anual de formação contínua que constitui o anexo C do Relatório Único reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento a partir de 2010.

¹⁰⁶ Últimos dados disponíveis, à data.

Figura 198. Evolução da % Empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores

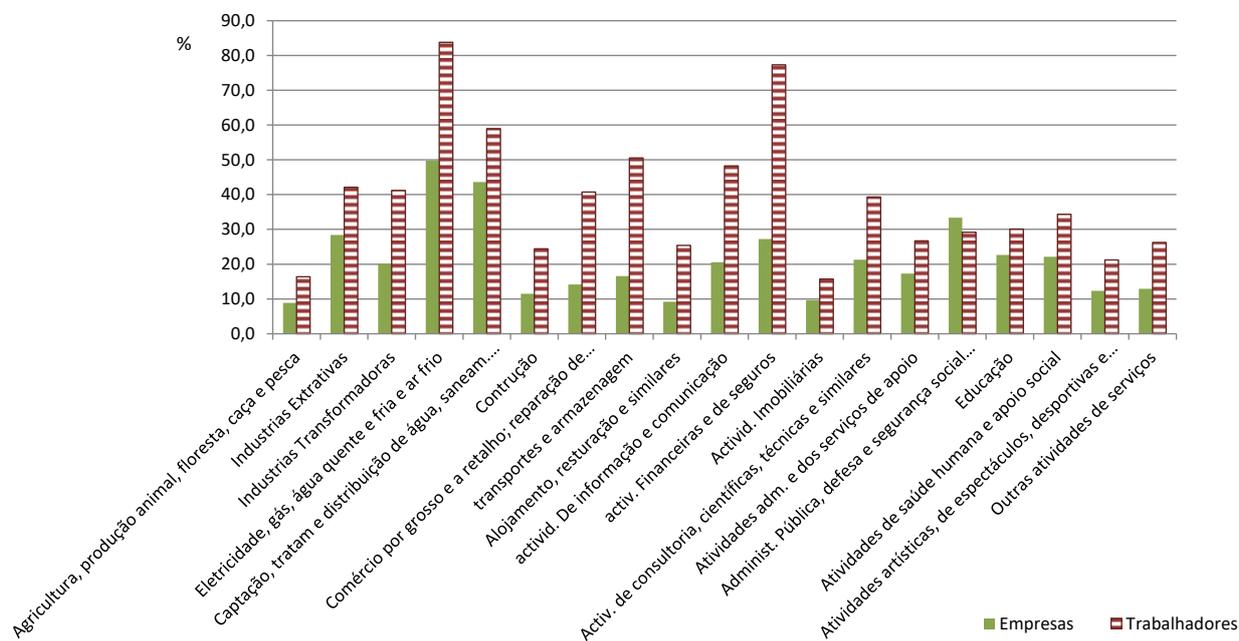


Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*.

- **Por setores de atividade**

Em 2019, os setores em que maior percentagem de empresas desenvolveu ações de formação foram, como já no ano anterior, o setor da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* (49,7% do total do setor), o setor da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição* (43,6%) e o das *Atividades Financeiras e de Seguros* (27,2%), que foram também os setores em que as ações abrangeram as maiores percentagens de trabalhadores ao serviço (83,8%, 59% e 77,3%, respetivamente). A percentagem de empresas que desenvolveu ações de formação no setor da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória* foi também bastante significativa (33,3%), assim como a percentagem de trabalhadores do setor dos *Transportes e Armazenagem* envolvidos em formação (50,5%). Os setores com menor percentagem de empresas promotoras de formação foram a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, o *Alojamento, Restauração e similares* e as *Atividades imobiliárias*, sendo que foi também o setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* bem como o das *Atividades imobiliárias* que registaram percentagens menos significativas de trabalhadores em formação.

Figura 199. Percentagem de empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores por setores de atividade – 2019



Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*.

Entre 2018 e 2019, a percentagem de empresas promotoras de ações de formação diminuiu na maioria dos setores de atividade, mas sobretudo no que se refere à *Electricidade, gás, água quente e fria e ar frio*, à *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição* e às *Indústrias Extrativas*. Por outro lado, a percentagem de empresas promotoras de formação apenas aumentou no setor da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória*. Já no que se refere à percentagem de trabalhadores envolvidos, e no mesmo período, o setor em que essa percentagem mais cresceu foi o setor das *Atividades financeiras e de seguros*, logo seguido pelas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e pelo setor da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória*. A percentagem de trabalhadores envolvidos na formação decresceu nos setores da *Electricidade, gás, água quente e fria e ar frio*, das *Atividades de saúde humana e apoio social*, das *Atividades imobiliárias*, da *Educação* e da *Agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca*.

- **Por escalão de dimensão das empresas**

Se tivermos em conta os escalões de dimensão das empresas constatamos que, tal como nos anos anteriores, em 2019, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação contínua relativamente ao total dos trabalhadores das empresas do mesmo escalão de dimensão crescia à medida que o escalão de

dimensão era maior, variando entre os 11,1%, nas empresas com 1 a 9 trabalhadores e os 56,5% nas empresas com 500 e mais trabalhadores. Relativamente a 2018, essa percentagem cresceu em todos os escalões de dimensão, à exceção do escalão dos 10 a 49 trabalhadores. No escalão das empresas com 500 e mais trabalhadores esse aumento foi de 2 p.p.

- **Por sexo e escalão etário**

Em 2019, a percentagem de homens e mulheres que frequentaram ações de formação promovidas pelas empresas manteve-se praticamente inalterada face a 2018, e, mais uma vez, a percentagem de homens foi ligeiramente superior à de mulheres. As *Indústrias Transformadoras* continuavam a ser o setor em que a percentagem de homens em ações de formação contínua mais ultrapassava a percentagem de mulheres. O setor dos *Transportes e armazenagem* foi aquele em que a percentagem de mulheres mais ultrapassou a percentagem de homens.

Em 2019, o escalão etário com maior percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação, foi o escalão dos 35 aos 44 anos (39%), seguindo-se-lhe o escalão dos 18 aos 34 anos (38,6%) e depois o escalão dos 45 aos 64 anos (33,9%). No escalão até aos 18 anos, 28,6% dos trabalhadores frequentaram ações de formação, percentagem que foi de 19,4% no que se refere aos trabalhadores com 65 e mais anos. Entre 2018 e 2019, a percentagem de TCO envolvidos em ações de formação contínua diminuiu relativamente a todos os escalões etários com mais de 35 anos, ao contrário dos escalões até aos 34 anos, onde aumentou, em particular no escalão até aos 18 anos.

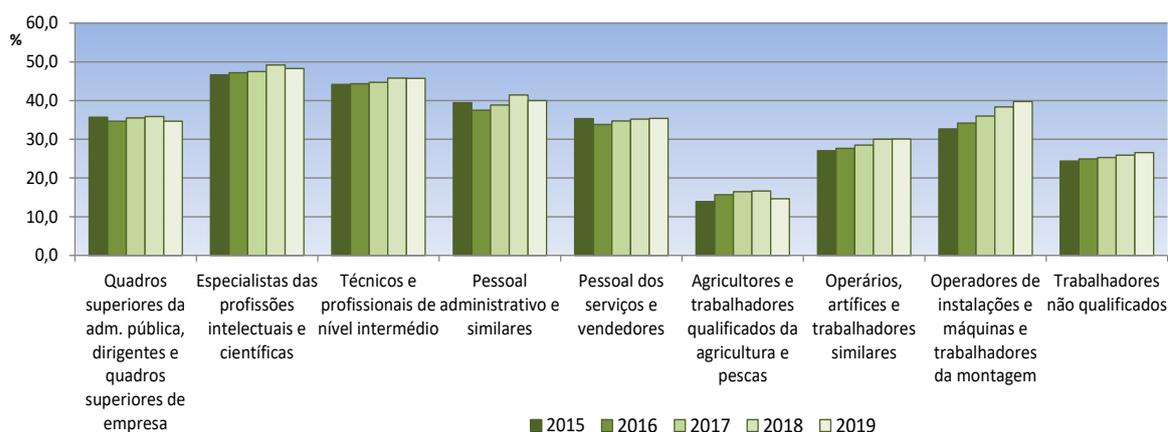
- **Por nível de habilitações**

A percentagem dos trabalhadores abrangidos por ações de formação promovidas pelas empresas, em 2019, era, de um modo geral, tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações, ou seja, frequentaram ações de formação, 25,9% dos TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino básico e 29% dos TCO com o 3º ciclo do ensino básico quando, no que se refere aos TCO com licenciatura, essa percentagem atingia os 48,9% e, relativamente aos TCO com mestrado, os 58%. A exceção foram os TCO que possuíam o doutoramento, já que apenas 31,2% do total destes TCO, frequentaram ações de formação. Face a 2018, a percentagem de trabalhadores em formação, em 2019, diminuiu no que se refere aos TCO com o 3º ciclo do ensino básico e com o ensino secundário, mas também em alguns TCO com níveis de habilitações mais elevados, designadamente nos TCO com a licenciatura e sobretudo nos TCO com o doutoramento.

- **Por grupos profissionais**

Em 2019, os grupos profissionais com maior percentagem de trabalhadores em formação eram, tal como no ano anterior, o dos *Especialistas das profissões intelectuais e científicas* (48,3%), o dos *Profissionais de nível intermédio* (45,8%) e o do *Pessoal administrativo e similares* (40%). Por outro lado, os grupos profissionais com menor percentagem de trabalhadores em formação eram os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas* (14,6%) e os *Trabalhadores não qualificados* (26,6%). Relativamente a 2018, a percentagem de TCO em formação no total dos TCO do mesmo grupo profissional diminuiu na maioria dos grupos, em particular no grupo do *Pessoal administrativo e similares*, no dos *Dirigentes, diretores e gestores* e no dos *Especialistas das profissões intelectuais e científicas*. Pelo contrário, no grupo dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* e no dos *Trabalhadores não qualificados*, essa percentagem cresceu.

Figura 200. Percentagem de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO do mesmo grupo profissional

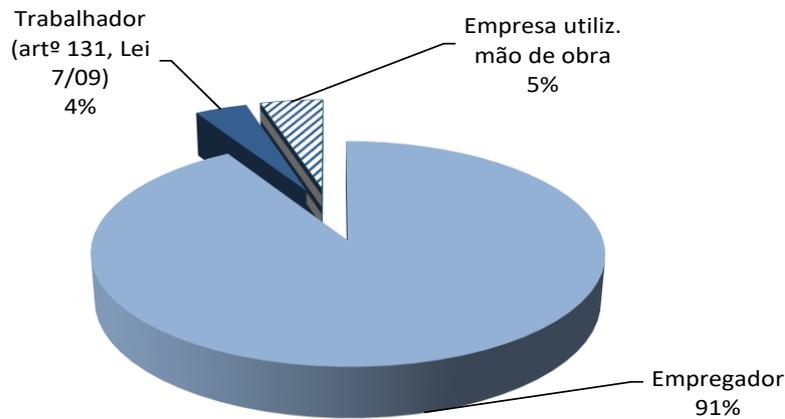


Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Continua*.

- **Por iniciativa da formação**

No que se refere à iniciativa da formação, em 2019, 93,1% dos trabalhadores que frequentaram ações, fizeram-no por iniciativa do empregador, 4,7% por iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra e 4% foi por sua própria iniciativa. Entre 2018 e 2019, o número de trabalhadores envolvidos em ações de formação por iniciativa do empregador e por iniciativa do trabalhador aumentou (mais 16,6 mil e mais 49 trabalhadores, respetivamente). Quanto aos trabalhadores em ações de formação por iniciativa das empresas utilizadoras de mão de obra, o seu número evidenciou uma quebra (menos 804 trabalhadores face ao ano anterior).

Figura 201. Trabalhadores em ações de formação por iniciativa da formação, em 2019



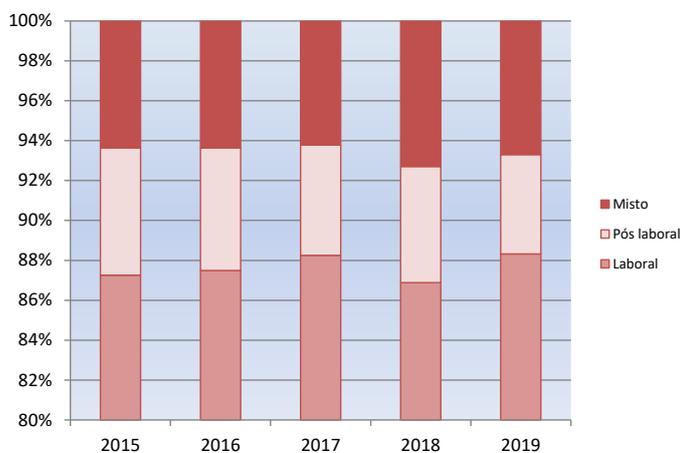
Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*

No que respeita à iniciativa da formação nos diferentes setores de atividade, registe-se o peso das ações de formação da iniciativa do empregador no setor da Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio, das ações de formação da iniciativa do trabalhador nos setores das Atividades financeiras e de seguros e da Educação e das ações da iniciativa de empresas utilizadoras de mão de obra no setor das Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.

- **Por tipo de horário de formação**

Em 2019, e no que se refere ao tipo de horário em que decorreu a formação, 93% dos trabalhadores em formação frequentaram ações de formação em horário laboral, 7,1% em horário misto e 5,3% em horário pós-laboral. O setor de atividade que registava maior percentagem de trabalhadores em formação em horário laboral era o da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio*. Já os setores da *Educação* e da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* registavam elevadas percentagens de trabalhadores em formação em horário pós-laboral. O setor das *Atividades de informação e de comunicação*, juntamente com o da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* eram os setores com maior percentagem de trabalhadores em formação em horário misto.

Figura 202. Percentagem de trabalhadores em ações de formação por tipo de horário



Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*

Relativamente a 2018, a única categoria que registou um aumento foi a dos trabalhadores em formação em horário laboral. De notar que, ao longo do último quinquénio, apesar de algumas oscilações, o peso do número de trabalhadores em ações de formação em horário laboral evidenciou uma ligeira subida.

- **Por duração da formação**

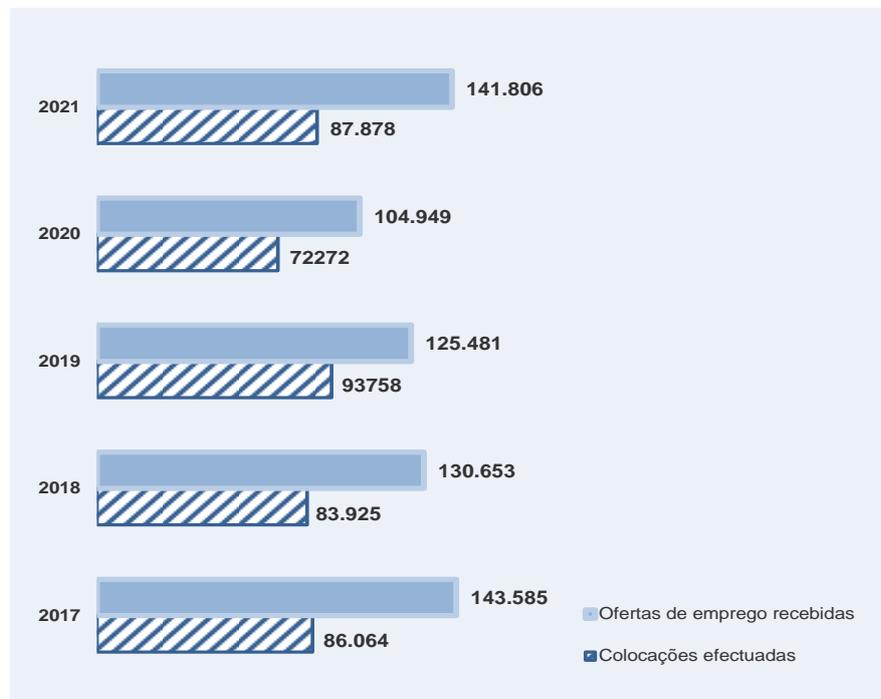
Em 2019, as ações de formação contínua promovidas pelas empresas tiveram em média, uma duração de 32,6 horas, um ligeiro decréscimo, em termos homólogos. Os setores que registaram períodos de duração média mais elevados foram a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* (68,3 horas), seguido dos subsetores da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (53,4 horas) e da *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e aglomerados combustíveis; Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* (41,9 horas).

Em 2019, o número médio de horas de formação era de cerca de 30 horas em todos os escalões de empresas exceto no escalão de empresas com 500 ou mais trabalhadores, que registou uma média de 37 horas de formação. De salientar que, nos últimos cinco anos, o número médio de horas de formação tem-se mantido relativamente estável, não obstante se evidenciar uma tendência de ligeira subida em 2019, face a 2015.

5.5. Ofertas e colocações dos Centros de Emprego

De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, I.P., as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego aumentaram em 2021, invertendo-se assim a tendência de decréscimo progressivo que se vinha verificando nos últimos anos. Assim, o número de ofertas aumentou cerca de 35%, atingindo perto de 142 mil em 2021. Por outro lado, em 2021 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou uma variação positiva de 21,6%, o que correspondeu a um aumento de cerca de 15,6 mil colocações face a 2020. Deste modo, constata-se que, em 2021, 62% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego.

Figura 203. Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



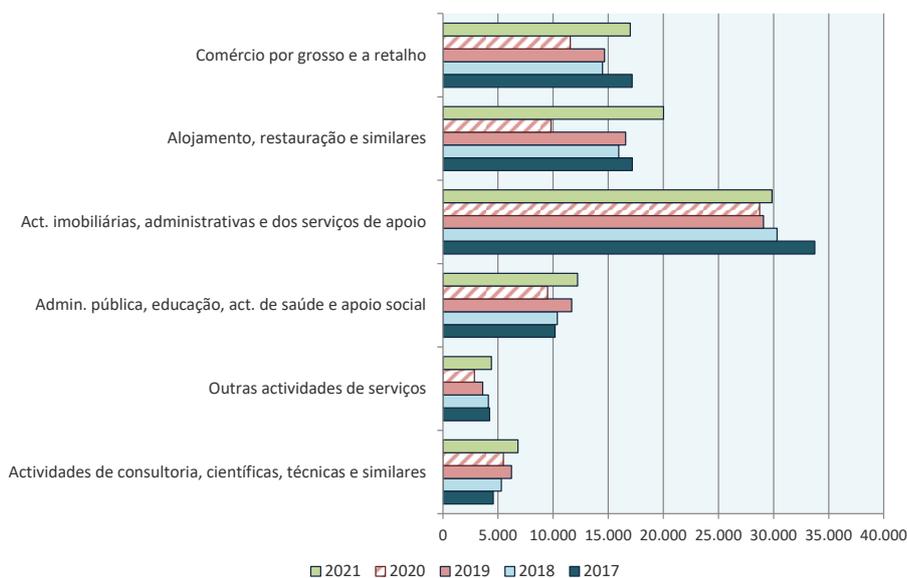
Fonte: IEFP, I.P., *Mercado de Emprego*

Em termos setoriais, verifica-se que foram sobretudo os setores dos *Serviços* e da *Indústria* que contribuíram para o aumento das ofertas de emprego registadas em 2021 (mais 34,1% e 41,2%, respetivamente, o que correspondeu a mais 25,1 mil ofertas nos *Serviços* e 11,3 mil na *Indústria*), apesar do número de ofertas de emprego no setor da *agricultura* ter evidenciado igualmente uma subida, embora menos expressiva (13,3% face ao ano anterior). De salientar que, o setor dos *serviços* continuou a concentrar o maior número de ofertas, totalizando 98,6 mil ofertas, em 2021.

Uma análise desagregada das ofertas de emprego permite observar que, em 2021, todos os subsectores dos *Serviços*, sem exceção, evidenciaram um acréscimo do respetivo número de ofertas registadas. Com efeito, considerando que 69,5% das ofertas recebidas foram oriundas dos *Serviços*, a sua distribuição concentrou-se, em particular, nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (21,1%), no *Alojamento, restauração e similares* (14,1%), no *Comércio por grosso e a retalho* (12%) e na *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social* (8,6%).

De salientar que, em termos absolutos, os subsectores do *Alojamento, restauração e similares* e do *Comércio por grosso e a retalho* apresentaram aumentos expressivos no número de ofertas recebidas, com mais 10,2 mil e 5,4 mil registos, respetivamente, face ao período homólogo.

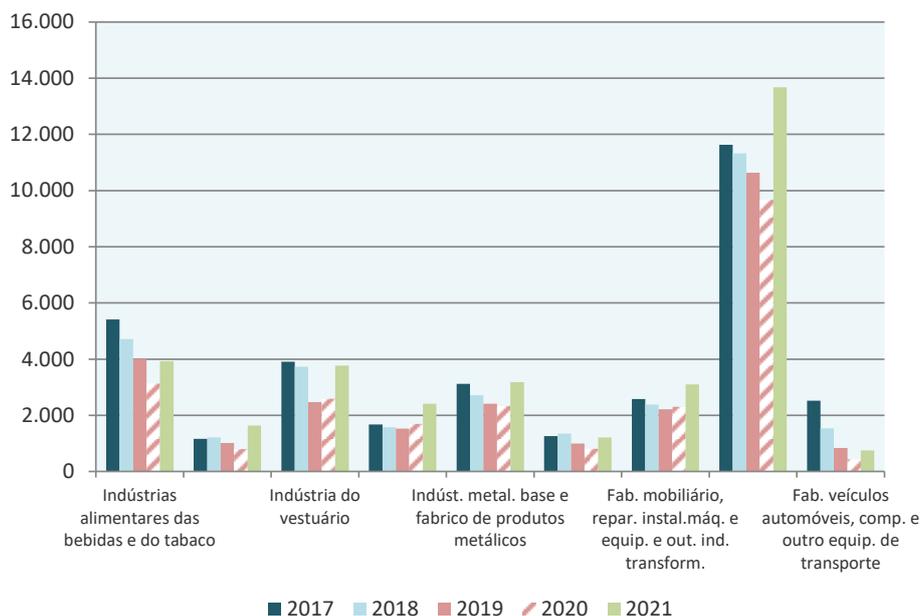
Figura 204. Ofertas de emprego recebidas – Serviços



Fonte: IEFP, I.P., *Mercado de Emprego*

Relativamente ao setor da *Indústria, energia, água e construção*, em 2021, a *Construção* foi responsável por 9,6% do total das ofertas de emprego recebidas, tendo registado um acréscimo de 41,5% face ao ano anterior. Seguem-se as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (2,8%), a *Indústria do vestuário* (2,7%), a *Indústria metalúrgica de base e fabrico de produtos metálicos* (2,2%) e o *Fabrico de mobiliário, reparação e instalação de máquinas e equipamento e outras indústrias transformadoras* (2,2%).

Figura 205. Ofertas de emprego recebidas – Indústria



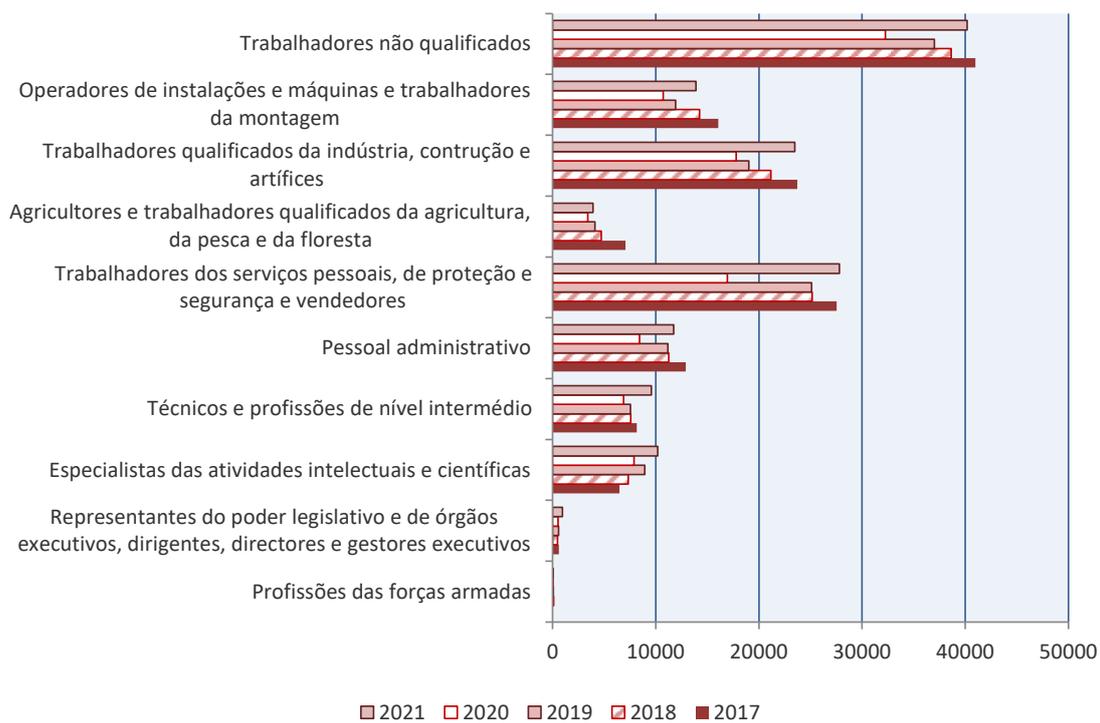
Fonte: IEFP, I.P., *Mercado de Emprego*

De notar que, no período em análise, todos os subsectores da *indústria* apresentaram acréscimos absolutos no número de ofertas recebidas, com destaque para a *Construção* e a *Indústria do vestuário*, com mais 4 mil e 1,2 mil registos, respetivamente.

Considerando as ofertas de emprego recebidas em 2021, por categorias profissionais, verifica-se que os *Trabalhadores não qualificados* continuam a apresentar-se como o grupo profissional mais representado, com 28,3%, não obstante, no período em análise, o seu peso relativo no total de ofertas recebidas ter diminuído cerca de 2,4 p.p.

Ainda em termos de representatividade, destacam-se os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* com um peso de 19,6%, que, em 2021, apresentaram uma variação positiva muito expressiva (mais 64,1%), o que, em termos absolutos, se traduziu num aumento de 10,9 mil ofertas registadas. De salientar que, para além desta categoria profissional, todas as restantes, sem exceção, evidenciaram acréscimos no número de ofertas de emprego, com destaque, igualmente, para os *Trabalhadores não qualificados* (mais 7,9 mil), os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (mais 5,7 mil), o *Pessoal administrativo* (mais 3,3 mil) e os *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (mais 3,2 mil).

Figura 206. Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Fonte: IEFP, I.P, *Mercado de Emprego*

CONCEITOS UTILIZADOS

Acidente de trabalho

Todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os atos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

Ações de Formação

Atividade organizada com o fim de proporcionar a aquisição ou o aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais.

Condição perante o trabalho

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Contrato de trabalho intermitente sem termo

Contrato de trabalho pelo qual o trabalhador se obriga a prestar atividade intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho

Contrato de trabalho em que a atividade a que o trabalhador se obriga é realizada habitualmente fora da empresa e através de recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária

Contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer temporariamente a sua atividade numa empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

Contrato de trabalho temporário com termo certo

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro com data antecipadamente prevista).

Contrato de trabalho temporário com termo incerto

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro que não tem data antecipadamente prevista)

Custo de mão de obra

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

Custo direto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e o custo dos pagamentos em géneros.

Custo indireto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos dos trabalhadores e/ou filhos, etc.), os custos da formação profissional, os custos de carácter social (cantinas, refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, custos de manutenção, reparação, amortização e juros suportados pelo empregador com o alojamento do trabalhador, etc.), e outros custos da mão de obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Custos com serviços de carácter social

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de carácter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

Desempregado

Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- b) contacto com empregadores;
- c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
- d) colocação, resposta ou análise de anúncios;
- e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
- f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- a) no desejo de trabalhar;
- b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inativo.

Desempregado à procura de novo emprego

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura do primeiro emprego

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

Desempregado de muito longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

Desemprego registado

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

Desencorajados

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que no período de referência não tinham qualquer trabalho e que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego, nomeadamente porque: a) não sabem procurar ou; b) acham que não vale a pena ou; c) consideram que não há empregos disponíveis na zona.

Duração habitual de trabalho

Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- 2) tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava temporariamente ao serviço;
- 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Estabelecimento

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Encargos convencionais, contratuais e facultativos com a Segurança Social e regimes análogos a cargo das entidades patronais

Encargos da entidade patronal resultantes do Instrumento de Regulamentação de Trabalho ou acordados diretamente nos contratos individuais ou ainda encargos resultantes da vontade e iniciativa da entidade patronal, para a Segurança Social e regimes análogo.

Formação Profissional Contínua

Formação profissional direcionada a indivíduos que desempenham ou já desempenharam uma atividade profissional e que se destina à atualização de conhecimentos e competências.

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Inativo disponível, mas que não procura emprego

Inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

NEEF

Conjunto de indivíduos jovens de um determinado grupo etário que, na semana de referência, não estavam empregados (isto é, estavam desempregados ou eram inativos), nem frequentavam qualquer atividade de educação ou formação nessa semana ou nas três semanas anteriores. Em geral, consideram-se como jovens os indivíduos dos 15 aos 24 anos, mas este indicador também é disponibilizado para grupos etários mais alargados e subgrupos destes.

Nível de escolaridade

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Pessoal ao serviço

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Inativa

População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Prémios e subsídios regulares

Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Remuneração base

Montante íliquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remunerações das horas não efetuadas

Pagamentos diretos efetuados aos trabalhadores relacionados com as férias anuais e outras semelhantes, os feriados oficiais e outros reconhecidos e com outras ausências que não implicam perda de remuneração e com pagamento garantido pelo empregador (nascimento e morte de familiares, casamento do trabalhador, atividades sindicais, obrigações familiares, etc.).

Saída escolar precoce

Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

Conjunto de trabalhadores, a tempo parcial e com idades dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

Subutilização do trabalho

Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

Taxa de atividade (16 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 16 e mais anos de idade).

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego (16 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 16 e mais anos de idade).

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior á duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo, contudo, seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador ocasional

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem caráter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos. Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Comissão Científica eleita por Deliberação do Plenário do CRL, constituída por:

António Figueiredo – FEP, Universidade do Porto – Quaternaire Portugal

Cristina Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa – IEFP, IP

Francisco Madelino – ISCTE – INATEL

João Cerejeira – EEG – Universidade do Minho

Mário Caldeira Dias – Universidade Lusíada

Notas preliminares

O Relatório sobre Emprego e Formação, sobre o qual versa o presente parecer, vai na sua sétima edição anual. Comparativamente ao ano anterior, mantém-se a metodologia seguida e a estrutura e o mandato da Comissão consistiu no acompanhamento da elaboração do relatório, iniciada com a discussão do roteiro preparado pela perita responsável, Professora Sílvia Sousa, e aprovado pelo Plenário do CRL.

Apreciação do Relatório

1. Macroeconomicamente falando, o ano de 2021 veio confirmar que, em termos comparativos com o praticado noutros países da União Europeia, a abordagem governamental aos efeitos da pandemia e dos confinamentos associados se caracterizou pelo que pode ser designado de “conservadorismo fiscal”. Nas condições de endividamento público e total da economia portuguesa, esta opção pareceu ajustada, com um equilíbrio muito satisfatório entre resultados sanitários, contenção de danos económicos e não degradação do stock de dívida em percentagem do PIB. O comportamento do mercado de trabalho no ano a que respeita o Relatório sobre Emprego e Formação de 2021 vem assim muito determinado por esta perspetiva de abordagem e o modo subsequente como a economia portuguesa recuperou parece confirmar também a justeza da abordagem.
2. Este ponto poderia merecer uma breve menção no capítulo do enquadramento macroeconómico, sobretudo pelo que ele representa de alguma especificidade relativamente ao observado na União Europeia, com reflexos na contextualização do funcionamento do mercado de trabalho.
3. A adoção do tempo presente para descrever a evolução registada em 2021 é discutível, já que o relatório vai ser lido com o ano de 2022. Por isso, de futuro seria preferível a mudança de tempo para o passado, recente é um facto, mas passado.

4. Embora o ano de 2021 não registe ainda o ponto crucial do problema, seria interessante que os relatórios anuais de emprego e formação do CRL começassem a dedicar uma atenção mais aprofundada à relação entre carências de mão de obra (pelo menos para alguns setores de atividade), declínio demográfico e suas projeções no comportamento da força de trabalho e atração de mão de obra e residentes estrangeiros. Estima-se que esta questão se transforme num problema nevrálgico para a economia portuguesa, que tenderá a coexistir com o risco do gap salarial ainda existente entre Portugal e os países mais desenvolvidos da União Europeia, que continua a suscitar emigração qualificada e com a forte concorrência que irá manifestar-se entre os países europeus na atração de população do exterior para compensar os respetivos “invernos demográficos”. A sistematização de informação sobre carências efetivas de força de trabalho através de uma fonte regular, com audição de parceiros sociais, poderia constituir um contributo muito relevante para o recentramento e objetividade do debate, substituindo-se a visões e perspetivas impressivas, regra geral não acompanhadas de informação que as suporte. A observação em 2021 de um saldo migratório positivo de 41.300 indivíduos é um facto que pode apontar para um novo paradigma na economia portuguesa, ao qual deveriam associar-se políticas coordenadas de atração, acolhimento e integração de novos residentes, desejavelmente qualificados, com intervenção dos níveis territoriais local, regional e nacional nesse grande propósito.
5. Um ponto a destacar na evolução observada em 2021 é a progressiva melhoria dos níveis de qualificação da população recentemente diplomada (secundário e ensino superior), essencialmente graças à melhoria dos fluxos (qualificação de jovens), panorama que se estende à significativa redução das taxas de abandono escolar precoce (ultrapassando metas definidas de 10% para o período de programação 2014-2020) e também das melhorias observadas em matéria de população NEET, com uma situação já mais favorável do que a média da União Europeia.
6. Em contrapartida, e esse confronto é que se torna marcadamente ilustrativo da longa transição que a sociedade e a economia portuguesas estão a realizar, existe um conjunto de indicadores que mostram que a economia portuguesa não está ainda a tirar partido de toda esta melhoria de qualificações: (i) a taxa de emprego de jovens 15-24 continua a ser bastante inferior à da União (22,8% contra 32,7%); (ii) a taxa de desemprego desse mesmo escalão continua a ser substancialmente superior à da União (23,4% contra 16,5%); (iii) a produtividade do trabalho (hora e por pessoa empregado) desacelerou; (iv) continua a verificar-se um forte desvio entre o stock líquido de capital por pessoa empregada entre Portugal e a União; (v) a evolução da quota de produto e de emprego nos setores de média e alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento continuam a evoluir a ritmos muito lentos, senão de estagnação em alguns domínios.

7. A continuidade deste desvio pode ter duas interpretações possíveis: uma interpretação mais positiva consiste em pensar que podemos estar perante uma longa transição da economia portuguesa ao novo paradigma de qualificações, com um longo processo de inovação incremental; uma outra interpretação, menos otimista, apontaria para estrangulamentos mais sérios de incorporação das novas qualificações e da sua transformação em melhorias de produtividade e de nível médio de remunerações.
8. Claro que subsiste ainda o tema do baixo stock médio de qualificações, atendendo sobretudo à dificuldade de melhoria de qualificações da população ativa empregada menos qualificada, o que aponta para a grande importância do Relatório de Emprego e Formação ter começado a incluir informação sobre formação, não só sobre os múltiplos mecanismos de formação inicial com suporte de catálogo (com necessidades prementes de revisão), mas também sobre formação contínua.
9. A interpretação dos valores sistematizados a partir do Relatório Anual de Formação Contínua (Relatório Único) ganhariam em melhor compreensão se fosse divulgado o número de empresas respondentes a tal relatório, para melhor contextualização dos resultados de 2019, agora tratados no REF 2021. Sabe-se que 38.600 empresas declararam ter desenvolvido ações de formação contínua, abrangendo uma massa de 1.070.900 trabalhadores (36,7% do pessoal ao serviço total), aos quais se poderiam juntar os 313.900 trabalhadores registados em ações de formação contínua realizadas pelo IEFP.
10. Em nosso entender, existe potencial para a informação sobre formação contínua ser melhorada, confirmando-se as ideias de que a dimensão das empresas (quanto maior a dimensão, maior propensão para ter trabalhadores em formação) e a qualificação de quem acede à formação (quanto mais qualificado maior a propensão para frequentar formação) continuam a ser fatores determinantes da existência de atividades de formação contínua.
11. Estes dados relativos a 2019 têm de ser confrontados com informação de anos seguintes, sobretudo no contexto em que se sabe que a formação contínua de ativos cofinanciada (formação de adaptação e modernização) foi claramente desfavorecida relativamente à formação inicial de jovens.
12. No que toca à estrutura remuneratória e da evolução dos ganhos e remunerações, a principal fonte de informação são os dados dos Quadros de Pessoal (QP), cujo último ano com informação disponível é 2020. O relatório poderia começar a considerar a série recente divulgada pelo INE, com dados mensais desde maio de 2021, relativa à “Remuneração bruta mensal média por trabalhador”. Estes dados são elaborados com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações

transmitida pelas empresas à Segurança Social e da Relação Contributiva dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações (RC/CGA), o que representa um ganho em termos de cobertura da população de interesse.

13. Deixa-se também como sugestão futura algo mais detalhado sobre os efeitos da crise da energia e dos cereais (os chamados choques adversos da oferta), nomeadamente no que se refere à inflação e à recessão das economias europeias com as inevitáveis consequências no desemprego, no empobrecimento da população, nas migrações e nas medidas consequentes, mas sempre limitadas. As tentações impossíveis serão as de promover uma recuperação do poder de compra ou de não fazer nada face aos grupos mais desfavorecidos. Será também certo que os salários e, eventualmente, algum tipo de lucros tenderão a ser mais contidos do que a subida dos preços, levando a perdas do poder de compra.
14. No que toca às mulheres, importa sublinhar que continuam a ser mais quando falamos de desemprego e de desemprego de longa duração; mais quando falamos de inscrições nos centros de emprego; mas em contrapartida menos bem remuneradas do que os homens – embora a diferença salarial se vá lentamente esbatendo.
15. O Relatório de Emprego e Formação faz o seu caminho de sistematização de informação de grande utilidade para os parceiros sociais e para quem procura informação coerente sobre mercado de trabalho em Portugal. A consolidação desta componente permitirá que o REF possa, em anos seguintes, focar-se parcialmente em matérias como as assinaladas neste comentário mais relacionados com aspetos estruturais da longa transformação da economia portuguesa.

*

Sem prejuízo das sugestões feitas, a Comissão Científica considera que o Relatório disponibiliza um vasto conjunto de informação, sendo um instrumento muito útil para atores públicos, parceiros sociais, docentes, investigadores e alunos de várias áreas científicas. É importante promover a sua divulgação, para que chegue a todos os potenciais interessados e é fundamental que se constitua como ferramenta de políticas públicas, nos vários domínios que se entrecruzam com as matérias do Emprego e Formação: imigração, emigração, qualificações, igualdade de género e conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional, segurança e saúde no trabalho, etc.

Uma palavra de apreço pela equipa do Centro de Relações Laborais por mais este trabalho de grande qualidade. Sem se conhecer a realidade, dificilmente se pode agir e trabalhar pela efetiva melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses.

COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL

RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO 2021

DECLARAÇÃO DE VOTO DA CGTP-IN

Este relatório representa uma evolução face a anos anteriores no que diz respeito aos indicadores. No entanto, e apesar das propostas da CGTP-IN, continua a não incluir informação que consideramos indispensável à caracterização do mundo do trabalho, alguma da qual publicada, outra que deveria ser objecto de pedido específico por parte do CRL.

Entre esse conjunto de informação não incluída estão: as prestações de serviços na Administração Pública; o número de horas trabalhadas e o número de trabalhadores por tipo de horário (turnos, serão noite, sábado, domingo); as transições entre tipos de contrato, bem como de modalidade de horário (parcial/tempo inteiro); a existência ou não de emprego subsequente à participação na formação profissional, desgregado por tipo de vínculo e salário, bem como sobre o tipo de contrato das ofertas preenchidas e o salário pago (ou pelo menos das ofertas), desagregando também por profissão e habilitação; a evolução da produtividade aparente do trabalho e dos salários reais.

A CGTP-IN fez também uma proposta com o objectivo de melhorar a apreciação sobre a evolução da situação macroeconómica, considerando que se deveria referir que o aumento do défice orçamental em Portugal não foi tão acentuado como na UE porque os apoios em tempos de pandemia foram dos mais baixos deste espaço, proposta não acolhida e que torna a análise deste ponto insuficiente no nosso entender.

Propusemos também que se evitasse o uso de expressões que atribuem género a salários, remunerações, ganhos, taxa de emprego e desemprego, etc., expressões essas que continuam presentes em vários pontos do relatório.

Por último, a CGTP-IN não concorda nem entende o porquê do uso de dados do Inquérito ao Emprego, do INE, apenas relativos ao continente, uma vez que os dados estão disponíveis para o país numa série longa.

Por estes motivos a CGTP-IN abstém-se na votação do Relatório sobre Emprego e Formação de 2021, do Centro de Relações Laborais.

Lisboa, 24 de Agosto de 2022

CGTP-IN